



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

ALEX ASSUNÇÃO LAMOUNIER

**ATMOSFERAS DE RUAS IDENTIFICAÇÃO DE
COMPONENTES E QUALIDADES EM LONDRINA-PR**

Londrina
2006

ALEX ASSUNÇÃO LAMOUNIER

**ATMOSFERAS DE RUAS IDENTIFICAÇÃO DE
COMPONENTES E QUALIDADES EM LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Yamaki

Londrina
2006

ALEX ASSUNÇÃO LAMOUNIER

**ATMOSFERAS DE RUAS IDENTIFICAÇÃO DE
COMPONENTES E QUALIDADES EM LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Humberto Yamaki (orientador)
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Yoshiya Ferreira
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Werther Holzer
Universidade Federal Fluminense

Londrina, 18 de outubro de 2006.

Quantas vezes voltarei aqui – casa da infância – depois de tanto partir e voltar, estrangeiro a olhar a vida somente lembrada. Será tão-só essa casa ou a tantas outras onde vivi transeunte, confundidas todas no mistério de recordá-las?

[...] Não sei porque buscar – imobilidade de fotografia antiga – através de lugares que passaram por mim, a vibração do perdido...

João Luiz Pinaud*

* PINAUD, J. **Tempo de Família**. São Paulo: Global; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. cap. 1, p. 11.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Humberto Yamaki, pela paciência e orientação desde a época da graduação em Arquitetura e Urbanismo. A disponibilização de recursos, seu auxílio e os conselhos, freqüentemente estendidos além da vida acadêmica, definiram alicerces ao meu desenvolvimento profissional e tiveram grande importância no aprimoramento de minha formação como cidadão.

À profa. Dr. Yoshiya Ferreira, pela preocupação constante e acompanhamento do trabalho desde a banca examinadora da graduação.

Ao prof. Dr. Werther Holzer, da Universidade Federal Fluminense, por ter aceito o convite para integrar a comissão examinadora desta dissertação.

Dedico esta dissertação a meu pai, Oswaldo Lamounier, e à minha avó Ilda, pessoas queridas já ausentes, mas que permanecem através da saudade constante e dos valores e princípios que definiram minha educação.

Dedico-a ainda à minha mãe, Maria de Fátima Assunção, e aos meus irmãos, Alan e Aden, pela compreensão, dedicação e sacrifícios permanentes que permitiram a realização deste mestrado, inicialmente tão além de nossas possibilidades.

Ao meu avô João “Pereira”, pelo companheirismo e complemento do caráter humanista de minha educação paterna.

Ao grande amigo Reinaldo Félix, às tia Gislaine, madrinha Vanda, tia Vilma e tia Marilza, pessoas sempre presentes e dispostas a ajudar. Ao tio Orlando e ao amigo Jorge pelo empenho nas fotos sobre São Francisco de Sales. Aos meus padrinhos Gilka e Luís Carlos, cujo apoio e atenção tornaram possíveis passos difíceis de se empreender. À “dona” Maria da Guia pelo grande auxílio durante os anos da faculdade. Ao Andrey, ao Wolney, à Camila, ao Marcelo, do laboratório de informática do CTU, e a todos os amigos que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho. À “dona Elídia”, ao “Rachid” e família, que me acolheram nos primeiros meses da graduação.

À Susie Q. e ao Tadeu, pelos momentos de alegria nos últimos anos.

À memória de meu primo Fernando Alves, cuja partida recente já deixa muitas saudades. Sua alegria fará grande falta em nossas reuniões. À memória do amigo Luiz de França, de meus avós Maria e Antônio dos Passos e dos tios Maxuel e Arivaldo, e a todos os que ficaram em algumas das curvas de minha história familiar.

À memória dos senhores Jair Valença, José Eis e Gentil Machado, amizades firmadas durante os levantamentos da rua Guaranis, e de Valdir Torelli, que contribuiu com informações importantes sobre a rua Icós. Aos senhores João Guerra, Ladislau Sanches, Adelaide Cantagalli, Dirce Eis, famílias Wielganczuk e Morettini, Francisco Maresca, José Galo, Pedro Bordin Jr., Lindolfo e Vilmar Pelinser, João Soares, Olga Santos, Maria Lisse e a todos os demais moradores das ruas pesquisadas, cuja compreensão foi fundamental à realização deste estudo.

Agradeço a profa. Dra. Maria Del Carmen, pela participação na banca de qualificação e considerações importantes ao desenvolvimento da dissertação.

À profa. Dra. Milena Kanashiro, suplente da banca examinadora, que tem acompanhado e contribuído para o desenvolvimento deste tema desde a graduação.

À Valdete e à Laurides, secretárias do LPUR e do LAU, respectivamente, e à Áurea, Célia, Darci, Rosângela e Ruth, do Museu Pe. Carlos Weiss, pela paciência e atenção dispensada durante os levantamentos.

À Regina e Joelma, da Secretaria de Pós-Graduação do CCE-UEL. À Vanda de Moraes, Diretora de Patrimônio da Secretaria Municipal da Cultura – PML. À Coordenação do Programa de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento e à CAPES, pela concessão de bolsa de estudos durante o segundo ano do curso.

Enfim, à pequena cidade mineira de São Francisco de Sales, minha tradução mais possível de Pasárgada, por ter me ensinado a buscar sempre a beleza das coisas simples.

LAMOUNIER, Alex Assunção. **Atmosferas de ruas**: identificação de componentes e qualidades em Londrina-PR. 2006. 274f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

RESUMO

Um passeio por certas ruas e bairros de Londrina-PR pode revelar lugares onde o tempo parece sedimentado, com atmosferas que representam determinadas etapas de seu desenvolvimento. Atmosfera urbana, aqui considerada, refere-se à personalidade de alguns espaços urbanos. É definida por uma série de aspectos físico-espaciais e sócio-culturais. Pode ser entendida como a “aura” do lugar, já que pressupõe, ainda, certo grau de envolvimento entre observador e paisagem. Sua identificação depende da “educação do olhar”, algum reconhecimento, “familiaridade” com os aspectos que compõem o espaço observado. O trabalho visa a definição de alguns métodos para a identificação de atmosferas. Para tanto, foram analisados estudos de vários autores que pesquisam as qualidades e os determinantes do caráter dos espaços em geral – Allan Jacobs, Ian Bentley e equipe, Christian Norberg-Schulz, Amos Rapoport, e o grupo PPS; além de Robert Gifford, que estuda as inter-relações entre qualidades espaciais e comportamentos territoriais. Os estudos existentes e os levantamentos de campo em ruas de Londrina-PR possibilitaram a organização de dois métodos de identificação de atmosferas. O primeiro consiste num processo de identificação através das possíveis qualidades do local a ser analisado. O segundo método permite a identificação de atmosferas através dos elementos de composição da paisagem. Três tipos de atmosfera foram reconhecidos neste trabalho: tradição, nova tradição e nova velha tradição. Tradição: uma paisagem originada no desenvolvimento das primeiras áreas urbanas (durante os anos 1930), definida por um conjunto de casas de madeira, associada a um forte senso de comunidade resulta numa atmosfera específica. Nova Tradição: a implementação da Lei nº 133 (1951) originou a atmosfera chamada nova tradição. Neste estudo é relacionada ao Jardim Shangri-lá, com suas ruas curvas, vegetação e residências em estilo moderno. Nova Velha Tradição: formas tradicionais de organização que, no entanto, foram retrabalhadas de acordo com novas formas de se pensar os espaços originaram a chamada atmosfera de nova velha tradição. Por fim, pode-se concluir que atmosfera é um resultado de fatores complexos e inter-relacionados. Configuração espacial, tempo e senso de comunidade parecem ser, no entanto, três elementos básicos à construção de uma atmosfera.

Palavras-chave: Atmosfera urbana. Qualidades urbanas. Ruas tradicionais. Paisagem urbana.

LAMOUNIER, Alex Assunção. **Atmosferas de ruas**: identificação de componentes e qualidades em Londrina-PR. 2006. 274f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

ABSTRACT

A stroll along some streets and neighborhoods of Londrina-Paraná State, Brazil, can reveal places where time seems to have stopped, with atmospheres which represents certain stages of its development. Urban atmosphere, considered here, refers to the personality of some urban spaces. It is defined by a series of physical-spatial and socio-cultural aspects. It can also be understood as the “aura” of places as it presupposes certain degree of involvement between the observer and the townscape. Its identification depends on the “education of look”, some recognition, and “familiarity” with the aspects that compose the observed space. This work intends to define some methods to identify atmospheres. Thus, studies of various authors who research the qualities and the spaces character determinants – Allan Jacobs, Ian Bentley and his team, Christian Norberg-Schulz, Amos Rapoport, and the PPS group; and who studies the inter-relations between spatial qualities and territorial behaviors, Robert Gifford. The existent studies and the field surveys in the streets of Londrina, enable the organization of two atmosphere identification methods. The first one consists on an identification process through the possible qualities of the place to be analyzed. The second method permits the atmosphere identification through the elements of townscape composition. Three types of atmosphere were recognized in this study and were defined as: tradition, new tradition and new old tradition. Tradition: a townscape originated in the early developed urban areas (during 1930’s) defined by a groups of wooden houses associated with a strong sense of community results in a specific atmosphere. New Tradition: the implementation of the Law nº 133 (1951) originated the atmosphere called new tradition. In the case study, it is related with the Shangri-lá area with its curved streets, vegetation and modern style houses. New Old Tradition: rethinking of traditional spatial organization according to new development schemes. Finally, it is possible to conclude that the atmosphere is a result of complex and inter-related factors. Spatial configuration, time and sense of community are the three basic elements for the construction of an atmospheres.

Keywords: Urban atmosphere. Urban qualities. Traditional streets. Townscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – São Francisco de Sales-MG: vista oeste, junho de 2006.....	20
Figura 2 – Necessidades à Qualidade de Vida nas Cidades e Conseqüências da Não-Satisfação.....	26
Figura I.1a – Atmosfera de uma “Great Street”	51
Figura I.1b – Definição: relação de 1:4 entre altura dos prédios e largura da rua num ângulo de observação de 30° para a direção da rua	51
Figura I.1c – Transparência: os galhos revelam um pouco do quintal além do muro	52
Figura I.2a – Apropriação Visual: monotonia (acima) e homogeneidade que desperta interesse (abaixo).....	56
Figura I.2b – Personalização: plantas nos muros, sem interferências nas construções (acima); plantas nos muros e modificações nas construções (abaixo).....	57
Figura I.3a – Sobreposição de Mapas para Análises com Vistas à Intervenções em Bairros	62
Figura I.3b – Intervenções Propostas à Melhoria de Ruas	63
Figura I.4a – Qualidades que Configuram um “Great Place”	66
Figura I.4b – “As Vantagens do Lugar”.....	67
Figura I.5a – <i>Genius loci</i> : ruas irregulares e densidade de edificações sem recuos, com mesma escala e telhados similares.....	71
Figura I.5b – <i>Genius loci</i> : conjunto de edificações que representam valores culturais específicos.....	71
Figura I.6a – Esquema de Análise dos Sentimentos Evocados por um Local	75
Figura I.6b – Modelo para Análises de Psicologia Ambiental, Relacionadas a Comunidades	75
Figura I.6c – Plantas Bem Cuidadas: expressões de territorialidade	75
Figura I.6d – Visibilidade a partir da Rua: a residência da esquerda, de maior visibilidade, é mais segura que a casa do lado direito.....	76
Figura I.7a – Diferenças entre Espaços de Alta Velocidade e de Uso Pedestre	80
Figura I.7b – Diferenças Notáveis: aspectos que conferem complexidade aos espaços.....	81
Figura I.8 – Qualidades que Definem um “Lugar”	83
Figura I.9 – Qualidades que Definem uma Atmosfera.....	84

Figura I.10a	– Definições das Qualidades Urbanas: 1. Aspectos Sócio-Culturais	85
Figura I.10b	– Definições das Qualidades Urbanas: 2. Usos e Atividades	85
Figura I.10c	– Definições das Qualidades Urbanas: 3. Conforto e Imagem.....	86
Figura I.10d	– Definições das Qualidades Urbanas: 4. Acessos e Ligações.....	87
Figura I.11a	– Aspectos Comuns entre os Autores Estudados: 1. Sócio-Culturais	88
Figura I.11b	– Aspectos Comuns entre os Autores Estudados: 2. Usos e Atividades	88
Figura I.11c	– Aspectos Comuns entre os Autores Estudados: 3. Conforto e Imagem	89
Figura I.11d	– Aspectos Comuns entre os Autores Estudados: 4. Acessos e Ligações	90
Figura I.12	– Componentes de Formação dos “Lugares”	92
Figura I.13	– Composição de Atmosferas: classes e categorias de elementos.....	93
Figura I.14	– Classes e Categorias de Elementos.....	94
Figura I.15	– Conjunto de Edificações: ritmos horizontais e verticais	96
Figura I.16a	– Visuais: método de análise de paisagens.....	98
Figura I.16b	– Visuais: método de análise de paisagens.....	98
Figura I.16c	– Visuais: método de análise de paisagens.....	99
Figura I.17a	– Relação entre os Tipos de Território e os Domínios Público e Privado..	100
Figura I.17b	– Tipos de Território: critérios de classificação	100
Figura I.18	– Qualidades e Elementos de Composição.....	105
Figura I.19a	– 1.Aspectos Sócio-Culturais: subsídios à identificação de atmosferas.....	106
Figura I.19b	– 2. Usos e Atividades: subsídios à identificação de atmosferas.....	107
Figura I.19c	– 3. Conforto e Imagem: subsídios à identificação de atmosferas	108
Figura I.19d	– 4. Acessos e Ligações: subsídios à identificação de atmosferas	109
Figura I.20	– Elementos de Composição: subsídios à identificação de atmosferas.....	109
Figura II.1	– Localização das Ruas Estudadas	120
Figura II.2	– Componentes da Paisagem em Ruas Tradicionais	121
Figura II.3a	– Rua Guaranis: Planta Cadastral 1951	125
Figura II.3b	– Rua Guaranis: Planta Cadastral 1993	125
Figura II.4	– Figura-Fundo Rua Guaranis	128
Figura II.5	– Rua Guaranis: tipologia de fachadas	130
Figura II.6	– Rua Guaranis: elementos de definição	131
Figura II.7a	– Rua Guaranis: vista do lado sul	132
Figura II.7b	– Rua Guaranis: vista do lado norte.....	132
Figura II.8	– Rua Guaranis: classificação de territórios	134
Figura II.9	– Rua Guaranis: relações de vizinhança.....	136

Figura II.10a –Fotos Rua Guaranis	137
Figura II.10b –Fotos Rua Guaranis	138
Figura II.10c –Fotos Rua Guaranis	139
Figura II.11a –Rua Icós: Planta Cadastral 1951	143
Figura II.11b –Rua Icós: Planta Cadastral 1993.....	143
Figura II.12 – Figura-Fundo Rua Icós	147
Figura II.13 – Rua Icós: tipologia de fachadas	148
Figura II.14 – Rua Icós: elementos de definição	150
Figura II.15a –Rua Icós: vista do alto(lado leste).....	151
Figura II.15b –Rua Icós: vista de baixo (lado oeste).....	151
Figura II.16 – Rua Icós: classificação de territórios	153
Figura II.17 – Rua Icós: troca de mudas de plantas entre moradores reflete os laços de vizinhança	154
Figura II.18a –Fotos Rua Icós	155
Figura II.18b –Fotos Rua Icós	156
Figura II.18c –Fotos Rua Icós	157
Figura II.19a –“Ladeiras”: Planta Cadastral 1951.....	160
Figura II.19b –“Ladeiras”: Planta Cadastral 1993.....	160
Figura II.20 – Plantas “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas.....	162
Figura II.21 – Figura-Fundo “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas	166
Figura II.22 – “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: tipologia de fachadas	168
Figura II.23 – “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: elementos de definição	169
Figura II.24a –“Ladeira” Espírito Santo: vista do alto(lado oeste)	170
Figura II.24b –“Ladeira” Espírito Santo: vista de baixo (lado leste)	171
Figura II.24c –“Ladeira” Alagoas: vista do alto(lado oeste).....	171
Figura II.24d –“Ladeira” Alagoas: vista de baixo (lado leste)	172
Figura II.25 – “Ladeiras”: classificação de territórios.....	176
Figura II.26 – Utilização “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas.....	178
Figura II.27 – “Ladeira” Espírito Santo: residências ocupadas por grupo de amigos....	179
Figura II.28a –Fotos “Ladeira” Espírito Santo.....	180
Figura II.28b –Fotos “Ladeira” Espírito Santo.....	181
Figura II.28c –Fotos “Ladeira” Espírito Santo.....	182
Figura II.29 – Foto Aérea Jardim Shangri-lá, década de 1960.....	188
Figura II.30 – Figura-Fundo Rua Guilherme da Mota Correia	192

Figura II.31 – Jardim Shangri-lá: tipologia de fachadas.....	193
Figura II.32 – Jardim Shangri-lá: elementos de definição.....	194
Figura II.33 – Jardim Shangri-lá: localização das praças	195
Figura II.34 – Jardim Shangri-lá: estruturação viária.....	195
Figura II.35a –Jardim Shangri-lá: vista do lado oeste.....	196
Figura II.35b –Jardim Shangri-lá: vista do lado leste.....	197
Figura II.36 – Jardim Shangri-lá: classificação de territórios.....	198
Figura II.37 – Jardim Shangri-lá: integração entre praças e vielas.....	199
Figura II.38a –Fotos Jardim Shangri-lá.....	200
Figura II.38b –Fotos Jardim Shangri-lá.....	201
Figura II.38c –Fotos Jardim Shangri-lá.....	202
Figura II.39 – Conjunto do Café: parte do mapa de 1974 sobreposição dos dois parcelamentos	206
Figura II.40a –Conjunto do Café: projeto inicial	207
Figura II.40b –Conjunto do Café: versão executada (atual).....	208
Figura II.41 – Figura-Fundo Conjunto do Café.....	212
Figura II.42 – Conjunto do Café: organização espacial (praça central e módulo rebatido).....	213
Figura II.43 – Conjunto do Café: elementos de definição.....	214
Figura II.44 – Conjunto do Café: localização das praças e canteiros.....	214
Figura II.45 – Conjunto do Café: estruturação viária.....	215
Figura II.46 – Conjunto do Café: rede visual de praças	216
Figura II.47a –Conjunto do Café: vista externa	216
Figura II.47b –Conjunto do Café: vista interna.....	217
Figura II.48 – Conjunto do Café: classificação de territórios.....	218
Figura II.49 – Utilização Conjunto do Café: ruas com largura variada denotam intenção de distribuição do tráfego de acesso ao bairro	219
Figura II.50 – Conjunto do Café: praça como jardim comunitário os moradores zela pela manutenção e plantam mudas nos canteiros próximos à sua residência.....	220
Figura II.51a –Fotos Conjunto do Café.....	221
Figura II.51b –Fotos Conjunto do Café.....	222
Figura II.51c –Fotos Conjunto do Café.....	223
Figura II.52 – Rua Guaranis: mapa de transformações visíveis	228

Figura II.53 – Rua Icós: mapa de transformações visíveis.....	229
Figura II.54 – Jardim Shangri-lá: mapa de transformações visíveis	232
Figura II.55 – Rua Guaranis: estágios de transformação.....	234
Figura II.56 – Rua Icós: estágios de transformação	235
Figura II.57a – “Ladeira” Espírito Santo: estágios de transformação	235
Figura II.57b – “Ladeira” Alagoas: estágios de transformação.....	236
Figura II.58 – Jardim Shangri-lá: estágios de transformação.....	236
Figura II.59 – Rua Guaranis: zona de identificação de atmosfera.....	239
Figura II.60 – Rua Icós: zona de identificação de atmosfera	240
Figura II.61 – “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: zona de identificação de atmosfera	241
Figura II.62 – Jardim Shangri-lá: zona de identificação de atmosfera.....	242
Figura II.63 – Conjunto do Café: zona de identificação de atmosfera.....	243
Figura C.1 – Identificação de Qualidades: possibilidade de avaliação de atmosferas.....	251
Figura C.2a – Rua Guaranis: “camadas” da paisagem tradicional.....	254
Figura C.2b – Rua Icós: “camadas” da paisagem tradicional.....	254
Figura C.2c – “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: “camadas” da paisagem tradicional	255
Figura C.3 – Jardim Shangri-lá: “camadas” da paisagem de nova tradição.....	256
Figura C.4 – Conjunto do Café: “camadas” da paisagem de nova velha tradição	256
Figura A.1a – Mapa “Villa” Mattos 1940	269
Figura A.1b – Mapa Vila Mattos 1965 (incluindo extensão do loteamento)	270
Figura A.2a – Mapa Vila Matarazzo 1937	271
Figura A.2b – Mapa Vila Matarazzo 1969	272
Figura A.3 – Mapa Jardim Shangri-lá 1951	273
Figura A.4 – Mapa Conjunto do Café 1974 (COHAPAR).....	274

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCE-UUEL – Centro de Ciências Exatas da UEL

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CML – Câmara Municipal de Londrina

CNU – *Congress for New Urbanism*

COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

DER – Departamento de Estradas e Rodagem

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LAU-UUEL – Laboratório de Arquitetura e Urbanismo da UEL

LPUR-UUEL – Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais da UEL

PAGON – *Progressive Architects Group Oslo Norway*

PPS – *Project for Public Spaces*

PML – Prefeitura do Município de Londrina

RVPSC – Rede Viária Paraná-Santa Catarina

UEL – Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
A TERRA NATAL – SÃO FRANCISCO DE SALES-MG	19
TEMPOS DE GOIÂNIA-GO	21
TEMPOS DE LONDRINA-PR	22
OBJETIVO	24
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
JUSTIFICATIVA	25
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
ESTRUTURA DO TRABALHO	30
REFERÊNCIAS	33
PARTE I – ATMOSFERA DE RUA/ BAIRRO	35
CAPÍTULO 1	36
I.1 DEFINIÇÃO DE ATMOSFERA	36
I.1.1 Atmosfera Urbana ou a “Aura do Lugar”	41
CAPÍTULO 2	44
I.2 ESTUDOS EXISTENTES	44
I.2.1 Qualidades Consideradas pelos Autores	44
I.2.2 Autores Analisados	45
I.2.2.1 Allan Jacobs – Construindo “ <i>great streets</i> ”	45
Estética	46
I.2.2.2 Ian Bentley e Equipe – Ambientes responsivos: um manual para <i>designers</i>	52
“Responsividade”	52
I.2.2.3 Donald Appleyard – Ruas vivenciáveis e vizinhanças protegidas.....	57
“Vivenciabilidade”	58
I.2.2.4. PPS – O que constrói um local de sucesso?	64

Usabilidade do Espaço Público	65
I.2.2.5 Christian Norberg-Schulz – “ <i>Genius Loci</i> ”: para uma fenomenologia da arquitetura.....	67
Identificabilidade	69
I.2.2.6 Robert Gifford – Territorialidade.....	72
“Territorialidade”.....	72
I.2.2.7 Amos Rapoport – As características perceptivas de ruas de pedestres: as hipóteses gerais e específicas	76
“Complexidade”	76
CAPÍTULO 3	82
I.3 VARIÁVEIS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE ATMOSFERAS	82
I.3.1 Método I: a partir das qualidades urbanas.....	82
I.3.1.1 Aspectos Comuns.....	87
I.3.2 Método II: a partir dos elementos de composição	91
I.3.2.1 Elementos de composição e qualidades definidas pelos autores.....	104
I.3.3 Identificando a “Aura do Lugar”.....	106
REFERÊNCIAS	111
SITES PESQUISADOS	114
OUTRAS PUBLICAÇÕES: DOCUMENTOS E PERIÓDICOS HISTÓRICOS DE LONDRINA”	116
PARTE II – ATMOSFERAS DE LONDRINA: PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO	117
CAPÍTULO 4	118
II.1 RUAS TRADICIONAIS – ATÉ INÍCIO DOS ANOS 1950	120
II.1.1 A Rua guaranis.....	122
II.1.1.1 O Início da rua	122
II.1.1.2 O Estigma da vila mattos	123
II.1.1.3 Processo de ocupação da rua.....	124
II.1.1.4 A Atmosfera da rua guaranis	126
II.1.1.5 Considerações sobre a rua guaranis	140

II.1.2 A Rua Icós	140
II.1.2.1 Processo de ocupação da rua.....	142
II.1.2.2 Os jardins da rua Icós.....	144
II.1.2.3 A atmosfera da rua Icós	145
II.1.2.4 Considerações sobre a rua Icós	158
II.1.3 As “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas	159
II.1.3.1 O surgimento das ladeiras.....	159
II.1.3.2 Uruguai – rua definidora das ladeiras	161
II.1.3.3 Elementos de composição das ladeiras	161
II.1.3.4 A atmosfera das ladeiras	164
II.1.3.5 Considerações sobre as “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas	183
II.1.4 Ruas Tradicionais: conclusões preliminares.....	183
CAPÍTULO 5	185
II.2 RUAS DE NOVA TRADIÇÃO – PÓS 1950	185
II.2.1 O Jardim Shangri-lá	186
II.2.1.1 O “Aristocrático bairro de Londrina”	188
II.2.1.2 As residências modernas do Jardim Shangri-lá	189
II.2.1.3 A Atmosfera do Jardim Shangri-lá: a rua Guilherme da Mota Correia.....	190
II.2.1.4 Considerações sobre o Jardim Shangri-lá.....	203
CAPÍTULO 6	204
II.3 NOVA VELHA TRADIÇÃO	204
II.3.1 O conjunto do café	205
II.3.1.1 Os dois conjuntos do café – a evolução do traçado do bairro.....	206
II.3.1.2 O primeiro conjunto habitacional de londrina	209
II.3.1.3 A construção da comunidade	210
II.3.1.4 A atmosfera do conjunto do café	211
II.3.1.5 Considerações sobre o conjunto do café.....	224
CAPÍTULO 7	225
II.4 TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM, RUPTURA E MANUTENÇÃO DE ATMOSFERAS	225
II.4.1 Rua Guaranis: dissociação da vizinhança.....	225
II.4.2 Rua Icós: mudança de proprietários.....	228

II.4.3 “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: adaptações necessárias.....	230
II.4.4 Jardim shangri-lá: transformação do uso	231
II.4.5 Conjunto do café: intervenções pulverizadas	233
II.4.6 Conclusões Preliminares	233
Estágios de transformação	233
“Zonas de identificação de Atmosfera”	237
REFERÊNCIAS	244
<i>SITES</i> PESQUISADOS	246
OUTRAS PUBLICAÇÕES: DOCUMENTOS E PERIÓDICOS HISTÓRICOS DE LONDRINA”	247
CONCLUSÃO: HÁ FUTURO PARA ATMOSFERAS?	248
APREENDENDO ATMOSFERAS	249
QUALIDADES URBANAS.....	249
ATMOSFERAS DE LONDRINA.....	252
COMPONENTES VISÍVEIS.....	253
PERMANÊNCIA DE ATMOSFERAS	257
BIBLIOGRAFIA	259
<i>SITES</i> PESQUISADOS	264
OUTRAS PUBLICAÇÕES: DOCUMENTOS E PERIÓDICOS HISTÓRICOS DE LONDRINA”	267
ANEXO – MAPAS ANTIGOS DAS ÁREAS ESTUDADAS	268

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A TERRA NATAL – SÃO FRANCISCO DE SALES-MG

A cidade de São Francisco de Sales está localizada na região conhecida como “Pontal do Triângulo Mineiro”, onde o estado de Minas Gerais encontra-se com os estados de São Paulo (ao sul), Mato Grosso do Sul (a oeste) e Goiás (ao norte). Foi fundada a partir de uma aldeia de índios caiapós, situada aproximadamente a seis quilômetros da margem norte do Rio Grande – divisa com o estado de São Paulo – e a cerca de cem quilômetros da então província de Mato Grosso.

Em 1819 esta aldeia contava com cerca de duzentos moradores. O nome atual foi dado pelo padre português Jerônimo Gonçalves de Macedo em 1835, considerado o fundador da cidade, por ter chegado ali no dia 29 de janeiro, data consagrada a São Francisco de Sales pelo calendário católico (NUNES, 1996).

Quinze anos mais tarde, no dia 31 de maio de 1850, a aldeia era declarada distrito do município de Prata, a cento e setenta quilômetros de distância, aproximadamente. A emancipação, no entanto, ocorreria somente em 1962, no dia 30 de dezembro.

Retornando para o Rio de Janeiro, do episódio da Guerra do Paraguai conhecido como “a Retirada da Laguna”, Visconde de Taunay passa por São Francisco de Sales em 12 de julho de 1867. Sua obra “Céus e Terras do Brasil”, de 1882, traz a seguinte descrição do local:

[...] povoação constante dumas quarenta casas, poucas de telhas, muitas em ruínas, fundada em 1837 pouco mais ou menos, e que nenhum progresso tem tido: definha lentamente, balda das esperanças que melhores condições poderiam fazer nascer, entretanto o terreno é fértil, a posição bonita e a índole dos habitantes boa. Na várzea que se percorre antes de subir a suave encosta em que assentam as casas, vimos pela última vez os belíssimos grupos de buritis (TAUNAY, 1948, p. 101).

Em obra anterior, o romance “Inocência” – publicado pela primeira vez em 1872, o autor já fazia referência à região de São Francisco de Sales. Logo no início há uma descrição da paisagem de determinada estrada próxima “[...] ao vértice do ângulo em que confinam os territórios de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso [...]”. No capítulo

final do livro, o confronto entre “Cirino” e “Manecão” ocorre na “[...] estrada de São Francisco de Sales [...]” (TAUNAY, 1991, p. 9 e 123). Sobre a passagem do Visconde pelo então povoado, seu pouso na “igreja antiga” – uma edificação de madeira já demolida – permanece ainda hoje no imaginário dos moradores da cidade.

Situada a meia encosta, São Francisco de Sales só pode ser vista como um todo por quem chega do lado oeste, como se viesse do ponto onde se encontram os quatro estados. Observadas de longe, suas construções são quase totalmente suprimidas pela arborização densa das ruas e da área entorno da cidade (Figura 1). A torre da igreja matriz, embora não seja muito alta, destaca-se em meio à paisagem predominantemente “verde” do local.



Figura 1 – São Francisco de Sales-MG: vista oeste, junho de 2006

Fonte: Orlando Silva e Jorge Machado (Arts Foto)

Uma vez na cidade, não se nota construções que apontem tratar-se de um dos povoados mais antigos da região. A chamada “rua dos velhacos” – em péssimo estado de conservação, no limite oeste do perímetro urbano, o trecho de uma avenida com pequeno conjunto de edificações aparentemente dos anos 1940/50 e algumas casas isoladas em outras poucas ruas são os únicos remanescentes na paisagem da cidade como testemunhos de parte da histórica local.

Nesta pequena cidade mineira passei os primeiros quinze anos de minha vida. Sua área urbana, apesar de ter crescido um pouco desde então, mal ultrapassou a dimensão de um quilômetro quadrado, com cerca de dez quarteirões de extensão em ambos os lados.

Uma área tão pequena pode ser totalmente apreendida por qualquer criança em idade de brincar nas ruas. Assim, São Francisco era inteiramente “minha”. Não importava se com maior ou menor grau de intimidade, cada área da cidade era entendida como parte de um território. Em algumas eu podia permanecer o dia todo, em outras passar de vez em quando, mas não havia local verdadeiramente proibido à minha presença ou passagem.

Quando em viagem, notava diferenças entre as cidades, mas imaginava que somente o poder econômico, o tempo e a localização eram responsáveis por tais diferenças. Considerava minha cidade boa, mas por quê? Não havia os edifícios verticais dos grandes

centros urbanos, nem os monumentos e catedrais considerados imponentes por minha visão “caipira”. Seriam o sossego e o fato de todos os moradores se conhecerem os únicos responsáveis pelo ambiente agradável em que eu vivia? Na vida cotidiana as qualidades de São Francisco me eram invisíveis. Podia senti-las, mas o “olhar acostumado” de morador não permitia uma identificação mais clara.

TEMPOS DE GOIÂNIA-GO

No décimo quinto ano mudei-me para Goiânia, para realizar os estudos de 2º Grau. No início a vida nesta cidade me parecia irreal. Apesar de já ter um cotidiano estabelecido, faltavam-me espaços que pudessem ser chamados de “meus”. Conseguia me orientar, mas como me identificar com ruas, praças e outras áreas divididas com tantas pessoas às quais nem de vista eu conhecia? Agradava-me andar pela cidade, mas me parecia mais estar “a passeio” do que realmente morando ali.

A insegurança sentida não se referia somente ao medo da criminalidade. Percebi, então, que São Francisco de Sales era boa porque me era familiar. Gostava daquela cidade por ser “minha” e era “minha” porque eu a conhecia em toda sua extensão e tinha uma história para contar “de cada um de seus cantos”. Não sentia saudades somente das pessoas, da casa de minha família ou de meu quintal, mas da cidade como um todo. Lembrar de São Francisco não significava recordar apenas as duas praças bem cuidadas e freqüentemente mencionadas com orgulho pelos moradores de lá, mas também pensar em ruas anteriormente consideradas banais.

A falta de poder andar pelas matas ou nadar nos rios e córregos das proximidades, e da visão do pôr do sol nas pastagens e matas ralas do oeste levaram-me a entender a importância do entorno da cidade. Já sabia, portanto, que a área em volta e as paisagens resultantes da mesma eram características boas que complementavam o espaço urbano de São Francisco. Sem estas a cidade perderia muito de sua graça. Outras qualidades, no entanto, me permaneciam obscuras, pois não poderia atribuí-las uma definição satisfatoriamente clara.

Aos poucos começava a gostar de Goiânia e a me identificar com diversas áreas da cidade. Sabia que sentiria saudades dali quando me mudasse. Quais seriam, no entanto, as qualidades que me fariam recordar estes locais, garantindo sua permanência em

minhas lembranças? O que os tornava memoráveis? Não era só, por exemplo, a variedade de lojas das ruas do centro, já que também me agradava caminhar por ali aos domingos. Nem eram, tampouco, as palmeiras ritmadas dos canteiros centrais da avenida Goiás, pois esta não era a única rua de minha preferência. Entendia que estes locais eram importantes porque eu os utilizava sempre e me traziam, portanto, algumas lembranças. Por outro lado, no entanto, quais fatores teriam me motivado a escolhê-los, quando ainda não representavam qualquer espécie de significado?

TEMPOS DE LONDRINA-PR

A primeira impressão que tive de Londrina foi melhor que a de Goiânia. Mais compacta, esta cidade parecia oferecer a diversidade de um grande centro urbano ao mesmo tempo em que permitia, por exemplo, avistar o horizonte com a paisagem natural não muito distante, a partir de algumas esquinas do centro.

Com o olhar mais atento, as diferenças entre as cidades em que havia morado, e mesmo aquelas que eu somente visitara, se tornavam mais claras e suas qualidades eram percebidas mais facilmente. O conhecimento adquirido em determinadas disciplinas da faculdade de Arquitetura e Urbanismo aguçava o olhar, proporcionando uma leitura mais objetiva do espaço urbano.

Estudar Londrina me permitia descobrir qualidades antes não identificadas nas lembranças ou nas visitas feitas a São Francisco de Sales. Mais ainda, me permitia notar que, apesar de resultantes de contextos diferentes, alguns aspectos eram comuns às duas cidades, ou mesmo à Goiânia, e que outras características pareciam ser exclusivas, únicas a cada uma destas cidades. Cada volta a São Francisco significava, agora, não somente o retorno à cidade natal, mas uma espécie de redescoberta, pois determinadas características só são inteiramente reveladas a olhos que, não comprometidos pela paisagem costumeira, a observam como se pela primeira vez.

Já havia compreendido que, além de diferentes entre si, as cidades são compostas por áreas também diferentes. Começava, então, a perceber que cada uma destas áreas, sejam constituídas apenas por uma viela, uma pequena rua, um conjunto de casas em volta de uma praça ou por um bairro inteiro, podem apresentar um caráter próprio, resultado da conjugação de uma série de aspectos que incluem o processo de formação do local, suas

características físicas e organização espacial e o contexto social e cultural.

A combinação do caráter de cada uma destas áreas, mesmo sendo exclusivo, pode resultar no caráter geral da cidade. Por outro lado, pode também originar uma cidade sem um caráter propriamente definido. Neste caso, a cidade se caracterizaria pelo aspecto singular de cada uma das diversas áreas que a constituem, suas diferenças e contrastes. Consistiria numa forma de caráter diverso, sem possibilidade de unidade entre os espaços urbanos locais.

Esta dissertação estuda o caráter ou atmosfera de ruas e bairros tradicionais de Londrina. Atmosfera relaciona-se à nostalgia, a um sentimento de melancolia que acompanha as recordações da terra natal ou de outros “lugares” dos quais se tenha saudades. Neste sentido, a identificação de atmosferas passa, primeiro, pelo reconhecimento de aspectos de um passado saudoso que, esquecidos ou não, são trazidos à mente quando encontrados em locais muitas vezes inéditos, diferentes dos “lugares” que se tem guardados na memória. Num segundo momento é que se inicia o processo de identificação dos elementos físicos e sua organização espacial, bem como das qualidades encontradas, práticas sociais e valores culturais associados ao espaço observado.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo a identificação da atmosfera de ruas ou bairros em Londrina. Busca definir as qualidades e elementos que compõem a atmosfera, bem como os fatores que garantem permanências ou que desencadeiam transformações. Pretende entender os aspectos que tornam determinadas ruas diferentes das outras. O porquê de algumas serem familiares, reconhecíveis e outras não. São analisados, portanto, os subsídios para a construção de uma cidade além das infra-estruturas tradicionalmente consideradas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definição de métodos à identificação de atmosferas;
- Estudo do processo de formação e transformação de ruas em bairros tradicionais de Londrina;
- Análise das relações entre paisagem e comunidade (configuração físico-espacial e organização social);
- Identificação do processo de ruptura da comunidade e de desestruturação da paisagem, bem como dos fatores de permanência de características tradicionais;
- Estudo dos mecanismos internos de conservação e manutenção da comunidade como continuidade da atmosfera.

JUSTIFICATIVA

“A discussão sobre as cidades vem evoluindo para novas temáticas, onde conforto, afetividade, atmosfera e senso de comunidade assumem fortes significados, frente a um [dominante] pensar legalista” (LAMOUNIER; YAMAKI, 2003, p. 289).

O meio urbano se compõe de diversos ambientes menores. Conforme Tuan (1980), as pessoas sentem possuir controle apenas sobre pequena parte da cidade. Suas personalidades podem ser expressas através de seus próprios lares, ou mesmo da rua da vizinhança, quando cena de encontros informais.

A cidade de Londrina possui ruas tradicionais, cujo processo de construção se deu de forma continuada, com ativa participação dos moradores. Paisagem homogênea e forte senso de comunidade são aspectos facilmente notados. A identificação com o local, preocupação com a manutenção do espaço público e sua apropriação, atestada pelas expressões e signos de territorialidade, são exemplos de conceitos comuns aos moradores que definem o cotidiano da rua.

Altman (1975) identificou, como territorialidade, as propriedades de um espaço, a personalização ou marcação de uma área, a defesa contra intrusos e funções múltiplas como necessidade de satisfazer tópicos estéticos e cognitivos.

Nestas ruas, onde a história do local confunde-se com a história de grande parte dos moradores, as relações entre paisagem e comunidade são estreitas e interdependentes. O espaço da rua é tido como a extensão do território da própria casa. Assim, os limites entre os domínios público e privado são geralmente tênues, frágeis, resultando em domínios de transição. Jardins bem cuidados na frente dos lotes, varandas e trechos dos quintais visíveis a partir da rua constituem espaços de caráter semi-público e semi-privado.

Apesar da permanência, transformações que interferem na paisagem e promovem a dissociação das relações de vizinhança têm sido cada vez mais frequentes. A construção de edificações que fogem a escala e linguagem arquitetônica do bairro, a retirada de elementos que demarcam territórios e a diminuição da população permanente são exemplos de modificações recorrentes.

Um dos objetivos do trabalho é a identificação desses processos de desestruturação da paisagem – que mecanismos poderiam ser desestimulados, as formas de manutenção locais e as interferências externas possíveis.

O quadro apresentado a seguir foi formulado por Maderthaner (apud SOUZA, 2002, p. 78). Aponta, resumidamente, necessidades e aspectos particulares à

qualidade de vida nas cidades e revela as conseqüências possíveis da não satisfação. Insatisfação com a moradia, fraca topofilia, raiva e vandalismo são as conseqüências que mais se repetem, relacionando-se a necessidades comuns (Figura 2).

Necessidades	Aspectos Particulares	Possíveis Conseqüências da Não-Satisfação
1. Regeneração	Insolação, luz do dia, aeração, proteção contra barulho, espaços para atividades corporais, locais para a prática de esportes e brincadeiras	Esgotamento físico e psíquico, vulnerabilidade face a doenças, insônia, estresse, depressão
2. Privacidade 3. Segurança	Proteção da esfera privada, proteção contra roubos e assaltos	Raiva, medo, estresse, agressão, isolamento, atritos com vizinhos, fraca topofilia
4. Funcionalidade 5. Ordem	Necessidade de espaço, conforto, senso de orientação	Raiva, desperdício de tempo e dinheiro, desorientação, insatisfação com a moradia e a vida, fraca topofilia
6. Comunicação 7. Apropriação 8. Participação	Conversas, ajuda dos vizinhos, participação e engajamento	Preconceitos e conflitos sociais, insatisfação com a moradia, vandalismo, segregação
9. Estética 10. Criatividade	Aspectos dos prédios e fachadas, arruamento, presença de praças e parques	Fraca topofilia, insatisfação com a moradia, mudança de local, vandalismo

Figura 2 – Necessidades à Qualidade de Vida nas Cidades e Conseqüências da Não-Satisfação

Fonte: (SOUZA, 2002, p. 78)

Yamaki (2003a, p. 3) destaca a noção, ainda pouco conhecida, de patrimônio como sustentabilidade. Neste contexto, conservar “[...] a existência simbólica de sítios edificadas e naturais e seus significados [...]” é considerada uma estratégia para que a população sinta-se “[...] parte do lugar, bem como de marketing urbano, de modo a atrair capitais na competição global”. Acselrad (2001, p. 44 e 50) afirma que esta noção não se refere somente “[...] à materialidade das cidades, mas a seu caráter e suas identidades, a valores e heranças construídos ao longo do tempo” e que a durabilidade da cidade não deve desconsiderar “[...] a complexidade da trama social responsável tanto pela reprodução como pela inovação na temporalidade histórica das cidades”. O mesmo autor defende que a inclusão da “[...] memória via restauração e dos atores sociais via interação [...]” constitui um dos “[...] procedimentos discursivos de expansão simbólica da base de legitimação das políticas urbanas” (ACSELRAD, 2001, p. 51).

Yamaki (2003a) ainda ressalta que a discussão do patrimônio em Cidades Novas deve voltar-se não somente a monumentos ou edifícios isolados, mas centralizar-se

principalmente na importância de conjuntos de edifícios como relatos de épocas do desenvolvimento e construção da cidade. Assim, em detrimento à valorização unicamente de edifícios monumentais ou com aspectos singulares, busca-se características comuns verificadas em conjuntos como edificações residenciais em madeira tipologicamente homogêneas, paisagens de telhados (em bairros antigos), ruas com arquitetura predominantemente proto-modernista e tipologia arquitetônica de esquinas tradicionais da cidade.

Estas considerações foram levadas em conta nos levantamentos para o Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina (2003a), projeto coordenado pelo arquiteto Humberto Yamaki, em parceria com a Secretaria Municipal da Cultura.

Tiveram grande atenção, ainda, edificações de madeira remanescentes em áreas da cidade de crescente verticalização ou com tendência à substituição por novas construções em alvenaria, e áreas ou elementos considerados como parte do patrimônio cultural e afetivo de Londrina. A composição da paisagem e cotidiano em ruas tradicionais também foi considerada. Neste processo não se tem como objetivo principal o tombamento dos elementos importantes para a história da cidade, mas sim sua conservação por meio da permanência dos usos originais e estímulo à manutenção da comunidade.

A conservação de atmosferas é importante não somente por tratar-se da permanência de aspectos históricos da cidade, mas principalmente por trazer lições à construção de ruas e bairros, conduzindo à idéia do senso de comunidade como fator responsável por condições importantes que, no entanto, estão perdidas nas cidades. O processo de construção e reconstrução, com forte participação da comunidade, e a manutenção e permanência de características representativas ao longo do tempo remetem ao conceito de durabilidade como qualidade urbana (LAMOUNIER; YAMAKI, 2003).

O interesse pelo tema desta dissertação iniciou-se através do contato com o Prof. Dr. Humberto Yamaki, no penúltimo ano do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina. No ano seguinte, sob orientação do mesmo professor, desenvolveu-se um estudo sobre o processo de construção e reconstrução da Rua Guaranis, tradicional em Londrina, como Trabalho de Graduação Interdisciplinar, apresentado em março de 2003. Foram abordados aspectos como a atmosfera da rua e sua composição, onde foram verificadas características físico-espaciais com tendência à homogeneidade, interdependência entre as relações de paisagem e comunidade, intenso relacionamento entre vizinhos e forte identificação com o local, levando a expressões e demarcação de territórios.

Remetem ao conceito de “Topofilia”, segundo o qual “o espaço transforma-

se em lugar na medida em que adquire definição, significado e determinada carga emocional para o observador [...]” (TUAN apud DEL RIO, 1990, p. 96). O apego a determinado local, por ser familiar, ter o significado de lar e representar o passado, evocar o orgulho de posse ou criação consiste num dos aspectos deste conceito (TUAN, 1980).

De uma perspectiva sócio-psicológica, identidades de lugar correspondem a locais determinados, imbuídos de sentidos culturais, sociais e pessoais e providenciam uma estrutura de significados onde a identidade é construída, mantida e transformada (CUBA; HUMON, apud ENTRIKIN, 1994). Desta forma, lugares são parte integral do mundo social da vida cotidiana, tornando-se mecanismos importantes na definição da identidade.

A interdependência das relações entre paisagem e comunidade é reforçada por Chartier, quando considera “os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio [...]” como “[...]verdadeiras instituições sociais que incorporam sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social” (apud ACSELRAD, 2001, p. 48).

Transformações ocorridas na paisagem de ruas tradicionais de Londrina não ocorrem sem que haja um certo grau de resistência por parte da comunidade. Tal resistência se dá por meio dos chamados mecanismos internos de manutenção.

Este trabalho visa a compreensão de atmosferas em ruas tradicionais de Londrina – que representam etapas do processo de desenvolvimento da cidade – e a identificação dos aspectos que as caracterizam, tais como componentes paisagísticos e conceitos comuns aos moradores.

Tuan (1980) atenta para a necessidade de se conhecer os tipos de atividades que ocorrem no lar, nos locais de trabalho e de diversão e nas ruas para que se possa avaliar como as pessoas respondem aos seus ambientes urbanos. Em vista de tal necessidade, o processo de apreensão de valores e conceitos comuns entre os moradores, através de entrevistas e observação cotidiana será de grande importância para este estudo, levando - se sempre em conta suas relações com a paisagem e organização espacial da rua.

Francis (1987, p. 23-24) afirma que as ruas podem contribuir para a formação de uma “cultura pública”, já que “grande parte da vida social e aprendizado ocorre ao longo das ruas”. São consideradas, então, “[...] uma parte importante da paisagem da vida cotidiana”.

De acordo com Eichner e Tobey (1987, p. 276), entre todos os elementos projetados do espaço urbano, a rua destaca-se como o que “[...] mais reflete a qualidade de vida da cidade”.

Os mesmos autores afirmam que “muitas cidades têm bairros cujas ruas apresentam qualidades especiais óbvias – caráter étnico, usos historicamente interessantes, ou uma concentração de usos institucionais”. O caráter originado a partir do uso pode, no entanto, ser mais sutil. Embora estas características não sejam mostradas em mapas de zoneamento, “[...] é crucial que o *design* da paisagem de rua seja guiado por questões de pequena escala [relacionadas ao] contexto local”. Deste modo, a apreensão do “[...] caráter dos bairros, seu espaço público e suas ruas” vai além das “[...] categorias gerais dos códigos de zoneamento” (EICHNER; TOBEY, 1987, p. 277).

A Carta de Washington – Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas, elaborada em 1986 pelo ICOMOS – Conselho de Monumentos e Sítios, afirma que o processo de salvaguarda das cidades e bairros deve integrar-se a “[...] uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada no planejamento físico-territorial e nos planos urbanos em todos os seus níveis”. O “[...] caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem [...]” são considerados valores a se preservar. São citados em particular:

a) a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento; b) as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes; c) a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior), tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; d) as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem; e) as diversas vocações da cidade, adquiridas ao longo de sua história (In: CURY, 2000, p. 282).

“A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade [...]” devem ser estimulados, já que são indispensáveis ao êxito do processo de salvaguarda. A continuidade, evitando a formação de “ilhas urbanas”, é outra qualidade importante de um plano eficiente de salvaguarda. A Carta de Washington denota tal preocupação quando afirma que deve-se empenhar na definição de “[...] uma articulação harmoniosa entre os bairros históricos e o conjunto da cidade”. (In: CURY, 2000, p. 283).

O documento citado e os demais estudos analisados ao longo desta dissertação denotam que o “caráter das cidades” tem sido um assunto de grande importância nas discussões contemporâneas sobre as cidades. O estudo de atmosferas em tecidos urbanos tradicionais possui papel importante nestas discussões. O processo de definição ou de compreensão do caráter das cidades envolve necessariamente a identificação de atmosferas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados durante a elaboração do presente trabalho foram os seguintes:

- pesquisa bibliográfica referente ao tema principal;
- identificação preliminar das ruas e bairros a serem estudados, durante “passeios” por áreas antigas da cidade de Londrina;
- levantamento de dados cadastrais (IPPUL, PML e LAU-UEL) das áreas a serem estudadas;
- levantamento em campo dos locais de estudo (questionários, croquis, mapeamento e fotografias);
- apresentação dos dados levantados e discussões com vistas ao desenvolvimento da dissertação em atendimentos com o orientador;
- organização de quadros para sistematização dos dados levantados;
- correção e complementação do trabalho com base nos comentários realizados pelos membros da banca de qualificação.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação divide-se em duas partes – I. Atmosfera de Rua/Bairro e II. Atmosferas de Londrina: Permanência e Transformação, além da Introdução e Conclusão.

A Introdução trata da história pessoal do autor, as experiências que contribuíram para o desenvolvimento do processo de identificação de “lugares” e atmosferas. Tenta, através do relato de fatos vividos pelo autor, delinear alguns aspectos importantes à constituição de atmosferas – tratados ao longo da dissertação, questionando sobre os fatores que determinam a atratividade de certos locais, que tornam alguns familiares, as características mais lembradas quando ausente da terra natal, e assim por diante. São mencionados três períodos, relacionados, cada um, a uma cidade diferente: São Francisco de Sales-MG, Goiânia-GO e Londrina-PR. Esta parte conta ainda com os objetivos (geral e específicos), justificativa, procedimentos metodológicos, estrutura do trabalho e referências.

A parte I. Atmosfera de Rua/ Bairro divide-se em três capítulos.

O capítulo 1 é dedicado à definição de atmosfera. Cita a forma como é entendida por alguns autores e documentos, bem como os termos mais utilizados como sinônimos da palavra atmosfera. Conclui com a apresentação do significado de atmosfera para o presente trabalho. Um sub-capítulo explica o significado de atmosfera urbana e justifica a denominação de “aura do lugar”.

O capítulo 2 trata de estudos existentes sobre o assunto da dissertação. São analisados sete autores. Entre os estudos analisados, seis consistem de obras de difícil acesso, que não podem ser facilmente encontrados em bibliotecas ou livrarias (sua leitura somente

foi possível graças ao empréstimo dos mesmos pelo prof. Yamaki, que os possui em acervo particular), e um trata-se de *site* disponível na *internet*. No primeiro sub-capítulo é feito breve comentário sobre os autores estudados no sentido de definir qualidades principais – uma para cada autor – conforme os aspectos tratados pelos mesmos. No outro sub-capítulo é apresentado um resumo sobre a obra de cada um dos autores. Todos tratam sobre os aspectos necessários à qualificação dos espaços urbanos e definem os elementos que compõem atmosferas ou que foram considerados importantes para o desenvolvimento da dissertação, por se relacionarem, de uma forma ou de outra, com seu tema. Devido à dificuldade de acesso aos livros e ao fato de todos, inclusive o *site*, terem sido editados em língua inglesa, optou-se pela elaboração de uma síntese mais detalhada destes estudos, de modo que esta dissertação possa providenciar, a estudantes e outros pesquisadores que não tenham como conseguir estas obras, o acesso a tal conhecimento.

O capítulo 3, no final da primeira parte, dedica-se à definição de dois métodos para a identificação de atmosferas, ambos desenvolvidos a partir de sistemas que identificam a composição de “lugares”. No primeiro sub-capítulo é desenvolvido um método de identificação através das possíveis qualidades do local a ser analisado. Termina com a identificação de preocupações comuns entre os estudos existentes. O segundo sub-capítulo apresenta um método que consiste de processo inverso. Trata-se de uma forma de identificação de atmosferas através dos elementos de composição da paisagem. Conclui com o relacionamento entre as categorias de elementos de composição e as qualidades principais definidas a partir dos autores considerados. O último sub-capítulo apresenta tabelas que permitem a aplicação de cada um dos métodos desenvolvidos na identificação de atmosferas dos diversos espaços urbanos e ressalta a importância e aplicabilidade de cada um destes processos.

Em seguida, estão as referências, incluindo *sites* pesquisados, sobre a parte

I.

A parte II. Atmosferas de Londrina: Permanência e Transformação é dividida em quatro capítulos. Destina-se à compreensão de atmosferas em determinadas ruas e bairros de Londrina.

O capítulo 4 estuda as ruas Guaranis, Icós e as “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas. São consideradas “ruas tradicionais”, cujo processo de construção se iniciou bem antes dos anos 1950, durante a expansão do plano de Londrina e loteamento das áreas em seu entorno. Divide-se, portanto, em quatro sub-capítulos – um para cada espaço analisado e outro para as conclusões preliminares sobre ruas tradicionais.

O capítulo 5 volta-se às chamadas “ruas de nova tradição” surgidas a partir da década de 1950. São resultantes das novas formas de se pensar e construir espaços urbanos definidas, em Londrina, principalmente após a aprovação da moderna Lei 133/51. Neste capítulo estuda-se a rua Guilherme da Mota Correia, no Jardim Shangri-lá.

O capítulo 6 estuda a aqui denominada “nova velha tradição”. Analisa-se o Conjunto do Café, que apresenta características resultantes de conceitos antigos retrabalhados, relacionados à construção de espaços urbanos, bem como de exigências legais e aspectos permitidos pela 133 de 1951.

O capítulo 7, último da dissertação, discute a permanência, transformação e anulação de atmosferas nas ruas pesquisadas. Identifica trechos conservados da paisagem inicial e as “invasões” ocorridas nestes locais, bem como os fatores que determinam seu surgimento. É dividido em cinco sub-capítulos (um para cada rua estudada), além das conclusões preliminares.

Em seguida, estão as referências, incluindo *sites* pesquisados e documentos e periódicos históricos de Londrina, citados na parte II.

A Conclusão, finalmente, tem como subtítulo “Há Futuro para Atmosferas?”. Direciona-se às possibilidades de análise e à importância da conservação de atmosferas.

É dividida nos seguintes temas, apresentados nos capítulos da dissertação: Apreendendo Atmosferas, Qualidades Espaciais, Atmosferas de Londrina, Componentes Visíveis, e Permanência de Atmosferas.

A bibliografia geral, por fim, também inclui *sites* pesquisados e documentos e periódicos históricos de Londrina.

O anexo, no final da dissertação, contém alguns mapas antigos das áreas estudadas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: ACSELRAD, H. (org.). *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 27-55.
- ALTMAN, I. **Environment and Social Behavior**. Monterey: Ed. Brooks, 1975.
- CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, IPHAN, 2000.
- DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: PINI, 1990.
- EICHNER, R.; TOBEY, H. **Beyond Zoning**. In: MOUDON, A. (org.). *Public Streets for Public Use*. New York: Anne Vernez Moudon, Van Nostrand Reinhold Company, 1987. parte 4, cap. 22, p. 276-283.
- ENTRIKIN, N. **Place and Region**. In: *Progress in Human Geography*. Los Angeles: 1994.
- FRANCIS, M. **The Making of Democratic Streets**. In: MOUDON, A. (org.). *Public Streets for Public Use*. New York: Anne Vernez Moudon, Van Nostrand Reinhold Company, 1987. parte 1, cap. 1, p. 23-39.
- LAMOUNIER, A. **Construção e Reconstrução de uma Rua Tradicional: a Guaranis em Londrina**. Trabalho de Graduação Interdisciplinar DAU/UEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 2003.
- LAMOUNIER, A.; YAMAKI, H. **Rua Guaranis em Londrina: construção e reconstrução de uma rua**. In: *Anais da 11a SBPN*. Campo Grande: 2003. p. 289-292.
- NUNES, J. **História Religiosa e Política de São Francisco de Sales-MG: Triângulo Mineiro**. Divinópolis: Sidil, 1996.
- SOUZA, M. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TAUNAY, Visconde de. **Inocência**. São Paulo: Ática, 1991.

TAUNAY, Visconde de. **Céus e Terras do Brasil**. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1948.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

YAMAKI, H. (coord.). **Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina: documento para discussão**. Londrina: Lei Municipal de Incentivo à Cultura, PML, 2003a.

PARTE I
ATMOSFERA DE RUA/BAIRRO

CAPÍTULO 1

I.1 DEFINIÇÃO DE ATMOSFERA

Atmosfera pode ser entendida, sinteticamente, como a personalidade de determinados espaços. Popularmente, comentários como “rua agradável”, “lugar simpático”, “acolhedor” são algumas expressões freqüentemente utilizadas pelas pessoas quando tentam descrever a atmosfera de espaços visitados. Referem-se às impressões transmitidas pelas características de certo ambiente.

O Jornal Paraná Norte de 04 de novembro de 1934 (p. 1) afirma que a “*atmosfera* reinante” no início do desenvolvimento de Londrina empolgava as pessoas que chegavam na cidade, incentivando-as a trabalhar “[...] alegremente na *construção* de seu bem estar próprio, sem olvidar-se da *collectividade*”. Três anos mais tarde a expressão “*atmosfera* acre de fumo e álcool” descrevia negativamente o ambiente das zonas de prostituição de Londrina (JORNAL PARANÁ NORTE, 12/12/1937, p. 1).

Entre os autores e documentos pesquisados neste trabalho é bem mais comum o emprego da palavra caráter. *Ambiência* também é um termo utilizado algumas vezes.

O *site* de pesquisas <<http://www.google.com>> apresenta 261 milhões de referências para o termo *atmosphere*, 656 milhões para *character*, e 32,3 milhões para *ambiance*. *Character* consiste, portanto, num termo bem mais utilizado que *atmosphere*. Entre os milhões de citações, foram encontradas as seguintes definições para cada uma das palavras pesquisadas:

Atmosfera – “um ambiente particular ou influência do entorno”; “a atmosfera de um ambiente”; e caráter – “uma propriedade característica que define a natureza individual de algo”; “cada cidade tem uma qualidade própria”^{1.1}.

Ambiência – “sentimento ou humor de uma cena ou assentamento particular”^{1.2}; “o sentimento ou humor evocado por um ambiente”^{1.3}.

O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986, p. 82) dá uma

^{1.1} Fonte: <<http://wordnet.princeton.edu/perl/webwn>>.

^{1.2} Fonte: <<http://www.scriptsales.com/DDFundTerms.html>>.

^{1.3} Fonte: <<http://stereophile.com/reference/50/index1.html>>.

definição de ambiência estreitamente relacionada ao conceito de atmosfera aqui trabalhado: “espaço, arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético e/ ou meio psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas”. Quase duas décadas depois, sua versão revisada mantém a mesma definição (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2004, p. 116).

O conceito de caráter não é, provavelmente, muito considerado no Brasil, tendo pouca utilização. O livro “Cartas Patrimoniais” (CURY, 2004) reúne os principais documentos, cartas e recomendações sobre a proteção do patrimônio, elaborados ao longo dos anos a partir de congressos e reuniões em diversos países. Embora apresente vários documentos que tratam do caráter e ambiência dos espaços, não traz nenhum destes termos – nem tampouco atmosfera – no índice remissivo.

Já em 1931 a Carta de Atenas – elaborada pelo Escritório Internacional dos Museus – afirmava que “o caráter e a fisionomia das cidades” (p. 14) deveriam ser respeitados na construção dos edifícios.

Três décadas depois, em 1976, a Recomendação de Nairóbi – recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, elaborada durante a 19ª sessão da Conferência Geral da Unesco – citaria a expressão “ambiência dos conjuntos históricos ou tradicionais”, explicando-a como “[...] o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (p. 220). O mesmo documento utiliza o termo “caráter particular” como resultado “[...] da conexão ou do contraste entre os diferentes elementos que compõem os conjuntos” (p. 221).

No ano seguinte, em 1977, o Encontro Internacional de Arquitetos elaborava a Carta de Machu Pichu, voltada à atualização e complementação da Carta de Atenas. A identidade e o caráter das cidades são então considerados não só como resultado de “[...] sua estrutura física, mas também [das] características sociológicas” (p. 241). A Carta de Machu Pichu recomenda, portanto que, além da preservação e conservação do patrimônio histórico, devem ser conservados os valores importantes à afirmação da personalidade comunitária e os que possuem significado cultural autêntico. Condena o isolamento dos edifícios, defendendo que a integração de cada um destes com outros elementos completa sua própria imagem. Neste sentido, “a temporalidade do espaço” e “a reintegração edifício-cidade-paisagem” são fatores de fundamental importância.

Considerações sobre autenticidade encontradas em outras duas cartas também relacionam claramente elementos que compõem ou definem atmosferas.

A Conferência de Nara – conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial, de 1994, afirma que são necessários à verificação da autenticidade do patrimônio cultural, pesquisas e levantamentos que incluam “[...] aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos” (p. 322).

A Carta de Brasília – documento regional do Cone Sul sobre autenticidade, elaborada em 1995, coloca que autenticidade envolve identidade “[...] que é mutável e dinâmica e que pode adaptar, valorizar, desvalorizar e revalorizar os aspectos formais e os conteúdos simbólicos de nossos patrimônios” (p. 325). Considera, portanto, que algo é “[...] autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado” (p.326).

A utilização do termo *character* é comum em grande parte dos *Design Guides* – ou Guias de *Design*. Tendo surgido na Inglaterra, durante os anos 1970, consistem em “[...] fortes ferramentas na descoberta e conservação do caráter das cidades e regiões através da identificação de paisagens, morfologias, tipologias de edificação e materiais construtivos tradicionais” (YAMAKI et al, 2005, p. 76).

O *Essex Design Guide for Residential and Mixed Use Areas* – Guia de *Design* para Áreas de Uso Residencial e Misto de Essex – publicado em 1973, é citado pelos mesmos autores como pioneiro e exemplo para diversos guias posteriores. “Considerava os critérios físicos e visuais da cidade, propondo diretrizes que visavam preservar a harmonia do conjunto e o caráter do lugar”.

A versão revisada do *Residential Design Guidelines of San Francisco* – Diretrizes de *Design* Residencial de São Francisco – (SFCPC, 2003) afirma que o “caráter de vizinhança – *neighbourhood character*” – de uma determinada área se dá em função do respeito ao contexto visual da mesma, através de padrões, como escala e forma, e características arquitetônicas similares entre as edificações, assim como de aspectos relacionados à implantação, tais como as dimensões do lote e recuos dos edifícios.

De acordo com o *Rincon Hill Plan* – Plano de Rincon Hill – esboço para discussão pública (SFPD, 2003), também referente à cidade de São Francisco-Califórnia, a combinação de atributos como “assentamento físico, ruas, edifícios, espaços abertos, história, cultura e os moradores locais” resulta no caráter próprio e especial de cada bairro.

Contrariando conceitos comuns referentes à preferência por projetos monumentais, ainda hoje vigentes em algumas escolas, Thomas Sharp já considerava, em 1946, como qualidade essencial de bons edifícios, o reconhecimento e respeito ao entorno em que se inserem. Analisando a “anatomia” de vilarejos britânicos, este autor afirma que, para a

definição de um “caráter arquitetônico” local, a altura das construções, sua posição em relação às linhas de recuo existentes, o tipo e cor dos materiais utilizados, entre outros aspectos, “[...] devem ser cuidadosamente considerados em relação ao restante do vilarejo” (SHARP, 1946).

Yamaki e equipe (2005, p. 76) definem caráter das cidades como “[...] o amálgama de vários elementos que lhes conferem personalidade”.

O arquiteto japonês Kisho Kurokawa (2002) acredita que atmosfera relaciona-se ao humor e que tem a ver com um sentimento de envolvimento, de “amor à cidade”. “[...] Pode ser descrita como uma ordem simbólica sem uma estrutura estabelecida” (cap. 14).

É criada por meio de uma variedade de inter-relacionamentos e justaposições dinâmicas – relações entre significados e elementos; as maneiras como o conteúdo simbólico de um elemento pode se modificar; a existência de espaços intermediários entre elementos diferentes; as conotações de um signo; e as relações das partes com o todo.

Entre os autores analisados no presente trabalho, alguns não chegam a usar os termos caráter ou atmosfera, mas defendem a necessidade de determinados aspectos que qualificam uma boa rua ou ambiente. Rapoport (1990), por exemplo, aponta características físicas e culturais como fatores que estimulam a percepção do espaço através de sua complexidade (“*complexity*”). As descrições de Appleyard (1981) sobre como devem ser ruas de qualidade, as chamadas “*livable streets*”, remetem diretamente à ambientes com determinadas atmosferas – vivenciáveis, agradáveis, seguras e saudáveis são alguns entre vários exemplos. Outra referência seria o termo “familiar”, que remete ao caráter das chamadas “ruas de tráfego leve”. Jacobs (1999) lista atributos físicos obrigatórios e outros que contribuem à configuração de “*great streets*”. Ao afirmar que, junto a este conjunto de características, ainda é imprescindível um aspecto denominado por ele como “mágica”, o autor transmite a idéia de uma atmosfera completa de uma rua de qualidade. Deve-se destacar quando o mesmo fala sobre a importância da “pátina” que, conseguida com o passar do tempo, confere à rua um senso de história (referência clara à “atmosfera de rua antiga”). Bentley e equipe (1985), ao definir as propriedades de um espaço responsivo (“*responsive environment*”) também se aproximam da idéia de uma atmosfera própria. Seus componentes poderiam ser, por exemplo, as qualidades de legibilidade – relacionada aos visíveis e que denota, ainda, a preocupação com um certo caráter de conjunto – e de riqueza – que por ser multi- sensorial pode se associar aos componentes invisíveis. Para Gifford (1997) a definição clara de territórios pode levar a uma atmosfera – embora o autor não empregue esta palavra – de segurança e identidade ou familiaridade com o espaço, implicando em responsabilidades

para com este. O senso de territorialidade ou “*territoriality*” pode ser influenciado, portanto, por determinadas configurações espaciais. O grupo *Project for Public Spaces* (PPS, 2003a) refere-se à idéia de uma atmosfera confortável quando identifica suas quatro qualidades-chave ao sucesso dos chamados “*great places*”.

Entre os autores pesquisados, Norberg-Schulz (1980) é o único que utiliza realmente o termo atmosfera e dá uma clara definição do mesmo. Para este autor, “lugar” é um espaço repleto de significados e com um caráter distinto – denominado como “caráter ambiental” (“*environmental character*”). Este caráter também é chamado de “atmosfera” (“*atmosphere*”). Consiste na “essência do lugar” e é determinada pelo “conjunto de coisas concretas de um local” e suas relações espaciais, além dos símbolos e significados. O mesmo autor ressalta a importância da identificação de atmosferas no estudo de “lugares” quando afirma que estas constituem uma de suas “formas mais compreensíveis”.

O PDPC – Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina (YAMAKI, 2003a) aproxima-se do conceito de *Genius Loci* (NORBERG-SCHULZ, 1980) ao afirmar que “algumas edificações marcam fortemente o lugar em que estão inseridas, dando-lhes significado ao entorno” (p. 31). A identificação de linguagens arquitetônicas, caracterizadas por “elementos de expressão” como “implantação, telhado, ornamentos, jardim, varanda, interior e escada” (p. 33), é um importante fator neste sentido. O Plano define, como componentes de atmosferas, “ritmo, aberturas, volumes, cor, recuos e elementos invisíveis intra-quadra” (p. 39).

Um dos mais importantes aspectos considerados por este documento é a manutenção de atmosferas. São listadas como a primeira categoria de “elementos componentes do Patrimônio Cultural”. No Plano são frequentes expressões como “atmosfera de rua tradicional” – estreitamente relacionada à paisagem homogênea e senso de comunidade, “atmosfera de rua tradicional comercial de bairro” e “atmosferas de épocas de desenvolvimento da cidade”.

A utilização deste termo no PDPC resultou em maior difusão deste conceito, ao menos na cidade de Londrina. Tal fato foi um dos motivos determinantes a aplicação deste substantivo no presente trabalho. Sua difusão torna-o mais facilmente reconhecido e, portanto, mais compreensível que caráter ou ambiência. Atmosfera tem sido utilizada em conjunto com o orientador desta dissertação desde o trabalho final de graduação “Construção e Reconstrução de uma Rua Tradicional: a Guaranis em Londrina-PR” (LAMOUNIER, 2003) e nos artigos publicados nos últimos três anos. Esta familiaridade com o termo também foi outro fator decisivo a sua escolha. Por fim, e principalmente estas, foram determinantes as

definições elaboradas por Norberg-Schulz (1980) e Kurokawa (2002). Baseando-se primariamente nestas e, num segundo momento, nos fatores apontados pelos demais autores e documentos pesquisados, as discussões durante o desenvolvimento desta dissertação permitiram definir atmosfera como a personalidade ou mesmo o caráter de um determinado espaço. Pode ser dividida em aspectos visíveis – tais como elementos físicos de composição e suas relações espaciais, além dos signos e demarcadores de territórios – e invisíveis – como relações de vizinhança, senso de comunidade e apego ao “lugar”.

I.1.1 Atmosfera urbana ou a “aura do lugar”

A literatura tem sido pródiga quanto à descrição de atmosferas. Paisagens, naturais ou construídas, com seus significados têm sido representadas com êxito, mesmo que somente através de palavras, por romancistas brasileiros e de diversos países. Interessam a esta pesquisa, no entanto, apenas descrições de espaços urbanos.

O escritor colombiano Gabriel García Márquez, por exemplo, embora seja reconhecido pelo realismo fantástico de suas narrativas, costuma descrever de forma bastante precisa as cidades ou locais onde se passam suas histórias. O trecho a seguir foi retirado do romance “O Outono do Patriarca” e descreve parte das imagens, odores, sons e cotidiano de uma fictícia cidade sul-americana.

[...] a catedral arrogante de pedra doirada que ele [o general, patriarca] havia declarado por decreto a mais bela do mundo, [...] as antigas mansões de alvenaria com portais de tempos passados e girassóis voltados para o mar, as ruas empedradas cheirando a pavio apagado do bairro dos vice-reis, as lívidas senhoritas que faziam renda de bilro [...] entre os vasos de cravos e os pendurados de amor-perfeito da luz das sacadas, [...] o labirinto babélico do comércio, sua música mortífera, [...] os carrinhos de garapa, [...] os baratinhos dos turcos descoloridos pelo sol, [...] o beco de miséria das mulheres sem homens [...], a roupa [que] secava nas sacadas de madeira bordada, [...] o vento de mariscos apodrecidos, a luz cotidiana dos postes à volta da esquina, a desordem do colorido das barracas dos negros nos promontórios da baía (MÁRQUEZ, 1975, p. 19-20).

Em seu romance autobiográfico “Tempo de Família”, o escritor fluminense João Luiz Pinaud, através do narrador-personagem “Marcelo”, descreve a atmosfera da rua

Bom Jardim, no Rio de Janeiro-RJ. É notável a forma como Pinaud identifica os aspectos que compunham a atmosfera da rua, por meio de uma narrativa repleta de nostalgia. Constatando a supressão dos elementos que configuravam a paisagem recordada, devido às transformações ocorridas ao longo do tempo, o narrador consegue reconhecer saudosamente os aspectos que determinavam a atmosfera da rua. A atmosfera, para Pinaud, é considerada a própria rua, e sua descaracterização significa o fim da rua Bom Jardim.

Da janela vejo a rua Bom Jardim estendida entre poucas árvores secas, sem antigas copas verdes, e as velhas casas, escassas, recolhidas. Prédios altos, cinzentos, retangulares, nos exatos lugares onde eram casas, e senhoras, à janela, conversavam as tardes calmas. Ruídos de serras elétricas, britadeiras, fumaça de ônibus e carros fustigam pessoas apressadas passando. Tudo abafa, pesa, distancia.

Descubro: a rua Bom Jardim partiu! Levou a brisa, tufo das árvores, luzes baças dos postes, ressonâncias de piano, programas das rádios, calçadas largas, jardins. Entre as poucas casas que resolveram ficar após a partida da rua, restou a velha morada da infância, cinzenta, gradil ponteagudo, fortaleza inútil e menor entre edifícios cortantes, manchada de óleo das máquinas e poeira suja. Aos poucos, fechou-se em silêncios, encolhida entre folhagens e sombras, defrontando-se com o casarão vizinho na outra margem do turvo rio de asfalto.

Da janela da sala, posso ver suas paredes amareladas, uma paisagem pertencente que eu nunca havia percebido antes. O tão familiar escapa. Ainda há, no alpendre, o vizinho gordo sentado entre samambaias choronas e tinhorões, olhando a rua transfigurada. [...] Sua saudação leve, com a cabeça, torna-me reconhecível. [...] Olha indiferente as pessoas serpenteando entre buracos, montes de areia e carros estacionados sobre as calçadas (PINAUD, 1986, p. 138).

Em “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, Afonso Lima Barreto, escritor carioca precursor do movimento modernista na literatura brasileira, descreve as diferenças que um mesmo local pode apresentar em dias diversos, ressaltando a importância das pessoas, atores sociais, quanto à composição da paisagem. Afirma que “[...] nos dias de descanso [...] a cidade é como um esqueleto, faltam-lhe as carnes, que são a agitação, o movimento de carros, de carroças e gente” (BARRETO, 1983, p. 60).

Uma única cidade pode apresentar setores, bairros ou mesmo ruas que possuem um caráter determinado, que os destaca ou, por outro lado, os insere ainda mais no contexto geral da área em que se localizam. “Atmosfera urbana” refere-se a esta personalidade, própria de determinado espaço de uma cidade.

“Aura” pode ser definida como o “clima” do lugar, dado pelo conjunto de sensações que o mesmo transmite ao observador, determinadas pelo conteúdo do espaço. “Lugar”, por sua vez, é entendido como o espaço que “[...] adquire definição e significado” ou “[...] qualquer objeto que capta nossa atenção” – os pontos de interesse nos quais os olhos se

detêm quando se admira determinada cena (TUAN, 1983, p. 151 e 179).

Atmosfera pode ser entendida como a “aura do lugar” por compreender a personalidade, o caráter do mesmo. Tal denominação implica no fato de que, além de significado para os moradores locais, a atmosfera de um “lugar” também remete a sentimentos específicos para um observador externo. Seus significados consistem, de um certo modo, em significados universais que, geralmente, remetem a sentimentos de nostalgia. Uma certa melancolia frente à recordação de elementos ou valores considerados “de um passado melhor”, esquecidos ao longo do tempo ou de importância reconhecida apenas depois de perdidos.

Certa subjetividade é, portanto, indispensável à identificação de atmosferas. Tal processo envolve uma série de fatores, desde os elementos de composição e sua organização espacial, os valores e cotidiano da vida local, até a formação cultural e o “estado de espírito” do observador e mesmo as condições climáticas do dia.

Identificar atmosferas implica apreender os significados que o “lugar” representa para os moradores e para um eventual observador externo, um “turista”.

CAPÍTULO 2

I.2 ESTUDOS EXISTENTES

Os aspectos que conferem qualidades aos espaços vêm sendo sistematicamente pesquisados por diversos autores. Este capítulo analisa obras de sete autores ou grupos relacionados ao tema do presente trabalho.

Os arquitetos Jacobs, Bentley e equipe, Appleyard, Norberg-Schulz e Rapoport, e o grupo *Project for Public Spaces* (PPS), formado por uma equipe multidisciplinar, preocupam-se com os fatores que definem o caráter e garantem atratividade aos espaços, configurando-os como locais de qualidade.

O psicólogo Gifford dedica-se à definição de territorialidade, estudando as inter-relações entre os comportamentos territoriais e qualidades espaciais.

I.2.1 Qualidades Consideradas pelos Autores

A análise dos autores possibilitou a identificação de sete qualidades que compõem uma atmosfera, conforme os elementos considerados por cada um dos estudos. A denominação destas qualidades se deu segundo termos utilizados pelos próprios autores – “Responsividade” (Bentley e equipe), “Vivenciabilidade” (Appleyard), “Territorialidade” (Gifford) e “Complexidade” (Rapoport); ou de acordo com os elementos abordados pelos mesmos – de modo que a qualidade referente às características apontadas por Jacobs foi denominada Estética; a que se relaciona aos aspectos considerados por Norberg-Schulz, Identificabilidade; e, a qualidade definida a partir do grupo PPS, Usabilidade do Espaço Público.

Entre estas qualidades, somente “Territorialidade” não possui subdivisões. Todas as demais compreendem outras qualidades, também definidas pelos próprios autores. Estética é compreendida por características físicas necessárias e características físicas que contribuem à configuração das chamadas “great streets”. “Responsividade” depende da combinação das qualidades de permeabilidade, variedade, legibilidade, robustez, apropriação

visual, riqueza e personalização. “Vivenciabilidade” resulta de sete qualidades denominadas como segurança, tranquilidade, comunidade, vizinhança, brincadeiras e aprendizado, vegetação, e identidade. Usabilidade do Espaço Público divide-se em acessibilidade, imagem, usos e atividades, e sociabilidade. Identificabilidade baseia-se em aspectos ligados às qualidades de orientação e identificação, classificados como os componentes “concretos” do espaço, incluindo a forma como se relacionam entre si, e os significados associados ao mesmo. “Complexidade” envolve variedade e “ambigüidade” e consiste de diferenças notáveis, “curiosidade” e significados atados aos elementos.

Por tratar principalmente dos aspectos físicos e visuais que compõem os espaços, a qualidade Estética (Jacobs) é mostrada antes das demais. Em seguida, podendo ser classificadas num mesmo grupo, são tratadas as qualidades “Responsividade”, “Vivenciabilidade” e Usabilidade do Espaço Público (Bentley e equipe, Appleyard, e grupo PPS, respectivamente), pois, embora predomine a preocupação com as características físicas e visuais dos espaços, dispensam atenção considerável a aspectos como cultura, uso e sociabilidade. Identificabilidade (Norberg-Schulz) e “Territorialidade” (Gifford) estão num outro grupo, já que se referem às influências da configuração dos espaços em funções psíquicas como orientação, identidade e senso de pertencimento ao local. “Complexidade” (Rapoport), por fim, trata as influências dos elementos de composição e organização dos espaços e da carga cultural do observador no processo de percepção. A qualidade apontada por Rapoport é apresentada por último, por destinar atenção balanceada aos dois grupos de variáveis (configuração físico - espacial e aspectos culturais).

I.2.2 Autores Analisados

I.2.2.1 Allan Jacobs – Construindo “*Great Streets*”^{I.4a}

Allan Jacobs é arquiteto e professor do Departamento de Planejamento da Cidade e Regional da Universidade da Califórnia em Berkeley, desde 1975. Participou de

^{I.4a} “*Making Great Streets*”. O termo “*great streets*” foi mantido na tradução por significar algo mais que “grandes ruas”. Na utilização deste termo, o autor se refere a ruas excelentes, de qualidades excepcionais. A não tradução, no presente trabalho, visa evitar interpretações equivocadas, bem como possíveis restrições de significado.

diversas atividades profissionais de planejamento e atuou como consultor de planejamento e *design* urbano em várias cidades, inclusive em Curitiba-PR. Com interesses voltados à área de *design* urbano, tem se dedicado à observação de ruas conhecidas do mundo todo, buscando a identificação dos fatores que as qualificam como “*great streets*”. Sua pesquisa envolve também parques e outros tipos de espaços públicos^{I.4b}

Estética

Jacobs (1999) utiliza o termo “*great streets*” para designar ruas de qualidade. Afirma que algumas qualidades físicas são necessárias a uma “*great street*” enquanto que outras contribuem fortemente para sua constituição, mas não são requisitos obrigatórios.

A maior parte das qualidades necessárias relaciona-se à “construção de boas cidades”, envolvendo aspectos como “acessibilidade, capacidade de reunir as pessoas, caráter público, vivenciabilidade^{I.4c}, segurança, conforto, participação e responsabilidade” (p. 270). São oito: “lugares para caminhar agradavelmente, conforto físico, definição, qualidades que atraem o olhar, transparência, complementaridade, manutenção e qualidade de construção e *design*”.

Lugares para caminhar agradavelmente compreendem características que tornam o passeio confortável e seguro e, ainda, esclarecedor “[...] em termos da experiência que eles oferecem da cidade” (p. 271). Árvores próximas entre si e alinhadas ao meio-fio aumentam a separação, dada pela calçada, entre o tráfego de automóveis e pedestres. “Criam uma zona de pedestres, onde estes se sentem seguros” (p. 273). São necessidades óbvias e fáceis de se conseguir, mas permanecem ausentes em grande parte das ruas das cidades.

Conforto físico é um aspecto que deve ser levado em conta já no planejamento da rua. “As melhores ruas são confortáveis, pelo menos tão confortáveis quanto podem ser em seus assentamentos”. Uma boa rua deve oferecer “[...] proteção razoável dos elementos sem tentar evitar ou negar o ambiente natural” (p. 275). Esta proteção pode ser tanto através da arborização quanto dos toldos ou marquises dos edifícios. Áreas ensolaradas,

^{I.4b} Fonte: <<http://www.pps.org/info/placemakingtools/placemakers/ajacobs>>.

^{I.4c} Termo aplicado com o significado de rua em que se possa viver bem, ou seja, que proporciona uma vida agradável aos moradores.

para quando o sol é preferível, também devem, no entanto, serem levadas em conta.

Definição diz respeito à delimitação do espaço de uma rua. Seus limites, freqüentemente muros ou paredes devem deixar claro onde a rua começa e termina. Devem, ainda, “manter os olhos das pessoas” na rua e sobre a rua, configurando-a como um lugar. As ruas são definidas de duas formas: verticalmente, através da altura dos edifícios, muros ou árvores que a margeiam, e horizontalmente, por meio da largura e o espaçamento entre os elementos que a definem. A proporção entre a altura e a distância horizontal dos edifícios que proporciona um melhor sentido de definição é de 1:4, considerando -se um observador olhando para a direção da rua num ângulo de 30 graus.

Qualidades que atraem o olhar são características que estimulam a atenção, fazendo “os olhos se mover”. “Complexidade visual é o que é necessário” (p. 282), mas sem que o ambiente se torne caótico ou desorientador. Signos de habitação, tais como janelas abertas, com plantas e floreiras em seus peitoris ou nas sacadas, e edifícios com detalhes e superfícies variadas, podem garantir esta qualidade. Nestes últimos o movimento de luz e sombra, tal como ocorre com os galhos das árvores, consiste num fator de atratividade durante o dia. À noite os signos de habitação (que então compreendem também luzes acesas nas janelas), as luzes da rua (incluindo semáforos e luminosos de propaganda), e as janelas iluminadas das lojas é que são responsáveis por esta qualidade.

Transparência é uma característica de ruas cujos limites entre os domínios público e privado são visualmente permeáveis, o que leva a espaços de gradação (nem públicos nem privados) entre estes domínios. Janelas ou outros elementos que permitem a visualização, mesmo que parcialmente, do interior do lote e da edificação são importantes por que denotam se o local é habitado, transmitindo um sentimento de conforto e segurança. Permitem, ainda, o controle do espaço da rua sem que se necessite sair da casa. Outra forma de transparência são galhos e arbustos que, pendendo por cima de um muro, são agradáveis porque podem levar as pessoas ao jardim ou quintal além do muro, mesmo que somente através da imaginação.

Complementaridade numa rua se dá quando os edifícios, embora não sejam idênticos, “[...] expressam respeito um pelo outro, mais particularmente na altura e aparência” (p. 287).

Manutenção é uma qualidade de ruas cujo espaço é limpo e bem cuidado, assim como as edificações e demais elementos que o delimitam. “É mais que uma questão de manter as coisas limpas e em bom estado” (p. 291). Envolve, ainda, o uso de materiais relativamente fáceis de se manter e “[...] elementos de rua com os quais haja certo histórico de

cuidados”.

Qualidade de construção e design trata-se de uma característica que não implica, necessariamente, em grandes gastos. É mais uma questão de escolha certa que de dinheiro. Implica, na verdade, além de um *design* de qualidade, no uso dos materiais corretos e mão-de-obra eficiente. Com o devido conhecimento, materiais mais caros podem ser substituídos por outros mais baratos, mas com o mesmo grau de qualidade e eficiência.

As chamadas qualidades que contribuem podem ser tão importantes quanto as qualidades necessárias ou, simplesmente, consistirem no “algo mais”, a diferença que faz de uma boa rua uma “*great street*”. “Alguns fatores, como acessibilidade e topografia, estão sempre presentes” (p. 293). Densidade e usos do solo também são considerados importantes porque, embora não estejam diretamente ligados ao *design* da rua, relacionam-se estreitamente ao lugar físico, à locação. “Árvores, começos e fins de rua, maior quantidade de edifícios/ diversidade, características especiais de *design*: detalhes, lugares, acessibilidade, diversidade, comprimento, declive, estacionamento, contraste e tempo” compõem as doze qualidades apontadas por Jacobs que contribuem a uma “*great street*”.

Árvores possibilitam “[...] transformar uma rua mais facilmente que qualquer outra melhoria física” (p. 293), além de ser a maneira mais barata de se fazer isto. Garantem conforto visual e físico e atuam como barreiras na separação entre o tráfego e os pedestres, além de contribuírem para outras qualidades, mencionadas anteriormente, presentes nas “*great streets*”. O autor afirma que as árvores devem ser preferencialmente caducas, por permitirem que a luz do sol alcance a rua no inverno, e plantadas bem próximas umas das outras. Um espaçamento entre 4,5 e 7 metros é considerado ideal para árvores alinhadas numa rua.

Começos e fins de rua podem ser locais de encontro ou pontos de referência. Dizem respeito aos elementos que demarcam os limites de uma rua. Não precisam, no entanto, constituírem-se de marcos extraordinários, ou mesmo necessariamente bons. Basta que sejam notáveis. O começo e o fim de uma rua podem ser marcados, inclusive, pelo fato de que nestes pontos terminam suas características. Neste caso, a mudança de aspecto físico é que determina os espaços.

Maior quantidade de edifícios/ diversidade contribui para a definição da rua e remete a sua continuidade em vários sentidos. A simples linha vertical entre os edifícios, apontando “onde um começa e outro termina” adiciona interesse ao espaço e dá um importante senso de escala. Uma rua com muitas construções também tende a ter um maior grau de diversidade, tanto física quanto social. Um número considerável de edifícios torna

maior a probabilidade de proprietários morando na rua, o que garante um bom número de pessoas que se responsabilizam pela mesma, assim como menores mudanças nos edifícios com o passar do tempo. Estas tendem, então, a vir de modo a incrementar e não de uma só vez, garantindo a continuidade da paisagem.

Características especiais de design: detalhes são fortes contribuições às “*great streets*”. As pessoas se interessam por características especiais de *design* em certas ruas. Fazem com que estas sejam memoráveis, “lembradas para sempre”. Algumas idéias de *design* podem realmente contribuir para uma “*great street*”, mas não se deve depender somente delas. Isoladamente, fontes, bancos, portões, pavimentação ou luminárias não são o bastante. “Detalhes são os „temperos” especiais” (p. 301) à qualificação de uma rua.

Lugares consistem de quebras ao longo da rua que, mais que simples intersecções, providenciam locais de parada, pausas ou pontos de referência. Podem ser pequenas praças ou parques, largos ou espaços abertos. Sua importância é ressaltada em ruas estreitas e longas, bem como em ruas curvas.

Acessibilidade implica tanto na localização da rua (no sentido de facilidade desta ser encontrada e acessada), quanto na possibilidade de acesso a seu espaço por pessoas que possuem qualquer tipo de deficiência física (principalmente os que sofrem restrições de locomoção).

Diversidade é uma característica presente na maior parte das “*great streets*”. Nestas há muitos tipos diferentes de edifícios, projetados para seu uso atual, ou para usos aos quais já não são mais destinados – foram adaptados por seus atuais ocupantes. Tanto os primeiros, quanto os demais despertam interesse e geram atividade. A diversidade de usos enriquece a vida de uma área ou rua, por atrair “diferentes pessoas para diferentes propósitos”. “Variedade, atividade, vivacidade do lugar físico são efeitos prováveis da diversidade de usos” (p. 304).

Comprimento de uma “*great street*” pode ser variado. Não há regras sobre quão curta ou extensa uma rua deve ser para que se torne uma rua de qualidade. Ruas muito longas, no entanto, precisam de alguns elementos que se destaquem, mudanças que despertem o interesse.

Declive também é um aspecto presente nas “*great streets*”. Estas possuem, quase sempre, graus notáveis de declive não sendo, no entanto, muito íngremes. “Topografia e declive ajudam por aumentar as vistas e adicionar *drama*” (p. 305).

Estacionamento não chega a ser uma característica essencial a uma rua de qualidade, embora esteja presente na maioria destas.

Contraste é o que destaca uma rua em relação à outra, ou ao seu entorno. É o que transforma uma rua numa “*great street*” e outras em ruas simplesmente boas. O tamanho, formato, comprimento, ou a regularidade de uma determinada rua pode diferenciá-la do padrão de seu entorno, tornando-a notável. Isto, no entanto, não é o suficiente à determinação de uma “*great street*”. “É o *design* da rua em si que faz a diferença” (p. 307).

Tempo é citado como uma característica essencial para que a rua adquira diversidade e “um senso de história que vem com os anos – uma pátina” (p. 307). Neste sentido, os edifícios destacam-se em relação aos espaços públicos. “*Great streets*”, no entanto, não precisam ser centenárias, sequer possuir uma idade mínima, mas elementos que denotam a passagem do tempo são qualidades que contribuem.

Finalmente, Jacobs (1999) lembra que as qualidades citadas em seu trabalho, mesmo reunidas, não irão garantir uma “*great street*”, mas são, porém, necessárias. Um ingrediente final, talvez o mais importante, seria ainda necessário. O autor chama este ingrediente de “mágica”, “a mágica do *design*” e ressalta que “[...] um conhecimento do que foi feito no passado pode ajudar a trazer esta mágica” para os espaços que estão sendo criados atualmente (p. 313). Embora aponte basicamente qualidades físicas, o autor afirma que as ruas devem transcender seus propósitos funcionais, como de circulação e acesso a diferentes locais, por exemplo. Assim, devem ser ambientes que encorajem a socialização e a participação das pessoas na comunidade. Conforto e segurança são qualidades fundamentais para tanto. Conclui afirmando que as melhores ruas possuem vida longa, já que deixam impressões fortes e positivas em quem as visita.

Prendem os olhos e a imaginação, incentivando um possível desejo de volta ao local.



Figura I.1a – Atmosfera de uma “Great Street”

Fonte: Jacobs (1999, p. 309)

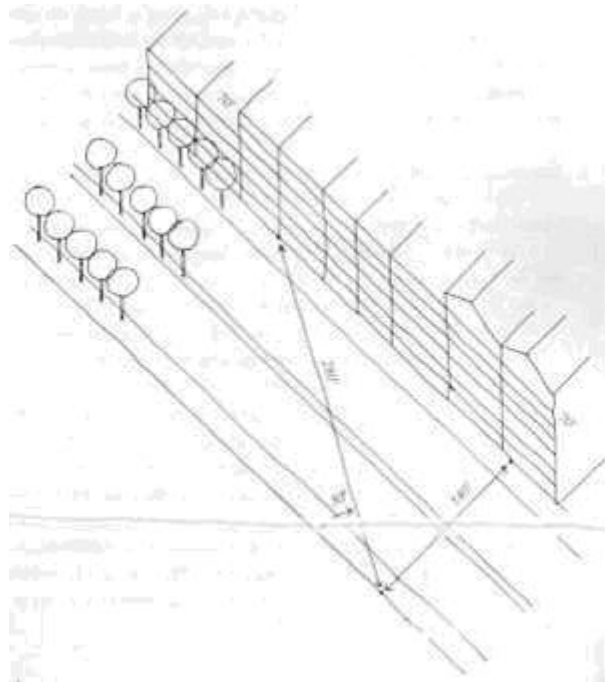


Figura I.1b – Definição: relação de 1:4 entre altura dos prédios e largura da rua num ângulo de observação de 30° para a direção da rua.

Fonte: Jacobs (1999, p. 279)



Figura I.1c – Transparência: os galhos revelam um pouco do quintal além do muro.

Fonte: Jacobs (1999, p. 287)

I.2.2.2 Ian Bentley e equipe – Ambientes Responsivos: um manual para *designers*^{I.5a}

Ian Bentley é arquiteto e professor co-fundador do Centro Integrado para *Design* Urbano da Universidade de Oxford Brookes, onde também atua como diretor do Projeto Consultoria de Regeneração Urbana. Sua área de atuação inclui estratégias de desenvolvimento relacionadas ao *design* urbano, envolvendo estudos de percepção espacial.^{I.5b} Seu livro “*Responsive Environments: a manual for designers*” foi desenvolvido em conjunto com os pesquisadores Alan Alcock, Paul Murrain, Sue McGlynn e Graham Smith.

“Responsividade”

Preocupados com “[...] aquelas áreas de *design* que mais frequentemente parecem dar errado”, Bentley et al (1985, p. 09) defendem a idéia de que o ambiente

^{I.5a} “*Responsive Environments: a manual for designers*”.

^{I.5b} Fonte: <<http://www.brookes.ac.uk/schools/planning/jcud/bentley.html>>.

construído deve ser “responsivo”, ou seja, “[...] providenciar a seus usuários um espaço essencialmente democrático”, disponibilizando diversos níveis de opções. “Responsividade”, segundo o mesmo grupo, pode se dar através de sete qualidades, descritas como “permeabilidade, variedade, legibilidade, robustez, apropriação visual, riqueza e personalização”.

Permeabilidade consiste na possibilidade ou não de acesso a determinadas áreas. Pode também ser de caráter exclusivamente visual, permitindo a visualização de locais onde pode e não se pode entrar. Uma definição clara e a complementaridade entre espaços públicos e privados são importantes neste sentido. Assim, a permeabilidade visual nas áreas de interface (público/privado) pode enriquecer o domínio público, mas não deve atrapalhar a distinção vital entre os espaços. A permeabilidade física nestas áreas de interface se dá nos jardins e entradas dos edifícios e aumenta o nível de atividade nos limites entre o espaço público e o privado.

Um sistema de espaços públicos deve ter um número razoável de rotas alternativas visíveis. Além disso, a maneira como a rede de espaços públicos divide o ambiente em quarteirões também possui grande influência quanto à permeabilidade física e visual de um local. Os pequenos quarteirões são, desta forma, preferíveis aos grandes, por permitirem mais opções de trajeto. Quanto menor o quarteirão, mais fácil pode se ver as junções das ruas, olhando-se para qualquer direção.

Os autores afirmam que três problemas de *design* podem prejudicar a permeabilidade dos espaços públicos: o aumento da escala de desenvolvimento, que tende a produzir quarteirões muito grandes; o uso de arranjos hierárquicos, por gerar *culs-de-sac* e becos sem saída em excesso, além de menor número de trajetos possíveis; e, por fim, a segregação entre pedestres e veículos, confinando-os a um sistema separado de rotas.

Variedade consiste na diversidade de usos possíveis de um determinado espaço. Tal qualidade leva à variedade também de formas, usuários e, conseqüentemente, de significados. “Variedade de uso é, portanto, a chave para variedade como um todo” e possui grande importância no processo de *design* (BENTLEY et al, 1985, p. 27).

Pessoas com mais capacidade de mobilidade, proprietários de automóvel, por exemplo, podem se beneficiar de variedade de atividades mesmo quando estas estão distribuídas numa grande área. A maioria das pessoas, no entanto, não dispõem de alta capacidade de mobilidade. Estas necessitam da concentração de variedade em pequenas áreas, como ruas e bairros.

Legibilidade é a qualidade que torna um ambiente compreensível, ou seja,

de fácil entendimento como um todo, para as pessoas que o utilizam. “É importante em dois níveis: forma física e padrões de atividade” (p. 42). Para que seja considerado legível um determinado local deve, portanto, ter sua forma física complementada pelos padrões de uso e vice-versa. De tal modo, locais e edifícios importantes devem parecer importantes e os de relevância pública facilmente identificados, podendo ser, por exemplo, ressaltados pelos espaços abertos maiores de uma cidade. Tal característica é fundamental à boa compreensão de um espaço, principalmente para as pessoas que o estejam visitando pela primeira vez, sem conhecimento prévio do local.

Robustez é a característica que permite a utilização do espaço para diferentes propósitos. Envolve implicações diversas para edifícios e áreas externas, embora seja igualmente importante para ambos.

Nas cidades, os locais externos são fortemente influenciados pelas edificações que os delimitam. Assim, trabalhar a aparência dos prédios adjacentes pode ser a principal forma de influenciar as atividades que ocorrem na área exterior próxima aos mesmos.

Quanto aos edifícios, a robustez pode ser dividida em pequena e larga escala. Robustez em pequena escala refere-se à capacidade de se usar de diferentes maneiras os diversos espaços internos de um edifício. Já a robustez em larga escala diz respeito à capacidade do edifício propriamente dito, ou partes consideráveis do mesmo, terem o uso modificado. Trata-se de um aspecto a ser considerado previamente, durante o projeto do edifício, pois, ao contrário da pequena escala, possui implicações de *design*.

Os autores afirmam que robustez em larga escala pode ser conseguida de formas diferentes conforme a classificação do edifício em “casas familiares” ou “outros tipos de construção”. Nas “casas familiares” “[...] robustez é suportada pelas oportunidades de aumentar a casa como um todo” (p. 57). O que importa neste caso, portanto, é a área do piso da construção.

Para os “outros tipos de construção” a robustez em larga escala depende de três fatores: profundidade da construção, que não deve ser extensa a ponto de prejudicar a incidência de luz natural e ventilação necessária à maioria dos usos possíveis de um edifício; o acesso (quanto maior o número de pontos de acesso a um edifício, maior será sua capacidade de adaptação à variedade de usos); e altura, que não pode ser tão elevada, já que os andares mais altos de um prédio têm menos ligações com o lado de fora, o que restringe a possibilidade de variedade de usos. Deste modo a configuração preferível de um edifício, visando a robustez em larga escala, deve ser a de uma construção rasa na planta, ou seja, sem

medidas extensas na profundidade, com muitos pontos de acesso e altura limitada.

Apropriação Visual trata da aparência do local de forma mais detalhada, e sua capacidade de estimular a atenção das pessoas. Afeta as interpretações (quanto aos significados, por exemplo) que cada indivíduo atribui ao espaço. Tais interpretações podem reforçar a responsividade do espaço em três diferentes níveis, todos relacionados à aparência detalhada do local: legibilidade (em termos de forma e uso), variedade e robustez – em grande e pequena escala. Assim, legibilidade de forma significa a integração de um edifício com seu entorno não somente pelas características gerais, mas também através de detalhes similares como janelas, portas e texturas na fachada, entre outros; já legibilidade de uso ocorre quando a aparência detalhada do edifício ajuda a indicar o padrão de atividades que ocorrem no mesmo, ou no local em que este se situa. Variedade implica no estímulo a usos diversos através da aparência apropriada de determinada área. Quando o potencial de acomodar usos diversos é reforçado pela aparência detalhada de uma construção e de cada um de seus espaços internos em particular, ou ainda, de um local aberto e de suas sub-áreas, tem-se a qualidade de robustez em grande e pequena escala.

Apropriação Visual é apontada como importante pelos autores por considerarem que pessoas de um mesmo grupo tendem a interpretar de modo similar as “sugestões visuais” de um local, o que resulta em significados compartilhados. Devido, no entanto, a diferenças de experiência ambiental ou de objetivos, pessoas de grupos diversos terão, provavelmente, interpretações diferentes de um mesmo local. A experiência e o objetivo dos usuários de um dado local devem, portanto, ser tomados como determinantes no projeto de lugares visualmente apropriados.

Riqueza é a variedade de experiências sensoriais transmitidas às pessoas pelo ambiente. Embora o sentido da visão seja dominante em termos de informação, há ainda os sentidos de movimento, olfato, audição e tato. Num ambiente rico, as “[...] pessoas podem escolher experiências sensoriais diferentes em diferentes ocasiões” (BENTLEY et al, 1985, p. 11), o que pode ocorrer quando se fixa a atenção em diferentes fontes de experiência, ou se movendo de uma fonte a outra.

Riqueza de movimento implica em diversas possibilidades de se mover através de um local, sendo mais relevante em grandes espaços; riqueza olfativa pode ser adquirida somente com o movimento entre fontes diversas, o que a torna possível apenas em espaço extensos; riqueza auditiva pode ser conseguida em pequenos espaços, mas somente por meio da imposição de um tipo de som a outro, o que leva à preferência de espaços maiores para que as pessoas possam se distanciar de alguns sons e se aproximar de outros;

riqueza de tato envolve desde o contato físico, onde interessa a textura da superfície em questão (o que inclui espaços muito pequenos), até a variação do movimento do ar e da temperatura (o que só pode ser percebido em grandes espaços); riqueza visual, por fim, é considerada a de maior importância, já que basta a mudança de direção do olhar para que se alterne o campo visual.

Personalização é considerada importante porque explicita os padrões de uso de cada lugar. Trata-se da possibilidade dos usuários de personalizar determinado espaço, deixando ali sua própria marca, denotando seus “próprios gostos e valores” – a chamada “personalização afirmativa”. Pode ser motivada também pela intenção de melhorar a imagem do ambiente, quando esta é considerada inapropriada – “personalização reparadora” (p. 99). Como forma de se evitar a competição entre preferências individuais, a personalização dos lugares deve, no entanto, ocorrer de forma controlada, que não prejudique o esquema geral de integração entre os elementos que compõem o espaço.



Figura I.2a – Apropriação Visual: monotonia (acima) e homogeneidade que desperta interesse (abaixo).

Fonte: Bentley e equipe (1985, p. 76)



Figura I.2b – Personalização: plantas nos muros, sem interferências nas construções (acima); plantas nos muros e modificações nas construções (abaixo).

Fonte: Bentley e equipe (1985, p. 99)

I.2.2.3 DONALD APPLEYARD – Ruas Vivenciáveis e Vizinhanças Protegidas^{I.6a}

Donald Appleyard era arquiteto e foi professor de *Design Urbano* na Universidade da Califórnia em Berkeley, onde fundou o Laboratório de Simulação Ambiental. Foi membro do Departamento de Planejamento da Cidade e Regional e do Departamento de Arquitetura da Paisagem, ambos na universidade onde lecionava. Possuía um forte interesse no planejamento baseado em comunidades e percepção ambiental, tendo definido ferramentas importantes à análise de percepções ambientais. Estudou os efeitos sociais e psicológicos do tráfego sobre a vida de residentes locais, as características físicas das cidades como bons lugares para se viver, além de formas de se administrar o tráfego em áreas residenciais e conservação de vizinhanças. Appleyard faleceu em 1982, vítima de um acidente de trânsito^{I.6b}.

^{I.6a} “*Livable Streets and Protected Neighborhoods*”.

^{I.6b} Fonte: <<http://www.pps.org/info/placemakingtools/placemakers/dappleyard>>.

“Vivenciabilidade”^{I.6c}

Voltando-se para a questão do tráfego de automóveis, Appleyard (1981) elabora princípios para “ruas vivenciáveis”. Aponta estratégias para avaliação e proteção de bairros, além de dispositivos para o controle do tráfego.

O autor afirma que, embora não haja uma rua simplesmente perfeita, alguns aspectos ajudam a defini-la como uma rua ideal ao bem estar de seus moradores. Para tanto, aponta sete características: “a rua como um santuário seguro, a rua como um ambiente vivenciável e saudável, a rua como uma comunidade, a rua como um território de vizinhança, a rua como um lugar para brincar e aprender, a rua como uma área verde e agradável, e, por fim, a rua como um lugar histórico único” (p. 243).

Para ser como um santuário seguro a rua deve oferecer segurança em relação ao tráfego para seus moradores. Consistir num local onde as crianças possam caminhar ou andar de bicicleta tranquilamente mesmo através das ruas vizinhas, seja para brincar ou para chegar “[...] a escolas locais, pontos de ônibus escolares, lojas, *playgrounds* e parques que elas queiram visitar”. Motoristas de quaisquer veículos “[...] devem entender que estão num território pedestre” e dirigir numa velocidade baixa, cuidadosa e atenciosamente. “Acesso para veículos de emergência, ambulâncias, viaturas policiais e serviço de bombeiros deve, no entanto, ser providenciado para problemas ocasionais” (p. 243).

Uma rua vivenciável e saudável significa um ambiente sem problemas com barulho excessivo ou vibração relacionados ao tráfego. Uma rua onde as pessoas possam conversar em tons normais nas calçadas, sem interrupções. Poeira e fuligem não devem penetrar nas casas através das portas e janelas. O ambiente de uma rua assim “[...] deve ter lugares onde as pessoas possam se sentar, conversar e brincar” (p. 244).

Ruas comunitárias “[...] devem ser lugares onde a vida comum é possível”, que ofereçam possibilidades à vizinhança de participar da vida da rua. Um ambiente “[...] agradável o bastante para que as pessoas [também] possam se sentar e conversar facilmente, onde não haja muitos estranhos”. As comunidades podem incentivar atividades que reúnam os vizinhos, manter a limpeza “[...] e zelar pelo *design* detalhado da rua, as calçadas, bancos, mobiliários e locais de recreação” (p. 244).

A rua que se torna um território simbólico, ao qual os moradores se sentem

^{I.6c} Qualidade de um espaço em que se pode viver bem, ou seja, que proporciona uma vida saudável e agradável aos moradores.

pertencer e “[...] pelo qual têm um sentimento de orgulho e responsabilidade”, é considerada território de vizinhança. Nestes casos, é mais comum que os moradores cuidem da manutenção de suas ruas, “[...] plantem árvores e flores ao longo das mesmas, monitorem o comportamento da rua e providenciem outros tipos de amenidades” (p. 244).

O que qualifica uma rua como um lugar para brincar e aprender é seu “caráter diverso, com diferentes tipos de superfícies” e espaços adequados às diversas brincadeiras e jogos infantis. Este tipo de rua é considerado como um “ambiente de aprendizado” por permitir às crianças “aprender muito sobre a natureza”, através da vegetação e elementos como o sol e o vento, e “sobre a vida social, se há pessoas na rua” com quem elas “possam conversar em segurança”. Tais aprendizados levam ao aprendizado sobre a cidade como um todo e dependem “[...] da liberdade [das crianças] de passear com segurança por toda sua vizinhança” (p. 244).

Árvores, plantas e flores providenciam sombra no verão e alívio frente à “robustez e ao cinza da cidade”. Remetem ao “[...] ambiente natural que freqüentemente está distante, marcam as estações e simbolizam, através do crescimento, floração e queda, os ciclos da própria vida” (p. 244). Uma rua como uma área verde e agradável é desejada pela maioria das pessoas que vivem nas cidades.

“Todas as ruas têm uma história”, embora esta possa ser mais evidente em algumas que em outras. Alguns aspectos como “uma vista, um pequeno córrego, uma velha árvore ou um jardim”, assim como fatos ocorridos na rua podem lhe garantir uma identidade especial, “motivo de orgulho” para seus moradores, caracterizando-a como um lugar histórico único. Para serem vistas como um “lugar”, no entanto as “ruas residenciais devem ser destinos, e não passagens” (p. 244).

O autor defende que “ruas e vizinhanças devem ser os lugares onde os cidadãos têm controle sobre seus ambientes” (p. 263) e que a realização de “[...] esquemas de controle de tráfego podem tornar as vizinhanças mais atrativas” (p.275). Tais programas não devem simplesmente melhorar a aparência física da rua, mas também “[...] reduzir as tensões da vida familiar tornando as vizinhanças mais seguras e tranquilas, e ainda encorajar a estabilidade” (p.275). O controle do tráfego pode ser concomitante ao “melhoramento da aparência da rua, a oferta de lugares de recreação e repouso, aumento de estacionamentos e melhoramento das condições para o ciclismo e caminhadas” (p. 277).

Appleyard (1981, p. 278 a 285) ainda define, em relação ao tráfego de automóveis, três tipos de rua – “Ruas de Tráfego Leve (*Light Streets*) ou Ruas Familiares, Ruas de Tráfego Médio (*Medium Streets*) e Ruas de Tráfego Pesado (*Heavy Streets*)”, e lista

estratégias que possam lhes garantir atratividade ou, ao menos, amenizar os problemas enfrentados por seus moradores.

Para as Ruas de Tráfego Leve ou “Famíliares” as estratégias apontadas são:

1. Diminuição do tráfego: “sinais convencionais ou feitos pela vizinhança, semáforos, marcas na pavimentação e mudanças de superfície”.
2. Manter o tráfego fora da rua (exceto veículos de emergência e serviços): “ruas de sentido único, desvios e barreiras, cancelas e ruas de recreação para pedestres, permanentes ou temporárias”.
3. Plantio de árvores: plantar e manter as árvores é uma forma de encorajar os moradores a se responsabilizarem pela rua onde vivem.
4. Grupos na rua ou quarteirão, amenidades sociais e manutenção: “amenidades sociais como bancos e a organização de grupos na rua podem aumentar o senso de comunidade e segurança”.
5. Agrupamento dos carros: “pode economizar espaço e reduzir ao mínimo a intrusão causada pelo estacionamento”. A utilização da rua como estacionamento deve ser exclusiva aos moradores.
6. Espaço de recreação: “lotes recreativos, áreas para idosos sentarem-se e aproveitar os amigos, o tempo e a cena de rua, canteiros com vegetação, jardins comunitários”, etc.

No caso das Ruas de Tráfego Médio, há somente duas possibilidades:

- A. Revertê-las a Ruas de Tráfego Leve: “solução preferível quando as ruas de tráfego mais pesado podem absorver o tráfego adicional que lhes é imposto”.
- B. Tratá-las como Ruas de Tráfego Pesado: envolve as estratégias listadas a seguir.
 1. Controle de velocidade: “semáforos sincronizados, como nas Ruas de Tráfego Pesado”.
 2. Limpeza da rua: cuidado dos motoristas em não sujar a rua e maior atenção da cidade à “manutenção e limpeza destas ruas”.
 3. Proteção Policial: “melhor proteção policial” e “melhor iluminação da rua e situação dos edifícios de modo que as pessoas possam ter uma visão geral mais ampla de suas propriedades”.
 4. Mitigação e Compensação: nos mesmos moldes que para as Ruas de

Tráfego Pesado.

5. Mantê-las como Ruas de Tráfego Médio: solução menos satisfatória, preferível, no entanto, ao aumento do tráfego.

Quanto às Ruas de Tráfego Pesado, as estratégias são mitigação, compensação e tributação:

A. Mitigação: envolve quatro possíveis medidas para melhoramento.

1. Segurança:

- a) controle mais estreito de rotas de caminhões e ônibus;
- b) controle de velocidade;
- c) barreiras de segurança;
- d) passarelas ou túneis para pedestres;
- e) sinais de cruzamentos de tráfego.

2. Ruído e vibração:

- a) controle das emissões de caminhões e ônibus;
- b) controle das emissões de motocicletas;
- c) barreiras de ruídos;
- d) mudanças de nível.

3. Aumento da atratividade:

- a) manutenção;
- b) plantio de vegetação.

4. Recuos e espaço aberto:

- a) residências bem recuadas ou em diagonal nas ruas principais;
- b) encontrar espaços abertos, lotes entre os edifícios, por exemplo.

B. Compensação e tributação: utilizados quando não há forma de evitar a piora das condições de determinado local. Os moradores de ruas que tiveram o tráfego diminuído podem pagar tributos pelos benefícios e os moradores das ruas cujo tráfego foi aumentado podem ser compensados.

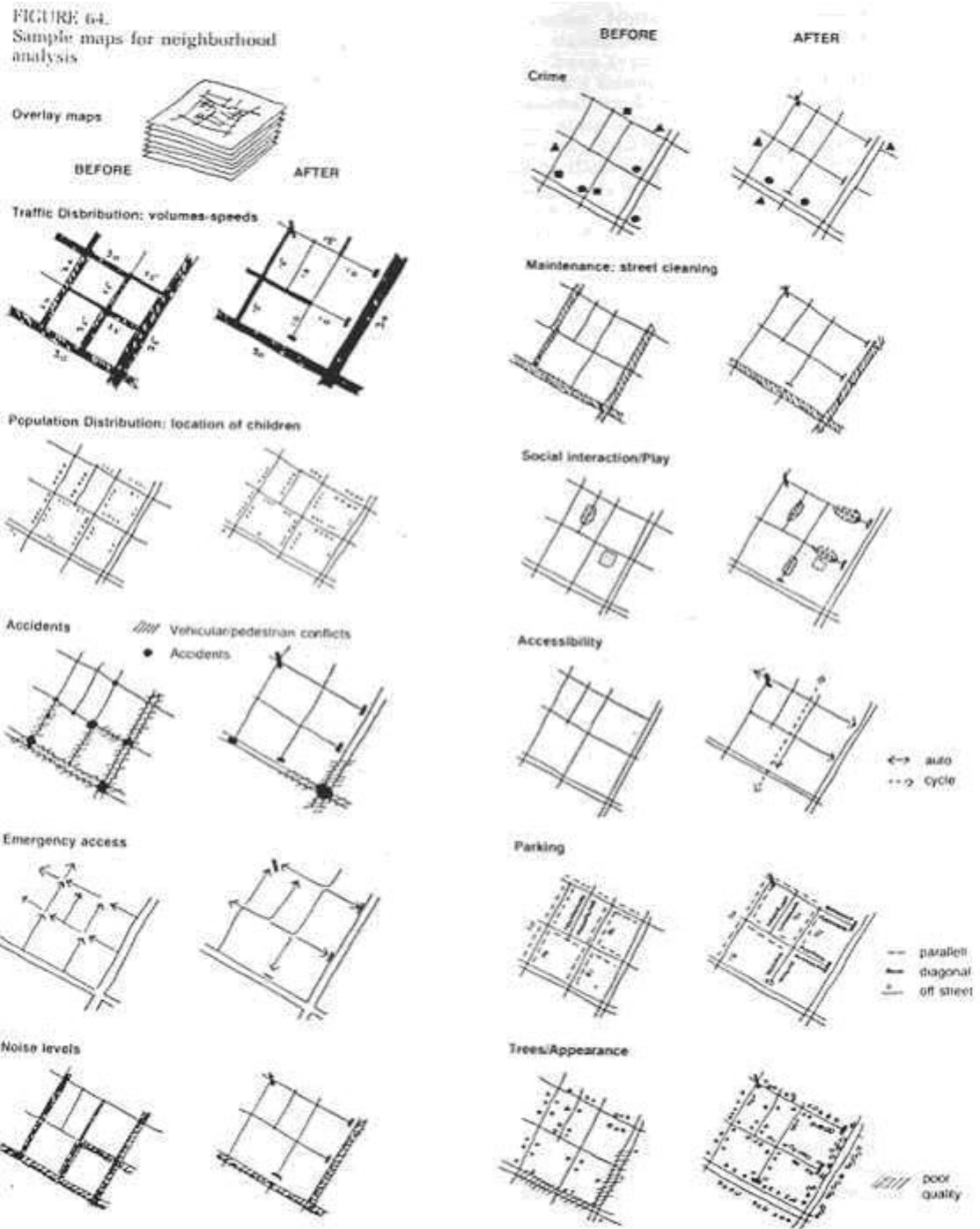
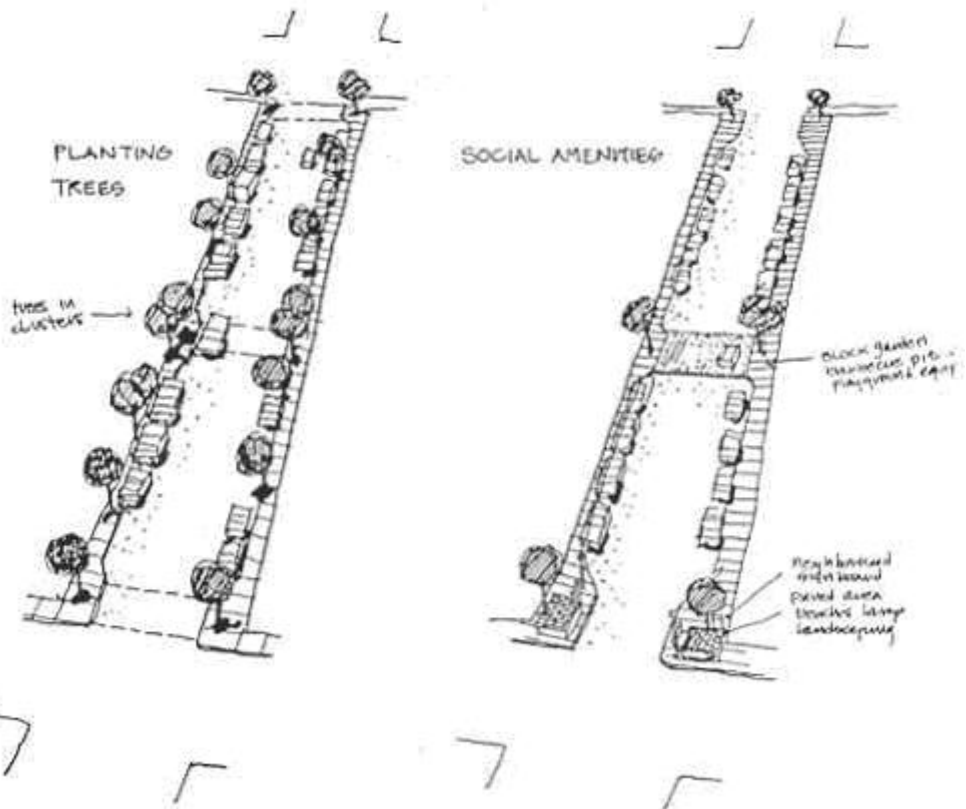
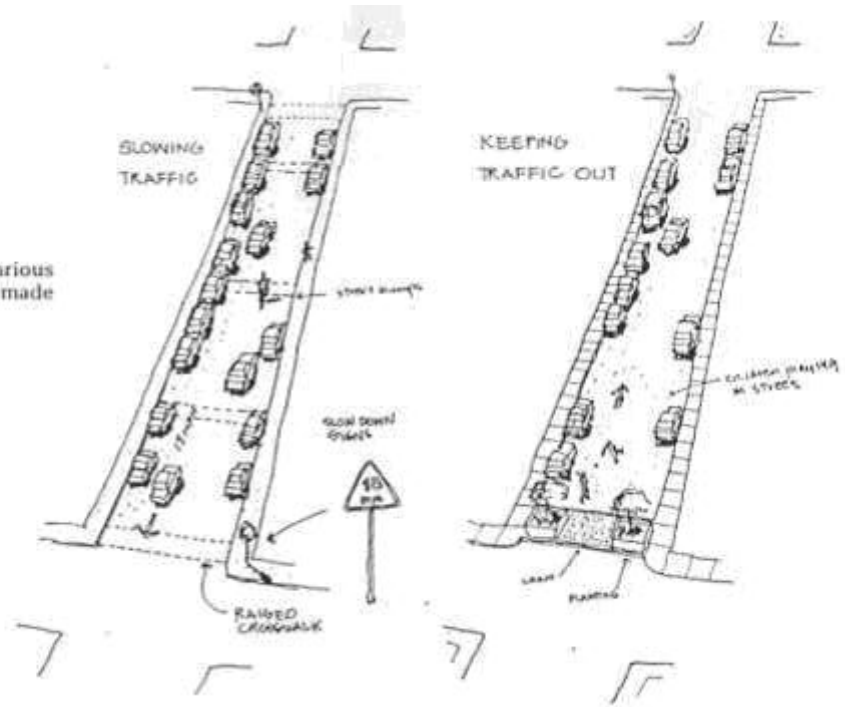


Figura I.3a – Sobreposição de Mapas para Análises com Vistas à Intervenções em Bairros

Fonte: Appleyard (1981, p. 269)

LIGHT STREETS: showing the various ways in which a street can be made more livable.



qualidade.^{1.7c}

Usabilidade^{1.7d} do espaço público

Baseado na avaliação dos diferentes espaços públicos em diversos países, o grupo *Project for Public Spaces* (PPS) define quatro qualidades-chave, existentes nos de maior sucesso. Tratam-se de espaços acessíveis, onde as pessoas executam certas atividades, confortáveis e com uma boa imagem, e finalmente, lugares sociáveis^{1.7e}.

Acessos e ligações são as conexões físicas e visuais de determinado espaço com seu entorno. Um bom espaço público precisa ter fácil acesso e ser facilmente encontrado. “É visível tanto de longe quanto de perto”. “Uma carreira de lojas ao longo de uma rua é mais interessante e geralmente mais segura para se caminhar que muros cegos ou lotes vagos”. Neste caso a combinação de uma definição clara do espaço e a variedade de opções, garantindo sua utilização, confere atratividade ao local.

Conforto e imagem são obrigatoriamente características de lugares de qualidade. “Percepções relacionadas a segurança, limpeza e a disponibilidade de lugares para se sentar” são aspectos envolvidos por esta qualidade-chave.

Usos e atividades constituem as peças básicas à construção de um lugar. “Ter algo para se fazer dá às pessoas uma razão para vir a um lugar – e retornar”. Espaços que não oferecem possibilidade de atividades tendem a se tornar vazios. De acordo com o grupo, os seguintes princípios são necessários à avaliação dos usos e atividades de um lugar:

- quantidade de atividades e possibilidade de participação do maior número de pessoas;
- presença equilibrada de homens e mulheres;
- uso do espaço por pessoas de diferentes idades (aposentados e pessoas com crianças podem usá-lo durante o dia, enquanto outras pessoas estão trabalhando);
- uso do espaço no decorrer do dia;
- uso do espaço por pessoas sozinhas ou em grupos (significa que há

^{1.7c} Fonte: <http://www.pps.org/info/aboutpps/about/?referrer=aboutpps_contents>.

^{1.7d} Qualidade que propicia o uso do espaço, que incentiva as pessoas à utilização do mesmo.

^{1.7e} Fonte: <http://www.pps.org/topics/gps/gr_place_feat>.

- lugares para se sentar com os amigos, maior socialização e divertimento);
- boa administração do espaço.

Sociabilidade é considerada a característica mais difícil de ser adquirida. É, no entanto, de grande eficiência à constituição de um lugar de qualidade. Encontrando-se com amigos ou vizinhos e sentindo-se confortável mesmo ao interagir com estranhos, as pessoas tendem a desenvolver um senso mais forte de lugar, sentindo-se mais estreitamente ligadas a este e a sua comunidade.

Cada uma destas qualidades-chave vem acompanhada por questões a serem consideradas em análises de casos. Um quadro com estes atributos-chave, seus aspectos intangíveis (“intuitivos ou qualitativos”) e formas de medida (“aspectos quantitativos”) – através de pesquisas ou estatísticas – também é apresentado como uma maneira de auxílio à avaliação de lugares específicos (Figura I.4a).

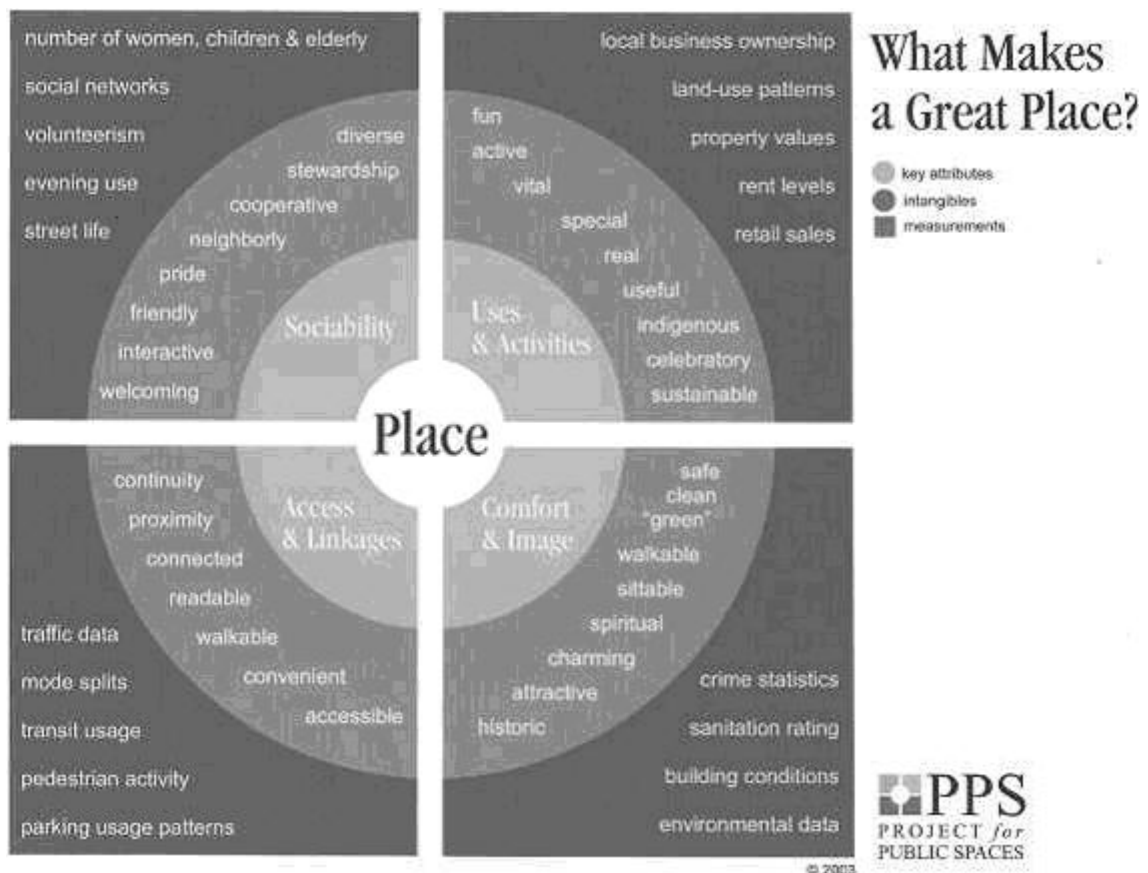


Figura I.4a – Qualidades que Configuram um “Great Place”

Fonte: PPS (2003a)

Outro gráfico apresentado no *site* do grupo aponta as “vantagens do lugar”, classificando-as em seis categorias de ação: “construir e suportar a economia local, criar acessibilidade melhorada, promover o senso de conforto, atrair uma população diversa, promover contato freqüente e significativo, criar e definir a identidade da comunidade”^{1.7f} (Figura I.4b).



Figura I.4b – “As Vantagens do Lugar”

Fonte: PPS (2003b)

I.2.2.5 Christian Norberg-Schulz – *Genius Loci*: para uma fenomenologia da arquitetura^{1.8a}

Christian Norberg-Schulz era um arquiteto norueguês, formado pelo Politécnico de Zurique, no final da década de 1940. Sob solicitação de Sigfried Giedion

^{1.7f} Fonte: <http://www.pps.org/pdf/The_Benefits_of_Place.pdf>.

^{1.8a} “*Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*”.

fundou, com outros arquitetos noruegueses, o grupo PAGON – *Progressive Architects Group Oslo Norway*. O grupo tratava-se de uma delegação do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – na Noruega. Seus demais membros fundadores eram Arne Korsmo, Sverre Fehn, Odd Ostbye, Peter Mellbye, Hakon Mjelva, Geir Grung, Robert Esdaile e Jorn Utzon (este último um arquiteto dinamarquês). Korsmo, aliás, foi parceiro de Norberg-Schulz no projeto de três casas, entre 1953 e 1955, consideradas muito importantes por introduzir os princípios do uso do aço e do vidro na Noruega, além de representar um tipo de manifesto de uma nova maneira de se viver. Já no primeiro ano após a fundação do PAGON Norberg-Schulz tornou-se membro do CIAM

na Inglaterra e, em seguida, ingressa como bolsista na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. No começo dos anos 1960, após um estágio em Roma, retorna para Oslo e inicia sua carreira acadêmica como professor da Escola de Arquitetura da cidade. Sua tese de Ph.D. (publicada originalmente em 1963, no volume intitulado “Intenções

na Arquitetura”) defendia uma base humanística da arquitetura, cuja teoria deveria ser integrada a ponto de envolver, além de todas as “categorias vitruvianas”, também suas inter-relações. Ocupou os cargos de editor do *Byggekunst* – jornal norueguês sobre arquitetura – e de diretor da Associação dos Arquitetos de Oslo. Atuou como professor visitante nas Universidades de Yale e de Cambridge, nos Estados Unidos, e retornou a Roma como bolsista, entre 1973 e 1974. Teve trabalhos traduzidos para diversos idiomas e foi convidado para conferências em muitos países. Voltando-se ao estudo da sociologia, psicologia da percepção e teoria da Gestalt buscava explicar os problemas da arquitetura contemporânea. Sua obra “*Genius Loci*”, originalmente publicada em 1979, enfoca a dimensão existencial da arquitetura. A partir de então, cresce seu interesse pelo significado da forma e linguagem histórica como principais determinantes projetuais. Norberg-Schulz faleceu em 2000, na cidade de Oslo^{I.8b}.

^{I.8b} Fontes: <<http://www.meamnet.polimi.it/archive/037/037.html>>;
<<http://www.24pm-affiliation.com/encyclopedia/P/PAGON/>>.

Identificabilidade^{1.8c}

Baseando-se em conceitos “[...] onde sobressaem as funções psíquicas básicas de orientação e identidade e no pensamento de Heidegger[...]” – segundo o qual o espaço se origina no lugar, não encontrando fundamento em si mesmo (DEL RIO, 1990, p. 191), Norberg-Schulz defende que a configuração de um determinado espaço deve representar o espírito do lugar, ou “*Genius Loci*”. Este conceito trata-se de uma crença dos antigos romanos, segundo a qual “[...] cada ser „independente” tinha seu *genius*”, um espírito guardião que “dá vida às pessoas e lugares”, determinando “seu caráter e essência” (NORBERG-SCHULZ, 1980, p. 18).

O autor defende a idéia de arquitetura como uma forma de suporte existencial para o homem, uma vez que há um inter-relacionamento entre as “aplicações psíquicas” e o “lado prático” da mesma. Afirma que, como o “ambiente influencia os seres humanos”, a arquitetura transcende a definição dada pelo funcionalismo. É algo mais que um simples abrigo. Assim, os diversos “tipos” de arquitetura seriam, na verdade, “[...] apenas situações diferentes que requerem diferentes soluções” às necessidades físicas e psíquicas do homem. A arquitetura é vista, portanto, como “uma concretização do espaço existencial” que, por sua vez, “[...] compreende os relacionamentos entre o homem e seu ambiente” (p. 05). “Visualização, complementação e simbolização são aspectos do processo geral de assentamentos, e moradia, no sentido existencial da palavra, depende destas funções” (p. 18).

Espaço existencial é dividido nos termos complementares de espaço e caráter, de acordo com as funções de orientação e identificação: “o homem mora onde pode se orientar” e, principalmente, onde se identifica com o ambiente (p. 05). Este, por sua vez, é repleto de significados. Seguindo esta linha, o autor conceitua lugar como um espaço que possui um caráter distinto e ainda, o local “onde a vida ocorre”, “parte integral da existência”, podendo ser utilizado como “um termo concreto para ambiente” (p. 06).

As cidades e as casas são constituídas por vários “lugares”. Estes, em geral, possuem um certo caráter ou “atmosfera”. O conjunto de “coisas concretas”, com “substância material, forma, textura e cor” determina um “caráter ambiental”, tido como a “essência do lugar” (p. 06 e 08). A compreensão de um “lugar”, no entanto, não pode ser reduzida simplesmente a estas propriedades ou a suas relações espaciais, por exemplo. “A estrutura do „lugar” pode ser descrita em termos de paisagem (*landscape*) e assentamento (*settlement*) e

analisada por meio das categorias de espaço e caráter” (p.10).

Assentamentos relacionados organicamente com seu ambiente possuem “caráter ambiental condensado” e claro. O ambiente construído pelo homem consiste, antes de tudo, “[...] em assentamentos de diferentes escalas, de casas e fazendas a vilarejos e, secundariamente, caminhos” que os conectam, além dos diversos elementos que transformam a natureza em “paisagem cultural” (p. 10).

Espaço é entendido como a “organização tridimensional dos elementos que compõem um lugar”, e, caráter, como a “atmosfera geral”, “propriedade mais compreensiva de qualquer lugar” (p. 11). Caracteres diferentes podem ser encontrados mesmo em organizações espaciais similares, conforme o tratamento dos elementos que definem o espaço. “Centralização, direção e ritmo” são citados como importantes propriedades do “espaço concreto” (p. 12).

Enquanto que os limites de um espaço construído são conhecidos como “ piso, muro e teto”, os limites de uma paisagem consistem de “chão, horizonte e céu”. “Esta similaridade estruturalmente simples é de importância básica para o relacionamento entre lugares naturais e construídos” (p.13). Os limites permitem classificar a estrutura espacial visível em “extensão contínua ou descontínua, direção e ritmo”.

Caráter é considerado um conceito mais geral e, ao mesmo tempo, mais concreto que espaço. Se por um lado denota a atmosfera de um local, por outro relaciona-se à “forma concreta e substância dos elementos definidores do espaço”, ou seja, “[...] é determinado pelo material e a constituição formal de um lugar” (p. 14). Pode, ainda, estar relacionado ao tempo: mudar com as estações, ao longo do dia e com as mudanças do clima, sobretudo com fatores que determinam diferentes condições de luz.

O tipo do piso de uma determinada área, os elementos que a definem ou mesmo o céu sobre este dado local são citados como determinantes de seu caráter. O autor ainda afirma que a ocorrência de aspectos comuns, tais como tipos de janelas, portas e telhados num conjunto de edifícios é, em grande parte, responsável pela configuração do caráter do local onde os prédios se situam. A observação destas características comuns, denominadas como “elementos convencionais”, permitiria a transposição do caráter de uma área para outra.

Nos limites, caráter e espaço se misturam, o que leva à definição de Venturi sobre arquitetura como “o muro entre o lado de dentro e o de fora” (apud NORBERG-SCHULZ, 1980, p. 15).

Norberg-Schulz ressalta a importância de um ambiente que não tenha,

somente, “[...] uma estrutura espacial que facilite a orientação, mas que consista de objetos concretos de identificação” (p. 21). Afinal, alguém pode se orientar perfeitamente em certos espaços, sem se sentir “em casa”, mas identificação remete a uma ligação íntima com o “lugar”, sendo que a “identidade humana pressupõe a identidade do lugar”, um sentido de pertencimento (p. 22).



Figura I.5a – *Genius loci*: ruas irregulares e densidade de edificações sem recuos, com mesma escala e telhados similares.

Fonte: Norberg-Schulz (1980, p. 174)



Figura I.5b – *Genius loci*: conjunto de edificações que representam valores culturais específicos.

Fonte: Norberg-Schulz (1980, p. 70)

I.2.2.6 Robert Gifford – Territorialidade^{I.9a}

Robert Gifford graduou-se em psicologia pela Universidade da Califórnia, Davis, e tornou-se Ph.D. pela Universidade Simon Fraser. Atua como professor do Departamento de Psicologia e da Escola de Estudos Ambientais da Universidade de Victoria, no Canadá, onde leciona psicologia ambiental e psicologia do consumidor em cursos de graduação e pós-graduação. É editor do *Jornal de Psicologia Ambiental* desde 2002 e compõe o quadro editorial do jornal internacional *Architectural Science Review*. Membro fundador da Sociedade para Teoria e Pesquisa Interpessoal e presidente da Divisão Ambiental da Associação Internacional para Psicologia Aplicada, participa também da Sociedade para Psicologia da Personalidade e Social, da Associação Psicológica Americana e da Associação Psicológica Canadense, inclusive da Seção sobre Psicologia Ambiental. Seu interesse de pesquisa é a interface entre a psicologia ambiental, social e da personalidade. Dentro desta área conduz estudos sobre administração de recursos, julgamento social e ferramentas para medir cognição individual, comportamento não verbal e a percepção da arquitetura, voltando - se ao avanço teórico e melhoria dos ambientes construídos e naturais^{I.9b}.

“Territorialidade”

Segundo Gifford (1997), a maioria das definições, na área da psicologia, aponta que territorialidade envolve comportamento e cognição relacionados a um lugar. Territórios consistem de espaços físicos e podem ser controlados por indivíduos ou grupos. Não se referem apenas a grandes áreas, pois pequenos grupos podem apresentar comportamento definindo territórios mesmo em locais pequenos.

Comum a todas as culturas humanas, territorialidade é um padrão de comportamento, geralmente passivo, e atitudes expresso de forma individual ou coletiva, “[...] baseado no controle real, percebido ou intencional” de determinado espaço físico, que possa envolver “ocupação habitual, defesa, personalização e demarcação” (p. 120). Demarcar

^{I.9a} “Territoriality”.

^{I.9b} Fontes: <<http://web.uvic.ca/psyc/gifford.html>>; <http://web.uvic.ca/psyc/gifford/about_me.html>.

significa colocar determinado elemento num espaço, indicando intenções territoriais; já personalização é um tipo de demarcação que indica identidade. Personalização e demarcação “[...] parecem ofertar benefícios psicológicos ao dono do território, além de simplesmente informar o mundo a quem pertence este território” (p. 134).

Altman (apud GIFFORD, 1997, p. 120) classifica os territórios em três, conforme graus de privacidade, associação ou acessibilidade permitida. São eles: território primário, secundário e público. Além destes, o mesmo autor cita objetos e idéias como outros tipos de território. Estes, embora possam ser demarcados e defendidos, não são, no entanto, universalmente aceitos como territórios.

O território primário, classificado como o tipo mais privativo, consiste de espaços pertencentes a indivíduos ou grupos primários, como uma família, por exemplo. De controle rígido e permanente, tem papel central na vida cotidiana de seus donos. A casa de uma família ou quarto de alguém exemplificam este tipo de território.

O controle do território secundário é menos essencial para seus ocupantes e seu espaço pode ser compartilhado com estranhos. Seu significado, no entanto, costuma ser restrito aos ocupantes. Trata-se de um tipo de território mais comumente mudado ou trocado que o primário. Uma mesa pessoal de trabalho ou o lugar preferido no quintal de casa podem constituir territórios secundários.

Territórios públicos são as ruas, praças, calçadas, enfim, “[...] áreas abertas a qualquer pessoa de acordo com as regras da comunidade” (p. 120). Ou seja, territórios públicos, diferentemente dos primários, são abertos a qualquer pessoa não especificamente excluída. Na medida em que territórios públicos podem ser restritos a determinados indivíduos, seja por discriminação ou comportamento desapropriado, agentes de segurança também podem ser considerados uma forma de controle territorial.

Gifford cita, ainda, os tipos de território apontados por Lyman e Scott: interacional e corpo. O primeiro refere-se a espaços de controle temporário por um grupo de indivíduos que interagem entre si naquela área (sala de aula, área de piquenique familiar e um jogo de futebol no parque, por exemplo). Nestes, podem ocorrer pequenas demarcações ou personalizações que são, no entanto, geralmente censuradas como formas de interferência. Já o outro tipo de território é considerado pelo fato de que todas as pessoas sempre defendem e tentam controlar o acesso a seu próprio corpo. Maquiagem, jóias, tatuagens e roupas são formas de demarcação e personalização do corpo.

Limites territoriais vagos propiciam a ocorrência de agressões a seu espaço. Territórios “[...] podem ser infringidos de três formas gerais: invasão, violação e

contaminação” (p. 123). Invasão ocorre quando um estranho entra no território de alguém, com a intenção de tomar seu controle. Violação é um tipo de incursão mais temporária no território alheio, geralmente com o objetivo de importunar ou prejudicar (como no caso do vandalismo). Pode ser de forma não intencional (música alta tocada por vizinhos, por exemplo). Já a contaminação ocorre quando alguém coloca algo indesejado ou desagradável no território de outra pessoa (lixo jogado em áreas residenciais é um bom exemplo).

Os tipos de defesa utilizados na proteção dos territórios são classificados em preventiva, de reação ou de limite social. Signos de ocupação e elementos delimitadores de espaços consistem numa forma de defesa preventiva. Protegem o território por antecipação, antes que a infração ocorra. Defesa de reação, por outro lado, consiste numa resposta direta a infrações já ocorridas. A defesa de limite social ocorre por meio da interação, separando visitantes desejados dos não desejados.

Em geral, proprietários exercem um controle maior sobre seu território que pessoas que moram em casas alugadas. Tendem a personalizá-lo mais e a ter um maior sentimento de responsabilidade para com o mesmo. Independente deste fato, a teoria do espaço defensável, elaborada por Jacobs e Newman, defende que determinados arranjos físicos podem aumentar o senso de territorialidade, incentivando o comportamento territorial e incrementando a segurança do espaço. Tais arranjos podem ser feitos no nível do quarteirão ou da vizinhança (alterações de fluxo no tráfego), ou no nível da casa (cercas e plantas). Plantas bem cuidadas denotam que a casa é habitada, enquanto que a diminuição do tráfego de automóveis permite aos moradores reconhecer estranhos que passem por ali. Deve-se, portanto, buscar a eliminação dos espaços pelos quais ninguém se sente responsável e aumentar as áreas facilmente observadas pelos moradores.

Gifford recomenda observar como as pessoas demarcam ou personalizam seus territórios quando se pretende pesquisar assuntos relacionados a comportamentos territoriais. Já para questões concernentes a cognições territoriais, o método preferível é a aplicação de questionários.

Por fim, o autor afirma que a familiaridade com o espaço onde se vive resulta em comportamentos melhor ordenados e organizados, levando a definições claras de territórios. “Maior senso de auto-determinação, identidade, e talvez mesmo de segurança” (p. 138) são citados como benefícios de tal aspecto.



Figura I.6a – Esquema de Análise dos Sentimentos Evocados por um Local

Fonte: Gifford (1997, p. 63)



Figura I.6b – Modelo para Análises de Psicologia Ambiental, Relacionadas a Comunidades

Fonte: Gifford (1997, p. 219)



Figura I.6c – Plantas Bem Cuidadas: expressões de territorialidade:

Fonte: Gifford (1997, p. 126)



Figura I.6d – Visibilidade a partir da Rua: a residência da esquerda, de maior visibilidade, é mais segura que a casa do lado direito.

Fonte: Gifford (1997, p. 128)

I.2.2.7 Amos Rapoport – As Características Perceptivas de Ruas de Pedestres: as hipóteses gerais e específicas^{I.10a}

Amos Rapoport é arquiteto e professor do Departamento de Arquitetura da Universidade de Wisconsin-Milwaukee. É membro do *International Committee of Architectural Critics Fellow*, do *Royal Australia Institute of Architects Associate* e do *Royal Institute of British Architects*. Atuou como professor visitante em diversos países, incluindo o Brasil. Seus interesses de pesquisa envolvem estudos interculturais e comparativos de relações entre comportamento e ambiente; *design* urbano, moradia, *design* vernacular e os ambientes construídos de países em desenvolvimento^{I.10b}.

“Complexidade”

Rapoport (1990) afirma que um ambiente precisa ter um certo grau de “complexidade” para ser atrativo. “Complexidade” (p. 262) pode ser entendida em termos de equilíbrio entre caos e monotonia, necessário ao bem estar do ser humano, que instiga sem exceder a capacidade de percepção. Tal necessidade é explicada, em partes, pelo fato de que a percepção consiste num processo, por si só, dinâmico. Em ambientes físicos ou sociais, as

^{I.10a} “*The Perceptual Characteristics of Pedestrian Streets: the general and specific hypotheses*”.

^{I.10b} Fonte: <<http://www.uwm.edu/SARUP/faculty/rapoport.htm>>.

peças tendem a buscar informação, que pode ser dada através de graus de novidade ou incerteza. Um ambiente complexo possui qualidades como “visão serial, desdobramento ou mistério” (p. 263).

Embora dependa de fatores culturais (individuais ou coletivos) e do contexto ou situação em que se encontram, a percepção dos seres humanos pode também ser influenciada por características físicas, de modo a garantir maior atratividade a determinado espaço. Ambientes vívidos e ricos (diversificados, mas não em excesso) tendem a ser considerados mais agradáveis que os monótonos ou caóticos. Um ambiente mais complexo, portanto, será melhor apreendido por qualquer pessoa, independente da cultura, uma vez que as diferenças entre os ambientes são maiores que as diferenças entre as pessoas.

Complexidade é perceptiva e multi-sensorial e relaciona-se à diversidade de elementos e relações entre estes, sendo que a tais relações é dada maior importância que aos elementos em si. Associa-se, ainda, a “usos múltiplos, escolha e diversidade de atividades num mesmo período e ao longo do tempo”, além de variação de “materiais, superfícies, formas, texturas, alturas, cores, luz e sombra, cheiros, sons e assim por diante” (p. 267). “Diversidade de caminhos possíveis, justaposição de diversos elementos e áreas, locação, mistura (*mix*) e mudanças de atividades”, bem como projetos que “permitam modificações no decorrer do tempo” são listados como “[...] suficientes para superar os efeitos do hábito e da adaptação”, resultando em “complexidade” (p. 269). Esta envolve, portanto, qualidades ligadas à variedade e um fator denominado pelo autor como “ambigüidade”.

Variedade refere-se às chamadas “qualidades perceptivas”, características físicas que estimulam a percepção. Compreende as chamadas diferenças notáveis e um aspecto denominado pelo autor como “curiosidade”.

“Ambigüidade” relaciona-se a “qualidades associativas”, estando ligada a aspectos culturais. Trata-se do estímulo à percepção por meio dos significados atados aos elementos, que podem ser valores, hierarquias, símbolos ou identidade. Desta forma, determinado espaço pode chamar a atenção pela capacidade de remeter a sentimentos específicos, por exemplo. Outro tipo de “ambigüidade” se dá quando a configuração física do ambiente interrompe o campo visual de possíveis observadores, não permitindo sua total apreensão de uma só vez.

Diferenças notáveis e “curiosidade” são aspectos também inerentes à “ambigüidade”, pois mesmo características físicas dependem de determinada carga cultural para serem percebidas. Caso não sejam notadas, não irão contribuir para a “complexidade” do espaço, pois será como se não existissem. Além de associarem-se tanto à variedade quanto à

“ambigüidade”, estes dois aspectos possuem papel de destaque quanto à complexidade por serem mais facilmente notados que os significados atribuídos aos elementos.

Diferenças notáveis caracterizam-se por “variações dentro de uma ordem”, ou seja, diferenças encontradas apesar da existência de um determinado padrão. Tais diferenças são ressaltadas pela organização que garante as relações entre os elementos diversos. Assim, um espaço ordenado pode ser atrativo por conter algumas variações e permitir associações diversas, chamando a atenção de um provável observador. Dividem-se em “diferenças físicas” – subdivididas em aspectos tais como visão, cinestésicos (movimento), som, cheiros e tátil, “diferenças sociais” e “diferenças temporais”.

Diferenças físicas

Visão

Objetos: forma, tamanho, altura, cor, materiais, textura, detalhes.

Qualidade do espaço: tamanho, forma, barreiras e articulações – fusão, transições, etc. Luz e sombra, qualidade e níveis de luz, mudanças temporais na luz.

Aspectos visuais de densidade percebida. Novo versus velho.

Ordem versus variedade.

Boa manutenção versus manutenção ruim ou negligenciado. Escala e textura urbana.

Padrão de estradas.

Topografia: natural ou feita pelo homem.

Localização: proeminente, em pontos de decisão, em colinas, etc.

Cinestésicos (movimento)

Mudanças de nível, curvas, velocidade do movimento, etc.

Som

Ruidoso versus calmo.

Sons feitos pelo homem (indústria, tráfego, música, conversas e risadas) versus sons naturais (vento, árvores, pássaros, água, etc.).

“Morto” versus reverberante.

Mudanças temporais no som.

Cheiros

Feitos pelo homem (comida) versus naturais (plantas, flores, mar, etc.).

Movimento do ar.

Temperatura.

Tátil

Principalmente a textura do piso

Diferenças sociais

Pessoas: línguas faladas, comportamento, roupa, tipos físicos.

Atividades: tipo e intensidade, clubes, restaurantes, igrejas, feiras, mercados, etc. Usos: comercial, residencial, industrial, etc.; uniforme versus misto.

Carros versus pedestres, outros meios de transporte; movimento versus quietude.

Objetos: signos, propagandas, comidas, objetos usados, cercas, plantas e jardins, decorações, etc.

Como a cidade é usada: uso da rua versus não uso; distinções entre frente e fundos;

distinções entre público e privado, etc.; introvertido versus extrovertido. Todos estão relacionados a barreiras culturais e regras de comportamento.

Hierarquia e simbolismo, sentido, signos de identidade social e *status*.

Diferenças temporais

Longo prazo: mudanças ao longo do tempo de um determinado estado para outro (mudanças nas

peças, na manutenção, nos usos, etc.). Conjunto de fatores que indicam mudança versus continuidade e estabilidade, e esta mudança pode ser vista como positiva ou negativa. Muitas das potenciais diferenças notáveis listadas podem ser lidas e interpretadas como indicadores sociais de bom ou ruim, deteriorando ou qualificando áreas. São culturalmente específicas.

Curto prazo: tipo de usos durante o dia e à noite, durante os dias da semana, finais de semana, intensidade de uso ao longo do tempo. Tempos e ritmos de atividades (RAPOPORT, 1990, p. 273 e 274).

O autor, no entanto, destaca que sua atenção está voltada para as características que possam ser visualizadas, embora as demais não sejam menos importantes.

“Curiosidade” consiste no estímulo à exploração do espaço pela não revelação do mesmo numa única olhada. Envolve certos graus de mistério e surpresa, qualidades de espaços cuja apreensão se dá somente através da visão serial, ou seja, que são descobertos pouco a pouco durante o percurso, conforme se transita pelos mesmos. Neste tipo de ambiente, o predomínio da curiosidade sobre a incerteza e o medo garante a atratividade, tornando-o complexo.

O autor ainda diferencia tipos de ambiente quanto às velocidades de movimento, afirmando que espaços-pedestre devem ser mais complexos que, por exemplo, ruas de tráfego intenso e rodovias (Figura I.7a). Deste modo, ambientes ricos permitem longas caminhadas sem que se fique cansado. Elementos naturais, como vegetação, são de grande importância neste sentido.

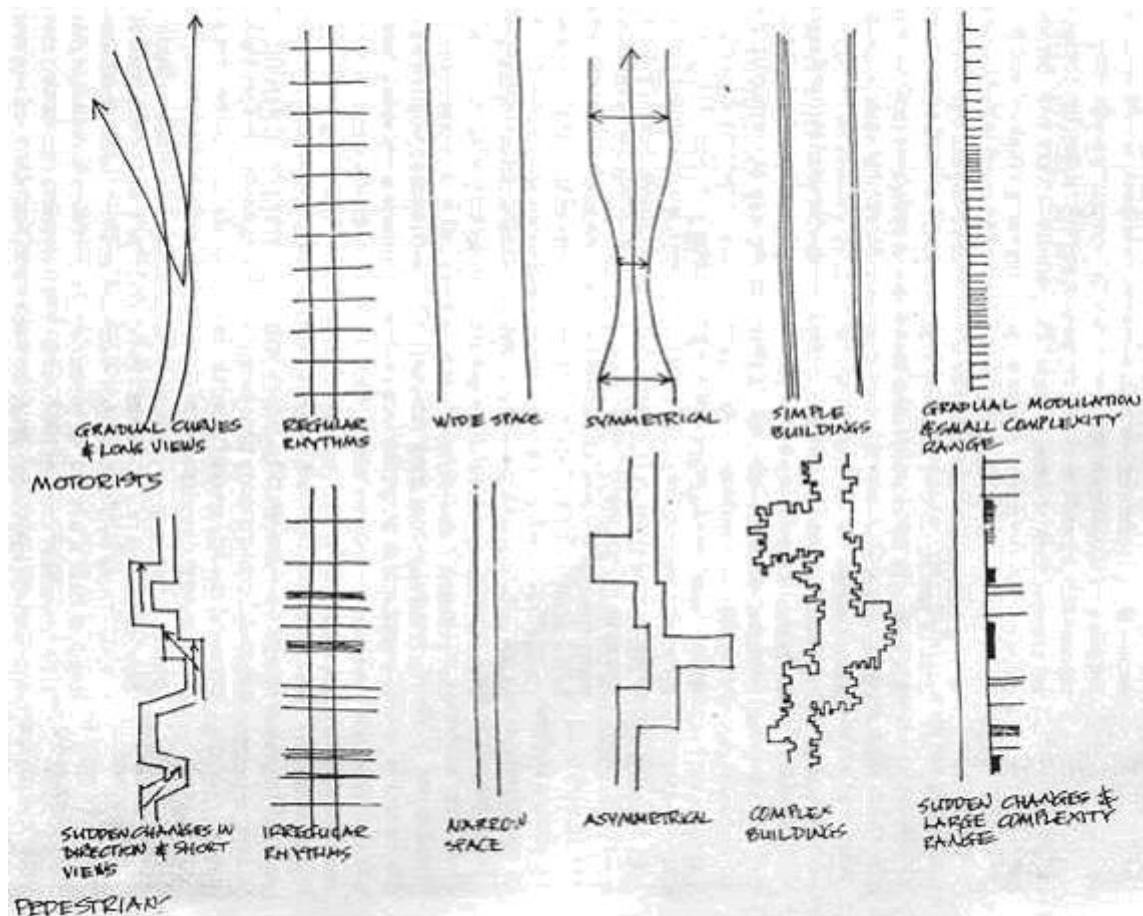


Figura I.7a – Diferenças entre Espaços de Alta Velocidade e de Uso Pedestre

Fonte: Rapoport (1990, p. 283)

Segundo Rapoport um ambiente pode ser pouco complexo por três razões: se há baixa variedade de elementos (o que torna baixa a quantidade de relações entre estes); se há muita variedade, mas todos os elementos podem ser previstos (não há variações, impossibilitando a surpresa e novidade da revelação gradual do espaço), o que diminui a taxa de informação; e, por fim, se os elementos são tão numerosos e variados que não se relacionam, sobrecarregando o sistema perceptivo (não resultando daí nenhuma informação útil), por não haver qualquer tipo de ordem.

“Ordem e regras consistentes” que ressaltam pequenas diferenças e grande variedade de atividades no espaço, são alguns dos fatores que, segundo o autor, garantem o alto nível de “complexidade” nos ambientes vernaculares, que tendem a permanecer mais ricos que outros tipos de ambiente.

No final do capítulo, o autor apresenta nove páginas (288 a 296) com ilustrações apontando características que contribuem para a “complexidade” dos espaços (Figura I.7b).

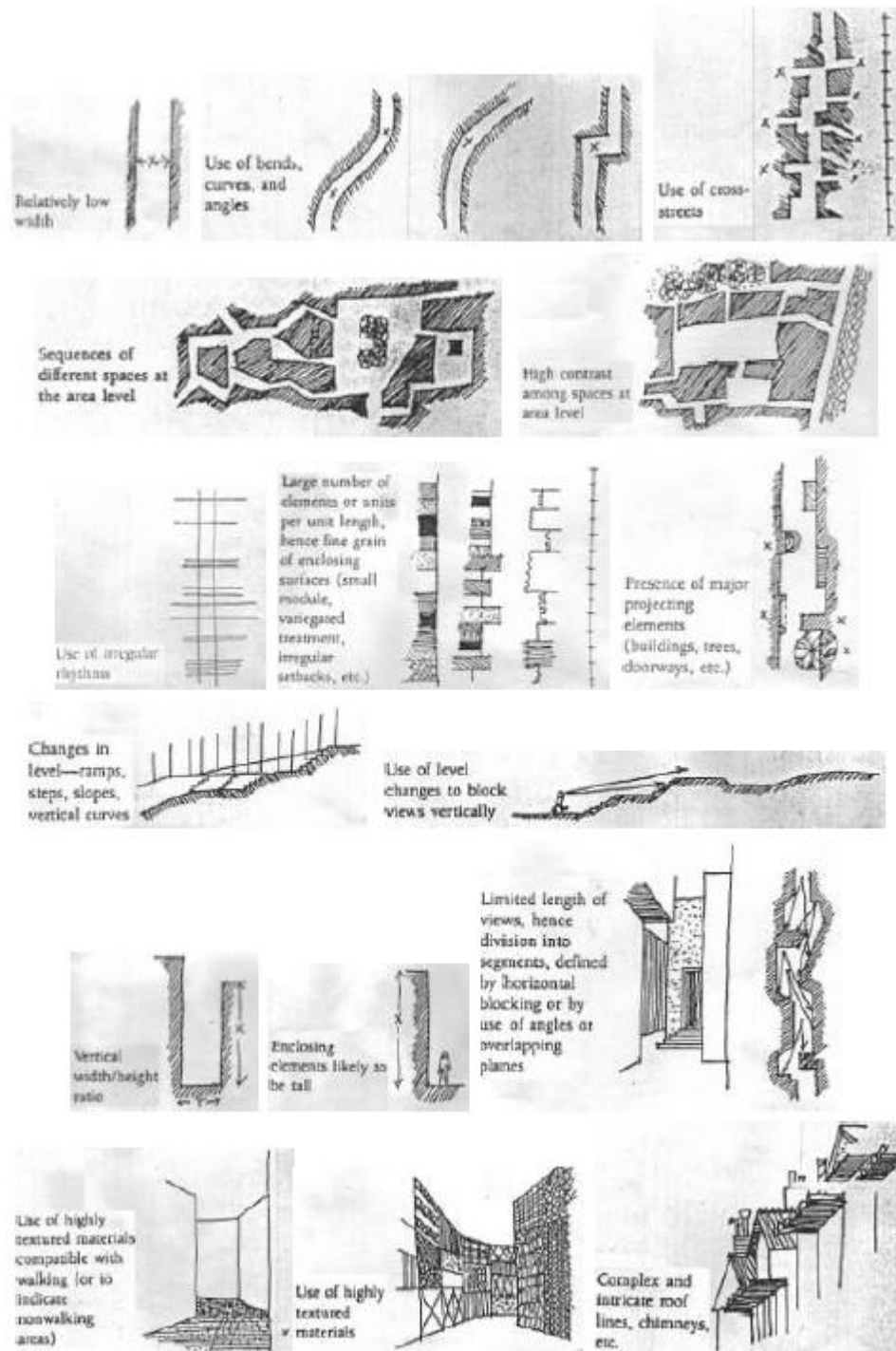


Figura I.7b – Diferenças Notáveis: aspectos que conferem complexidade aos espaços.

Fonte: Rapoport (1990, p. 288-296)

CAPÍTULO 3

I.3 VARIÁVEIS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE ATMOSFERAS

Assumir atmosfera como a “aura do lugar” implica em aceitar que o processo de identificação de atmosferas passa, necessariamente, pela identificação dos componentes dos “lugares” aos quais se associam.

A partir dos autores estudados, dos levantamentos e observações em campo e baseando -se em dois modelos de estruturação de “lugares” – gráfico apresentado pelo grupo PPS (2003a) e sistema de Canter (1977, p. 158) – pôde-se elaborar dois métodos de identificação de atmosferas.

O primeiro visa a identificação de atmosferas a partir das qualidades encontradas no espaço que se pretende analisar. Já o segundo destina-se à identificação dos elementos e relações presentes na organização de tal espaço.

I.3.1 Método I: a partir das qualidades urbanas

O gráfico apresentado pelo grupo PPS (Figura I.4a) aponta quatro atributos chave como responsáveis pela qualificação de um dado local no chamado “*great place*”: “Sociabilidade – *Sociability*, Usos e Atividades – *Uses & Activities*, Conforto e Imagem – *Comfort & Image*, e Acessos e Ligações – *Access & Linkages*”. Cada um dos atributos é composto por uma série de aspectos intangíveis que, por sua, vez associam-se a formas diversas de mensuração. Uma tradução deste gráfico é apresentada a seguir (Figura I.8).

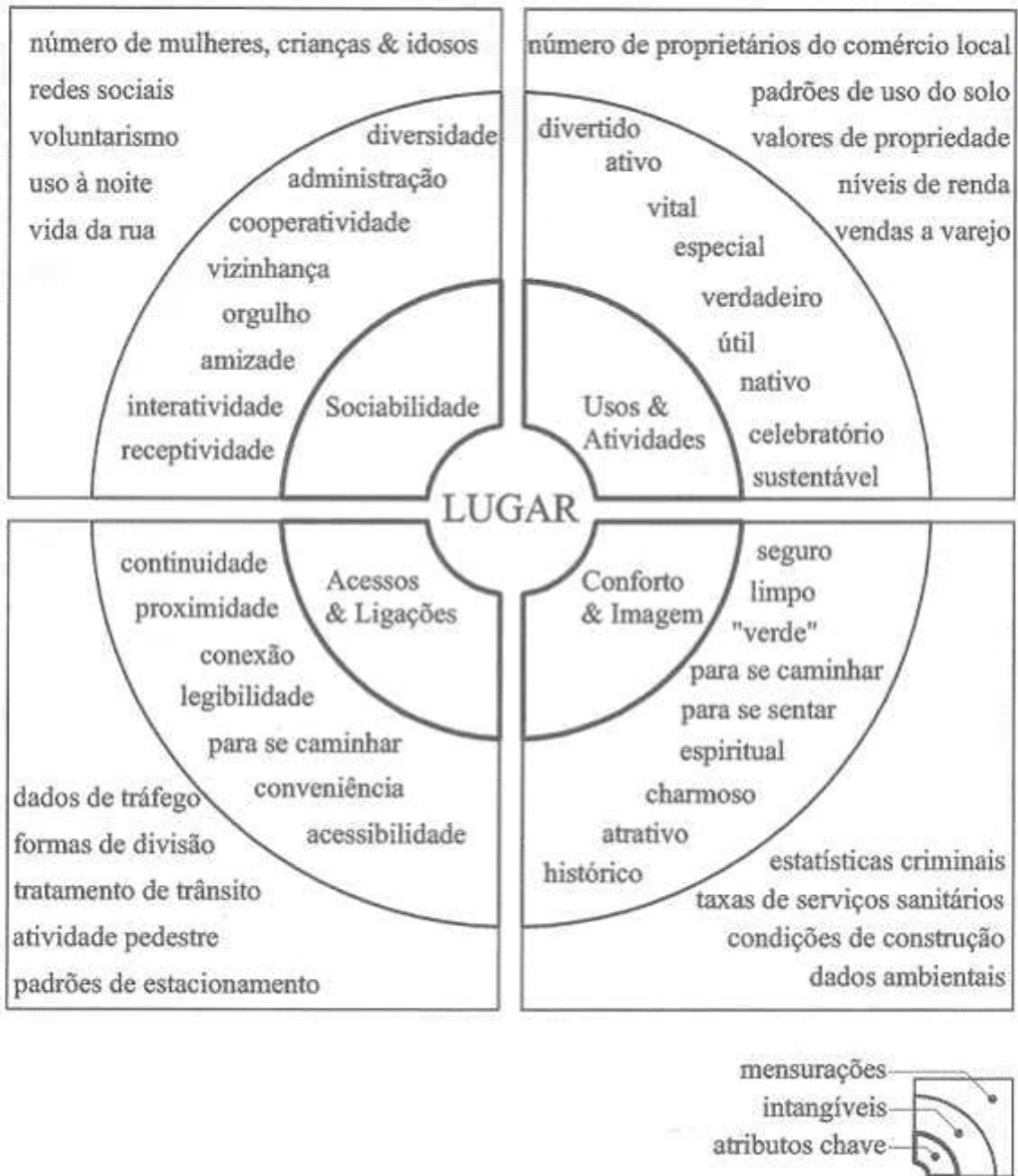


Figura I.8 – Qualidades que Definem um “Lugar”

Fonte: PPS (2003a)

Baseando-se neste modelo, foi definido um método que permite a identificação de atmosferas a partir das qualidades encontradas no local (Figura I.9). Tais qualidades foram definidas a partir do estudo dos autores, dos levantamentos e observações de campo e dos atendimentos com o professor Yamaki.

De acordo com o método I, atmosfera é composta por quatro classes de qualidades: 1. ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS (considerado um termo mais amplo que

“Sociabilidade”), 2. USOS E ATIVIDADES, 3. CONFORTO E IMAGEM, e 4. ACESSOS E LIGAÇÕES.

As classes 1, 2 e 3 agrupam quatro qualidades cada e a classe 4 agrupa cinco qualidades. É importante mencionar que algumas qualidades são compostas por uma série de outras qualidades. É o caso, por exemplo, de 3.1. Características Físicas e Visuais Apropriadas, composta por 3.1.1. legibilidade, 3.1.2. complementaridade, 3.1.3. “definição”, 3.1.4. diversidade, 3.1.5. “agradabilidade”, 3.1.6. transparência e 3.1.7. arborização; e de 3.4. Qualidades Perceptivas, que se compõem de 3.4.1. historicidade, 3.4.2. riqueza sensorial, 3.4.3. características notáveis, 3.4.4. contrastes/ diferenças e 3.4.5. detalhes.

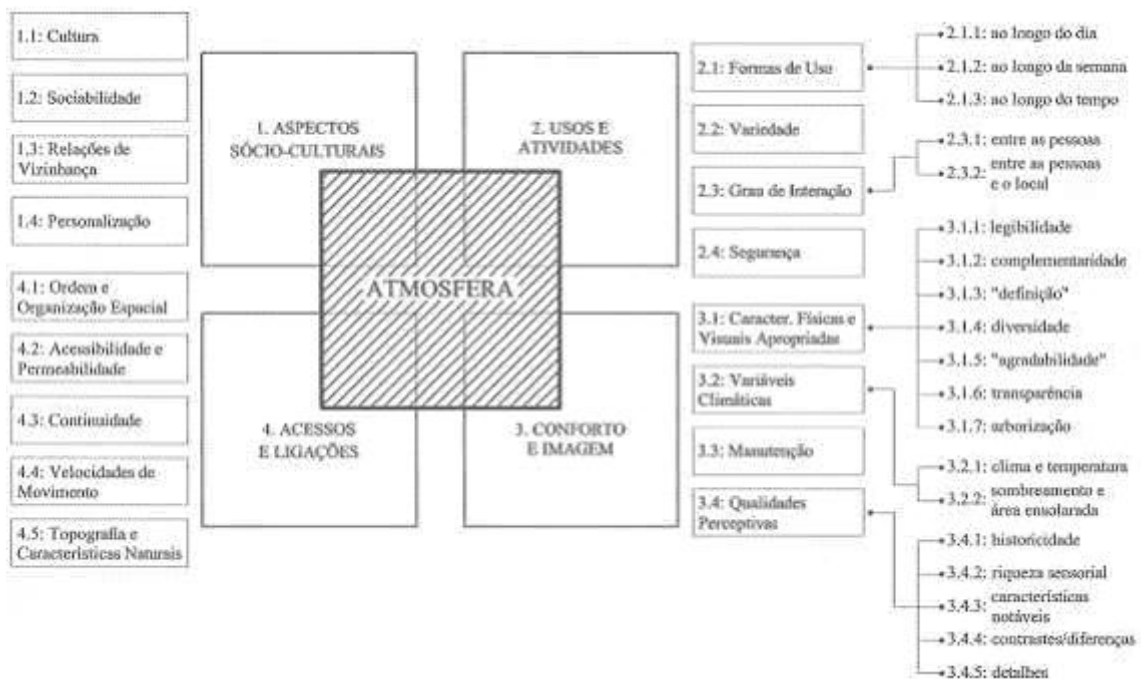


Figura I.9 – Qualidades que Definem uma Atmosfera

Fonte: Lamounier e Yamaki (2006)

Os quadros a seguir (Figura I.10a,b,c,d) explicam o significado de cada uma das qualidades apresentadas neste método.

1. ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS	
1.1. Cultura	afeta as interpretações que as pessoas podem fazer de um lugar e as possíveis concretizações de significados (simbolizações).
1.2. Sociabilidade	qualidade de um espaço que propicia o contato entre as pessoas que o frequentam, sejam elas conhecidas entre si ou não.
1.3. Relações de Vizinhança	qualidade que implica em forte senso de comunidade, conduzindo à outras qualidades como cultura, sociabilidade, segurança e utilização do espaço, por exemplo.
1.4. Personalização	apropriação e simbolização do espaço, uma forma de demarcação que indica identidade, levando à configuração de territórios.

Figura I.10a – Definições das Qualidades Urbanas: 1. Aspectos Sócio-Culturais

Org.: Lamounier (2006)

2. USOS E ATIVIDADES		
2.1. Formas de Uso	2.1.1. ao longo do dia	interfere fortemente na atratividade do espaço; este pode apresentar usos diversos ao longo do dia, da semana e do tempo (diferentes épocas do ano); aspectos que denotam usos passados, não mais existentes, são muito importantes.
	2.1.2. ao longo da semana	
	2.1.3. ao longo do tempo	
2.2. Variedade		a variedade de usos e atividades de um local é diretamente proporcional à possibilidade de frequentadores, pois aumenta os motivos para que este local seja visitado, garantindo sua vivacidade.
2.3. Grau de Interação	2.3.1. entre as pessoas	as atividades que ocorrem num local devem proporcionar o maior grau de interação possível, tanto entre as pessoas que o frequentam, como entre estas e o local; estimula a utilização do espaço e a socialização entre os usuários.
	2.3.2. entre as pessoas e o local	
2.4. Segurança		a utilização de qualquer espaço depende inicialmente de quão seguro este aparenta ser; em locais inseguros o medo pode superar possíveis atrativos.

Figura I.10b – Definições das Qualidades Urbanas: 2. Usos e Atividades

Org.: Lamounier (2006)

3. CONFORTO E IMAGEM		
3.1. Características Físicas e Visuais Apropriadas	3.1.1. legibilidade	qualidade que torna um ambiente compreensível, ou seja, de fácil entendimento como um todo, para as pessoas que o utilizam.
	3.1.2. complementaridade	significa a existência de padrões entre os elementos que compõem a paisagem; pode se dar também de forma inversa, ou seja, através do contraste entre os componentes do espaço.
	3.1.3. "definição"	consiste na delimitação do espaço de um local, de forma a deixar claro onde este começa e termina; pode ser vertical – altura dos elementos que margeiam uma rua; e horizontal – largura e espaçamento entre os elementos que a definem.
	3.1.4. diversidade	diversidade de construções propicia maior variedade de formas, aumentando as possibilidades de escolha e de interpretações de um determinado local; ambientes diversificados tendem a ser considerados mais agradáveis que os demais.
	3.1.5. "agradabilidade"	característica de locais seguros, que ofertam espaços para atividades diversas, como permanência, "bate-papos", caminhadas e brincadeiras, além de elementos que estimulem a percepção.
	3.1.6. transparência	permeabilidade visual entre os domínios público e privado, sem afetar a distinção entre os mesmos; se dá através do uso de elementos que permitem a visualização, mesmo que parcial, do interior do lote e da edificação.
	3.1.7. arborização	consiste no tipo mais fácil e barato de melhoria física de um espaço; adiciona conforto e interesse visual, propiciando a permanência e longas caminhadas sem que se fique cansado.
3.2. Variáveis Climáticas	3.2.1. clima e temperatura	espaços de qualidade devem oferecer o máximo de proteção quanto aos elementos naturais permitida pela região em que se localizam; trata-se, por exemplo, de conforto térmico e proteção em dias de chuva.
	3.2.2. sombreamento e área ensolarada	um bom espaço deve possuir áreas sombreadas para os dias de calor excessivo e locais ensolarados para os dias de inverno, quando o calor é desejado.
3.3. Manutenção		refere-se ao cuidado com o espaço da rua e elementos que o delimitam, muitas vezes pelos próprios moradores, e ao uso de materiais relativamente fáceis de se manter.
3.4. Qualidades Perceptivas	3.4.1. historicidade	é dada pela presença de elementos que denotam a passagem do tempo no local, bem como pela ocorrência de fatos importantes que permanecem na memória dos moradores.
	3.4.2. riqueza sensorial	trata-se da variedade de experiências sensoriais transmitidas às pessoas pelo ambiente; embora a visão seja dominante quanto à informação, envolve também os sentidos de movimento, olfato, audição e tato.
	3.4.3. características notáveis	são os aspectos que chamam a atenção para o espaço, estimulando o processo de percepção; podem ser características únicas do local ou pequenas variações dentro de certa ordem.
	3.4.4. contrastes/ diferenças	consiste num conjunto de características que ressalta determinado espaço em relação ao seu entorno; ou em elementos que contrastam com a configuração geral deste espaço.
	3.4.5. detalhes	garantem a atratividade quando se observa uma paisagem de forma mais aprofundada; em conjunto contribuem fortemente à definição do caráter de um espaço.

Figura I.10c – Definições das Qualidades Urbanas: 3. Conforto e Imagem

Org.: Lamounier (2006)

4. ACESSOS E LIGAÇÕES	
4.1. Ordem e Organização Espacial	trata-se da forma como se estrutura o espaço e a paisagem vinculada ao mesmo; espaços de qualidade são ordenados sem que sejam monótonos e as relações entre os elementos são mais importantes que estes propriamente ditos.
4.2. Acessibilidade e Permeabilidade	acessibilidade implica na localização da rua (que deve ser facilmente encontrada e acessada) e na possibilidade de acesso por crianças, idosos e deficientes físicos; permeabilidade consiste em número satisfatório de trajetos possíveis; pode também ser de caráter visual, permitindo a visualização de locais onde se pode e não se pode entrar.
4.3. Continuidade	refere-se à configuração de “zonas de amortecimento” que garantem a transição amena, sem fortes rupturas de paisagem, entre diferentes espaços ou setores urbanos.
4.4. Velocidades de Movimento	além da diferença óbvia entre automóveis e pedestres, alguns espaços também determinam velocidades diferentes de caminhada (rampas e escadarias acentuadas, por exemplo); quanto menor a velocidade de um local, mais diverso este deve ser, para que não se torne monótono.
4.5. Topografia e Características Naturais	a implantação de determinado espaço deve respeitar ao máximo o relevo e os elementos naturais significativos do local; uma topografia acentuada adiciona interesse à paisagem, ora restringindo, ora ampliando o campo visual.

Figura I.10d – Definições das Qualidades Urbanas: 4. Acessos e Ligações

Org.: Lamounier (2006)

I.3.1.1 Aspectos comuns

Os sete autores estudados apresentam algumas preocupações comuns quanto às qualidades que definem atmosferas. Embora possam aparecer com classificação ou denominação diversa em alguns estudos, a recorrência de certos aspectos é facilmente notada.

Deve-se ressaltar, no entanto, que o número de citações de cada qualidade não implica em maior ou menor importância da mesma. Na verdade algumas destas qualidades são mesmo interdependentes, de forma que a existência de umas determina também a ocorrência de outras. Alguns aspectos que são menos citados, por exemplo, podem refletir uma preocupação mais significativa e detalhada pelos autores que os consideram. Da mesma forma, o fato de determinados autores citarem um número menor de qualidades pode significar a preocupação com uma área mais específica, o que exigiria certo detalhamento e, portanto, uma abordagem mais pontual.

A Figura I.11 (a,b,c,d) mostra quais qualidades foram consideradas por quais autores e identifica o número de citações das mesmas.

ASPECTOS CONSIDERADOS AUTORES ESTUDADOS (qualidades)	1. ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS			
	1.1: Cultura	1.2: Sociabilidade	1.3: Relações de Vizinhança	1.4: Personalização
1. JACOBS (estética)		■		■
2a. BENTLEY E EQUIPE (responsividade)	■			■
2b. APPELYARD (vivenciabilidade)		■	■	■
2c. GRUPO FPS (usabilidade espaço público)	■	■	■	
3a. NORBERG-SCHULZ (identificabilidade)	■			■
3b. GIFFORD (territorialidade)	■	■	■	■
4. RAPOPORT (complexidade)	■	■		■
NÚMERO DE CITAÇÕES	5	5	3	6

Figura I.11a – Aspectos Comuns entre os Autores Estudados: 1. Sócio-Culturais

Fonte: Lamounier (2006)

ASPECTOS CONSIDERADOS AUTORES ESTUDADOS (qualidades)	2. USOS E ATIVIDADES						
	2.1: Formas de Uso			2.2: Variedade	2.3: Grau de Interação		2.4: Segurança
	2.1.1: ao longo do dia	2.1.2: ao longo da semana	2.1.3: ao longo do tempo		2.3.1: entre as pessoas	2.3.2: entre as pessoas e o local	
1. JACOBS (estética)	■	■	■	■	■	■	■
2a. BENTLEY E EQUIPE (responsividade)				■	■	■	
2b. APPELYARD (vivenciabilidade)	■	■	■		■	■	■
2c. GRUPO FPS (usabilidade espaço público)	■	■	■	■	■	■	■
3a. NORBERG-SCHULZ (identificabilidade)					■	■	
3b. GIFFORD (territorialidade)					■	■	■
4. RAPOPORT (complexidade)	■	■	■	■	■	■	■
NÚMERO DE CITAÇÕES	4	4	4	4	7	7	5

Figura I.11b – Aspectos Comuns entre os Autores Estudados: 2. Usos e Atividades

Fonte: Lamounier (2006)

ASPECTOS CONSIDERADOS AUTORES ESTUDADOS (qualidades)	3. CONFORTO E IMAGEM														
	3.1: Características Físicas e Visuais Apropriadas							3.2: Variáveis Climáticas		3.3: Manutenção	3.4: Qualidades Perceptivas				
	3.1.1: legibilidade	3.1.2: compatibilidade	3.1.3: definição*	3.1.4: diversidade	3.1.5: agradabilidade	3.1.6: transparência	3.1.7: abstração	3.2.1: clima e temperatura	3.2.2: sombreamento e áreas resoladas		3.4.1: biocompatibilidade	3.4.2: dignidade sensorial	3.4.3: características textuais	3.4.4: contrastes/diferenças	3.4.5: detalhes
1. JACOBS (estética)															
2a. BENTLEY E EQUIPE (responsividade)															
2b. APPEYARD (vivenciabilidade)															
2c. GRUPO PPS (usabilidade espaço público)															
3a. NORBERG-SCHULZ (identificabilidade)															
3b. GIFFORD (territorialidade)															
4. RAPOPORT (complexidade)															
NÚMERO DE CITACÕES	4	4	6	3	4	3	3	3	3	5	5	3	6	3	7

Figura I.11c – Aspectos Comuns entre os Autores Estudados: 3. Conforto e Imagem

Fonte: Lamounier (2006)

ASPECTOS CONSIDERADOS AUTORES ESTUDADOS (qualidades)	4. ACESSOS E LIGAÇÕES				
	4.1: Ordem e Organização Espacial	4.2: Acessibilidade e Permeabilidade	4.3: Continuidade	4.4: Velocidades de Movimento	4.5: Topografia e Características Naturais
1. JACOBS (estética)	■	■	■	■	■
2a. BENTLEY E EQUIPE (responsividade)	■	■			
2b. APLEYARD (vivenciabilidade)	■	■		■	■
2c. GRUPO PPS (usabilidade espaço público)	■	■	■	■	
3a. NORBERG-SCHULZ (identificabilidade)	■		■		■
3b. GIFFORD (territorialidade)	■				
4. RAPOPORT (complexidade)	■	■	■	■	■
NÚMERO DE CITAÇÕES	7	5	4	4	4

Figura I.11d – Aspectos Comuns entre os Autores Estudados: 4. Acessos e Ligações

Fonte: Lamounier (2006)

Todos os autores (sete) citam 2.3. Grau de Interação (2.3.1. entre as pessoas e 2.3.2. entre as pessoas e local); 3.4.5. detalhes (referente a 3.4. Qualidades Perceptivas); e 4.1. Ordem e Organização Espacial.

Seis autores tratam de 1.4. Personalização; 3.1.3. “definição” (referente a 3.1. Características Físicas e Visuais Apropriadas); e 3.4.3. características notáveis (que pertence a 3.4. Qualidades Perceptivas).

Cinco autores preocupam-se com 1.1. Cultura; 1.2. Sociabilidade; 2.4. Segurança; 3.3. Manutenção; 3.4.1. historicidade (relacionada a 3.4. Qualidades Perceptivas); e 4.2. Acessibilidade e Permeabilidade.

Quatro autores mencionam 2.1. Formas de Uso (2.1.1. ao longo do dia, 2.1.2. ao longo da semana e 2.1.3. ao longo do tempo); 2.2. Variedade; 3.1.1. legibilidade, 3.1.2. complementaridade e 3.1.5. “agradabilidade” (as três pertencentes a 3.1. Características Físicas e Visuais Apropriadas); 4.3. Continuidade; 4.4. Velocidades de Movimento; e 4.5. Topografia e Características Naturais.

Três autores (o menor número de citações encontrado) falam sobre 1.3. Relações de Vizinhança; 3.1.4. diversidade, 3.1.6. transparência e 3.1.7. arborização (as três referentes a 3.1. Características Físicas e Visuais Apropriadas); 3.2.1. clima e temperatura e

3.2.2. sombreamento e área ensolarada (3.2. Variáveis Climáticas); e, por fim, 3.4.2. riqueza sensorial e 3.4.4. contrastes/ diferenças (3.4. Qualidades Perceptivas).

A contagem das qualidades consideradas por cada autor permite concluir que, de uma maneira geral, há um equilíbrio entre as preocupações com os aspectos relacionados à organização físico-espacial e com os aspectos sócio-culturais. Embora haja alguma diferenciação no sentido de que determinado autor considere um destes aspectos mais do que o outro, qualidades “visíveis”, relacionadas à configuração do espaço, e “invisíveis”, associadas a fatores sociais e culturais, aparecem em todos os grupos quantitativos (de três, quatro, cinco, seis e sete citações).

Tal fato conduz à idéia de atmosfera como resultado das interações entre a constituição física e organização dos elementos que compõem o espaço, e os valores culturais e práticas sociais existentes e mantidos no local. Consistem em aspectos indissociáveis entre si e são os determinantes à composição de atmosferas.

I.3.2 Método II: A partir dos elementos de composição

Outra forma de se definir a atmosfera ou personalidade de um lugar é através do conjunto de elementos que a compõem. Visualmente, pode ser compreendida em termos de “camadas” na paisagem. A primeira consiste no espaço livre da rua. Em seguida, vem a fachada das edificações, sua altura e volumetria. Somente após estas camadas é que se começa, numa observação mais demorada, a perceber os detalhes que, em ruas tradicionais, geralmente consistem de personalizações e formas de apropriação do espaço.

A partir da definição de “lugar” como “[...] o resultado dos relacionamentos entre ações, concepções e atributos físicos”, o psicólogo ambiental David Canter (1977, p. 158) elabora um modelo de identificação de “lugares” com três componentes básicos: “atividades, atributos físicos e concepções” (Figura I.12).



Figura I.12 – Componentes de Formação dos “Lugares”

Fonte: Canter (1977, p. 158)

Segundo Canter (1977) a identificação completa de um “lugar” somente será possível após o conhecimento dos comportamentos associados a um dado local, dos parâmetros físicos do assentamento, e das concepções ou descrições que as pessoas fazem ou mantêm destes comportamentos naquele ambiente físico. Tal processo pode se iniciar por qualquer uma das três variáveis – preferencialmente pela mais facilmente notada, dependendo dos critérios de pesquisa e do local a ser analisado.

Baseando-se no sistema de Canter (1977) pôde-se desenvolver um método que possibilita a identificação de atmosferas urbanas a partir dos elementos de composição do espaço.

Inicialmente, através da observação das características físicas e organização espacial dos locais estudados, bem como do comportamento de seus moradores, foram definidas oito categorias de elementos, estreitamente relacionadas entre si: 1. Implantação, 2. Fachadas, 3. Ritmo, 4. “Definição”, 5. Visuais, 6. Territórios, 7. Utilização e 8. Senso de Comunidade. Referem-se, portanto, a aspectos notados através de análises de plantas ou mapas das áreas estudadas, vistas – visita aos locais e fotografias, e comportamento – entrevistas e conversas informais com os moradores, além de observação do cotidiano das ruas.

As categorias de elementos agrupam-se em três grandes classes: I. FÍSICA, II. VISUAL e III. ATIVIDADES/ COMPORTAMENTO AMBIENTAL, que também

apresentam inter-relacionamento entre si.

Atmosfera consiste, então, na área onde as três classes se sobrepõem, já que ali é que ocorrem as relações entre as mesmas (Figura I.13).

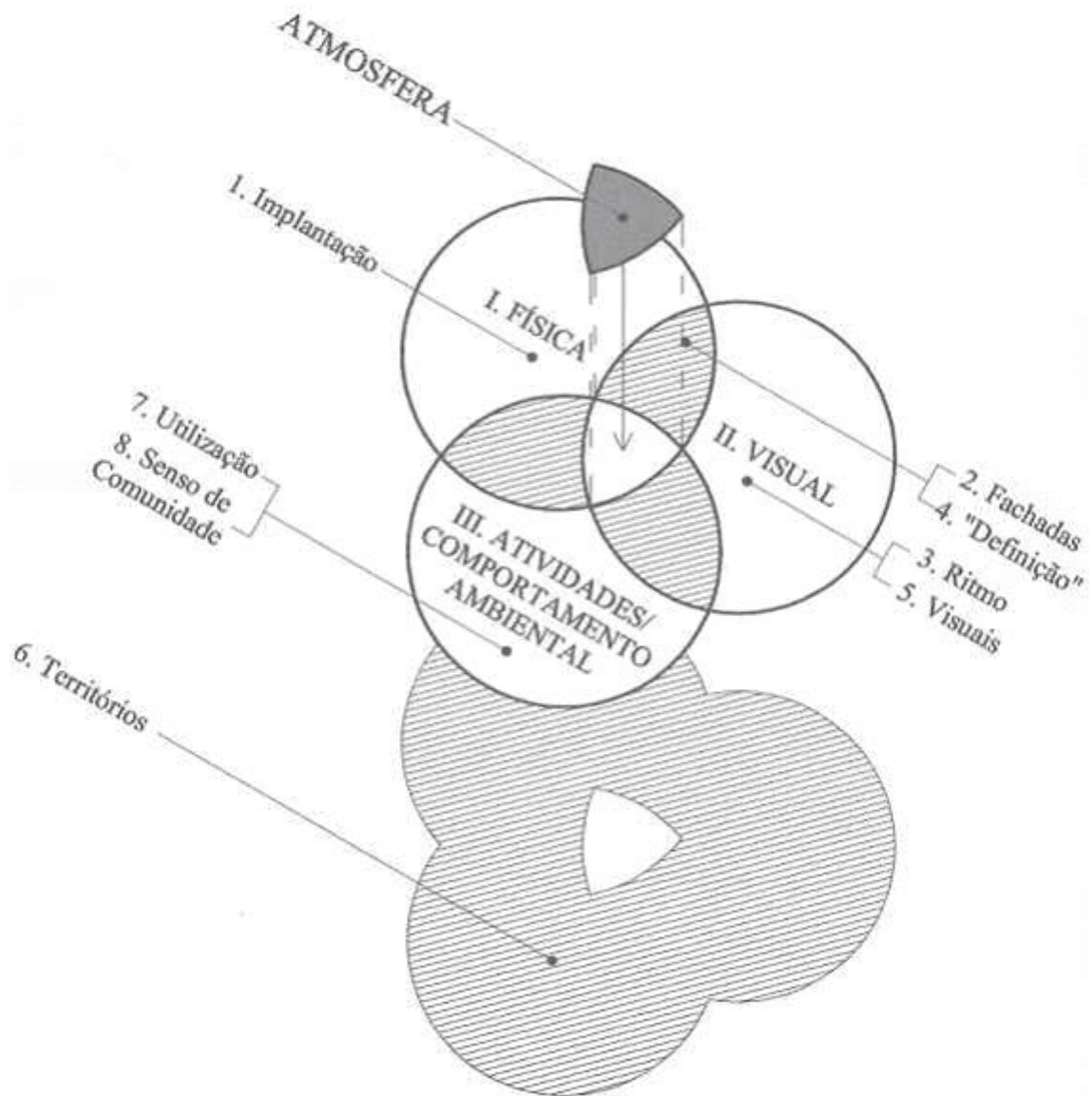


Figura I.13 – Composição de Atmosferas: classes e categorias de elementos

Fonte: Lamounier e Yamaki (2006)

A categoria 1. Implantação pertence somente à classe I. FÍSICA; 3. Ritmo e 5. Visuais pertencem apenas à classe II. VISUAL; enquanto que 7. Utilização e 8. Senso de Comunidade referem-se à III. ATIVIDADES/ COMPORTAMENTO AMBIENTAL. Algumas categorias, no entanto, associam-se a mais de uma classe, ou melhor, situam-se na interface entre estas. É o caso de 2. Fachadas e 4. "Definição", localizadas na área comum

entre as classes I. FÍSICA e II. VISUAL; bem como da categoria 6. Territórios, que pertence, além da I. FÍSICA e II. VISUAL, também à classe III. ATIVIDADES/ COMPORTAMENTO AMBIENTAL – daí o fato de ter sido colocada na “sombra” do gráfico, envolvida por todas as classes (Figura I.14).

ATMOSFERA			
CATEGORIAS DE ELEMENTOS	CLASSES		
	I. FÍSICA	II. VISUAL	III. ATIV/ COMP. AMB.
6. Territórios	•	•	•
2. Fachadas	•	•	X
4. "Definição"	•	•	X
1. Implantação	•	X	X
3. Ritmo	X	•	X
5. Visuais	X	•	X
7. Utilização	X	X	•
8. Senso de Comunidade	X	X	•

Figura I.14 – Classes e Categorias de Elementos

Fonte: Lamounier (2006)

1. Implantação

Compreende características como o sítio natural (relevo), localização, formato e dimensões da rua, esquinas, vielas, praças e quadras. Quanto às quadras considera-se, ainda, a quantidade, formato e dimensões dos lotes originados de seu parcelamento. Os elementos de composição do lote – jardim, edificação e quintal, e a hierarquização de seus espaços constituem o principal objeto de análise desta categoria pois, se considerados em conjunto, suas relações com os demais aspectos citados definem a paisagem da rua.

A tipologia das construções de um local, os ritmos percebidos, os elementos de definição do espaço, as vistas, e mesmo aspectos como a definição de territórios, a utilização e a formação de um senso de comunidade dependem de como e onde este local é implantado. Assim, Implantação pode ser considerada uma categoria chave de elementos, pois determina a configuração de todas as outras sete.

2. Fachadas

Trata-se da categoria de elementos mais facilmente notada na composição da paisagem de uma rua, fato este confirmado pela afirmação de Relph de que “os edifícios [...] são os artefatos humanos mais evidentes nas paisagens urbanas” (apud KANASHIRO; YAMAKI, 2001, p. 212). Refere-se ao estudo de elementos como o material utilizado na parte frontal das casas – madeira ou alvenaria, existência ou não de varandas, detalhes de ornamentação, elevação do telhado e localização do acesso frontal.

Fatores como aspectos culturais e o convívio de muitos anos entre vizinhos podem levar à constituição de valores e conceitos estéticos comuns, que determinam uma paisagem essencialmente homogênea não sendo, no entanto, monótona. A identificação de tipos e subtipos de fachada, levando à homogeneidade da paisagem, e a verificação de possíveis linguagens arquitetônicas são os principais objetivos da análise desta categoria.

3. Ritmo

O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004, p. 1764) define ritmo como “movimento regrado e medido [...] que se repete, no tempo, a intervalos regulares, com acentos fortes e fracos”. O mesmo dicionário traz a seguinte definição, referente ao campo das artes: “[...] a disposição ou o desenvolvimento harmonioso, no espaço

e/ ou no tempo, de elementos expressivos e estéticos, com alternância de valores de diferente intensidade”.

O ritmo de um determinado espaço é definido pela conjugação de vários aspectos. Depende da disposição dos componentes físicos – tendo grande importância o espaçamento entre os mesmos, da forma, volume e altura dos elementos e da frequência de detalhes similares.

As relações que se destacam no campo visual ou na “cena” é que determinam o ritmo local. Geralmente, é dado pela relação entre a largura dos lotes, volume das edificações e recuos frontais e laterais; pela seqüência – com ou sem interrupções – de edificações que seguem uma mesma linguagem ou estilo arquitetônico, de varandas e telhados recortados, frequência de detalhes construtivos e número de aberturas na fachada; pela ocorrência de jardins na frente dos lotes, de limites que permitem ou impedem a visibilidade do espaço intra-lote e assim por diante. O relevo também pode ser um importante fator na definição de ritmos. Um conjunto de casas com a mesma altura, por exemplo, situado numa área de topografia acentuada pode transmitir a impressão de um escalonamento de alturas.

Estudos de configuração espacial devem levar em conta os ritmos verticais e horizontais, dados pela altura, largura e espaçamento entre os elementos que estruturam a paisagem do local. A ilustração a seguir (Figura I.15) foi retirada do *Residential Design Guidelines of San Francisco* (SFCPC, 2003) – versão revisada – e mostra o ritmo de composição de um conjunto de quatro edificações que, numa primeira observação, apresentam fachadas totalmente diversas entre si.



Figura I.15 – Conjunto de Edificações: ritmos horizontais e verticais

Fonte: SFCPC – *San Francisco City Planning Commission* (2003, p. 16)

O ritmo horizontal do conjunto é definido pela largura das construções e recuos laterais similares entre as mesmas, presença de escadaria no lado direito das fachadas, tipologia de aberturas – linha de portas e janelas, e pela vegetação demarcando a entrada

principal. A combinação entre relevo acentuado e altura aproximada entre as edificações, ocasionando o escalonamento das mesmas, é responsável pela definição do ritmo vertical.

4. “Definição”

Relaciona-se ao conjunto de elementos que delimitam o espaço estudado. Podem ser características únicas ao espaço, destacando-o de seu entorno, bem como edificações, praças ou ruas transversais significativas que indiquem o começo e o fim da rua analisada, tornando clara sua localização.

“Definição” refere-se também à delimitação do espaço livre da rua pelas edificações e demais elementos que o margeiam. Determinar linhas de recuo frontal permite “[...] fixar a locação das fachadas da rua para adquirir o senso de amplitude ou de estreitamento desejado, bem como da continuidade da forma da rua” (EICHNER; TOBEY, p.279).

Neste sentido, deve-se considerar dois tipos de definição: horizontal – espaçamento entre os elementos nas margens de uma rua (recuos frontais e laterais, homogêneos e diversos, por exemplo), e vertical – altura dos elementos que definem a rua (diferença de níveis devido à topografia acentuada, altura das árvores, dos muros e das edificações, por exemplo).

5. Visuais

São as perspectivas e abrangência do campo de visão, determinadas pela declividade do terreno, forma e largura das ruas, distribuição de espaços livres, além da arborização, altura e alinhamento das edificações.

Para o morador de um local cada componente tem seu peso de significado, não importando muito a visão de conjunto. As coisas podem até não combinar entre si. O “turista” é que tem melhor percepção de conjunto, embora determinados aspectos possam chamar mais a atenção num primeiro momento.

O Plano Diretor de Londrina de 1995 (YAMAKI; FERREIRA; LIMA; MENDONÇA) afirma que panoramas e vistas têm grande importância à definição de um senso de “lugar”.

Métodos baseados no estudo de estruturação da paisagem através de campos visuais são utilizados por diversos autores. A análise desta categoria nas ruas estudadas

baseia-se nos modelos apresentados por alguns periódicos japoneses – *Rekishiteki Shuraku Gairo Keikan*^{I.11a} (s/ d), *Space Design – SD 7802* (1978), *Rekishiteki Machinami Jiten*^{I.11b} (NATIONAL TRUST JAPAN, 1981) e *Toshi Jutaku: urban housing 8301* (1983), pelo *Design Guide for Residential Areas* de Essex (COUNTY COUNCIL OF ESSEX, 1973) e pelo arquiteto alemão Dieter Prinz (1984). A Figura I.16 (a,b,c) a seguir traz alguns destes modelos.

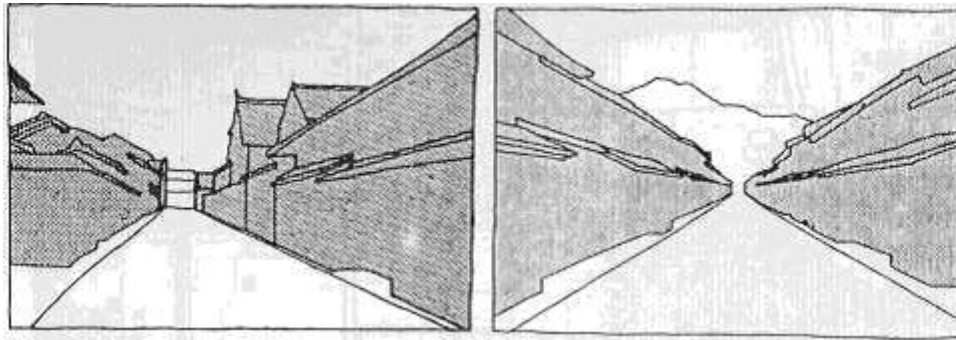


Figura I.16a – Visuais: método de análise de paisagens

Fonte: *National Trust Japan* (1981, p. 42)



Figura I.16b – Visuais: método de análise de paisagens

Fonte: *County Council of Essex* (1973, p. 67)

I.11a Paisagens de Rua em Vilarejos Históricos (Trad.: Yamaki).

I.11b Dicionário de Casario Histórico (Trad.: Yamaki).

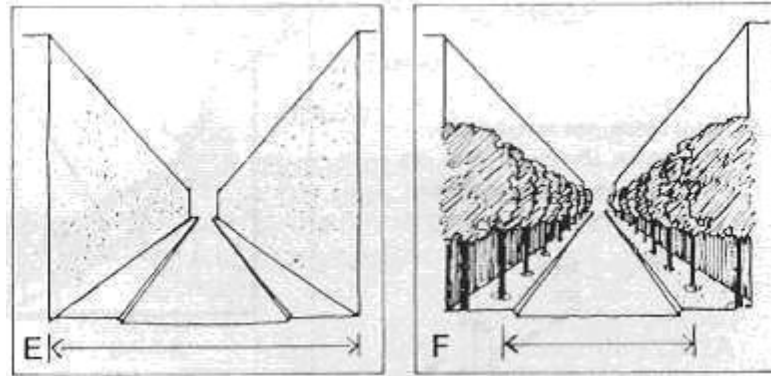


Figura I.16c – Visuais: método de análise de paisagens

Fonte: Prinz (1984, p. 45)

6. Territórios

Consiste na categoria em que se busca identificar os elementos que indicam demarcação e personalização do espaço. A partir dos territórios “primário, secundário e público” definidos por Altman (apud GIFFORD, 1997, p. 120), e do relacionamento de diferentes áreas das ruas estudadas aos domínios público, privado e espaços de gradação entre ambos, foram definidos cinco tipos de território, além de uma classificação que se refere à não definição de territórios. São os Territórios Íntimo, Privado, Semi-Privado, Semi-

Público, Público e “Espaço Desterritorializado”.

A Figura I.17 (a,b) a seguir, mostra o relacionamento dos tipos de território aos domínios público e privado e os diferencia em relação à aspectos como privacidade visual, personalização, manutenção e controle (sendo este último dividido em exclusivo e compartilhado, e classificado em alto, médio e baixo).

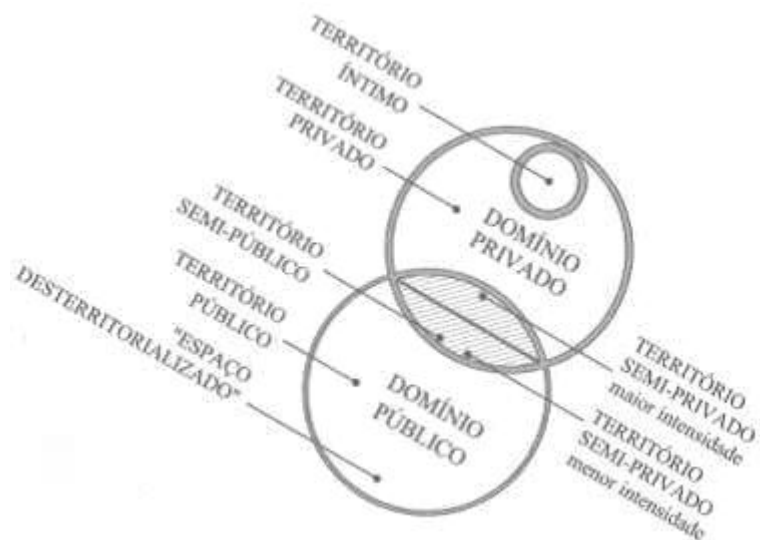


Figura I.17a – Relação entre os Tipos de Território e os Domínios Público e Privado

Fonte: Lamounier (2006)

DOMÍNIO PRIVADO	DOMÍNIO PÚBLICO	TIPOS DE TERRITÓRIO	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO												
			Privacidade Visual	Personalização	Manutenção	Controle									
■		ÍNTIMO	●	●	●	<table border="1"> <tr><td>exclusivo</td><td style="text-align: center;">●</td><td>alto</td></tr> <tr><td>partilhado</td><td></td><td>médio</td></tr> <tr><td></td><td></td><td>baixo</td></tr> </table>	exclusivo	●	alto	partilhado		médio			baixo
exclusivo	●	alto													
partilhado		médio													
		baixo													
■		PRIVADO		●	●	<table border="1"> <tr><td>exclusivo</td><td style="text-align: center;">●</td><td>alto</td></tr> <tr><td>partilhado</td><td></td><td>médio</td></tr> <tr><td></td><td></td><td>baixo</td></tr> </table>	exclusivo	●	alto	partilhado		médio			baixo
exclusivo	●	alto													
partilhado		médio													
		baixo													
■		SEMI PRIVADO maior intensidade		●	●	<table border="1"> <tr><td>exclusivo</td><td style="text-align: center;">●</td><td>alto</td></tr> <tr><td>partilhado</td><td style="text-align: center;">●</td><td>médio</td></tr> <tr><td></td><td></td><td>baixo</td></tr> </table>	exclusivo	●	alto	partilhado	●	médio			baixo
exclusivo	●	alto													
partilhado	●	médio													
		baixo													
■	■	SEMI PRIVADO menor intensidade		●	●	<table border="1"> <tr><td>exclusivo</td><td></td><td>alto</td></tr> <tr><td>partilhado</td><td style="text-align: center;">●</td><td>médio</td></tr> <tr><td></td><td></td><td>baixo</td></tr> </table>	exclusivo		alto	partilhado	●	médio			baixo
exclusivo		alto													
partilhado	●	médio													
		baixo													
	■	SEMI PÚBLICO			●	<table border="1"> <tr><td>exclusivo</td><td></td><td>alto</td></tr> <tr><td>partilhado</td><td style="text-align: center;">●</td><td>médio</td></tr> <tr><td></td><td></td><td>baixo</td></tr> </table>	exclusivo		alto	partilhado	●	médio			baixo
exclusivo		alto													
partilhado	●	médio													
		baixo													
	■	PÚBLICO				<table border="1"> <tr><td>exclusivo</td><td></td><td>alto</td></tr> <tr><td>partilhado</td><td style="text-align: center;">●</td><td>médio</td></tr> <tr><td></td><td></td><td>baixo</td></tr> </table>	exclusivo		alto	partilhado	●	médio			baixo
exclusivo		alto													
partilhado	●	médio													
		baixo													
	■	"ESPAÇO DESTERRITORIALIZADO"				<table border="1"> <tr><td>exclusivo</td><td></td><td>alto</td></tr> <tr><td>partilhado</td><td></td><td>médio</td></tr> <tr><td></td><td></td><td>baixo</td></tr> </table>	exclusivo		alto	partilhado		médio			baixo
exclusivo		alto													
partilhado		médio													
		baixo													

Figura I.17b – Tipos de Território: critérios de classificação

Fonte: Lamounier (2006)

O Território Íntimo é uma forma mais particular de território privado. Trata-se da área mais restrita deste, de acesso por um número menor de pessoas – frequentemente membros de uma mesma família ou convidados. Um Território Íntimo não pode ser visto por estranhos. Sua visualização a partir do domínio público é mínima e, quando ocorre, se dá somente através de pequenos recortes de visão.

O Território Privado consiste num espaço controlado de forma rígida por um indivíduo ou pequeno grupo. O “dono” ou os “donos” deste tipo de território podem personalizá-lo e controlar seu acesso da maneira e intensidade como desejarem. Algumas intervenções, embora situadas em territórios privados, são visíveis a partir do domínio público. Refletem intenções de demarcação clara, preocupação com o embelezamento do espaço externo, ou as duas coisas, como em grande parte destes casos.

O Território Semi-Privado pode ser de maior ou menor intensidade.

O Território Semi-Privado de maior intensidade trata-se de um espaço pertencente ao domínio privado que é compartilhado por “donos” diferentes (duas famílias num mesmo lote sem divisão física, por exemplo). Não deixa de receber, no entanto, os mesmos cuidados e personalizações que o Território Privado.

Já o Território Semi-Privado de menor intensidade constitui-se num espaço de caráter legalmente público, mas que sofre “apropriações” pelos moradores locais, que o personalizam e zelam pelo mesmo. É entendido como parte ou extensão do domínio privado sem que haja, no entanto, restrições de acesso ao espaço. Há, no máximo, formas mais amenas de controle tais como observação relativamente constante e indagação sobre a permanência de pessoas estranhas no local.

O Território Semi-Público também consiste num espaço de caráter legalmente público, de acesso irrestrito, mas que sofre algum tipo de controle, embora de maneira um pouco menos intensa que no Território Semi-Privado de menor intensidade. No Território Semi-Público não se verifica personalizações ou outro tipo de demarcações físicas. Seu controle é comportamental, ou seja, ocorre por meio das atitudes de seus “donos”, restringindo-se à observação do espaço ao longo do dia e indagação sobre a permanência de pessoas estranhas no local.

Território Público pertence, como o próprio nome indica, ao domínio público. Sua observação é motivada por preocupações com a segurança do local. Aspectos, no entanto, como grande movimento de tráfego – de automóveis e pedestres – e quantidade O Território Íntimo é uma forma mais particular de território privado. Trata-se da área mais restrita deste, de acesso por um número menor de pessoas – frequentemente membros de uma

mesma família ou convidados. Um Território Íntimo não pode ser visto por estranhos. Sua visualização a partir do domínio público é mínima e, quando ocorre, se dá somente através de pequenos recortes de visão.

O Território Privado consiste num espaço controlado de forma rígida por um indivíduo ou pequeno grupo. O “dono” ou os “donos” deste tipo de território podem personalizá-lo e controlar seu acesso da maneira e intensidade como desejarem. Algumas intervenções, embora situadas em territórios privados, são visíveis a partir do domínio público. Refletem intenções de demarcação clara, preocupação com o embelezamento do espaço externo, ou as duas coisas, como em grande parte destes casos.

O Território Semi-Privado pode ser de maior ou menor intensidade.

O Território Semi-Privado de maior intensidade trata-se de um espaço pertencente ao domínio privado que é compartilhado por “donos” diferentes (duas famílias num mesmo lote sem divisão física, por exemplo). Não deixa de receber, no entanto, os mesmos cuidados e personalizações que o Território Privado.

Já o Território Semi-Privado de menor intensidade constitui-se num espaço de caráter legalmente público, mas que sofre “apropriações” pelos moradores locais, que o personalizam e zelam pelo mesmo. É entendido como parte ou extensão do domínio privado sem que haja, no entanto, restrições de acesso ao espaço. Há, no máximo, formas mais amenas de controle tais como observação relativamente constante e indagação sobre a permanência de pessoas estranhas no local.

O Território Semi-Público também consiste num espaço de caráter legalmente público, de acesso irrestrito, mas que sofre algum tipo de controle, embora de maneira um pouco menos intensa que no Território Semi-Privado de menor intensidade. No Território Semi-Público não se verifica personalizações ou outro tipo de demarcações físicas. Seu controle é comportamental, ou seja, ocorre por meio das atitudes de seus “donos”, restringindo-se à observação do espaço ao longo do dia e indagação sobre a permanência de pessoas estranhas no local.

Território Público pertence, como o próprio nome indica, ao domínio público. Sua observação é motivada por preocupações com a segurança do local. Aspectos, no entanto, como grande movimento de tráfego – de automóveis e pedestres – e quantidade.

8. Senso de Comunidade

O convívio entre moradores de um local ao longo dos anos pode resultar na construção de um cotidiano comum, repleto de valores e conceitos compartilhados. O espaço acaba por representar os mesmos significados para os moradores, que passam a realizar intervenções neste e sentem-se responsáveis por sua manutenção. A constituição de comunidades entre vizinhos reforça os vínculos com o “lugar”, aumenta o “apego ao chão”, o que contribui à continuidade da paisagem.

Pode ser expresso simplesmente pelas relações de vizinhança – laços de amizade entre vizinhos (muros baixos nos limites com a rua e entre os lotes exemplificam tal aspecto), ou troca de mudas de plantas entre estes (o que se nota pela recorrência de certas espécies nos jardins de uma mesma rua); ou ainda pela organização dos moradores quanto à manutenção e qualificação do espaço onde vivem (limpeza e plantio de árvores, por exemplo).

O estabelecimento de laços entre moradores e sua organização de forma a melhorar o espaço onde vivem parece ser uma característica também associada ao nível social das pessoas. Em bairros ou ruas onde predominam famílias de classe média e baixa as pessoas costumam permanecer mais tempo na rua, seja conversando ou simplesmente “observando o movimento”. Neste contexto, a falta de automóveis, por exemplo, pode tornar a rua onde se mora o principal local de lazer, onde se permanece durante a maior parte do tempo livre.

Bairros mais antigos também apresentam maior senso de comunidade. Nestes locais, os moradores participaram ativamente do processo de construção do espaço, chegando a construir uma história em comum com o mesmo. Já idosos, muitos ainda insistem em varrer a frente da casa e sair à rua para conversar com os vizinhos.

Em ambos os casos, as dificuldades comuns surgidas no início da construção do espaço parecem ter sido o motivo chave, o “gatilho” a desencadear o processo de constituição e organização da comunidade.

Senso de Comunidade também parece estar associado à homogeneidade da paisagem. Valores estéticos comuns e práticas compartilhadas levam a construções e formas de organização do lote bastante parecidas. Tuan (1983, p. 116) afirma que a comunidade tradicional “[...] pode ter maior conhecimento sobre as formas de construção e de espaço” do que a moderna e que “seus abrigos mostram pouca mudança com o passar do tempo”. Além de conduzir, portanto, à maior segurança e utilização do espaço, pela observação e interação entre os moradores na rua, um forte senso de comunidade é essencial à permanência de

atmosferas, uma vez que implica em mecanismos de manutenção da paisagem e da própria comunidade.

I.3.2.1 Elementos de composição e qualidades definidas pelos autores

Anteriormente foram definidas sete qualidades a partir dos autores estudados: 1. Estética (Jacobs), 2a. “Responsividade” (Bentley e equipe), 2b. “Vivenciabilidade” (Appleyard), 2c. Usabilidade do Espaço Público (grupo PPS), 3a. Identificabilidade (Norberg-Schulz), 3b. “Territorialidade” (Gifford) e 4. “Complexidade” (Rapoport). Tendo-se definido as oito categorias de elementos – 1. Implantação, 2. Fachadas, 3. Ritmo, 4. “Definição”, 5. Visuais, 6. Territórios, 7. Utilização e 8. Senso de Comunidade, pôde-se relacioná-las às qualidades citadas conforme os elementos envolvidos por cada uma destas (Figura I.18). Como muitos aspectos são preocupações comuns aos diversos autores (como mostrado na Figura I.11a,b,c,d), todas as qualidades acabam por se relacionar a categorias também comuns.

Constatou-se que 1. Estética, 2a. Responsividade, 2b. Vivenciabilidade e 4. Complexidade associam-se a todas as categorias pois, mesmo que de forma geral, envolvem aspectos referentes à 1. Implantação, 2. Fachadas, 3. Ritmo, 4. “Definição”, 5. Visuais, 6. Territórios, 7. Utilização e 8. Senso de Comunidade.

3a. Identificabilidade relaciona-se a sete categorias de elementos, desconsiderando somente a categoria 7. Utilização.

2c. Usabilidade do Espaço Público envolve elementos de seis categorias. As categorias não associadas por esta qualidade são 3. Ritmo e 6. Territórios.

3b. “Territorialidade”, por fim, associa-se a apenas cinco categorias. Desconsidera as categorias 2. Fachadas, 3. Ritmo e 4. “Definição”.

ATMOSFERA										
CATEGORIAS DE ELEMENTOS	CLASSES			QUALIDADES Autores Estradados						
	I. FÍSICA	II. VISUAL	III. ATIV./ COMP. AMB.	1. ESTÉTICA Jacobs	2a. RESPONSABILIDADE Bentley e equipe	2b. VIVENCIABILIDADE Appleyard	2c. USABILIDADE DO ESPACO PÚBLICO - PPS	3a. IDENTIFICABILIDADE Norberg-Schulz	3b. TERRITORIALIDADE Gifford	4. COMPLEXIDADE Bapoport
	6. Território	*	*	*	■	■	■		■	■
2. Fachada	*	*	■	■	■	■	■	■		■
4. "Definição"	*	*	■	■	■	■	■	■		■
1. Implantação	*	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3. Ritmo	■	*	■	■	■	■		■		■
5. Vista	■	*	■	■	■	■	■	■	■	■
7. Utilização	■	■	*	■	■	■	■		■	■
II. Senso de Comunidade	■	■	*	■	■	■	■	■	■	■

Figura I.18 – Qualidades e Elementos de Composição

Fonte: Lamounier (2006)

I.3.3 Identificando a “Aura do lugar”

Os métodos definidos neste trabalho permitem duas formas diferentes de se identificar atmosferas.

O método I – baseado em quatro componentes chave, permite apontar diretamente as possíveis qualidades encontradas nos diferentes espaços urbanos a serem analisados (Figura I.19a,b,c,d). A identificação dos elementos responsáveis pelas mesmas seria realizada, então, num momento posterior, com o aprofundamento da análise. Pode ser considerado um eficiente mecanismo de valorização e reconhecimento de atmosferas já que permite aos próprios moradores uma listagem fácil e clara das qualidades do local onde vivem.

ASPECTOS CONSIDERADOS ESPAÇOS ANALISADOS	1. ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS			
	1.1: Cultura	1.2: Sociabilidade	1.3: Relações de Vizinhança	1.4: Personalização
RUA...				
PRAÇA...				
QUARTEIRÃO...				
BAIRRO...				
CONJUNTO DE BAIROS...				

Figura I.19a – 1.Aspectos Sócio-Culturais: subsídios à identificação de atmosferas

Fonte: Lamounier (2006)

ASPECTOS CONSIDERADOS ESPAÇOS ANALISADOS	2. USOS E ATIVIDADES						
	2.1: Formas de Uso			2.2: Variedade	2.3: Grau de Interação		2.4: Segurança
	2.1.1: ao longo do dia	2.1.2: ao longo da semana	2.1.3: ao longo do tempo		2.3.1: entre as pessoas	2.3.2: entre as pessoas e o local	
RUA...							
PRAÇA...							
QUARTEIRÃO...							
BAIRRO...							
CONJUNTO DE BAIRROS...							

Figura I.19b – 2. Usos e Atividades: subsídios à identificação de atmosferas

Fonte: Lamounier (2006)

ASPECTOS CONSIDERADOS ESPAÇOS ANALISADOS	3. CONFORTO E IMAGEM												
	3.1: Características Físicas e Visuais Apropriadas						3.2: Variáveis Climáticas		3.3: Manutenção	3.4: Qualidades P			
	3.1.1: legibilidade	3.1.2: completude	3.1.3: *definição*	3.1.4: diversidade	3.1.5: *apropriabilidade*	3.1.6: transparência	3.1.7: arborização	3.2.1: clima e temperatura	3.2.2: sombreamento e área permeável		3.4.1: historicidade	3.4.2: riqueza material	3.4.3: comunidade
RUA...													
PRÇA...													
QUARTEIRÃO...													
BAIRRO...													
CONJUNTO DE BAIROS...													

Figura I.19c – 3. Conforto e Imagem: subsídios à identificação de atmosferas

Fonte: Lamounier (2006)

ASPECTOS CONSIDERADOS ESPAÇOS ANALISADOS	4. ACESSOS E LIGAÇÕES				
	4.1: Ordem e Organização Especial	4.2: Acessibilidade e Permeabilidade	4.3: Continuidade	4.4: Velocidades de Movimento	4.5: Topografia e Características Naturais
RUA...					
PRAÇA...					
QUARTEIRÃO...					
BAIRRO...					
CONJUNTO DE BAIRROS...					

Figura I.19d – 4. Acessos e Ligações: subsídios à identificação de atmosferas

Fonte: Lamounier (2006)

Com o método II – baseado em três componentes principais, ocorre o processo inverso, ou seja, objetiva-se inicialmente a identificação dos elementos que compõem atmosferas (Figura I.19). Sua aplicação é útil a estudos onde se pretende uma identificação com maior exatidão dos componentes da atmosfera, pois exige um levantamento mais detalhado de aspectos morfológicos e sócio-culturais. Uma análise aprofundada dos mesmos leva às qualidades pelas quais são responsáveis.

ATMOSFERA								
CATEGORIAS DE ELEMENTOS	CLASSES			ESPAÇOS ANALISADOS				
	I. FÍSICA	II. VISUAL	III. ATIV./COMP. AMB.	RUA...	PRAÇA...	QUARTEIRÃO...	BAIRRO...	CONJUNTO DE BAIRROS...
6. Território	*	*	*					
2. Fachadas	*	*						
4. "Definição"	*	*						
1. Implantação	*							
3. Ritmo		*						
5. Vistas		*						
7. Utilização			*					
8. Sentido de Comunidade			*					

Figura I.20 – Elementos de Composição: subsídios à identificação de atmosferas

Fonte: Lamounier (2006)

Os dois sistemas consistem em formas possíveis de metodologia ao desenvolvimento de um processo que tende a variar de acordo com cada observador. Sua aplicação ajuda a evitar os perigos do “gosto ou não gosto”, por permitir uma leitura mais eficiente.

Facilitam a identificação de aspectos da paisagem – sejam eles qualidades ou elementos de composição – nem sempre notados pelos moradores locais, cuja percepção é comprometida pelo longo tempo de residência no local.

Deve-se ressaltar, no entanto, que ao processo de compreensão das atmosferas das ruas e bairros estudados neste trabalho, foi de grande importância a percepção pessoal e subjetiva do autor. Um certo “faro” que, com algum treinamento, permitiu leituras e identificação de aspectos significativos nos espaços analisados. A própria aplicação de ambos os métodos é influenciada por essas formas subjetivas de análise. Busca-se um processo de percepção que envolva inicialmente a visão de um observador externo, um “turista” eventual cuja curiosidade permite um olhar mais aguçado, atento aos detalhes da configuração físico-espacial, embora muitos valores e significados locais lhe permaneçam alheios, e que, num segundo momento, deve se aproximar mais da visão de um morador local, “acostumado” com a paisagem cotidiana, mas para quem o espaço é repleto de significados.

Na próxima parte da dissertação, a atmosfera de algumas ruas de Londrina é identificada a partir dos elementos de composição e qualidades associadas aos mesmos.

REFERÊNCIAS

APPLEYARD, D. **Livable Streets and Protected Neighborhoods**. In: *Livable Streets*. Berkeley: University of California Press, 1981. parte 3, caps. 13-14, p. 243-293.

BARRETO, A. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ática, 1983.

BENTLEY, I. et al. **Responsive Environments: a manual for designers**. UK: Butterworth-Heinemann, 1985.

CANTER, D. **Creating Sense of Place**. In: *The Psychology of Place*. London: Architectural Press, 1977. cap. 8, p. 157-185.

COUNTY COUNCIL OF ESSEX. **A Design Guide for Residential Areas**. Essex: Anchor Press, 1973.

CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, IPHAN, 2000.

DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: PINI, 1990.

EICHNER, R.; TOBEY, H. **Beyond Zoning**. In: MOUDON, A. (org.). *Public Streets for Public Use*. New York: Anne Vernez Moudon, Van Nostrand Reinhold Company, 1987. parte 4, cap. 22, p. 276-283.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

_____. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GIFFORD, R. **Territoriality**. In: *Environmental Psychology: principles and practices*. USA: Allyn & Bacon, 1997. cap. 6, p. 118-138.

JACOBS, A. **Making Great Streets**. In: *Great Streets*. Massachusetts: MIT Press, 1999. parte 4, caps. 1-3, p. 269-315.

KANASHIRO, M.; YAMAKI, H. **Projetando Paisagens**. In: FUSCALDO, W.; MARANDOLA JR., E. (orgs.). *Quem Tem Medo do Interior? – urbano-rural: que espaço é esse?* Londrina: Editora da UEL, 2001. parte 4, p. 212-214.

LAMOUNIER, A. **Construção e Reconstrução de uma Rua Tradicional: a Guaranis em Londrina**. Trabalho de Graduação Interdisciplinar DAU/UEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 2003.

MÁRQUEZ, G. **O Outono do Patriarca**. Rio de Janeiro: Record, 1975.

MIMEO: **Rekishiteki Shuraku Gairo Keikan**. Japão: H. Kanuno, Universidade de Osaka, s/d.

NATIONAL TRUST JAPAN. **Rekishiteki Machinami Jiten**. Tokyo: Ed. Kashiwa Shobo, 1981.

NORBERG-SCHULZ, C. **Genius Loci: towards a phenomenology of architecture**. London: Academy Editions, 1980.

PINAUD, J. **Tempo de Família**. São Paulo: Global; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

PRINZ, D. **Urbanismo II: configuração urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

RAPOPORT, A. **The Perceptual Characteristics of Pedestrian Streets: the general and specific hypotheses**. In: *History and Precedent in Environmental Design*. New York: Plenum Press, 1990. parte: 3, cap. 7, p. 261-296.

SHARP, T. **The Anatomy of the Village**. Manchester: Penguin Books, 1946.

Space Design – SD 7802. Number 02. Japan: Kajima Institute Publishing Company, february, 1978.

Toshi Jutaku: urban housing 8301. Number 183. Japan: Kajima Institute Publishing Company, 1983.

TUAN, Y. **Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

YAMAKI, H.; LAMOUNIER, A.; ITIKAWA, P.; SAKUMA, S. **Preservando o Caráter das Cidades – algumas experiências.** In: Anais do 13o Encontro Nacional da SBPN. Botucatu, 2005. p. 76-77.

YAMAKI, H. (coord.). **Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina: documento para discussão.** Londrina: Lei Municipal de Incentivo à Cultura, PML, 2003a.

YAMAKI, H.; FERREIRA, Y.; LIMA, F.; MENDONÇA, F. **Plano Diretor de Londrina: documento para discussão.** Londrina, 1995.

SITES PESQUISADOS

Enciclopédia Eletrônica. **PAGON – Progressive Architects Group Oslo Norway**. s/d. Disponível em <<http://www.24pm-affiliation.com/encyclopedia/P/PAGON/>>. Acesso em: 12/01/2006.

Glossários Eletrônicos, Língua Inglesa. s/d. Disponíveis em <<http://www.scriptsales.com/DDFundTerms.html>>; <<http://stereophile.com/reference/50/index1.html>>. Acesso em: 17/11/2005.

KUROKAWA, K. Philosophy of Symbiosis. 2002. Disponível em <<http://www.kisho.co.jp/Books/index.html>>. Acesso em: 11/06/2006.

MEAM Net – Modern European Architecture Museum Net. **Christian Norberg-Schulz**. s/d. Disponível em: <<http://www.meamnet.polimi.it/archive/037/037.html>>. Acesso em: 12/01/2006.

OXFORD BROOKES UNIVERSITY. **Ian Bentley**. s/d. Disponível em: <<http://www.brookes.ac.uk/schools/planning/jcud/bentley.html>>. Acesso em: 25/11/2005.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **What Makes a Successful Place?** 2003a. Disponível em: <http://www.pps.org/topics/gps/gr_place_feat>. Acesso em: 15/11/2005.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **The Benefits of Place**. 2003b. Disponível em: <http://www.pps.org/pdf/The_Benefits_of_Place.pdf>. Acesso em: 15/11/2005.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **About PPS**. s/d. Disponível em: <http://www.pps.org/info/aboutpps/about/?referrer=aboutpps_contents>. Acesso em: 25/11/2005.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **Allan Jacobs**. s/d. Disponível em: <<http://www.pps.org/info/placemakingtools/placemakers/ajacobs>>. Acesso em: 25/11/2005.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **Donald Appleyard**. s/d. Disponível em: <<http://www.pps.org/info/placemakingtools/placemakers/dappleyard>>. Acesso em: 25/11/2005.

PRINCETON UNIVERSITY. **Dicionário Eletrônico da Língua Inglesa**. s/d. Disponível em: <<http://wordnet.princeton.edu/perl/webwn>>. Acesso em: 17/11/2005.

SFCPC – SAN FRANCISCO CITY PLANNING COMMISSION. **Residential Design Guidelines of San Francisco**. 2003. Disponível em: <http://www.sfgov.org/site/uploadfiles/planning/projects_reports/resdesfinal.pdf>. Acesso em: 04/06/2005.

SFPD – SAN FRANCISCO PLANNING DEPARTMENT. **Rincon Hill Plan**. 2003. Disponível em: <http://sfgov.org/site/planning_index.asp?id=25076#RHplan>. Acesso em: 15/11/2005.

Site de Pesquisas Google. s/d. Disponível em: <<http://www.google.com>>. Acesso em: 17/11/2005.

UNIVERSITY OF VICTORIA-CANADA. **Robert Gifford**. s/d. Disponível em: <<http://web.uvic.ca/psyc/gifford.html>>. Acesso em: 12/01/2006.

UNIVERSITY OF VICTORIA-CANADA. **Robert Gifford, Professor**. s/d. Disponível em: <http://web.uvic.ca/psyc/gifford/about_me.html>. Acesso em: 12/01/2006.

UNIVERSITY OF WISCONSIN-MILWAUKEE. **Amos Rapoport**. 2005. Disponível em: <<http://www.uwm.edu/SARUP/faculty/rapoport.htm>>. Acesso em: 25/11/2005.

**OUTRAS PUBLICAÇÕES:
DOCUMENTOS E PERIÓDICOS HISTÓRICOS DE LONDRINA**

JORNAL Paraná Norte. **Fechamento das Espeluncas**. In: Paraná Norte. Londrina: 12 de dezembro de 1937. p. 1. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

JORNAL Paraná Norte. **Milagre numa Cidade Ponta de Trilhos**. In: Paraná Norte. Londrina: 04 de novembro de 1934. p. 1. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

PARTE II
ATMOSFERAS DE LONDRINA:
PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

CAPÍTULO 4

II ATMOSFERAS DE LONDRINA: PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

Londrina se localiza no norte do Paraná, próximo à divisa com o estado de São Paulo. Com pouco mais de 70 anos, pode ser considerada uma cidade nova. Seu crescimento, no entanto, se deu de forma relativamente rápida. O “Censo 2000 com Divisão Territorial 2001” realizado pelo IBGE^{II.1} contabiliza 447.065 habitantes no município.

Yamaki (2006, p. 18) considera que “a região de Londrina chegou a ser conhecida entre alguns grupos de imigrantes como „Colônia Internacional” e que, já em 1934 “[...] haviam sido registrados compradores de terras de 20 diferentes nacionalidades”. Esse número chegaria, na mesma década, entre 31 e 36 nacionalidades. O mesmo autor afirma que “[...] os migrantes e imigrantes definiriam uma densa paisagem multicultural”.

A cidade foi projetada pela CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná (a Planta Inicial é de autoria do engenheiro agrimensor russo Alexandre Razgulaeff) – no início dos anos 1930, num processo que levava em conta um detalhado levantamento do relevo e da hidrografia local. A divisão de terras ocorria, portanto, somente após a identificação de rios e espigões. A adequação à topografia e a localização em lugar “alto e simbólico” foram parâmetros adotados em todas as cidades projetadas pela Companhia. A construção de cidades em locais de boa drenagem e de bons ventos já era recomendada por Vitruvius (1999), no século I a.C. Ainda sob o mesmo enfoque, a Lei das Índias, de 1576, considerava que se devia encontrar “lugares de média elevação, que recebem bons ventos”.

Em relação ao traçado urbano, foi adotado o sistema de malha xadrez que, segundo Moudon e Untermann (1987), significa intenção definida, ao contrário da malha orgânica que representaria necessidade. Como forma de facilitar a implantação da cidade o ponto mais alto do espigão, onde viria a se localizar a catedral, coincidia com a área central do traçado inicial. A melhor parte da cidade, em relação à topografia, foi loteada neste primeiro momento.

O rápido crescimento urbano determinou a expansão do plano inicial de Londrina já no final da década de 1930. Nesta mesma época as chácaras próximas aos limites

^{II.1} Fonte: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

do centro também eram loteadas pelos proprietários, sob autorização da Companhia de Terras.

Vila Casoni, Vila Matarazzo e Vila Agari são alguns dos novos loteamentos cujo memorial fora publicado no Edital de Loteamento de Imóveis pelo Jornal Paraná Norte, em 3 de julho de 1938. Os novos bairros foram ocupados por grupos mais ou menos homogêneos de moradores, com condições iniciais quase idênticas, o que determinou a formação de um forte senso de comunidade concomitantemente ao processo de construção das ruas. São estudadas, neste trabalho, como “ruas tradicionais”.

Em 1951, visando evitar o crescimento descontrolado da cidade, a Prefeitura Municipal de Londrina contrata o engenheiro Francisco Prestes Maia, considerado um dos maiores urbanistas brasileiros, para elaborar a Lei 133/51. De acordo com o prefeito Hugo Cabral era necessário “proporcionar um crescimento metódico e ordenado, sem o perigo de futuros tropeços e dificuldades que estão sujeitas as cidades que se expandem às cegas”. A lei recomendava “soluções e certo caráter formal em que se previa tipos de bairros” e evidenciava as “primeiras preocupações com a paisagem” (YAMAKI, 2004, p. 6). Os espaços projetados sob as diretrizes desta nova lei são aqui considerados “ruas de nova tradição”.

No período em que vigorava a moderna lei, foi projetado pela COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná, o primeiro conjunto de residências populares de Londrina – o Conjunto do Café. É classificado como “nova velha tradição” por reunir, em sua configuração, aspectos referentes à construção de espaços tradicionais e preocupações surgidas somente após a elaboração da 133/51.

Dentro do contexto de classificação de ruas apresentado, os condomínios residenciais fechados, constantes nas médias e grandes cidades contemporâneas, poderiam ser chamados de “ruas de novíssima tradição”. Estes espaços não são, no entanto, estudados nesta dissertação, uma vez que o trabalho volta-se somente à identificação de atmosferas em áreas que mantêm valores e qualidades dificilmente encontrados nos espaços urbanos mais recentes.

A figura II.1 mostra as ruas analisadas neste estudo:

- 1 • Guaranis, Icós e “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas – tradicionais;
- 2 • Guilherme da Mota Correia, no Jardim Shangri-lá – nova tradição;
- 3 • e, por fim, o Conjunto do Café – nova velha tradição.

O mapa dos anos 1950, elaborado a partir de levantamento aerofotogramétrico, foi escolhido para indicar a localização das ruas por demonstrar a existência destes espaços já no início do desenvolvimento de Londrina. Entre construídas, em construção, ou ainda por sofrer modificações quanto ao traçado e estruturação geral do

loteamento – como no caso do Conjunto do Café, todas as ruas analisadas já aparecem nesta época.

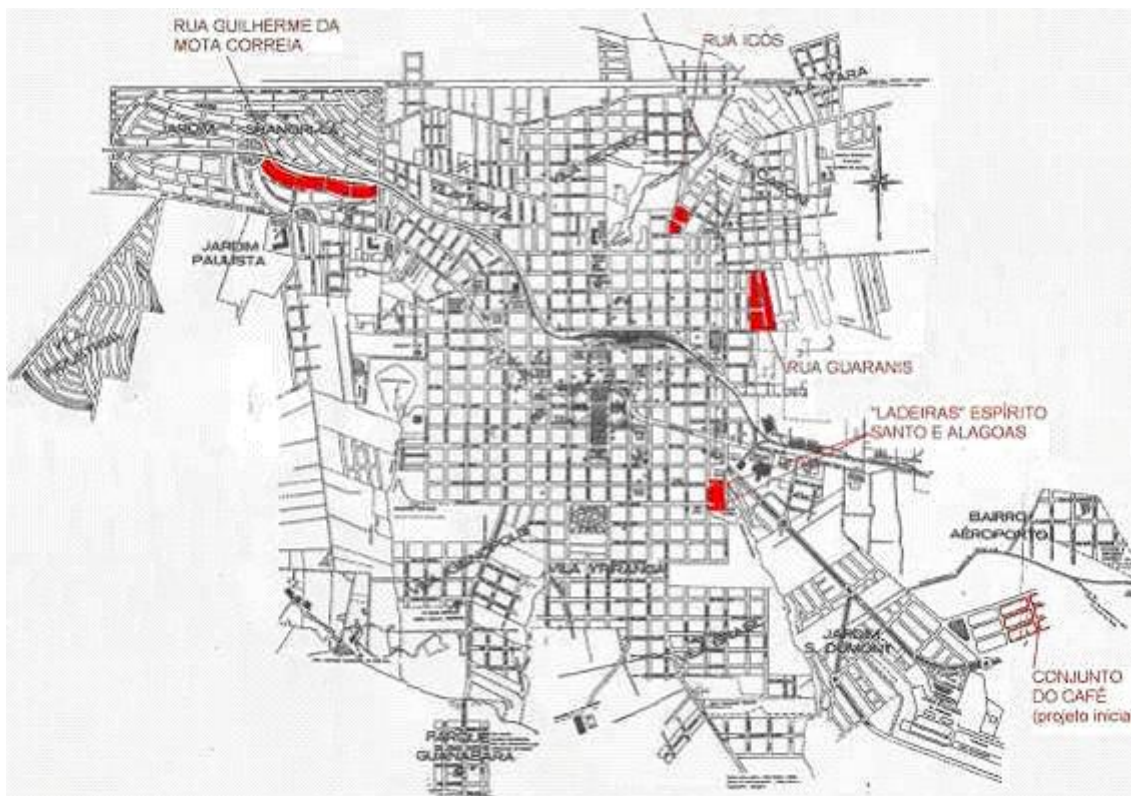


Figura II.1 – Localização das Ruas Estudadas anotações do autor sobre “Planta da Cidade de Londrina, 1957-1958”

Fonte: Yamaki (2003b, p. 43)

II.1 RUAS TRADICIONAIS – ATÉ INÍCIO DOS ANOS 1950

Um passeio por áreas históricas de Londrina permite reconhecer algumas ruas que mantêm atmosferas tradicionais. Trechos onde a história parece estar sedimentada, quadras onde o tempo parece passar muito devagar. Remetem à idéia de que “lugar é uma pausa no movimento” (TUAN, 1983, p. 153). A atenção para a cena é dirigida com o vagar que a atmosfera propicia.

Caracterizam-se por algumas quadras cujo formato visava o ajuste da malha xadrez às áreas de maior declividade nos limites do centro antigo de Londrina, pelas casas térreas isoladas, em madeira – resultado da abundância e conseqüentemente baixo custo desse material no início da formação da cidade, densos jardins na frente da casa e muros baixos,

transponíveis, com altura de pouco mais de um metro. O predomínio de lotes com estes elementos integra uma paisagem com forte tendência à homogeneidade e que geralmente apresenta similaridade quanto aos componentes, entre os dois lados da rua.

Demarcações e personalizações do espaço, denotando forte identidade com o mesmo, revelam a existência de um senso de comunidade local. Implica em estreitas relações de vizinhança e responsabilidade para com a proteção e manutenção do “lugar”.

Neste trabalho são estudadas, como ruas tradicionais, a Guaranis, a Icós e as “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas, cujo processo de construção iniciou-se bem antes dos anos 1950, durante o primeiro momento de expansão da área urbana de Londrina.

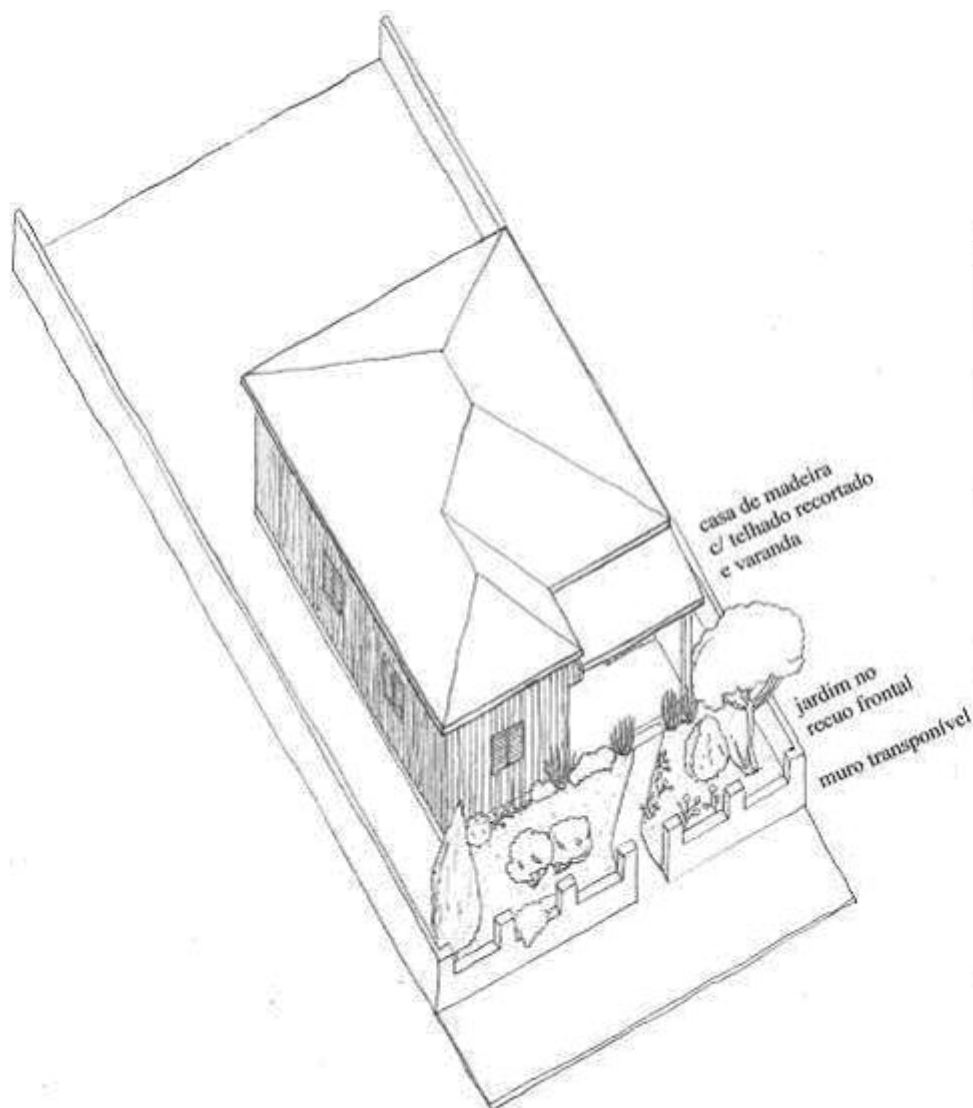


Figura II.2 – Componentes da Paisagem em Ruas Tradicionais

Fonte: Lamounier (2006)

II.1.1 A Rua Guaranis

A Vila Casoni foi o primeiro bairro de Londrina projetado pela iniciativa privada, fora do núcleo central da CTNP (YAMAKI; FERREIRA; LIMA; MENDONÇA, 1995). Parte da rua Guaranis surgiu durante o loteamento deste bairro. Possuía, na época, o nome de rua Ingá e estendia-se até a rua Mauá (atual Caraíbas), no limite sul do bairro. Nesta época, Guarani, no singular, era o nome de uma das ruas perpendiculares à rua Ingá.

Por volta de 1940 surge a Vila Mattos, um loteamento com apenas três quadras de dimensões variadas, localizado ao sul da Vila Casoni. A João Carlos, rua central do novo bairro, consistia na continuação da rua Ingá até a área onde atualmente situa-se a Estação Rodoviária de Londrina.

As ruas Ingá e João Carlos diferiam em relação à morfologia e processo de ocupação. A rua Ingá seguia a malha xadrez da área central de Londrina. A João Carlos, em contraste, era disposta de forma inclinada, dividida em dois segmentos com direções levemente variadas – o que se deve, provavelmente, ao melhor aproveitamento do relevo. A rua Ingá logo foi ocupada por casas de madeira e alvenaria, de uso comercial e residencial – a Sorveteria Londrina (em alvenaria) e o Bar Caraíbas (em madeira, na esquina com a rua de mesmo nome) são edificações remanescentes que atestam tal fato.

A sorveteria já foi desativada, mas o bar continua em funcionamento, apesar de suas condições precárias de conservação. A rua João Carlos era inicialmente ocupada somente por edificações de madeira, de uso exclusivamente residencial. Possuía apenas uma residência em alvenaria, ainda existente, que não foge à tipologia das casas de madeira da rua, em relação à escala, fachada e volumetria.

II.1.1.1 O início da rua

A partir dos anos 1960 é que as ruas Ingá e João Carlos passam a ser consideradas legalmente uma só: a Guaranis. Esta então, estende-se da avenida Jorge Casoni (ao norte da Vila Casoni), até a rua Potiguares (limite sul da Vila Mattos), passando, portanto, pela rua Caraíbas.

O trecho da rua Guaranis estudado neste trabalho compreende a extensão entre as ruas Potiguares e Caraíbas. Envolve a maior parte dos lotes da Vila Mattos (todos os que se voltam para a Guaranis) e três da Vila Casoni (dois lotes situados na esquina com a rua Caraíbas e a subdivisão de um destes). A escolha se justifica por tratar-se da parte da rua onde predominam casas antigas de madeira, e um forte sentimento de comunidade, que leva a manutenção e personalizações do espaço, bem como à permanência das relações de vizinhança. Trata-se, deste modo, do trecho da rua Guaranis que melhor mantém a atmosfera de rua tradicional londrinense.

Do início da Vila Mattos, a dificuldade de acesso ao centro da cidade, devido ao mato e ao barro (nos dias de chuva) é lembrada com frequência pelos moradores mais antigos. Recordações saudosas da época em que os lotes eram demarcados somente com cercas de arame ou madeira e em que se construía bancos de madeira sob as árvores na calçada para o descanso e conversa entre os vizinhos também são comuns.

II.1.1.2 O estigma da Vila Mattos

Em 1949, a mudança da zona de meretrício da rua Rio Grande do Sul para as proximidades da Vila Mattos – mais exatamente para o local da atual Estação Rodoviária de Londrina – trouxe o estigma de bairro da zona. Alguns moradores contam que a única modificação ocorrida foi certo descontentamento entre as esposas, que também não deixavam os filhos brincarem próximos à área da zona. Outros afirmam que algumas senhoras da rua lavavam as roupas das prostitutas, recebendo por isso. Não havia, no entanto, contato entre estas senhoras e as “damas da noite”. O dinheiro e as roupas eram trazidos e levados por intermédio de um carroceiro. Ressaltam, por fim, que as prostitutas nunca moraram na rua Guaranis, contradizendo o que parece senso comum entre grande parte dos habitantes de Londrina.

A zona é descrita como se fosse localizada na Vila Mattos mesmo em publicações sobre o assunto. Marinósio Trigueiros Filho, em seu relato “Dos Porões da Delegacia de Polícia” (1979), e Edson Holtz Leme, no livro “Noites Ilícitas – histórias e memórias da prostituição” (2005), consideram que a Vila Mattos sediou uma das mais famosas zonas de meretrício do país, na época do grande desenvolvimento de Londrina em virtude do café.

Nos arquivos da PML consta um mapa com o projeto de uma pequena expansão da Vila Mattos até a área da zona. Não há, no entanto, indicações de que tenha sido realizada.

De acordo com os moradores da rua Guaranis, o bairro da zona chamava-se, na verdade, Vila Velha. A extinção deste bairro junto com a própria zona de meretrício pode ter levado ao esquecimento da existência da Vila Velha. A “má fama” coube, então, à Vila Mattos, talvez por ter sido o bairro mais próximo que continuou a existir após a saída das “messalinas do amor”.

O estigma de “bairro da zona” persistiu mesmo depois da transferência e demolição das “casas de tolerância” para a construção da Rodoviária. O “sepultamento” destas não apagou suas recordações no imaginário urbano de Londrina. A presença da zona pode ainda ter afetado o processo de ocupação do bairro. Nos anos 1950, a área mais próxima da antiga zona era bem menos ocupada.

II.1.1.3 Processo de ocupação da rua

A formação da rua Guaranis se deu de forma lenta e gradual. Através das plantas cadastrais de 1951 e 1993, pode-se analisar seu processo de ocupação.

A planta cadastral de 1951 mostra a ocupação por edificações isoladas e de pequena escala, e grande diferença de ocupação entre os lados leste e oeste da rua. Percebe-se também maior ocupação na parte mais ao norte da rua Guaranis, fato que se deve à presença da zona próxima ao outro lado do bairro.

Somente as quadras do lado oeste apresentam ocupação em todos os lotes. Apenas os lotes de esquina de uma dessas quadras permanecem vazios. A quadra mais extensa deste lado da rua é a única com um ritmo mais nítido e constante de ocupação e implantação de edificações.

Na quadra do lado leste da rua há a predominância de lotes vazios.

Em toda a rua, alguns lotes já apresentam indícios de fragmentação, devido à ocupação dos mesmos por mais de uma edificação. Pode-se verificar ainda a subdivisão legal de lotes nas duas quadras maiores do loteamento.

Em 1993 nota-se o predomínio de edificações isoladas e de pequena escala em meio ao surgimento de grandes manchas, formadas por construções fora da escala do

bairro. A diferença de ocupação é bem mais amena e destaca-se em relação às partes norte (mais ocupada) e sul (menos ocupada) da rua.

Paralelamente ao adensamento das quadras, percebe-se a intensificação do recorte dos lotes, ocasionando a fragmentação dos vazios entre as edificações.

Há apenas alguns lotes vagos na parte sul do bairro. A subdivisão dos lotes aumentou o número de lotes mais estreitos.

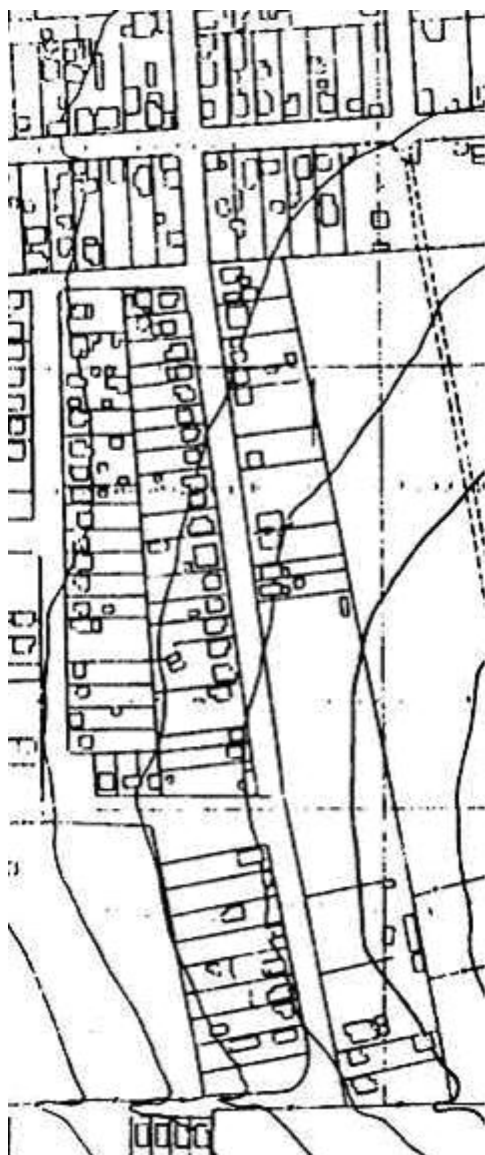


Figura II.3a – Rua Guarani: Planta Cadastral 1951

Fonte: Yamaki (2003b, p. 34)



Figura II.3b – Rua Guarani: Planta Cadastral 1993

Fonte: LAU-UEL

É clara a predominância do vazio da rua como espaço aberto e sua delimitação pelas edificações com mesmo recuo.

A instalação da nova Rodoviária próxima ao bairro, no final da década de 1980, impulsionou a rápida ocupação da extremidade sul da rua.

II.1.1.4 A atmosfera da Rua Guaranis

Paisagem com forte tendência à homogeneidade, valores e conceitos comuns levando a apropriações e personalizações do espaço são características claramente perceptíveis na atmosfera da rua Guaranis. Tais aspectos são aqui estudados conforme seu relacionamento a cada uma das oito categorias de elementos definidas na primeira parte deste trabalho: 1. Implantação, 2. Fachadas, 3. Ritmo, 4. “Definição”, 5. Visuais, 6. Territórios, 7. Utilização e 8. Senso de Comunidade.

1. Implantação

Alguns aspectos relativos à implantação da rua Guaranis transmitem a sensação de um espaço seguro, protegido e agradável, propiciando a utilização pelos moradores e incentivando interações entre os mesmos, como conversas nas calçadas, e brincadeiras entre as crianças em todo o espaço da rua.

A Guaranis foi construída num sítio plano, sem graus significativos de declividade. Junto ao fato de não constituir uma rua de passagem, contribui para sua utilização como um espaço para permanência dos moradores e agradável a caminhadas.

A rua possui 457,35 metros de comprimento (referindo-se ao trecho estudado) e apenas 12 metros de largura, sendo 4 metros destinados às calçadas. O fato de ser relativamente estreita transmite maior sensação de proteção e segurança ao seu espaço, devido à maior proximidade entre as casas de lados opostos. Contrasta com a avenida Dez de Dezembro, paralela a Guaranis, que possui duas pistas mais largas, separadas por um canteiro central.

Aliada à pequena largura da rua, a densa arborização, principalmente no trecho central, oferece sombreamento satisfatório, tornando o ambiente agradável mesmo em horários de maior incidência solar. Em alguns pontos, o encontro das copas de árvores dos

lados opostos da rua chega a formar “túneis” de sombreamento.

A rua Guaranis apresenta dois tipos de cruzamento: em “+” e em “T”.

O cruzamento em “+” é o tipo de esquina padrão de assentamentos com traçado em malha xadrez. De ocorrência somente no cruzamento com a rua Caraíbas, foi construído antes da Vila Mattos. Marca a saída da rua Guaranis para a Vila Casoni.

No projeto da Vila Mattos foram elaborados somente cruzamentos em “T”, de modo que a parte da rua Guaranis localizada neste bairro não é atravessada por nenhuma das três ruas perpendiculares à esta extensão. Tal fato contribui à segurança dos pedestres em relação ao movimento de automóveis, já que diminui o tráfego de passagem na rua.

Três quadras da Vila Mattos delimitam o trecho analisado da rua – duas do lado oeste e uma do lado leste – além de dois lotes idênticos que pertencem a quadras diferentes da Vila Casoni.

As três quadras têm formato trapezoidal, contrapondo-se à regularidade dos quarteirões dos bairros vizinhos.

A menor tem 130,46 metros de largura e comprimento em torno de 50 metros. Foi dividida em 10 lotes, todos voltados para a rua Guaranis. Somente os dois lotes de esquina sofreram subdivisões. Estas, no entanto, não se voltam para a rua em questão.

A quadra de tamanho médio tem 231,40 metros de largura e comprimento variando entre 82,81 metros e 57 metros. Foi dividida em 24 lotes dos quais 12 voltam-se para a rua Guaranis (estes são os considerados neste trabalho). Após subdivisões tornaram-se 22.

A quadra mais extensa, a única do lado leste da rua Guaranis, possui 386,73 metros de largura e comprimento entre 48,20 metros e 32 metros. Divide-se em 29 lotes voltados para a rua. Após as subdivisões tornaram-se 32.

Quadras extensas como estas resultam em menos cruzamentos de ruas, diminuindo o fluxo de automóveis.

Apesar da variedade de dimensões, nota-se dois tipos básicos de lote na rua Guaranis: o de meio de quadra, com formato, mesmo que aproximadamente, retangular, e o de esquina, com formato trapezoidal.

Quanto à ocupação dos lotes, pode-se identificar três tipos. O tipo 1 possui jardim no recuo frontal, uma edificação em madeira na frente e quintal nos fundos. O tipo 2, além destes componentes, também conta com mais uma edificação, a edícula, que pode ser em madeira ou alvenaria. O tipo 3 consiste na chamada vila, constituída pela construção em madeira ou alvenaria, de duas ou mais edificações nos fundos do lote, diminuindo ou excluindo o espaço do quintal.

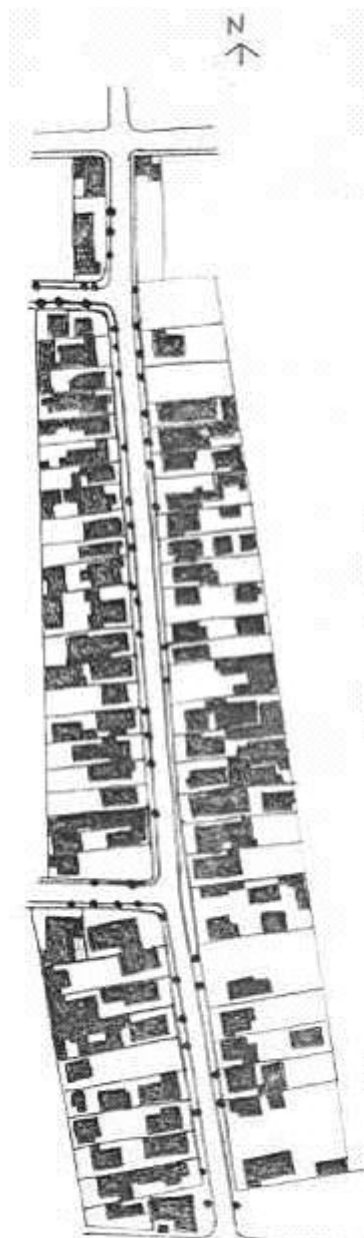


Figura II.4 – Figura-Fundo Rua Guarani: desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

A construção de mais de uma edificação no mesmo terreno pode ocorrer pela necessidade de mais uma casa para a moradia de pessoas da mesma família (quando os filhos crescem e se casam, por exemplo) ou pela construção de edificações destinadas ao aluguel (nestes casos, é mais comum que o proprietário continue morando na casa da frente e os locatários ocupem as casas dos fundos). Ocasiona a socialização do espaço intra-lote e a formação de vazios intensamente recortados e territorializados.

2. Fachadas

As edificações remanescentes de madeira integram um conjunto homogêneo em cuja composição pode-se identificar elementos de ordem como escala, volume, proporção e material.

Através da combinação de elementos comuns como telhado, fachada, varanda e localização do acesso principal, este conjunto pode ser dividido em três tipos e alguns subtipos.

A maioria das casas no trecho estudado apresenta varandas frontais, importantes como elemento simbólico da fachada e espaço de gradação entre os domínios público e privado (MAGALHÃES, 1995). É através da permanência na varanda que se pode observar a rua, mesmo estando em casa, ou seja, vivenciar o espaço público através do domínio privado. A varanda é, geralmente, o espaço externo da casa que recebe maior ornamentação. Detalhes construtivos, como lambrequins, e plantas colocadas em vasos, xaxins ou latas de óleo enfeitam e destacam seu espaço.

Os telhados são, em sua maioria, bastante recortados, com formato e inclinação variados, denunciando técnicas diversas de carpintaria – há, inclusive, uma residência com telhado em estilo *irimoiya*. A homogeneidade se dá pelo predomínio de telhados de pequena escala com telha francesa.

3. Ritmo

A combinação do parcelamento das quadras com a escala e a forma de implantação das casas, resultando em edificações isoladas, com recuos laterais entre si, e em conjuntos de lotes com a mesma largura, leva à configuração de um ritmo claramente definido.

O ritmo também se dá pela seqüência de residências com fachadas homogêneas, com algumas variações quanto à tipologia de varandas, janelas frontais e localização dos acessos principais.

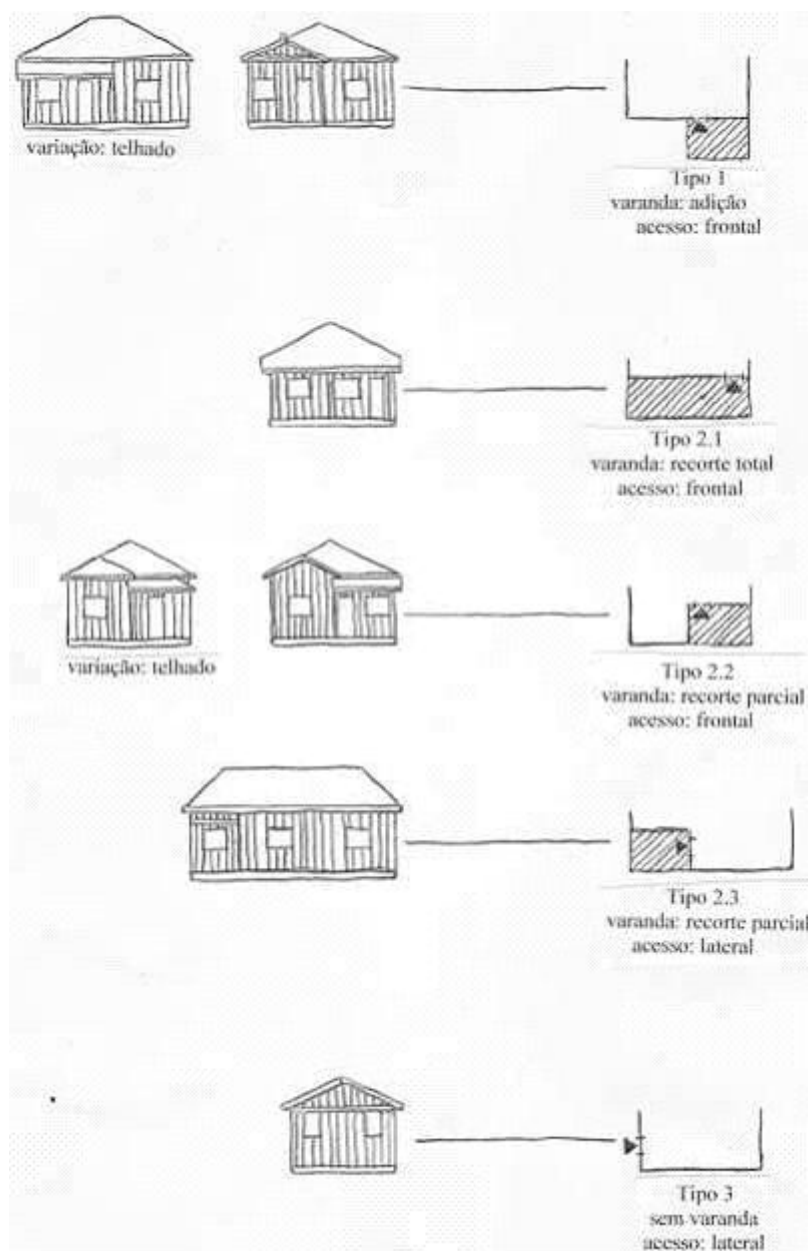


Figura II.5 – Rua Guarani: tipologia de fachadas

Fonte: Lamounier (2006)

Com a altura aproximada entre as edificações, os telhados ritmados de “águas” variadas sobressaem na paisagem de casario da rua Guarani. Em conjunto, resultam em aspecto agradável e de fácil apreensão visual, a chamada paisagem de telhados ou *roofscape* (KANASHIRO, 1999).

4. “Definição”

A Estação Rodoviária e a praça com árvores de copas densas, na extremidade sul da Vila Mattos é um bom ponto de referência da localização da rua.

Seus melhores elementos de definição situam-se, no entanto, em sua extremidade norte, na esquina com a rua Caraíbas. As duas edificações de madeira alinhadas à calçada, sem recuos frontais, demarcam de forma significativa a entrada da rua a partir da Vila Casoni. São edificações cujo valor ainda permanece na memória dos pioneiros da Guaranis. Já estavam ali quando se construiu a Vila Mattos. Uma delas é o bar Caraíbas, ponto de reunião dos moradores locais no final da tarde. A outra foi, antigamente, utilizada como uma das primeiras escolas da região. O material, a escala e o telhado de ambas transmitem a idéia do que se vai encontrar na rua Guaranis. Consistem no “portal” à atmosfera da rua.

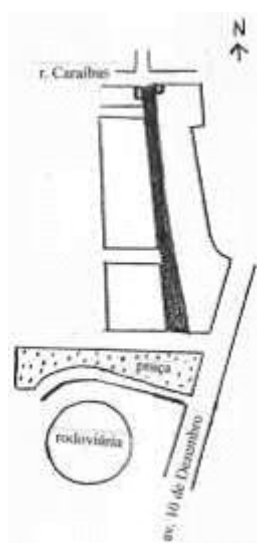


Figura II.6 – Rua Guaranis: elementos de definição

Fonte: Lamounier (2006)

5. Visuais

As copas densas das árvores dos dois lados da Guaranis destacam-se nas perspectivas da rua. As edificações de madeira com mesma escala, seu conjunto de telhados e os recuos frontais idênticos determinam a paisagem homogênea do local. Uma vez na rua, seu comprimento e o terreno quase plano do local determinam visuais basicamente compostos

pelos dois lados da Guaranis – elementos externos não podem ser vistos.

A predominância de limites tênues, quase simbólicos, como gradis espaçados ou muros baixos, entre a rua e os lotes, aliada à frequência de recuos laterais entre as construções, permite avistar grande parte do interior dos lotes.

A presença de jardins bem cuidados na parte frontal dos lotes, idealizados conforme uma estética popular, repleta de citações e recordações, resulta numa paisagem de e conjunto de jardins que simultaneamente define a própria paisagem de rua.

Os quintais, embora localizados no fundo dos lotes, são notados através da vegetação de porte composta por árvores frutíferas visíveis entre as frestas das edificações. Uma vez no quintal, pode-se observar plantas medicinais e uma pequena horta para consumo próprio. Um cotidiano com forte ligação com o chão.

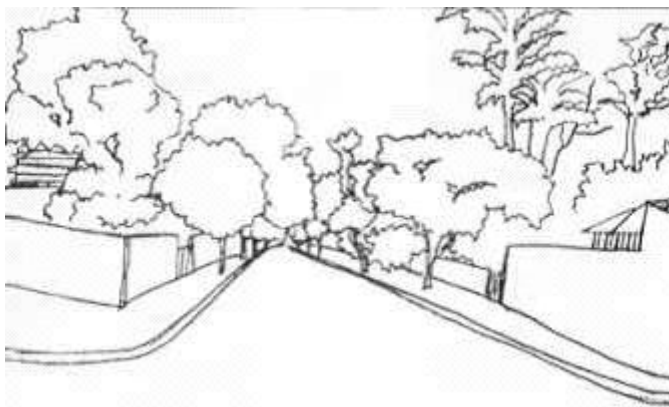


Figura II.7a – Rua Guaranis: vista do lado sul

Fonte: Lamounier (2006)

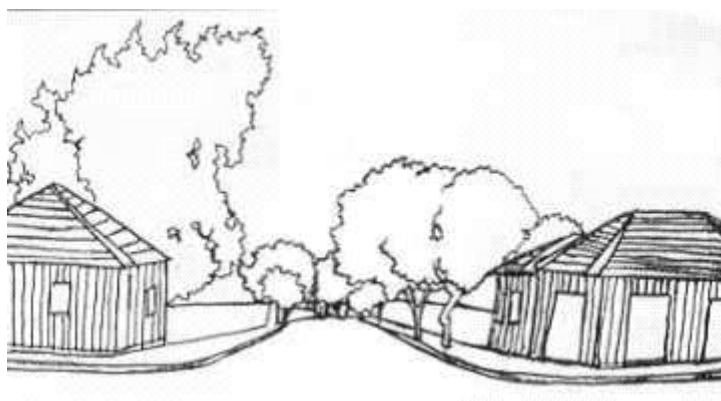


Figura II.7b – Rua Guaranis: vista do lado norte

Fonte: Lamounier (2006)

6. Territórios

Há forte sentimento de identificação entre os moradores e o espaço na rua Guaranis. Tal aspecto direciona a sua apropriação como local para convívio e lazer e à preocupação com a manutenção e melhoria de sua aparência.

Foram identificados três tipos de territórios na rua Guaranis: Íntimo, Privado, e Semi- Privado.

O Território Íntimo compreende o interior das casas e os lotes não visíveis a partir da rua (cercados por muros altos, por exemplo). Território Íntimo também ocorre em casos de subdivisão pela existência de mais de uma residência, quando a parte dos fundos do lote não pode ser vista da rua. Os muros dos lotes e as paredes das casas são os elementos de demarcação deste território. As personalizações ali ocorridas só podem ser notadas por pessoas externas quando convidadas pelos proprietários.

O Território Privado corresponde aos lotes demarcados por meio de muros baixos ou gradis que permitem sua visualização a partir da rua. Lateralmente, possuem limites mais expressivos, predominando os muros altos que impossibilitam o contato visual. Tal quadro é reforçado por algumas construções de alvenaria que se estendem de uma a outra lateral do lote, demarcando os limites do mesmo com suas paredes. Em lotes com mais de uma edificação, mas com clara divisão interna (mesmo que por pequenos muros), o Território Privado é dividido conforme o número de residências.

A pintura da própria casa, elementos que indicam crença religiosa (como santos nas fachadas, por exemplo) e o cuidado com os jardins na parte frontal dos lotes são formas de personalização do Território Privado que, no entanto, voltam-se para o espaço da rua, garantindo seu embelezamento.

Quanto ao Território Semi-Privado, foram identificados os dois sub-tipos na rua Guaranis: de maior e menor intensidade.

Territórios Semi-Privados de maior intensidade são os corredores internos, que constituem o espaço comum aos donos dos diferentes Territórios Privados. Estes corredores são necessários quando não há acessos independentes a cada uma das residências de um mesmo lote.

Alguns lotes apresentam ocupação por mais de uma casa sem que haja, no entanto, quaisquer divisões de áreas. Como seu espaço é compartilhado por moradores de casas diferentes, às vezes pertencentes até a famílias diversas, também são considerados Territórios Semi-Privados de maior intensidade.

O espaço da rua propriamente dito, na Guaranis, é visto como um local de lazer e permanência que deve ser mantido e cuidado pelos próprios moradores que, por sua vez, realizam intervenções no mesmo. Uma espécie de extensão do jardim ou quintal de cada um. Trata-se de um tipo de apropriação de um espaço legalmente público que acaba por permitir a classificação da rua em Território Semi-Privado de menor intensidade – já que a permanência de pessoas desconhecidas no local não é proibida.

Deste modo, pode-se verificar aros de bicicleta fixados nas árvores das calçadas, improvisando cestas de basquete, bem como desenhos no leito da rua, demarcando lugares. O costume de se varrer a calçada na frente do lote reafirma o conceito de coisa comum, exemplificando a preocupação com a manutenção do espaço público. Conduz à idéia dos moradores como “co-proprietários de um espaço comum”, em detrimento de simples “usuários do espaço urbano” (NETTO; CARVALHO, 1996).

TIPOS DE TERRITÓRIO	RUA GUARANIS	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO					
		Privacidade Visual	Personalização	Manutenção	Controle		
ÍNTIMO	interior das casas; lotes não visíveis da rua	●	●	●	exclusivo ● partilhado	●	alto médio baixo
PRIVADO	lotes visíveis da rua (inclusive subdivisões demarcadas p/ muros/cercas)		●	●	exclusivo ● partilhado	●	alto médio baixo
SEMI PRIVADO maior intensidade	corredores internos dos lotes e subdivisões sem muros/cercas		●	●	exclusivo ● partilhado	●	alto médio baixo
SEMI PRIVADO menor intensidade	a rua, bem utilizada e c/ demarcações de jogos e brincadeiras		●	●	exclusivo ● partilhado	●	alto médio baixo
SEMI PÚBLICO							
PÚBLICO							
"ESPAÇO DESTERRITORIZADO"							

Figura II.8 – Rua Guaranis: classificação de territórios

Fonte: Lamounier (2006)

7. Utilização

A rua Guaranis é um espaço utilizado tanto por pedestres quanto por automóveis. Certas características físicas, como a largura da rua, o comprimento das quadras e a quantidade e o formato dos cruzamentos, junto ao fato de tratar-se de uma rua de “mão única”, determinam a não utilização como rua de passagem. Diminui o tráfego de automóveis, garantindo maior segurança aos pedestres. Assim, estes não se sentem presos às calçadas, podendo andar ou brincar com certa segurança também no leito da rua.

O trecho central da rua é a parte mais segura. Consistindo no local de menor tráfego, é também a parte mais sombreada, onde é mais freqüente a permanência de pessoas e há maior quantidade de demarcações de espaços destinados às brincadeiras das crianças.

8. Senso de Comunidade

Existe forte senso de comunidade na Rua Guaranis. Através de entrevista e questionário, pôde-se identificar as relações sociais da rua. As relações de vizinhança incluem encontros religiosos, laços de parentesco e vínculos de amizade. Eventos como terços e novenas ainda são comuns no cotidiano dos moradores e constituem meios de estabelecimento de laços. Pessoas da mesma família em lotes vizinhos ou em casas diversas num único lote integram micro-comunidades dentro da comunidade maior da vizinhança.

Nesta rua, onde grande parte dos moradores reside desde o início de sua formação, mais tempo de permanência parece interferir num maior grau de relações. Estas relações estendem-se, via de regra, por toda a rua, não se limitando apenas entre vizinhos mais próximos.

As interações entre vizinhos na rua Guaranis ocorrem mais no espaço da própria rua ou nos limites entre esta e os lotes que através dos limites laterais entre lotes. A configuração física dos limites entre lotes (geralmente muros altos) e entre estes e a rua (muros baixos e gradis) denota claramente a preferência do espaço da rua para interações entre vizinhos. Comprova a identificação com o mesmo, através de sua apropriação e despreocupação com a proteção visual do interior do lote.

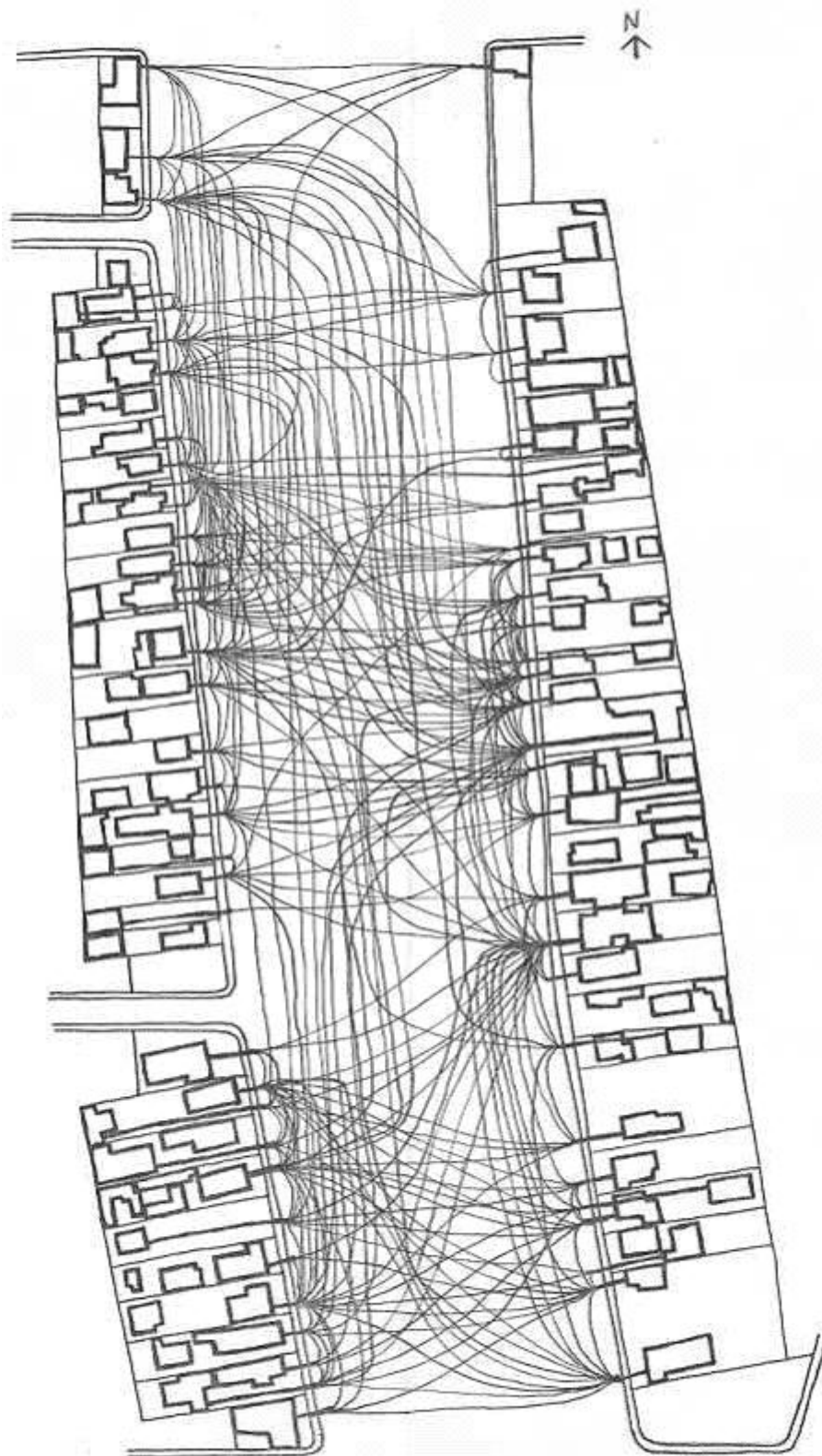


Figura II.9 – Rua Guarani: relações de vizinhança: desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML



Arborização: “túneis” de sombreamento na rua

Fonte: Yamaki (2006)



Casas madeira sem recuos na esquina com a rua Caraíbas

Fonte Lamounier (2005)



A rua como local para brincar

Fonte Lamounier (2003)



A rua como local agradável a caminhadas

Fonte Lamounier (2003)



Morador observa a rua através do jardim

Fonte Lamounier (2003)



Outro prefere sentar-se numa cadeira na calçada

Fonte Lamounier (2003)

Figura II.10a – Fotos Rua Guaranis



Casario de madeira com telhados recortados

Fonte: Yamaki (2006)



Casario de madeira com telhados recortados

Fonte: Yamaki (2006)



Casa de madeira com telhado *irimoiya*

Fonte Lamounier (2003)



Casa de alvenaria que segue a tipologia das casas de madeira

Fonte Lamounier (2003)



Casa de madeira: tipo recorrente na rua

Fonte: Yamaki (2006)



Varanda: simbolismo e gradação entre público e privado

Fonte Lamounier (2003)

Figura II.10b – Fotos Rua Guaranis



Uma nova construção quebra a seqüência de casas originais

Fonte Lamounier (2006)



A nova edificação (esquerda) não respeita a tipologia das casas originais da rua (direita)

Fonte Lamounier (2006)



Casa de madeira: início da demolição

Fonte Lamounier (2003)



Mudança de material: paredes externas de madeira são substituídas por alvenaria

Fonte Lamounier (2003)



A fachada de madeira permanece após um incêndio que destruiu a edificação

Fonte Lamounier (2006)

Figura II.10c – Fotos Rua Guarani

II.1.1.5 Considerações sobre a Rua Guaranis

A Rua Guaranis, originada nos anos 1940, apresenta ainda hoje parte significativa das características representativas de uma época do desenvolvimento da cidade. Sua atmosfera compõe-se de características físico-espaciais, resultado de construção continuada ao longo do tempo, e de conceitos comuns aos moradores que acabam por definir o cotidiano da rua.

A combinação de fatores como topografia favorável (a rua é quase plana), segurança viária, sombreamento satisfatório e proximidade entre as casas de ambos os lados da rua, junto ao considerável número de moradores permanentes, propiciam a sensação de proteção e agradabilidade responsável pela intensa identificação com o espaço e utilização da rua.

Casas de madeira, jardins bem cuidados, o zelo com o espaço da rua e o senso de vizinhança remetem ao conceito de durabilidade como qualidade urbana. A paisagem resultante de edificações simples em madeira e os elementos definidores de territorialidade trazem lições à construção de ruas e bairros. O senso de comunidade conduz ao incremento na segurança e ao bem estar na vizinhança, condições importantes e que estão perdidas nas cidades.

Guaranis, uma rua simples, mas com qualidades que, adquiridas em seu processo de construção, configuram sua atmosfera tradicional, implementam seu espaço e conceituam-na como “lugar ideal” entre seus moradores. Concepção esta de “rua simples e boa para se viver”.

II.1.2 A Rua Icós

A rua Icós surgiu com o loteamento da Vila Matarazzo, no final dos anos 1930, época em que Londrina se expandia rapidamente. Está situada a meia encosta, no então limite norte da cidade.

Diz-se que o nome Matarazzo foi sugerido ao proprietário da chácara, Ângelo Casoni, pelo italiano Segundo Morettini. Seria uma homenagem ao conde Francisco

Matarazzo que desenvolvia a cultura do bicho da seda na região. De fato, o sr. Morettini, que havia vindo a Londrina à procura de emprego, foi um dos primeiros compradores de lotes da recém criada Vila Matarazzo.

A família do pioneiro do bairro possui papel de destaque no processo de construção e composição da paisagem da rua, iniciada através da construção de um rancho de madeira na esquina da Icós com a Duque de Caxias (antiga rua Heimtal, uma das saídas da cidade). Três casas de madeira, remanescentes de um conjunto de quatro, incluindo um barracão – antiga fábrica de colchões transformada em moradia, continuam no local sem mudanças significativas. Ruínas da casa já demolida permanecem como marcas no pomar.

Da construção inicial, simples, até a última, rica em ornamentos, nota-se a evolução econômica da região. Reflete a mudança no pensar a moradia.

Ao todo, três gerações continuam morando na rua Icós, mostrando forte apego ao local.

De acordo com Tuan (1983), o espaço se transforma em lugar conforme adquire definição e significado. Para alguns moradores, a casa representa o local de nascimento e único significado de lar durante toda a vida.

O bairro foi construído na margem leste da rua Heimtal (mais tarde denominada Marechal Deodoro e, atualmente, Duque de Caxias), que ligava a cidade aos distritos de Heimtal e Warta. Um antigo casarão em alvenaria, com árvores de copas frondosas no quintal, permanece como testemunho da presença de chácaras nesta região. Situa-se no outro lado da Duque de Caxias, a uma quadra de distância da rua Icós.

Como forma de melhor se adequar à forte declividade do terreno, as quadras e ruas da Vila Matarazzo foram dispostas diagonalmente em relação ao traçado da área central de Londrina. A rua Icós compõe-se de dois trechos que diferem quanto ao período de construção. O primeiro a ser construído estende-se da rua Caetés até a Duque de Caxias, e segue o padrão em diagonal. Já o segundo trecho, fora da Vila Matarazzo, alinha-se à ortogonalidade das ruas vizinhas mais próximas do centro.

Este trabalho estuda a primeira parte da rua a ser construída. Foi considerada importante por apresentar, numa extensão que não chega a 100 metros, aspectos que sintetizam a atmosfera de ruas tradicionais de Londrina: casas de madeira com recuo frontal homogêneo (4 metros) ou alinhadas à calçada, ocupadas ou abandonadas; edificações de madeira adaptadas à moradia, anteriormente destinadas a outros usos (igreja e fábrica de colchões de palha); lotes ocupados por várias residências, caracterizando a chamada vila; jardins bem cuidados no recuo frontal; pessoas da mesma família morando em lotes vizinhos

e predomínio de moradores proprietários que permanecem no bairro desde seu início; e as “invasões” das novas casas de alvenaria que contrastam com os padrões construtivos da rua. Sua análise volta-se principalmente à composição dos jardins que, se considerados em conjunto, constituem a primeira paisagem do lote e possíveis elementos à conservação da atmosfera.

II.1.2.1 Processo de ocupação da rua

A comparação entre as plantas cadastrais de 1951 e 1993 permite uma análise do processo de ocupação e construção da rua Icós.

Em 1951 o trecho em diagonal já encontra-se totalmente definido, com todos os lotes ocupados. A extensão da rua além da Duque de Caxias começa a ser definida, principalmente pelo lado norte, onde quase todos os lotes já apresentam edificações.

Todas as construções são de pequena escala e implantadas de forma espaçada no lote (lateralmente recuadas entre si). No trecho inicial da Icós o predomínio é de construções alinhadas à calçada, embora casas com recuo frontal de 4 metros já comecem a aparecer.

Pode-se notar recortes no interior dos lotes, inclusive a presença da vila – com edificações que seriam substituídas mais tarde. A igreja também já existia neste período.

No lado sul da rua o lote dos Morettini está ocupado pela primeira residência da família, voltada para a Duque de Caxias, e pelo barracão da fábrica de colchões de palha, nos fundos, voltado para a Icós. As outras casas da família ainda não tinham sido construídas.

O casarão antigo de alvenaria permanece isolado, sem construções vizinhas.

A rua Rio Grande do Sul ainda não tinha se estendido até a Caetés, configurando um grande vazio entre a Vila Matarazzo e os loteamentos mais próximos do centro de Londrina.

A cadastral de 1993 já mostra a definição total do trecho da rua Icós além da Duque de Caxias, com a ocupação de todos os lotes.

No trecho inicial, as edificações com recuo frontal de 4 metros substituíram quase completamente as casas alinhadas à calçada. Destas, restam apenas duas, próximas a uma das extremidades da rua.

Surgem grandes manchas, devido a edificações que desrespeitam os padrões locais. A partir da Duque de Caxias, ocupam quase metade do lado norte da rua. Em todo o restante do trecho estudado, no entanto, permanecem as construções de pequena escala e isoladas no lote.

A presença da vila se mantêm, agora com as construções atuais, e intensifica-se o recorte dos demais lotes, de forma geral. A igreja, agora não mais funcionando como tal, permanece nos fundos de uma das casas alinhadas à calçada.

O lote da família Morettini foi subdividido e já apresenta a ocupação atual. A primeira residência foi demolida e, vizinhas ao barracão da fábrica de colchões, foram construídas as outras duas casas da família, ambas voltadas para a rua Icós. Destas, a mais distante da rua Duque de Caxias situa-se num lote vizinho ao da primeira ocupação.

A área do antigo casarão de alvenaria foi loteada e este se encontra cercado de edificações por todos os lados. Seu grande quintal, no entanto, destaca-se como vazio na quadra em que se situa.

A extensão da rua Rio Grande do Sul até a Caetés e o loteamento da área anteriormente vazia garante a continuidade, em termos de ocupação, da Vila Matarazzo até o centro da cidade.

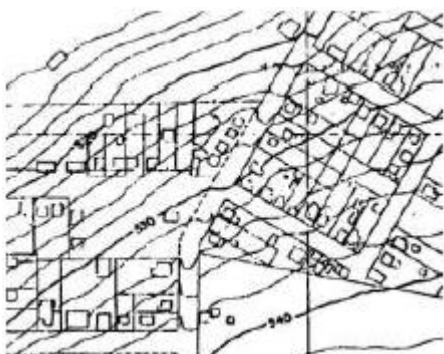


Figura II.11a – Rua Icós: Planta Cadastral 1951

Fonte: Yamaki (2003b, p. 34)



Figura II.11b – Rua Icós: Planta Cadastral 1993

Fonte: LAU-UDEL

II.1.2.2 Os jardins da Rua Icós

Jardins tradicionais ou vernaculares são construídos conforme um gosto popular, de maneira aparentemente “não projetada”, onde a carga simbólica das plantas possui tanta importância quanto seu valor estético. A Carta de Florença de 1981, afirma tratarem-se de uma forma de “expressão de relações estreitas entre a civilização e a natureza”. Tomam assim, “[...] o sentido de uma imagem idealizada do mundo, [...] mas que dá testemunho de uma cultura, [...] de uma época” (CURY, 2000, p. 254).

Na rua Icós a maioria das casas possui jardim. As que não contam com tal espaço enfeitam a varanda e a frente do lote com plantas em vasos e em latas de óleo.

A presença de jardins bem cuidados permite, sem conhecimento prévio, a identificação dos moradores tradicionais. Implica em preocupação, mesmo que não intencional, com a manutenção da própria paisagem da rua.

O conceito comum de estética de jardim entre os moradores da rua Icós aponta a diversidade de plantas e o cuidado como qualidades essenciais. A composição aparentemente confusa pode revelar, a um observador mais atento, a preocupação com uma certa padronização, assim como a setorização de espécies de plantas, de acordo com mitos e crenças.

A existência de valores comuns entre os moradores faz com que plantas relacionadas à “proteção” sejam colocadas, geralmente, próximas à entrada do lote ou da casa. Espada-de-são jorge e comigo-ninguém-pode são algumas espécies que podem ser citadas como exemplo. Esperam evitar assim, a inveja e o “mau-olhado”.

Por outro lado, modismos de determinadas épocas garantem a presença de certas plantas, como algumas espécies de cactos, samambaias e roseiras. A identificação destas plantas num determinado jardim pode revelar sua época de construção.

Também são comuns plantas que simbolizam laços afetivos, por terem sido recebidas de vizinhos ou plantadas por pessoas da família. Trata-se de um aspecto importante por reforçar o caráter simbólico dos elementos do jardim e renovar seu significado, garantindo assim, sua permanência e manutenção pela carga afetiva atribuída.

II.1.2.3 A atmosfera da rua Icós

Rua de Cidade Nova, para onde os moradores traziam, junto às dificuldades da vida anterior, o ideal comum de uma vida melhor, a Icós teve construção paralela à construção da comunidade, através de conceitos comuns e laços de amizade entre os moradores. Sua paisagem resulta das determinantes físicas do terreno, tendo na topografia um importante fator, e de um processo de construção que reflete valores comuns entre os moradores. Como componentes de sua atmosfera, são significativos aspectos relacionados às categorias de 1. Implantação, 2. Fachadas, 3. Ritmo, 4. “Definição”, 5. Visuais, 6. Territórios e 8. Senso de Comunidade.

1. Implantação

Por estar situada a meia encosta, a rua Icós é bastante íngreme. Há também uma diferença transversal de níveis. Deste modo, os lotes do lado sul são mais elevados que os do outro lado da rua. A simbologia da altura aí complementa a atmosfera, elevando os jardins ao nível dos olhos de quem passa pela rua e destacando as casas antigas de madeira.

A rua Icós possui 93,2 metros de comprimento e 12 metros de largura, incluindo 4 metros das calçadas. Suas pequenas dimensões destacam ainda mais a declividade do local e os lotes elevados em relação ao nível da rua. Colaboram, ainda, ao senso de comunidade local, por configurar uma área compacta de vizinhança.

Apresenta dois cruzamentos diferentes: um em “+” e outro em “T”. Localizado na esquina da rua com a Duque de Caxias, o cruzamento em “+” configura, na verdade, o formato em “X”, devido à inclinação da Icós em relação à sua própria continuação.

O cruzamento em “T” situa-se na extremidade leste da rua, e se deve à presença de uma praça canteiro, resíduo do parcelamento daquela região. Determina a diminuição da velocidade de quem chega a Icós pela rua Rio Grande do Sul.

A rua Icós possui arborização mais densa em sua parte mais alta (lado leste). As árvores alinhadas no limite lateral do lote onde se localiza a vila contribuem para a demarcação de seu espaço.

O trecho analisado da rua é ladeado por duas quadras que possuem a mesma largura frontal e comprimentos diferentes, determinados conforme melhor ajuste ao relevo.

A do lado norte tem 93,2 metros de largura e 91 metros de comprimento, e

divide-se em 20 lotes, 7 dos quais delimitando a rua Icós.

A outra quadra, no lado sul, tem formato trapezoidal, resultado da união da Vila Matarazzo, em diagonal, com as ruas ortogonais mais próximas ao centro da cidade.

Também possui 93,2 metros de largura, mas tem comprimento variado (entre 5,95 metros, na rua Caetés, e 48,52 metros, na rua Duque de Caxias). Os fundos desta quadra demarcam o limite sul da Vila Matarazzo. Assim, todos os lotes voltados para a rua Tembés surgiram posteriormente e pertencem ao bairro vizinho. Desta quadra, 3 lotes delimitavam a rua Icós. Após a subdivisão de um destes, tornaram-se 6.

Apesar da diferença de formato entre as duas quadras, ambas possuem o mesmo padrão de lotes retangulares, incluindo os de esquina que se voltam para a rua Duque de Caxias. Na esquina com a rua Caetés, os lotes das duas quadras voltam-se para a Icós. Destes, um tem formato trapezoidal, resultado do formato da quadra em que se situa.

Quanto à ocupação, pode-se identificar três tipos e algumas variações.

O tipo 1 consiste na divisão dos espaços do lote em jardim frontal, casa de madeira e quintal nos fundos. Apresenta uma variação – quintal lateral, num lote voltado para a rua Duque de Caxias, cuja casa situa-se de frente para a Icós.

O tipo 2 possui jardim frontal, edificação de madeira e edícula, em madeira ou alvenaria, junto ao quintal nos fundos. Varia quanto à posição da edícula, que pode se localizar lateralmente à casa principal, sobrando mais espaço para o quintal nos fundos.

O tipo 3 de ocupação do lote caracteriza-se pelo sistema de vila, com intenso recorte e socialização devido à existência de três ou mais edificações.

A vila da rua Icós iniciou-se com uma casa de madeira na parte frontal do lote, nos anos 1950, estendendo-se para os fundos com a construção de duas casas de alvenaria, no início da década de 1960. As três casas estão alinhadas entre si. A residência da frente possui acesso direto para a rua Icós. Já o acesso às duas edificações do fundo se dá por um corredor lateral, independente da casa frontal. As três edificações são destinadas ao aluguel e encontram-se, atualmente, ocupadas.



Figura II.12 – Figura-Fundo Rua Icós: desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

2. Fachadas

A rua Icós é ladeada, em sua maior parte, por casas antigas de madeira, cuja construção adequava-se a dois padrões: o tamanho do lote e o padrão estético-construtivo da cidade. Apesar da diversidade de detalhes das fachadas, denunciando o repertório e a origem variada dos construtores, elementos de ordem como escala, volume e proporção nas edificações faz com que integrem um conjunto homogêneo, dominante e característico de ruas tradicionais em Londrina. Reforçam o caráter de paisagem tradicional os muros baixos, também antigos, em concreto pré-moldado que conferem certa continuidade de lote para lote. A presença exclusiva de casas de madeira num dos lados da rua lhe traz maior continuidade visual que o outro, onde mais da metade da quadra já foi ocupada por construções mais recentes em alvenaria.

No conjunto homogêneo de casario da rua Icós, os recortes diversos dos telhados, a presença ou não de varanda, bem como sua tipologia e os detalhes na fachada são os elementos que destacam cada casa, afirmando sua individualidade.

Do lado mais elevado os telhados são notados somente através de seus frontões, e a utilização da varanda como local de observação da rua é reforçada pela ampliação do campo visual.

A variedade de detalhes resulta do fato de cada casa ter sido construída por um carpinteiro diferente, com repertório e técnicas próprias. Nota-se, na rua Icós, desde lambrequins (franjas) na parte da varanda, até a utilização de elementos que imitam construções em alvenaria, como o arco na entrada de uma casa e a platibanda na igreja. Elemento simbólico da fachada, onde os moradores costumam gastar parte de suas horas de descanso, observando a rua ou mesmo conversando com quem passe por ali, a varanda tem

sua importância destacada pela utilização de detalhes construtivos que a ressaltam em relação ao restante da casa.

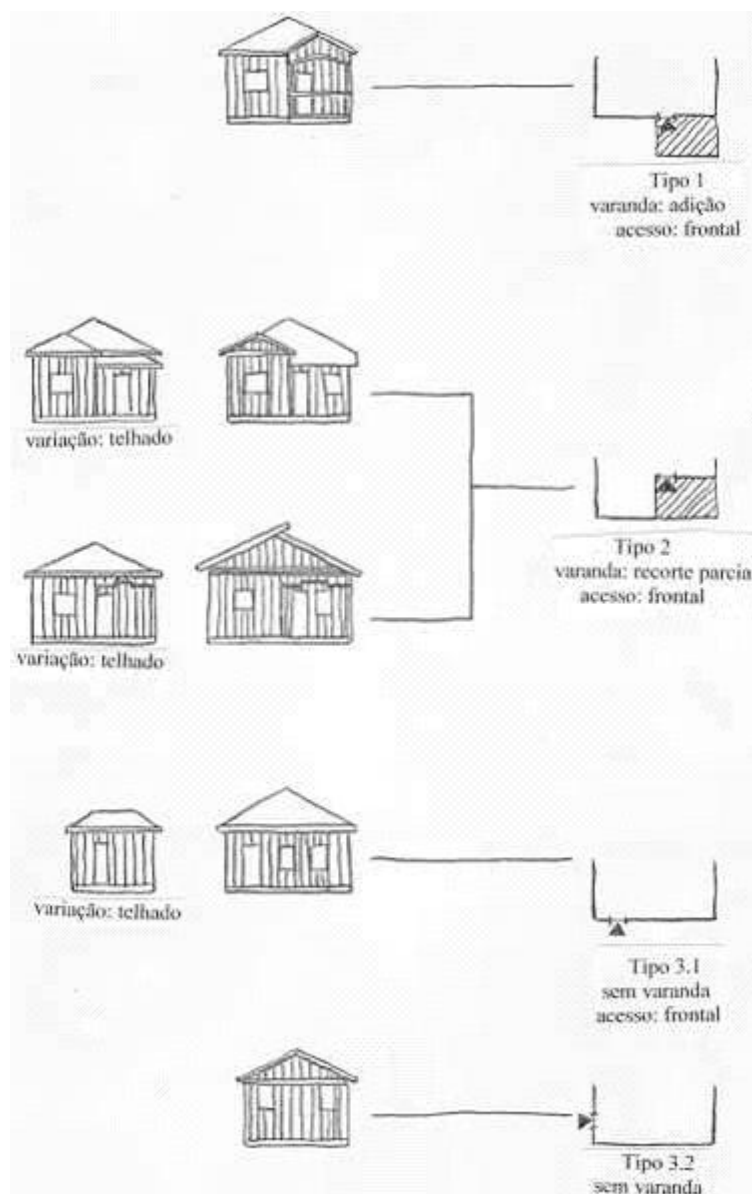


Figura II.13 – Rua Icós: tipologia de fachadas

Fonte Lamounier (2003)

A presença da igreja de madeira surpreende em meio ao predomínio de edificações residenciais. Foi construída antes da década de 1950, nos fundos de um lote próximo à extremidade leste da rua, onde já havia uma casa de madeira. Dizeres já quase apagados em sua fachada – “Igreja Evangélica Avivamento Bíblico” – denotam que tratava-se de uma religião protestante. Após ter sido desativada, a propriedade foi vendida pelo pastor a

uma família católica. Como a casa é pequena, a atual dona do lote informou que usa a antiga igreja como depósito ou, eventualmente, como espaço para refeições quando a família se reúne. A utilização de um espaço religioso para estes fins e a presença de varais pendurados logo na frente do prédio indicam a perda de sua nobreza, embora constituam fatores de permanência através de seu re-uso adaptativo.

3. Ritmo

A largura dos lotes e o recuo frontal de 4 metros da maioria das edificações contribuem para a homogeneidade da paisagem na rua Icós. O predomínio de edificações de pequena escala, implantadas de forma isolada no lote, leva a repetição dos recuos laterais que, apesar de variados, conferem um ritmo composto pelos trechos recortados de visão do interior do lote.

Os muros baixos e a presença dos jardins frontais reforçam a continuidade de lote para lote. Junto à seqüência de casas de madeira com varandas e casas também de madeira que não possuem tal espaço, e ao conjunto de telhados recortados definem ritmos facilmente notados na paisagem da rua.

Nota-se também ritmos definidos pela declividade do terreno, que transmite a impressão de alturas diferentes entre casas no mesmo lado e entre os dois lados da rua. Assim, há um escalonamento descendente entre casas de um mesmo lado quando se observa a rua a partir de sua extremidade mais alta (leste). Esta característica é reforçada pelas diferentes alturas dos muros que delimitam os lotes. No sentido transversal, as casas do lado sul parecem mais altas que as do lado norte.

4. “Definição”

A curva da rua Duque de Caxias e um mercado situado neste local são pontos de referência importantes da rua Icós. Um pouco mais distante é notável o casarão em alvenaria da antiga chácara.

Na outra extremidade da rua (lado leste), seu início é demarcado pela praça entre as ruas Caetés e Rio Grande do Sul. A presença de casas de madeira nas duas esquinas deste lado dá idéia do tipo de construção que se irá encontrar na Icós.

Os lotes elevados de um lado da rua ressaltam a divisão entre público e privado. O relevo atua como reforço aos muros tradicionais de pequena altura.



Figura II.14 – Rua Icós: elementos de definição

Fonte Lamounier (2003)

5. Visuais

A declividade acentuada do terreno confere visuais à rua Icós, importantes à atratividade do espaço.

A partir de sua extremidade mais baixa, na esquina com a Duque de Caxias, o conjunto de casas de madeira não pode ser totalmente visualizado. É escondido pela copa das árvores na calçada. Assim, os diferentes detalhes de fachadas e telhados, bem como os jardins frontais vão sendo descobertos conforme se caminha pela rua.

Do alto, no entanto, tem-se uma vista geral da Icós, onde se destaca a diferença de altura entre suas duas quadras e as copas densas das árvores no vale além da rua Duque de Caxias.

O predomínio de recuos frontais e a definição quase simbólica do início do lote, por meio de pequenos muros, possibilitam visualizar os jardins na frente das casas. Os recuos laterais permitem vislumbrar trechos do interior do lote. Assim, a presença de vila e árvores nos fundos dos quintais, bem como recortes de casas de madeira por trás de construções em alvenaria são aspectos que podem ser notados por meio destes trechos de visão.

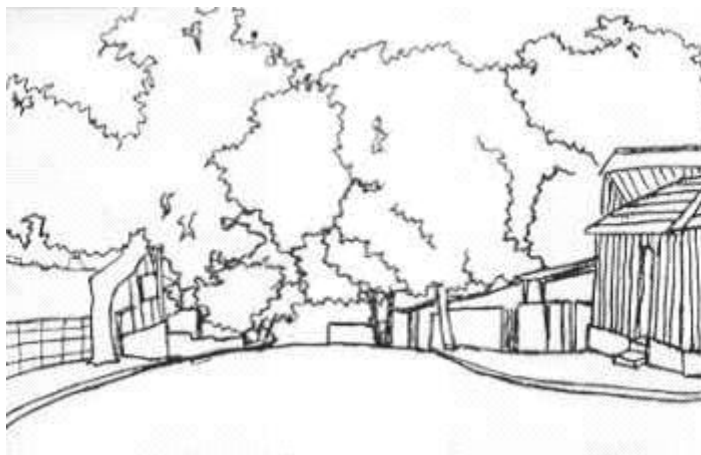


Figura II.15a – Rua Icós: vista do alto (lado leste)

Fonte Lamounier (2006)

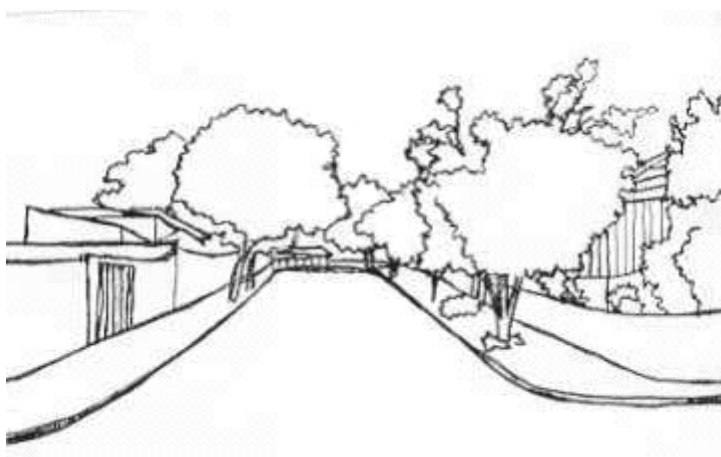


Figura II.15b – Rua Icós: vista de baixo (lado oeste)

Fonte Lamounier (2006)

6. Territórios

Os territórios na rua Icós podem ser classificados em: Íntimo, Privado, Semi-Privado de maior intensidade e Semi-Público.

Territórios Íntimos são definidos pelo interior das residências e pelos lotes cujo interior não é visível a partir da rua. Na Icós, são lotes com novas construções, cercados por muros altos, e um lote, na esquina com a rua Caetés, ocupado por uma residência de madeira, mas que tem a altura do muro aumentada pela declividade da rua.

Território Privado compreende o interior do lote, nos casos onde os limites

com a rua são tênues, permitindo acesso visual. Na rua há alguns lotes que possuem duas residências sem divisão de áreas. Como somente uma das casas é ocupada (a outra é utilizada como depósito, por exemplo, pelo proprietário) também são Territórios Privados. No caso da vila, a área da residência frontal é classificada como Território Privado, por ter acesso independente e exclusivo.

A principal forma de personalização do Território Privado consiste nos jardins bem cuidados, cuja manutenção aponta a preocupação, mesmo que não intencional, com a manutenção da própria paisagem da rua. Tal fato é justificado pelo predomínio de muros baixos nos limites frontais, que garantem a visualização do domínio privado por quem passa pela rua.

A área correspondente às duas casas dos fundos da vila, junto ao corredor lateral interno, que dá acesso a ambas, constitui um Território Semi-Privado de maior intensidade. Esta classificação se deve ao fato de serem visíveis a partir da rua e de não haver divisão de áreas entre as duas residências. Um lote vizinho à vila também configura este tipo de território, pois possui duas residências ocupadas por famílias diferentes sem nenhuma divisão de áreas.

Um caso de excepcionalidade é determinado pelos lotes da família Morettini. São lotes legalmente divididos, mas que não possuem limites entre si – salvo um pequeno muro instalado somente para ajuste à declividade do terreno. Cada um destes lotes é, portanto, um Território Semi-Privado de maior intensidade, compartilhado pela micro-comunidade constituída pela família.

A limpeza do espaço da rua e calçadas pelos moradores denota identificação com o local. A observação cotidiana através das janelas ou varandas das casas implica em preocupação com o controle da rua. Seu espaço é classificado como Território Semi-Público, pois é zelado e mantido sob certo nível de controle pelos moradores, mas não sofre intervenções como demarcações ou personalizações, nem é muito usado como local de permanência ou lazer – o que se deve à forte declividade do terreno.

TIPOS DE TERRITÓRIO	RUA ICÓS	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO				
		Privacidade Visual	Personalização	Manutenção	Controle	
ÍNTIMO	interior das casas; lotes não visíveis da rua	●	●	●	exclusivo ● partilhado	alto médio baixo
PRIVADO	lotes visíveis da rua; área da casa frontal da vila		●	●	exclusivo ● partilhado	alto médio baixo
SEMI PRIVADO maior intensidade	corredor interno da vila; lote subdividido sem muros/cercas; lotes da família Morettini		●	●	exclusivo ● partilhado	alto médio baixo
SEMI PRIVADO menor intensidade						
SEMI PÚBLICO	a rua, cuidada, mas pouco utilizada e s/ apropriações			●	exclusivo ● partilhado	alto médio baixo
PÚBLICO						
"ESPAÇO DESTERRITO-REALIZADO"						

Figura II.16 – Rua Icós: classificação de territórios

Fonte Lamounier (2006)

7. Utilização

Categoria não analisada na rua Icós.

8. Senso de Comunidade

Na rua Icós, a permanência dos moradores na rua costuma se restringir a paradas para conversar, na frente das casas dos vizinhos, quando passam por ali.

A presença de plantas comuns em jardins de lotes diferentes na rua indica, no entanto, a existência de um forte senso de comunidade local. Os moradores contam que é freqüente a troca de plantas de diversas espécies entre vizinhos. Tal prática garante a continuidade da paisagem ao longo do tempo através da manutenção dos laços afetivos entre os moradores, do aumento do número de espécies recorrentes e da conservação de certos componentes dos jardins, já que a troca garante a permanência de determinadas espécies nos lotes vizinhos, após sua extinção no lote de origem. Reforça a homogeneidade da paisagem de

rua, uma das importantes características de uma atmosfera tradicional.

Além da declividade, a presença exclusiva de casas de madeira no lado mais alto da rua é garantida também pelo predomínio de proprietários morando deste lado. A permanência de moradores ao longo do tempo denota um sentimento de forte apego ao chão.

A família Morettini forma uma micro-comunidade dentro de um contexto maior, a vizinhança da rua. Os laços familiares transparecem também na paisagem, na medida em que os muros e cercas que dividem os lotes vizinhos são substituídos por pequenas muretas ou simplesmente por aterros somente para ajuste à declividade do bairro.

A morte recente de duas pessoas desta família determinou o retorno dos filhos que haviam se mudado do bairro. Preocupados com os outros familiares, voltaram a morar em sua rua de origem. Seu retorno evita a demolição das casas, que contribuiria de forma significativa à anulação da atmosfera da Icós.

Idéias, memórias e sentimentos constituem importante componente na leitura de paisagem de rua. A permanência de gerações seguidas no mesmo local constrói o “espaço familiar”, repleto de carga simbólica, ausente na maioria das ruas da cidade.

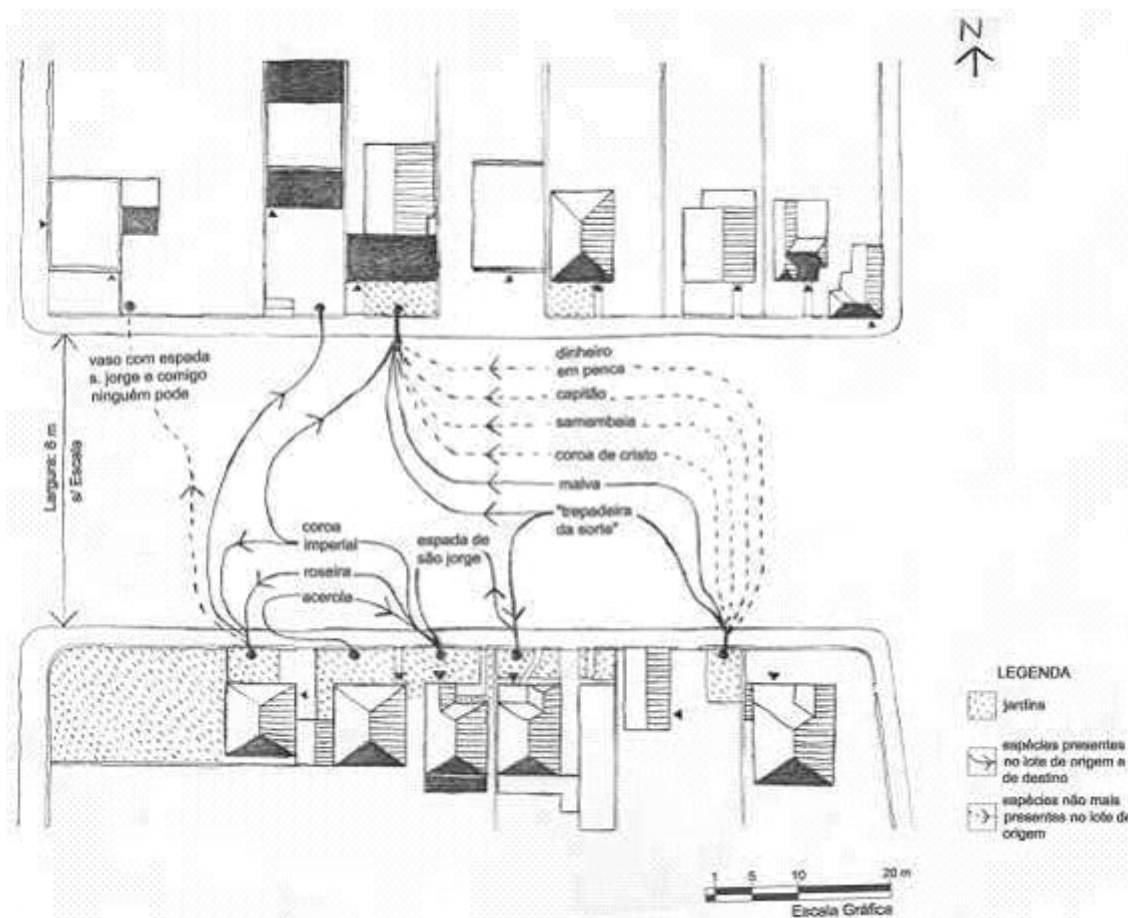


Figura II.17 – Rua Icós: troca de mudas de plantas entre moradores reflete os laços de vizinhança: desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML



Rua Icós: vista do alto
Fonte Lamounier (2006)



Rua Icós: vista de baixo (av. Duque de Caxias)
Fonte Lamounier (2006)



Conjunto de casas de madeira
Fonte Lamounier (2006)



O conjunto de jardins e os muros pré-moldados:
 homogeneidade e ritmo neste lado da rua
Fonte Lamounier (2006)



Vila: três residências ocupam um único lote
Fonte Lamounier (2006)



O lote mostra dois momentos diferentes: uma casa
 mais antiga, simples e sem recuos; e outra já com
 varanda e telhado mais elaborado
Fonte Lamounier (2004)

Figura II.18a – Fotos Rua Icós



Casa de madeira sem recuos com a igreja atrás

Fonte Yamaki (2004)



Igreja de madeira desativada: a fachada imita platibanda de alvenaria

Fonte Yamaki (2004)



A elevação de um dos lados da rua destaca as casas de madeira “emolduradas” pelos jardins

Fonte Yamaki (2006)



O jardim denso é o principal elemento visível deste lote (precede a visão da casa)

Fonte Yamaki (2006)



Casa de madeira com lambrequins na varanda

Fonte Yamaki (2004)



Casarão na av. Duque de Caxias: provavelmente uma antiga chácara

Fonte Yamaki (2005)

Figura II.18b – Fotos rua Icós



Dentro/ fora o morador trabalha no “beco” entre as casas: observa a rua e mantém contato com os vizinhos

Fonte Yamaki (2006)



A cadeira confirma o papel da varanda como local de observação da rua

Fonte Yamaki (2006)



Jardim compartilhado da família Morettini

Fonte Yamaki (2006)



Pés de café e espadas de são Jorge num dos jardins da rua

Fonte Yamaki (2006)



Plantas simbólicas nos acessos principais

Fonte Yamaki (2004)



Planta simbólica em vaso na entrada da casa

Fonte Yamaki (2004)

Figura II.18c – Fotos rua Icós

II.1.2.4 Considerações sobre a rua Icós

A permanência de moradores que residem no mesmo lote ou ainda, na mesma casa por várias décadas é uma característica importante de ruas tradicionais, na medida em que, com o passar do tempo, seu ambiente adquire cada vez mais significado. A identificação com o espaço da rua, devido à existência de uma história no lugar, junto aos fortes laços de vizinhança mantém o senso de comunidade e garante o caráter homogêneo da paisagem por meio de padrões e conceitos comuns.

A carga emocional e o caráter simbólico são importantes para a permanência da atmosfera tradicional da rua Icós, por não permitirem transformações que possam romper com os significados de seu espaço e dos componentes de sua paisagem. A presença exclusiva de casas de madeira num dos lados da rua, onde quase todos os moradores são proprietários e moram a mais de cinquenta anos, remete à permanência da paisagem tradicional através do valor afetivo e simbólico atribuído aos seus componentes ao longo da história da rua.

Embora criados individualmente, de acordo com os valores e preferências do próprio dono, a influência de uma estética popular e a existência de conceitos comuns faz com que os jardins da Icós integrem uma paisagem de conjunto de jardins bem cuidados, que compõe e define a própria paisagem da rua, contribuindo para sua continuidade visual. Constituem, portanto, elementos de grande importância para a preservação de atmosferas em ruas tradicionais, uma vez que a presença dos mesmos pode assegurar a permanência da paisagem, mesmo após a demolição e substituição das casas de madeira às quais pertencem.

Numa cidade de setenta anos como Londrina, a presença de paisagens tradicionais, construídas ao longo do tempo, e a existência de conceitos comuns, propiciando a identificação com o lugar, são características que compõem a atmosfera de ruas antigas e atestam sua permanência, remetendo à idéia de durabilidade como qualidade urbana.

As relações de vizinhança, a paisagem do casario antigo de madeira e a presença de jardins cuidados são elementos que qualificam a rua Icós como rua tradicional e denotam a conotação de “lugar” entre seus moradores, onde os laços afetivos e a atribuição de significados são fortes condicionantes à conservação da atmosfera.

II.1.3 As “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas

Se num primeiro momento facilitou a implantação da cidade, o plano de Londrina encontraria, em sua expansão, barreiras na declividade acentuada das áreas dos córregos e ribeirões que o delimitavam. A extensão do traçado xadrez até estes pontos resultou em ruas sem saída e ladeiras muito íngremes (“remendos” ou ajustes na implantação). A partir dos anos 1950, algumas foram solucionadas através da construção de escadarias.

Entre as escadarias, duas destacam-se como exemplos significativos. Situam-se margeando uma mesma quadra, na parte leste do chamado centro histórico, nas extremidades das ruas Espírito Santo e Alagoas. Neste trabalho optou-se por chamá-las de ladeiras.

Pouco conhecidas entre a população da cidade, as ladeiras não possuem denominação oficial como tal. O próprio guia de endereços e lista telefônica de Londrina informa como se o início das ruas Espírito Santo e Alagoas fosse a partir da rua Uruguai, suprimindo o espaço das ladeiras e incluindo o nome dos assinantes que ali residem na próxima quadra. São, no entanto, marcos significativos na paisagem delimitadora do antigo centro e constituem importante patrimônio ambiental dos anos 1950.

II.1.3.1 O surgimento das ladeiras

A planta cadastral de 1951 mostra que o início do processo de ocupação da rua Amazonas, atual Uruguai, (pontilhada no mapa) coincide com o começo da extensão das ruas perpendiculares, Espírito Santo e Alagoas.

A não definição da continuidade destas ruas, mesmo após a subdivisão de várias datas próximas, pode ter significado a intenção de se estendê-las normalmente num momento futuro. A ocupação de um dos lados da rua Espírito Santo e o início do traçado da Alagoas (ainda não ocupada), nos trechos além da rua Amazonas, conduzem a esta idéia. Restaria, no entanto, saber se a continuidade das ruas se direcionaria ao fundo de vale, onde havia uma estação distribuidora de água ou à transposição deste, como ampliação da malha urbana.

Em 1993, as ladeiras encontravam-se ocupadas pelas pequenas edificações de madeira na parte mais alta, pelas instalações da COPEL na parte baixa e do DER num dos lados da Alagoas.

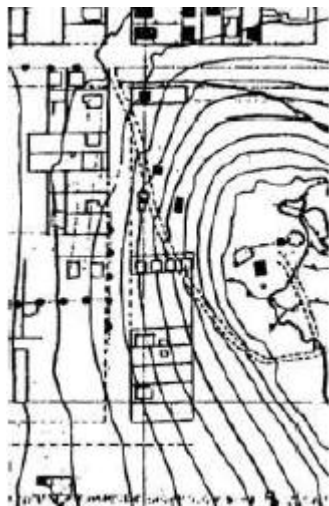


Figura II.19a – “Ladeiras”: Planta Cadastral 1951

Fonte: Yamaki (2003b, p. 36)



Figura II.19b – “Ladeiras”: Planta Cadastral 1993

Fonte: LAU-UDEL

O declive acentuado em direção ao fundo de vale, nascente do Córrego das Pombas, foi o fator que ocasionou a interrupção das duas ruas, dando origem às ladeiras.

De acordo com alguns dos moradores mais antigos, a “ladeira” Espírito Santo era percorrida por crianças que iam brincar na mata que havia logo abaixo, e pelas pessoas que moravam nas quatro casas de madeira, no lado sul da ladeira. O trecho mais percorrido era, portanto, o trajeto até a última casa do conjunto. Passavam por ali, também, algumas pessoas que trabalhavam na estação distribuidora de água, próxima à nascente do córrego. A ladeira da rua Alagoas era bem menos movimentada.

Havia uma “luta” constante dos moradores contra o matagal que insistia em crescer nas ladeiras não pavimentadas. Em dias de chuva, a lama dificultava ainda mais a circulação no terreno de declive acentuado. Acidentes com carros e caminhões que derraparam na rua Espírito Santo e foram parar quase no final da ladeira ainda são lembrados pelos moradores mais antigos.

Com o tempo, a Espírito Santo e a Alagoas sofreram um grave processo de erosão em seu leito, dificultando ainda mais a caminhada pelo local. A pavimentação, reclamada pelos moradores, veio no início da década de 1980 sob a forma de escadaria como

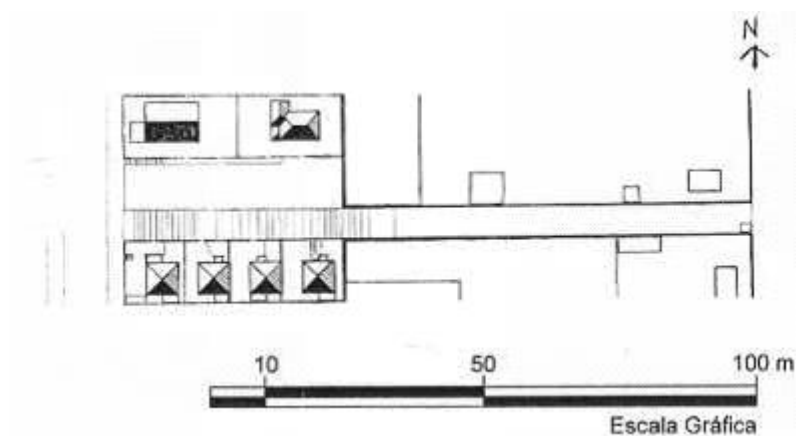
solução ao forte declive. Até então, os moradores imaginavam que as ladeiras seriam pavimentadas como ruas, onde trafegariam automóveis. A transformação em rua propriamente dita ainda é comentada por alguns moradores como tênue possibilidade de “melhoria” do espaço.

II.1.3.2 Uruguai – rua definidora das ladeiras

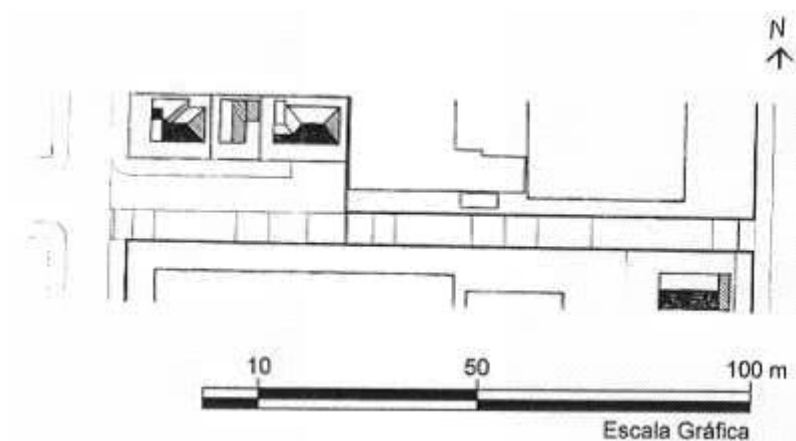
O trecho da rua Uruguai entre as duas ladeiras sofreu rápida ocupação. Suas construções sofreram poucas alterações no decorrer do tempo e constituem, portanto, parte significativa do patrimônio histórico edificado de Londrina. O predomínio de casas de madeira, a pequena escala das edificações e o conjunto de telhados recortados são características marcantes neste trecho da rua. O sombreamento de árvores na calçada torna a porta da casa um local agradável para interações entre vizinhos, propiciando a permanência no domínio da rua. A composição de sua paisagem define uma atmosfera tradicional que envolve também as duas ladeiras.

II.1.3.3 Elementos de composição das ladeiras

As ladeiras compõem-se de escadarias, com um canteiro lateral na extremidade mais alta. São ocupadas por edificações em madeira, cercadas por muros relativamente baixos que permitem a visualização do interior dos lotes. Como são legalmente consideradas ruas, suas construções apresentam recuos laterais e de frente equidistantes, como ocorre nas esquinas em ruas propriamente ditas.



“Ladeira” Espírito Santo



“Ladeira” Alagoas

Figura II.20 – Plantas “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: desenhos do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

A “ladeira” Espírito Santo foi a primeira a ser ocupada. Logo em 1950 foi construído, no lado sul, um conjunto de quatro casas idênticas de madeira num mesmo lote. São casas térreas com área de aproximadamente quarenta metros quadrados. Com fachada simples, sem varanda, possuem telhado de quatro “águas”. Diferem, portanto, das casas da região. Todas voltam-se para a ladeira, por onde se dá seu acesso.

No início dos levantamentos as quatro casas encontravam-se em estado precário de conservação. A intenção dos proprietários (que moravam na única casa habitada do conjunto) de vender o lote preocupava por tornar a demolição das edificações uma grande possibilidade. Após a venda, no entanto, as quatro residências foram alugadas e algumas chegaram mesmo a passar por melhorias. O aumento do número de moradores e o

melhoramento de algumas edificações e da porção do lote em que se situam resultou no resgate de parte, ao menos, da vitalidade do local e conduz à conservação de sua atmosfera. Este aspecto é tratado no último capítulo desta dissertação.

Do outro lado da ladeira, há duas casas de madeira, também ocupando uma única data. Apresentam fachadas com varanda, mais elaboradas. Ambas voltam-se para a rua principal. A primeira a ser construída foi a residência dos fundos, na parte mais baixa do terreno, em 1957. Possui o telhado bem recortado, como as casas da rua Uruguai. Em meados da década de 1960 foi construída a casa na parte frontal do lote, com telhado dividido em apenas duas “águas”. Por estar na parte mais alta do terreno, apresenta pavimento inferior voltado para os fundos do lote. Tendo comprado o lote com as casas já construídas, os atuais proprietários optaram por morar nesta última, mais nova e próxima à rua. A primeira casa foi, então, destinada ao aluguel.

A ladeira da rua Alagoas foi ocupada por edificações residenciais apenas em seu lado norte. A primeira foi construída nos fundos em 1951, e a segunda na frente do lote, dois anos depois. As duas são de madeira, com varanda e telhado recortado, e voltam-se para a rua Uruguai. Destas, só a segunda, localizada na parte mais alta da data, possui outro pavimento. Em seguida construiu-se uma terceira casa, agora em alvenaria, no meio do lote, com a frente voltada para a ladeira. Diferente do caso anterior, neste não houve mudança de proprietários. Assim, a dona do lote preferiu continuar morando na primeira casa a ser construída, nos fundos, deixando as outras para o aluguel.

O fato de se começar a ocupação pelos fundos, nos lotes das duas ladeiras, pode ter ocorrido por ser esta parte do terreno menos acidentada, já que a frente apresenta abrupto desnível em relação à rua. Assim, com a necessidade de uma residência, construía-se primeiro na parte mais fácil e, em momento propício, na área mais acidentada, onde haveria necessidade de aterro e de um pavimento inferior em alvenaria para a edificação.

Na parte mais baixa das duas ladeiras não há edificações residenciais. Este trecho consiste num corredor cego, cercado por muros altos e contínuos que delimitam instalações da COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica – nos dois lados da “ladeira” Espírito Santo e no lado norte da Alagoas. O outro lado da “ladeira” Alagoas é cercado por um muro do DER – Departamento de Estradas e Rodagem, em toda sua extensão. Durante os levantamentos foram instalados, nesta ladeira, dois muros de madeira pelo pessoal do DER, impedindo o trajeto em sua parte mais baixa (metade leste). A justificativa encontrada foi o perigo de acidentes com pedestres causados por possíveis desabamentos do muro na época de chuvas. Tal fato, no entanto, anulava a possibilidade de circulação na

ladeira, podendo representar o início de sua desconstituição.

De fato, após a retirada dos muros de madeira, verificou-se intervenções agressivas à atmosfera do local. A substituição de parte do muro do DER por um muro de gabião (construído com pedras envolvidas por tela metálica) e a quebra dos degraus, possivelmente para permitir o tráfego de caminhões pela ladeira podem até ser consideradas modificações que garantem maior segurança, impedindo o desabamento do muro antigo, e que permitem o uso de um espaço supostamente abandonado. Por outro lado, no entanto, consistem em transformações bruscas na paisagem que podem acelerar o processo de ruptura e anulação da atmosfera, apontando para o fim próximo da “ladeira” Alagoas.

II.1.3.4 A atmosfera das ladeiras

Numa primeira análise, nota-se claramente a diferença, quanto à ocupação e variedade de elementos, entre os dois trechos (leste e oeste) em cada uma das ladeiras. A parte mais alta (oeste) é bem variada, com canteiro num dos lados, e uma boa quantidade de edificações residenciais (seis na Espírito Santo, distribuídas entre os dois lados, e três na Alagoas, localizadas somente no lado do canteiro). A parte mais baixa (leste), cercada por muros altos e contínuos, é caracterizada pela monotonia.

Além do contraste entre trechos variados e monótonos as ladeiras possuem outras características que compõem sua atmosfera. São analisadas de acordo com as seguintes categorias: 1. Implantação, 2. Fachadas, 3. Ritmo, 4. “Definição”, 5. Visuais, 6. Territórios, 7. Utilização e 8. Senso de Comunidade.

1. Implantação

O plano de Londrina reflete um tipo de pensamento. A escolha do local para implantação da cidade e o tipo de traçado urbano adotado foram imbuídos de determinadas influências ideológicas e culturais. A extensão do traçado ortogonal até áreas de declividade acentuada resultou no surgimento das ladeiras, adaptações necessárias à continuidade da rígida malha xadrez frente às características naturais do sítio.

Espaços de uso exclusivamente pedestre, as ladeiras configuram uma quebra no padrão definido pelo plano de Londrina. Contrastam com as ruas em seu entorno, por

apresentarem degraus e serem mais íngremes e estreitas que estas.

Apesar de próximas à rua Uruguai, as “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas consistem em ambientes calmos, tranqüilos, quase desertos. A impossibilidade do uso de automóveis resulta na segurança dos pedestres em relação ao tráfego, permitindo maior atenção à apreensão do espaço. Os degraus, por sua vez, determinam uma velocidade de caminhar específica, mais baixa que em outros espaços pedestre, que também favorece a percepção.

As ladeiras possuem 5,5 metros de largura e aproximadamente 115 metros de comprimento. Cada uma possui, na parte mais alta, um canteiro lateral que mede 9,5 metros de largura e 40 metros de comprimento. Apresentam um único padrão de lote (11,5 x 40 metros). Quanto à ocupação, no entanto, este padrão pode ser dividido em dois tipos. Ambos apresentam subdivisões e conseqüente recorte, mas também variações quanto à composição em relação à maioria dos lotes de ruas tradicionais.

O tipo 1 é encontrado na margem norte de cada uma das ladeiras, ao lado do canteiro. É ocupado por casas com dimensões variadas, mas que, de uma forma geral, seguem a mesma escala. A diferença entre as áreas ocupadas por cada casa resulta em recortes de dimensões também diferentes do interior do lote. As edificações constituem-se de uma residência mista (em madeira e alvenaria) na parte frontal e uma de madeira nos fundos – na “ladeira” Alagoas há ainda uma casa de alvenaria, construída no meio do lote.

Os canteiros contíguos aos lotes do tipo 1 permitiram a transposição de alguns elementos para fora de seu espaço. Assim, nestes canteiros encontram-se algumas plantas ornamentais e árvores frutíferas que constituiriam, na maioria das ruas tradicionais, os jardins frontais e os pomares nos fundos dos lotes. Tais canteiros consistem, então, nos “quintais” dos lotes do tipo 1 das “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas.

Os acessos aos lotes do tipo 1 se dão pela rua Uruguai (somente para a casa frontal) e por corredores laterais externos (para todas as casas do lote, inclusive a da frente), localizados entre o lote e o canteiro. Na “ladeira” Espírito Santo o corredor é uma estreita faixa pavimentada com cerca de um metro de largura, que se inicia com pequenos degraus e termina como rampa. Na Alagoas é uma rampa pavimentada de três metros de largura, como se fosse uma calçada normal.

A ocupação do tipo 2 ocorre somente na “ladeira” Espírito Santo. Trata-se do lote com quatro casas de mesmo tamanho e idênticas. As diferenças de dimensões entre as quatro porções deste lote, ocupadas por cada casa, são mínimas. Visualmente pode-se, então, considerar a existência de um padrão, um único tipo de recorte.

Devido à intensa subdivisão e por não situar-se ao lado de um canteiro, este lote não possui jardim nem quintal. O acesso a cada uma de suas casas se dá de forma independente pela escadaria da ladeira, para onde todas estas estão voltadas. A casa na parte mais alta também possui acesso pela rua Uruguai.

O contraste entre a vegetação dos “quintais” e as edificações, bem como as diferenças entre os materiais destas (casa de madeira e de alvenaria, pavimento superior em madeira e inferior em alvenaria) são importantes por que atraem a atenção do pedestre.

A diferença entre elementos naturais e construídos pelo homem, bem como materiais diversos, são apontados como importantes por vários autores entre os que foram pesquisados neste trabalho. Tipos diversos de piso apontando locais onde se pode ou não passar também constitui um aspecto importante. A diferença entre a escadaria e o corredor de acesso, espaços pavimentados, e o gramado e terra do “quintal” é responsável por esta qualidade nas duas ladeiras.

A forma de implantação das ladeiras também contém significados associados. São importantes como testemunho histórico, pois sua composição consiste de elementos e práticas que refletem diferentes épocas do desenvolvimento de Londrina. A permanência de sua paisagem ao longo do tempo classifica-as como espaços que possuem a qualidade de durabilidade.



Figura II.21 – Figura-Fundo “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

2. Fachadas

Os tipos de lote (1 e 2) definidos quanto à forma de ocupação, também apresentam diferenças em relação à tipologia das fachadas das edificações.

Os dois lotes do tipo 1 são ocupados por casas com fachadas variadas, que divergem também quanto ao número e caimento de “águas” dos telhados. São homogêneas, no entanto, se considerados escala e recuos, presença de varanda, material e orientação da fachada principal (em madeira, voltada para a rua Uruguai), além da existência do pavimento inferior em alvenaria nas casas situadas na parte frontal dos lotes.

Quanto ao material e orientação da fachada principal, a edícula em alvenaria no meio do lote, voltada para a “ladeira” Alagoas é a única exceção.

A ocorrência ou não do pavimento inferior divide as edificações em dois subtipos: com dois pavimentos, na frente do lote (casa mista: de madeira no nível da rua e com a parte inferior em alvenaria); e com um pavimento, nos fundos (casa de madeira ou alvenaria).

A presença de dois pavimentos foge aos padrões da maioria das residências em madeira e é uma característica determinada exclusivamente pelo grande desnível do terreno.

As residências nos fundos do lote de tipo 1 em cada uma das “ladeiras” possuem fachadas idênticas e recorte de telhados similares. Embora possua menor área, a que situa-se na “ladeira” Espírito Santo tem maior número de recortes no telhado.

O lote de tipo 2 (existente apenas na “ladeira” Espírito Santo), ocupado por quatro casas idênticas, apresenta somente edificações de madeira, com a mesma fachada (embora rebatida, reflexo da planta, de casa para casa) e telhados recortados em quatro “águas”. Desta forma, este tipo conta somente com edificações de um pavimento, embora implantadas em níveis diferentes do terreno. Todas estas casas têm a fachada principal voltada para a ladeira, inclusive a que se situa mais próximo da rua Uruguai.

As casas de madeira são importantes por tratarem-se de elementos de pequena escala e com muitos detalhes, o que facilita a apreensão do espaço. O conjunto de telhados com quatro “águas” é destacado pela diferença de nível entre as edificações, que possuem a mesma altura. Configura uma característica significativa à definição da paisagem como identidade urbana.

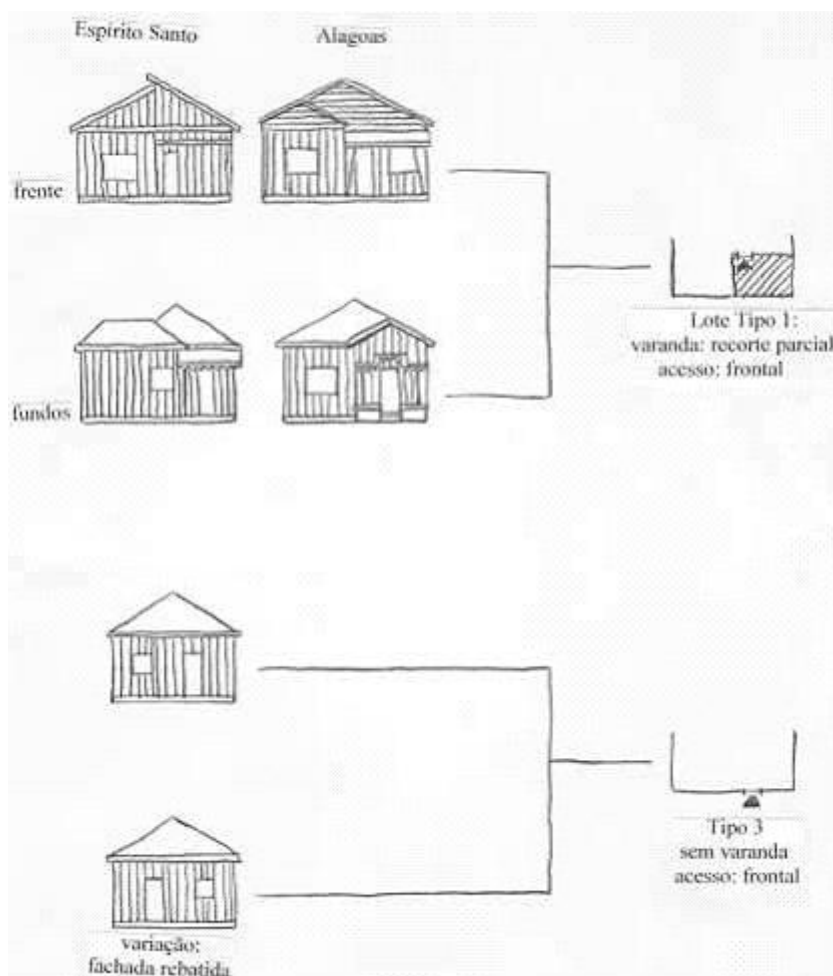


Figura II.22 – “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: tipologia de fachadas

Fonte Lamounier (2006)

3. Ritmo

A presença de elementos de pequena escala, junto a aspectos ocasionados pela declividade acentuada confere às ladeiras ritmos diversos que contribuem para a atratividade de seu espaço. Os degraus com patamares de comprimentos variados configuram ritmos irregulares, tanto verticais quanto horizontais.

O conjunto com quatro casas idênticas de madeira, na “ladeira” Espírito Santo conduz à unidade da paisagem. Enquanto em outros casos o aspecto comum em diversas casas num mesmo lote pode ser a ocupação por membros de uma única família, a unidade deste conjunto se deve à semelhança física entre as edificações. A implantação em patamares diferentes ocasiona o escalonamento destas casas. Tal fato determina o tipo de ritmo mais facilmente notado na ladeira. Aliado às fachadas rebatidas, onde portas e janelas

têm posições alternadas, contrasta com o ritmo regular dado pela homogeneidade das residências, presente mesmo em detalhes, como na verticalidade das tábuas de revestimento. O escalonamento também destaca os telhados destas edificações, atuando como fator de diferenciação e facilitando a visualização dos mesmos como conjunto, de qualquer uma das extremidades da ladeira.

Quanto ao significado, a implantação das quatro casas escalonadas define uma hierarquia, cujo maior grau de importância é dado ao nível mais alto do lote, e o menor à casa na parte mais baixa do terreno.

4. “Definição”

Inseridas na malha urbana do centro de Londrina, as ladeiras só são percebidas quando se chega bem próximo das mesmas. Uma vez em seu espaço, os degraus, a declividade acentuada, os canteiros laterais e mesmo os extensos muros definem, claramente, seu espaço.

Outra forma de definição é dada pela interrupção das ruas Espírito Santo e Alagoas, que se transformam em espaços de uso exclusivo para pedestres.

Com características marcantes, que contrastam com o entorno, as duas ladeiras podem ser consideradas elementos importantes na definição do limite leste do centro histórico de Londrina.

À distância, a praça da COPEL e a avenida Dez de Dezembro são pontos de referência importantes à sua localização.



Figura II.23 – “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: elementos de definição

Fonte Lamounier (2006)

5. Visuais

Nenhuma das ladeiras é facilmente notada a partir da rua Uruguai. Revelam-se de repente, somente quando se passa pela calçada. Deste ponto tem-se um campo visual amplo, de onde se pode ver toda sua extensão, além da arborização na encosta da avenida Dez de Dezembro. Possuem então, a qualidade do inesperado, surpreendente. Moudon (apud RAPOPORT, 1990, p. 269) considera áreas de declividade acentuada como complexas, por haver um aumento do número de elementos ao nível dos olhos.

As escadarias estreitas, bem delimitadas, despertam o interesse de descobrir para onde conduzem, de qualquer dos seus lados. Os degraus constituem barreiras verticais ao campo visual, não permitindo a apreensão total do espaço a partir do lado mais baixo. A visão serial, com o aumento do campo visual conforme se transita pelas ladeiras, subindo cada degrau, confere certo grau de mistério ao espaço e instiga a curiosidade, convidando à sua exploração.

O nível de variedade de elementos que cada espaço deve apresentar é inversamente proporcional à velocidade. Assim, espaços pedestre, por possuírem baixas velocidades, devem apresentar mais elementos que despertem a atenção (RAPOPORT, 1990). A “ladeira” Espírito Santo, com seus dois lados ocupados por lotes com residências, apresenta maior variedade de elementos (e conseqüentemente mais relações entre estes) que a Alagoas, que tem apenas um dos lados ocupado por construções residenciais.

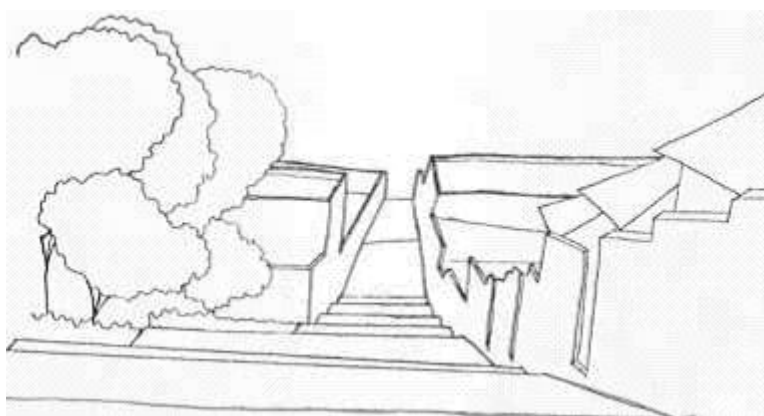


Figura II.24a – “Ladeira” Espírito Santo: vista do alto (lado oeste)

Fonte Lamounier (2006)

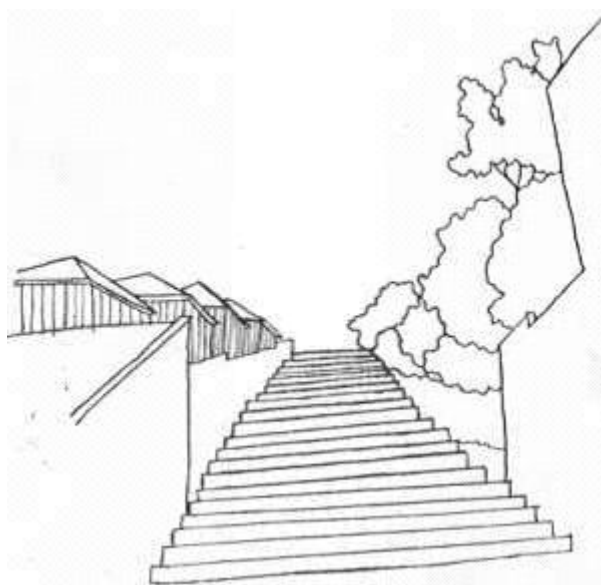


Figura II.24b – “Ladeira” Espírito Santo: vista de baixo (lado leste)

Fonte Lamounier (2006)

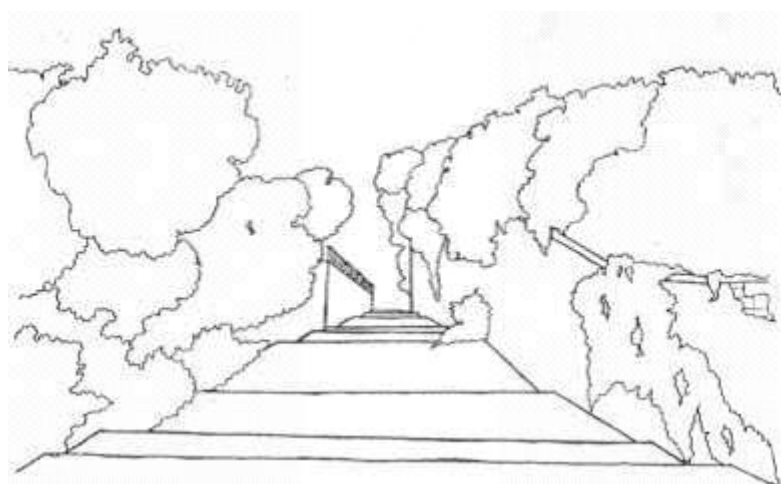


Figura II.24c – “Ladeira” Alagoas: vista do alto (lado oeste)

Fonte Lamounier (2006)

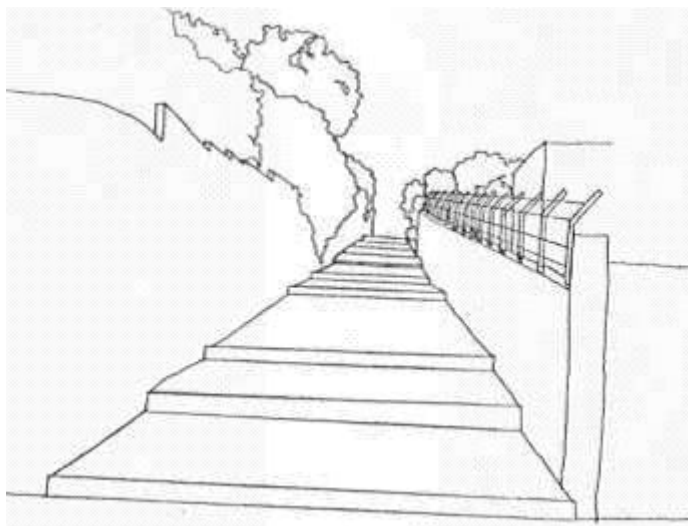


Figura II.24d – “Ladeira” Espírito Santo: vista de baixo (lado leste)

Fonte Lamounier (2006)

Nenhuma das duas ladeiras é, no entanto, atrativa em toda sua extensão. As duas possuem maior variedade na parte mais alta, onde situam-se as casas de madeira e os “quintais”. Os muros altos e contínuos que delimitam a parte baixa, tornam este trecho monótono em ambas. O arame farpado nos muros do lado norte, provavelmente instalado com a intenção de proteger os equipamentos de alta tensão da COPEL, dá a impressão de um local com falta de segurança para quem passa por este trecho das ladeiras. Constitui uma forma de ataque externo, tornando o espaço agressivo e propiciando o sentimento de medo, que pode levar as pessoas a evitar o trajeto por ali.

O menor número de degraus, no entanto, e o fato de serem mais compridos que na parte mais alta das ladeiras permitem uma velocidade maior na transposição deste trecho. Tal fato pode ser considerado uma qualidade já que para um ambiente monótono ou hostil, um tempo de percurso menos prolongado é desejável. Esta análise também cabe à “ladeira” Alagoas, com menor variedade e menos degraus, em relação à Espírito Santo. Apesar disso, a presença de um muro alto que se estende por todo o lado sul desta ladeira confere-lhe um tipo de atrativo não encontrado na Espírito Santo. Trata-se do muro que cerca a área pertencente ao DER. A atratividade se deve às plantas ornamentais e copas de árvores frutíferas que pendem de toda sua extensão, derramando-se do quintal cercado e chegando, em alguns pontos, a quase alcançar o chão. Galhos e folhagens por cima de um muro são agradáveis e estimulam a percepção porque levam o observador ao jardim por trás deste, mesmo que somente por meio do pensamento (JACOBS, 1999, p. 285).

6. Territórios

A interrupção da circulação de automóveis, caracterizando as “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas como espaços de uso exclusivo para pedestres, proporciona maior privacidade aos moradores. Por tratar-se de um antigo limite da cidade, tais aspectos podem também ter efeito inverso, contribuindo para um sentimento de aversão ao espaço, levando às sensações de medo e abandono. Lixo e entulho deixados nos jardins e nas escadarias; pisos quebrados com mato crescendo nas escadarias; encanamento da rua e dos lotes na “ladeira” Espírito Santo desaguando em seu espaço transmitem realmente esta impressão. A observação de comportamentos e o contato com os moradores, além da verificação de demarcadores reais e simbólicos, no entanto, revelam um forte senso de territorialidade no local.

A permanência de moradores durante longo tempo num mesmo local, pode ir atribuindo significados ao espaço. Para Tuan (1983, p. 155) trata-se de “um elemento importante na idéia de lugar”. O caráter relativamente privativo das ladeiras reforça a relação com seu espaço, fundamental ao conceito de territorialidade. O pouco movimento permite aos “donos” maior controle de quem passa por ali.

Foram identificados os seguintes tipos de território: Íntimo, Privado, Semi-Privado de menor intensidade e Semi-Público, além de áreas caracterizadas como “Espaços Desterritorializados”.

Como todos os lotes são visíveis a partir da rua, delimitados por gradis e muros baixos, o Território Íntimo é constituído, nas ladeiras, somente pelo interior das residências.

O Território Privado consiste na área do lote. A entrada de pessoas estranhas nestes espaços só é aceita quando acompanhadas por algum morador. A privacidade, nestes casos, não implica em impermeabilidade visual. Embora permitam a visibilidade do interior dos lotes, os muros relativamente baixos que os delimitam cumprem com efeito seu papel de demarcadores.

Com a subdivisão pela presença de mais de uma casa no lote, o Território Privado seria compartilhado por famílias diferentes que vivem no mesmo terreno, ocasionando a socialização de seu espaço. Nas “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas, no entanto, a presença de acessos independentes e exclusivos às áreas correspondentes a cada casa do lote evita este tipo de socialização. Há, portanto, uma maior definição das subdivisões. Morando num mesmo lote, cada família tem acesso somente à área pertencente à sua residência. Pode-se notar assim, nas ladeiras, a clara definição de tantos Territórios

Privados num mesmo lote, quanto o número de casas que o ocupam.

O Território Semi-Privado de menor intensidade é representado, nas ladeiras, pelos corredores laterais externos e pelos canteiros ou “quintais”.

Cada um dos corredores é um espaço de acesso compartilhado pelos moradores do lote próximo aos mesmos. Atuam como um dos elementos de demarcação dos canteiros e tratam-se da apropriação de uma faixa pública para circulação praticamente exclusiva dos “donos” do Território Privado ao lado. Tal fato só foi possível devido à interrupção das ruas Espírito Santo e Alagoas. Caso contrário, os corredores acabariam por situar –se na área interna dos lotes.

Os moradores dos lotes junto aos canteiros “quintais” nas duas ladeiras mencionaram ter tentado, sem êxito, a anexação destes espaços ao lote. Este fato indica que o “quintal” é realmente percebido como território. Sua demarcação – de certo modo, privatização de um espaço público – consiste num tipo de apropriação mesmo sem concessão legal, que reforça tal afirmação e remete ao sentimento de identidade com o espaço. Assim, embora possam ser compartilhados com outros, os “quintais” são territórios controlados pelos moradores dos lotes contíguos a estes. Como os corredores externos, são Territórios Semi-Privados de menor intensidade, associados a Territórios Privados determinados. As plantas ornamentais e árvores frutíferas são elementos de personalização, denotando identidade. O lote no lado sul da “ladeira” Espírito Santo não possui um Território Semi-Privado associado, por situar-se imediatamente próximo à escadaria, sem espaços livres que permitissem apropriações neste nível.

O Território Semi-Público é constituído pela “ladeira” Espírito Santo propriamente dita, ou seja, a escadaria pavimentada utilizada como espaço de circulação. É assim chamado por constituir um espaço público, cujo acesso não pode ser controlado, mas que possui circulação relativamente restrita. A ausência da circulação de automóveis e o fato de ser mais utilizada pelos moradores, confere à ladeira uma certa exclusividade, com maior privacidade do que o espaço da rua e da calçada. Trata-se, então, de uma forma de privatização bem mais amena que no caso do Território Semi-Privado. Embora não possua demarcações visíveis, reclamações dos moradores quanto à permanência na escadaria, durante a noite, de pessoas consideradas ameaça à sua segurança; a preocupação sobre o interesse do trabalho naquele espaço e a razão da presença prolongada de uma pessoa estranha ao local, durante os levantamentos, consistem em tentativas de controle e denotam realmente a percepção da ladeira como território. Os moradores do lote mais próximo à escadaria mostraram-se mais preocupados que os outros com a permanência de um estranho neste

espaço. O controle do Território Semi- Público, neste caso, está associado à preocupação com a segurança do Território Privado.

A ausência de edificações residenciais e os elementos que tornam o espaço agressivo transmitem impressões de abandono e falta de segurança à parte mais baixa das duas ladeiras. Não apontados como territórios por nenhum dos moradores, estes trechos são áreas monótonas e refratárias, o que leva à classificação como “Espaços Desterritorializados”.

A permanência de uma caçamba para depósito de lixo, colocada pelos funcionários da COPEL, na extremidade leste da “ladeira” Espírito Santo, atesta a não definição de territórios neste trecho.

A “ladeira” Alagoas pode ser considerada um “Espaço Desterritorializado”, na verdade, em toda sua extensão, já que quase não é utilizada, nem como local de passagem. Talvez por possuir poucas residências (e todas de um lado só e isoladas pelo canteiro), a ladeira é vista como um local inseguro, principalmente à noite, quando praticamente não há iluminação. As pessoas parecem preferir atravessar a vizinha “ladeira” Espírito Santo do que transpor a Alagoas.

As áreas das ladeiras que apresentam definição de territórios coincidem com as mais complexas, onde há maior variedade de elementos e relações entre estes. Reforça a idéia de que determinadas configurações espaciais podem estimular a definição e a manutenção de territórios.

TIPOS DE TERRITÓRIO	"LADEIRAS" ESPÍRITO SANTO E ALAGOAS	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO				alto	médio	baixo
		Privacidade Visual	Personalização	Manutenção	Controle			
ÍNTIMO	interior das casas	●	●	●	exclusivo ● partilhado	●		
PRIVADO	lotes (todos são visíveis da rua e c/ subdivisões demarcadas p/ muros)		●	●	exclusivo ● partilhado	●		
SEMI PRIVADO maior intensidade								
SEMI PRIVADO menor intensidade	corredores externos de acesso aos lotes; canteiros "quintais"		●	●	exclusivo partilhado ●		●	
SEMI PÚBLICO	parte alta da "ladeira" Espírito Santo			●	exclusivo partilhado ●		●	
PÚBLICO								
"ESPAÇO DESTERRITÓRIALIZADO"	parte baixa da "ladeira" Espírito Santo; toda a "ladeira" Alagoas				exclusivo partilhado			

Figura II.25 – “Ladeiras”: classificação de territórios

Fonte Lamounier (2006)

7. Utilização

Os lotes das duas ladeiras apresentam maior número de acessos pela lateral. No lote com as quatro casas, na “ladeira” Espírito Santo, estes acessos podem, no entanto, serem considerados frontais em relação à orientação das edificações. A casa na parte mais alta do terreno também possui um outro acesso (pela rua Uruguai). No início dos levantamentos encontrava-se vetado por um muro de alvenaria, mas foi reaberto recentemente com a ocupação da casa. Trata-se de um pequeno portão seguido por um conjunto de degraus que descem da rua ao nível do lote.

O predomínio de acessos pela lateral legal do lote consiste num elemento de excepcionalidade. Garante certa variedade em relação à maioria das ruas tradicionais.

A presença de construções residenciais é importante porque remete à segurança no espaço. Os acessos aos lotes podem representar possíveis caminhos de refúgio em caso de qualquer ameaça. Nas ladeiras, onde a utilização se dá principalmente pela

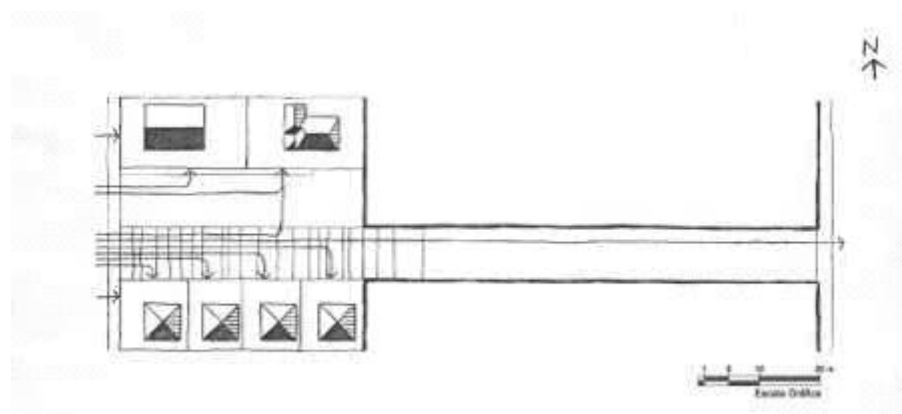
circulação dos próprios moradores, a variedade de pontos de acesso aos lotes garante maior movimentação, denotando que o espaço continua “vivo”.

A “ladeira” Espírito Santo possui edificações dos dois lados, totalizando seis residências, todas ocupadas atualmente. É, portanto, mais utilizada que a Alagoas, que possui apenas três residências, localizadas num único lado.

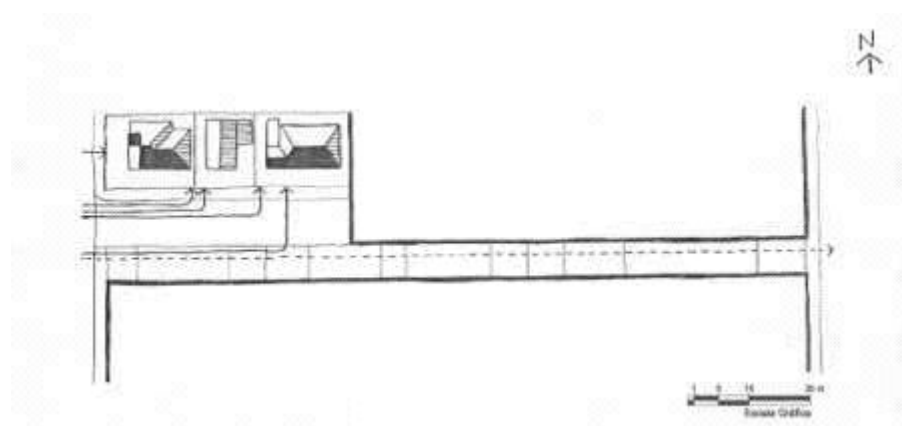
O conjunto das quatro casas consiste num dos principais determinantes à utilização da “ladeira” Espírito Santo. Seus moradores passam, necessariamente, pela ladeira para entrar em casa. Assim, o trajeto mais percorrido é o trecho até a primeira casa, diminuindo gradualmente até a última do conjunto e apresentando um fluxo bem menor no final da ladeira, já que passam por ali poucas pessoas que não moram no local.

No lado próximo ao canteiro da “ladeira” Espírito Santo foram construídas pequenas rampas entre os degraus que possibilitam a circulação de motos e bicicletas. Este tipo de adaptação reforça a idéia de “vida” do espaço, pois denota a intenção de melhorá-lo. Indica preferência de utilização daquele lado, o que se deve em grande parte aos canos que escoam a água do lote do lado oposto diretamente nos degraus.

Possuindo apenas um lote com edificações residenciais, a “ladeira” Alagoas é bem menos percorrida. Os moradores dali usam o corredor ao lado do lote como acesso à suas casas mais freqüentemente que a escadaria.



“Ladeira” Espírito Santo



“Ladeira” Alagoas

Figura II.26 – Utilização “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas
desenhos do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

8. Senso de Comunidade

Por se tratarem de espaços pequenos, nas ladeiras o conhecimento entre os moradores não depende de um forte senso de comunidade. Relações mais estreitas, no entanto, configurando micro-comunidades, foram identificadas nestes locais. Sua ocorrência coincide com os tipos 1 e 2 de ocupação dos lotes, definidos na categoria 1. Implantação.

Nos lotes do tipo 1, presentes nas duas ladeiras, estes vínculos são estabelecidos pelas relações entre proprietário e inquilino que ocupam um mesmo lote.

No lote do tipo 2, presente apenas na “ladeira” Espírito Santo, um grupo de amigos resolveu alugar três das quatro casas do conjunto. Suas relações tratam-se de laços de amizade estabelecidos bem antes da mudança para o local. A casa restante foi alugada posteriormente, para uma pessoa que não participava deste grupo. A pequena comunidade

influenciou no melhoramento da atmosfera da “ladeira” Espírito Santo. As casas ocupadas pelo grupo de amigos receberam nova pintura e plantas em vasos improvisaram jardins nos espaços livres do lote. A manutenção parece ser motivo de orgulho para estes moradores. Na quarta casa, que não pertence a esta micro - comunidade, não há intervenções visíveis que denotem sua manutenção.

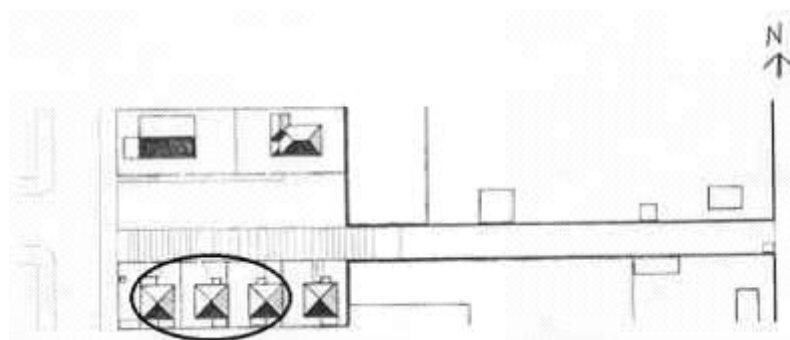


Figura II.27 – “Ladeira” Espírito Santo: residências ocupadas por grupo de amigos
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML



“Ladeira” Espírito Santo: vista do alto

Fonte: Lamounier (2004)



Na parte baixa da Espírito Santo os altos muros impedem a visão das casas de madeira

Fonte: Lamounier (2006)



Conjunto de casas idênticas com fachadas rebatidas

Fonte: Lamounier (2004)



As casas são reveladas somente na metade da escadaria, a partir de baixo

Fonte: Lamounier (2004)



“Ladeira” Espírito Santo: escalonamento de alturas das edificações

Fonte: Lamounier (2006)



“Ladeira” Espírito Santo: vista da av. Santos Dumont

Fonte: Lamounier (2006)

Figura II.28a – Fotos “Ladeira” Espírito Santo



Casa de madeira com piso inferior em alvenaria: adaptação à forte declividade do terreno

Fonte: Lamounier (2004)



Casa dos fundos ao lado do canteiro

Fonte: Lamounier (2006)



Residência sem intervenções

Fonte: Lamounier (2006)



Residência com intervenções: pintura e plantas em vasos improvisando um jardim

Fonte: Lamounier (2006)



Varanda adicionada a uma das 4 casas iguais

Fonte: Lamounier (2006)



Construção de pequenas rampas: adequação que indica a utilização do local

Fonte: Lamounier (2006)

Figura II.28b – Fotos “Ladeira” Espírito Santo



No alto, a “Ladeira” Alagoas é invisível a partir da rua

Fonte: Yamaki (2006)



“Ladeira” Alagoas: vista de baixo

Fonte: Yamaki (2006)



Muro antigo de onde pendem plantas e copas de árvores na “ladeira” Alagoas

Fonte: Yamaki (2006)



Degraus quebrados e gabião substituindo parte do muro antigo

Fonte: Yamaki (2006)

Figura II.28c – Fotos “Ladeira” Alagoas

II.1.3.5 Considerações sobre as “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas

As ladeiras constituem “micro-paisagens” definidoras dos antigos limites do plano de Londrina e importante patrimônio ambiental dos anos 1950. Representam um padrão na solução de determinados espaços na cidade, tentativas, numa determinada época, de ajustes da rigidez do traçado ortogonal sobre terrenos muito acidentados. Seu processo formativo, como solução à forte declividade junto às nascentes, reflete um processo incremental de construção de espaço em condições não favoráveis.

A declividade acentuada do terreno lhes confere um caráter único, particular, que as destaca em relação a outras ruas da cidade. Junto a elementos característicos de uma atmosfera tradicional, garante certa atratividade a seu espaço. As casas de madeira com os telhados característicos, o tipo de ocupação do lote, acessos, ritmos e visuais são responsáveis pela variedade de elementos e relações que podem estimular a percepção.

A presença de territórios bem definidos denota forte sentimento de identidade com o “lugar”, importante à cognição da paisagem. A apropriação dos canteiros como “quintais” é um dos exemplos mais facilmente notados neste sentido. A permanência dos mesmos moradores durante longo tempo no local atribui cada vez mais significado ao espaço.

A presença de uma micro-comunidade na “ladeira” Espírito Santo, estabelecida antes da mudança para o local, garantiu a ocupação de um lote com edificações aparentemente condenadas à demolição e iniciou intervenções que denotam a preocupação com a manutenção do espaço, contribuindo para a conservação de sua atmosfera.

As “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas apresentam o que se pode chamar de “micro - atmosfera”, uma zona compacta e com algumas variações em relação à composição de atmosferas tradicionais, mas cuja permanência guarda lições tão importantes quanto a durabilidade de ruas como Guaranis e Icós.

II.1.4 Ruas tradicionais: conclusões preliminares

As chamadas ruas tradicionais surgiram durante a expansão do plano inicial de Londrina, com o loteamento das áreas de seu entorno. Sua atmosfera compõe-se de uma

paisagem com forte tendência à homogeneidade – onde predominam o casario de madeira com telhados recortados, pequenos jardins voltados para a rua e árvores frondosas nas calçadas – e de valores e práticas comuns entre os moradores que definem um cotidiano bastante ligado ao “chão”.

Apesar da semelhança entre ruas tradicionais, a implantação em sítios com declividades diferentes parece ter determinado aspectos específicos a cada local.

A rua Guaranis, praticamente plana, é utilizada como principal local de interações entre vizinhos. Junto à densa arborização, propicia maior permanência de pessoas e até mesmo intervenções que demarcam áreas preferidas pelas crianças.

Na Icós, consideravelmente íngreme, os moradores não costumam permanecer ou caminhar na rua. É mais comum que a observem dos jardins frontais, varandas ou janelas de suas casas. A elevação de um dos lados da rua reforça a divisão entre domínios e amplia o campo visual.

Nas “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas, de declividade ainda mais acentuada, a não passagem de veículos resultou em espaços de uso exclusivo para pedestres e a configuração da chamada “micro-atmosfera”. Com a escassez de área livre nos lotes, os canteiros foram apropriados como jardins pelos moradores, que mantêm e personalizam seu espaço.

Pode-se considerar, portanto, que combinações específicas de elementos comuns à todas estas ruas determinaram algumas variações na paisagem e cotidiano de uma mesma atmosfera, a tradicional.

CAPÍTULO 5

II.2 RUAS DE NOVA TRADIÇÃO – PÓS 1950

Frente aos problemas enfrentados pela cidade que crescia rapidamente (“cerca de 43 loteamentos se espalhavam de maneira desordenada” por seus arredores), o prefeito Hugo Cabral contrata em 1951, Prestes Maia, urbanista de renome, para a elaboração de uma proposta de zoneamento e arruamento para Londrina. Esta se tornaria, dias depois, a Lei 133/51. Visava evitar ou minimizar os problemas conseqüentes do “desenvolvimento arbitrário dos centros urbanos”, possibilitando a Londrina suportar “os males irremediáveis de uma cidade-labirinto”. Tratava-se de uma lei, segundo o próprio Prestes Maia, “moderna e bastante elástica, inclusive com algumas indeterminações” (YAMAKI, 2004, p. 6).

Por exigir a provisão de infra-estrutura nos loteamentos, sob pena de não serem aprovados em caso de não cumprimento, a Lei foi intensamente criticada e questionada pela população, principalmente vereadores e loteadores – estes não concordavam em assumir a responsabilidade pelos gastos com as necessidades básicas como água encanada, luz elétrica, esgoto, etc.

Em manuscrito enviado ao prefeito Milton Menezes, em 1952, como resposta às críticas feitas à 133/51, Prestes Maia afirma que a lei anterior, 159/39, dava grande vazão a projetos de loteamentos irregulares, já que não trazia qualquer alusão a zoneamento – a verdadeira medida organizadora das cidades e a “mais característica de sua civilização e mentalidade, mais reveladora dos seus costumes e capacidade de vida” (MANUSCRITOS DE PRESTES MAIA, 1952. p. 8).

O autor da 133/51 a defendia como a lei mais conveniente para Londrina, cuja aplicação deveria se dar antes que se agravasse o “surto urbanístico já previsível” (p. 17). Reconhecia que algumas de suas diretrizes, como a redução da largura de ruas e das dimensões de lotes em casos específicos, poderiam surpreender as pessoas que acreditavam que a “tendência moderna” era “sempre para as maiores larguras das ruas”. Explicava, no entanto, que o critério superior consistia, na verdade, na especialização e diversificação das vias, sendo preferível o estabelecimento de “[...] uma malha racional, concedendo algum excesso [...] às artérias mestras e [...] reduzindo um pouco as mais secundárias” (p. 46-47). A

redução da “largura das ruas residenciais a de interesse puramente local” resultaria numa “economia sensível de terreno e calçamento, e mesmo, em proporção menor de canalizações” (p. 39).

Prestes Maia continua sua explicação considerando que espaços “de simples passagem para pedestres” não têm qualquer obrigatoriedade, mas são admitidos por respeitáveis urbanistas e “pelos melhores regulamentos”, que muitas vezes até insistem em seu uso (MANUSCRITOS DE PRESTES MAIA, 1952, p. 47).

Schwartz (1996, p. 8) afirma que Prestes Maia aplicaria, em seu segundo mandato na Prefeitura de São Paulo, concepções muito semelhantes às realizadas uma década antes na cidade de Londrina.

A Lei 133/51 era considerada bastante avançada para a época de sua elaboração. Em vez de simplesmente voltar-se à regularização dos problemas da cidade, consistia numa forma de planejamento de longo prazo, preocupando-se em equiparar Londrina para os problemas que viessem a surgir com seu crescimento acelerado. Evidenciava as primeiras preocupações da cidade com a paisagem e teve reflexos em loteamentos surgidos mesmo após duas décadas de sua elaboração.

O Jardim Shangri-lá foi construído logo após a aprovação desta lei. Sua configuração reflete aspectos que consistiam em aspectos legais impostos pela mesma, além de outras características que conferem qualidades a seu espaço. Composto exclusivamente por edificações em alvenaria, originalmente modernistas, este bairro é aqui estudado como rua de nova tradição, cujo processo de formação se inicia a partir dos anos 1950.

II.2.1 O jardim Shangri-lá

Projetado em 1951, pelo arquiteto paulista Leo Ribeiro de Moraes, o Jardim Shangri-lá foi o primeiro loteamento aprovado sob as diretrizes da nova Lei 133/51. Sua concepção visava um traçado que se adaptasse ao terreno natural o máximo possível, “[...] quadras longas sem cruzamentos [...], avenidas densamente arborizadas e faixa de 15 metros com sebes vivas” separando o bairro dos trilhos da RVPSC (onde atualmente está situada a avenida Leste-Oeste). Seu traçado orgânico, em “bairro-jardim”, repleto de ruas e quadras curvas, contrastava com a rigidez dos loteamentos até então construídos em Londrina (YAMAKI, 2004, p. 6).

O panfleto de propaganda publicado na década de 1950 pela Imobiliária Ypiranga, responsável pelo empreendimento, denominava o Jardim Shangri-lá como “o aristocrático bairro residencial da cidade de Londrina” e já na capa afirmava utilizar, para o “máximo conforto” dos futuros moradores, “todos os recursos da técnica urbanística”.

Em mais de uma página se falava do emprego de “máquinas revolucionárias”, algumas sem similares na América do Sul, para que se pudesse entregar o bairro “no mais curto espaço de tempo”.

A escolha de um local com “altitude ideal”, que resultava no “melhor clima de Londrina” e a ausência de cruzamentos, apesar das diversas quadras do bairro, que evita o “perigo do tráfego” são citadas como qualidades do “orgulho urbanístico” da cidade.

O Guia Geral de Londrina de 1954 ressaltava os visuais que se tinha do bairro e o fato deste já contar com infra-estrutura completa. Trazia a seguinte propaganda: “a par da vista panorâmica belíssima que se descortina, água em abundância, ruas e avenidas asfaltadas, esgoto de águas pluviais, arborização estética, abundância de luz e energia elétrica”.

Consistia, portanto, no primeiro loteamento da cidade a contar, desde o início, com infra-estrutura completa e preocupações com aspectos paisagísticos, como arborização e perspectivas visuais. Embora a infra-estrutura, assim como a provisão de praças e jardins, tratasse de exigências da Lei 133/51, o projeto do bairro excedia todas as percentagens previstas nas novas diretrizes.

Yamaki^{II.2a} considera que a principal forma de propaganda *in loco* consistia num mirante de madeira, construído como suporte a uma das caixas d’água provisórias, de onde o comprador podia vislumbrar todo o loteamento. A paisagem da “sala de visitas da cidade” devia, preferencialmente, ser observada do alto.

A intensa propaganda e os investimentos da Imobiliária Ypiranga surtiram efeito. O Jardim Shangri-lá foi ocupado por famílias que possuíam poder aquisitivo considerável, com certo destaque ou prestígio comercial na ainda jovem sociedade londrinense. Assim, consistia no segundo momento de deslocamento da “aristocracia” de Londrina do centro inicial. O primeiro havia ocorrido com a construção da avenida Higienópolis.

^{II.2a} Referência oral.



Figura II. 29 – Foto Aérea Jardim Shangri-lá, década de 1960
Acervo: Museu Histórico de Londrina

II.2.1.1 O “Aristocrático bairro de Londrina”

O Jardim Shangri-lá está localizado próximo e a oeste do centro de Londrina, numa das saídas para as cidades de Cambé e Rolândia. É delimitado pela avenida Leste-Oeste (onde antigamente situavam-se os trilhos da RVPSC) ao norte, avenida Rio Branco ao leste, avenida Tiradentes ao sul, e avenida Universo a oeste. Todas são consideradas vias de tráfego intenso e possuem duas pistas, divididas por um canteiro central.

O bairro é composto por 16 quadras extensas, de dimensões e formatos variados, seccionadas por vielas que facilitam a circulação de pedestres. A única quadra que não possui viela conta com uma pequena praça, contígua ao mercado público do bairro, numa de suas extremidades.

Entre as diversas praças do Shangri-lá predomina o formato em “crescente”. Apenas duas fogem deste padrão – uma é triangular e a outra retangular.

As ruas do bairro, em sua maioria, são curvas, com cruzamentos em “T” e em “Y”. Há duas ruas internas mais largas, com pista dupla e canteiro central, destinadas ao tráfego mais intenso de veículos.

O Mercado Shangri-lá é um ponto de referência importante. Sua localização

estratégica, na entrada do bairro a partir do centro da cidade e próximo às avenidas Rio Branco, Tiradentes e Leste-Oeste, faz com que seja utilizado, para compras domésticas ou lazer, tanto pelos moradores locais, quanto de outras áreas de Londrina.

O Plano Diretor de Londrina de 1995 (YAMAKI; FERREIRA; LIMA; MENDONÇA) considera que conceitos urbanísticos de cidades e bairros jardins podem ter sido idealizados na configuração do Jardim Shangri-lá. As praças junto às ferrovias e as vielas foram determinadas de acordo com as exigências da 133/51.

O mesmo Plano afirma que a estrutura interior do Shangri-lá apresenta “[...] qualidades sedimentadas, que influenciaram vários outros bairros na cidade”. A configuração do Jardim do Sol – bairro próximo e de construção posterior ao Shangri-lá, por exemplo, denota tal fato.

II.2.1.2 As residências modernas do Jardim Shangri-lá

O Jardim Shangri-lá possui grande concentração de casas modernistas ou, ao menos, que possuem características relacionadas à arquitetura moderna.

Guadanhim (2002) explica que as perspectivas de desenvolvimento apresentadas pela forte economia cafeeicultora e o fato da arquitetura brasileira estar vivendo seu ápice pré- Brasília – o que implica em grande divulgação de seus conceitos e tipologias por publicações diversas, especializadas ou não – levaram ao surgimento, no final dos anos 1940, de um desejo de “imagem modernizadora” entre a elite londrinense. Entre as principais manifestações deste desejo estão a contratação de Prestes Maia para a realização do Plano Urbanístico, e a contratação do renomado arquiteto Vilanova

Artigas, bem como de Carlos Cascaldi, para a elaboração de projetos públicos e privados na cidade de Londrina.

Entre 1950 e 1953 Artigas e Cascaldi elaboraram projetos de vários edifícios na cidade.

A antiga Estação Rodoviária de Londrina (atual Museu de Arte), o Edifício Autolon e o Cine Ouro Verde, todos no centro da cidade, e a Residência Milton Menezes estão entre os projetos que foram construídos.

Além destas obras, a estreita relação que a cidade mantinha com a capital de São Paulo e, principalmente, a divulgação de periódicos especializados ou mesmo de

publicações de interesse geral que traziam fotografias de construções modernas influenciaram a construção de casas com telhado em “V” ou borboleta, revestimento de pastilhas, pilares delgados e grandes vidraças na sala de visita, além de outras características modernistas, em diversas áreas de Londrina.

Com processo de construção iniciado nesta mesma época, o Shangri-lá não deixaria de sofrer tal influência, tornando-se uma das áreas mais significativas da cidade quanto ao número de residências modernistas, ou que possuem elementos da arquitetura moderna.

A própria imobiliária do loteamento oferecia um padrão claramente moderno de edificação aos compradores de lotes. Por iniciativas particulares, várias outras residências modernistas foram construídas no Shangri-lá. Grande parte ainda se mantém conservada, ou sofreu pequenas alterações. Denotam a passagem por Londrina de um estilo arquitetônico internacional – que se estende do início até aproximadamente meados do século 20 – amplamente divulgado no Brasil. Compõem, portanto, importante patrimônio como testemunho desta etapa do desenvolvimento da cidade.

II.2.1.3 A atmosfera do jardim Shangri-lá: a rua Guilherme da Mota Correia

Como estudo de caso no Jardim Shangri-lá foi escolhida a rua Guilherme da Mota Correia. A escolha se justifica por tratar-se de uma das ruas com praças em “crescente”, construídas entre o bairro e a então linha-férrea (atual avenida Leste-Oeste). Sua paisagem era uma das principais imagens que se tinha do bairro ao se passar de trem por ali. Consiste numa das ruas onde as casas padrão da Imobiliária Ypiranga foram construídas em maior quantidade. Em relação à atmosfera da rua, foram considerados elementos das categorias de 1. Implantação, 2. Fachadas, 3. Ritmo, 4. “Definição”, 5. Visuais, 6. Territórios e 7. Utilização.

1. Implantação

A rua Guilherme da Mota Correia é praticamente plana, resultado da atenção dispensada à escolha do sítio e adaptação da malha ao terreno, na implantação do bairro. Está localizada ao lado da avenida Leste-Oeste, entre a avenida Rio Branco e a rua Eça de Queiroz.

Compõe-se de dois módulos, cada um com uma praça em “crescente” arborizada, separada dos lotes com edificações por um trecho curvo de rua – definido pelo formato da praça. Com apenas 6 metros de largura – pouco mais que a largura de 4 metros da calçada, ou de 5 metros das vielas – é a rua mais estreita do Shangri-lá. Em contrapartida, é bastante longa, com comprimento em torno de 800 metros. Sua pequena largura deve-se, provavelmente, ao fato de situar-se na área mais desvalorizada do bairro, limítrofe à linha férrea. Determinou, no entanto, um baixo fluxo de automóveis no local, contribuindo para a segurança em relação ao tráfego.

Possui seis cruzamentos, quatro em “Y” e dois em “T”. Os cruzamentos em “Y” ocorrem nas extremidades das duas praças que separam a rua da avenida Leste-Oeste. O formato em “T” ocorre nas esquinas com a rua Eça de Queiroz e com a travessa Euclides da Cunha, perpendicular à rua Guilherme da Mota Correia. As duas configurações também são usadas em todas as demais ruas do Shangri-lá. Ocorrem devido à disposição e formato das quadras e a conseqüente ausência de ruas internas que atravessem, longitudinalmente, toda a extensão do bairro. Impedem, portanto, a utilização de uma única rua no trajeto do Shangri-lá, o que delimita a velocidade dos automóveis, aumentando a segurança viária.

Dois praças separam a rua da avenida Leste-Oeste. O distanciamento garantido pelas praças e o rebaixamento de nível da Leste-Oeste em relação a Guilherme da Mota Correia proporcionam certo isolamento quanto ao grande fluxo e velocidade de automóveis desta avenida vizinha. No intervalo entre as praças, no entanto, a rua funde-se à avenida. Configuram um único espaço com denominações legais distintas e pouca segurança em relação ao intenso tráfego local. Tal fato também ocorre nas duas extremidades da rua.

As praças possuem formato em “crescente” e ora distanciam ora aproximam a Guilherme Correia da Leste-Oeste. Constituem uma resposta positiva à exigência da Lei 133/51 de afastar da então ferrovia as ruas residenciais do bairro. Contam com bancos de concreto, cuja distribuição destina-se aparentemente ao impedimento da prática de futebol, e caminhos pavimentados para pedestres em meio ao grande gramado.

Do outro lado, a rua possui duas extensas quadras cujo formato acompanha sua sinuosidade. A quadra maior tem cerca de 440 metros de largura e comprimento variando entre 40 metros e 80 metros. É seccionada por duas vielas e dividida em 57 lotes, 29 dos quais voltados para a rua Guilherme da Mota Correia. A quadra menor tem largura aproximada de 340 metros e comprimento variando entre 80 metros e 90 metros. Possui uma viela quase ao centro e divide-se em 43 lotes, sendo que 22 destes voltam-se para a rua Guilherme da Mota Correia.

Exigência legal à implantação do bairro, as vielas refletem a preocupação com a mobilidade pedestre. Permitem uma movimentação relativamente rápida e menos cansativa em meio às extensas quadras do Jardim Shangri-lá.

A intenção de ajustar lotes regulares ao formato orgânico das quadras resultou em lotes trapezoidais de dois tipos: o tipo 1 apresenta largura frontal maior que a largura dos fundos e o tipo 2, ao contrário, possui a largura dos fundos maior que a largura frontal. Quanto ao tipo de ocupação, também pode-se identificar duas formas básicas de ocorrência. A primeira consiste de uma única casa, com jardim no recuo frontal e quintal nos fundos. A outra inclui uma edícula que divide com o quintal o espaço dos fundos do terreno.

Quanto às construções, são todas de alvenaria e ainda predominam as de pequena escala, de um só pavimento e isoladas no lote pelos recuos laterais. Têm sido substituídas, no entanto, por edificações fora da escala original da rua, com dois ou mais pavimentos. A rua apresenta certa densidade de ocupação, com apenas três lotes vazios.



Figura II.30 – Figura-Fundo Rua Guilherme da Mota Correia
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

2. Fachadas

Além da morfologia única, o Jardim Shangri-lá destaca-se pela concentração de casas modernistas e sua conservação ao longo do tempo. Com a rua Guilherme da Mota Correia não é diferente. Nesta, são mais comuns fachadas com varanda frontal, onde se pode notar o uso de pilares delgados e grandes vidraças, bem como os telhados borboleta (platibanda em “V”). Blocos retangulares com lajes retas ou construções que misturam os dois tipos de platibanda – metade inclinada e metade reta – também são encontrados na rua. Em todos os casos, telhados recortados em quatro ou mais “águas” situam-se na parte não visível a partir da rua, escondidos pela platibanda frontal. Algumas edificações são destacadas por

situarem-se em lotes elevados em relação ao nível da rua. Determina a ocorrência de trabalhadas rampas ou escadarias de acesso.

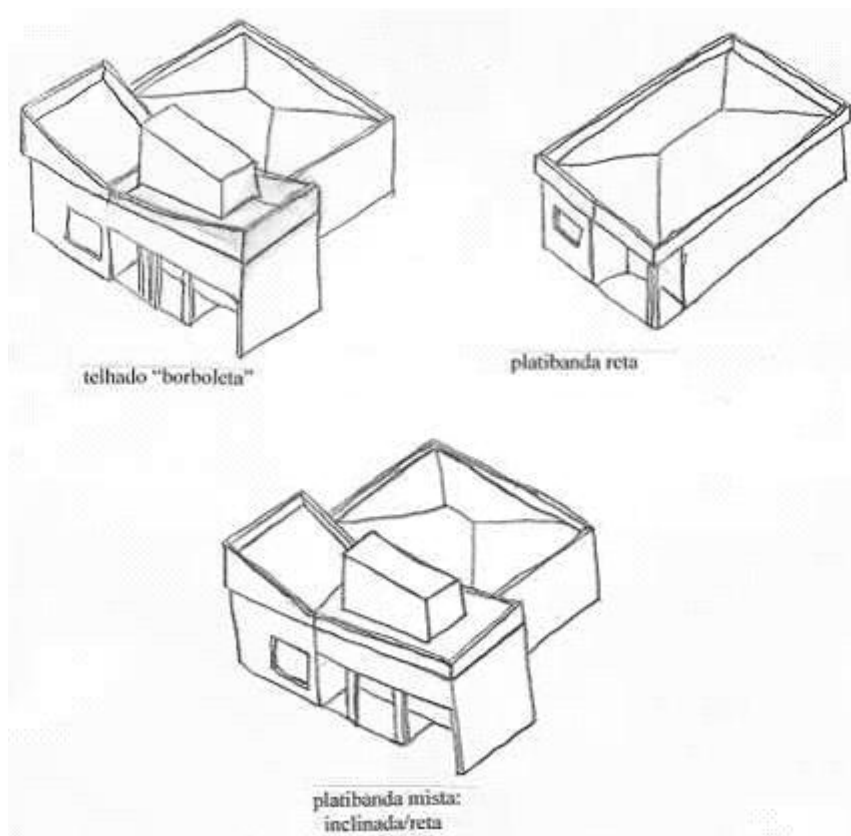


Figura II.31 – Jardim Shangri-lá: tipologia de fachadas
Fonte: Lamounier (2006)

3. Ritmo

Devido à declividade do terreno, os lotes de esquina são mais elevados que os lotes de meio de quadra. Com o predomínio de edificações com a mesma altura e recuo frontal de 4 metros, configura um ritmo vertical mais ou menos homogêneo, resultando em trechos que apresentam uma diminuição gradual de alturas da extremidade até o centro da quadra, seguido pelo aumento também gradual até a outra extremidade.

O predomínio de construções isoladas nos lotes leva à repetição de recuos laterais que, embora não idênticos, definem um ritmo geral quanto à localização das edificações, determinando intervalos aproximados entre casas vizinhas, e possibilidade de visualização de trechos recortados dos fundos dos lotes.

O espaçamento legal entre as vielas, variando entre 120 e 180 metros,

resulta em ritmos no sentido de transposições possíveis das extensas quadras.

A “arborização estética” inicial define um ritmo facilmente percebido na paisagem da rua Guilherme da Mota Correia. O formato curvo da rua é reforçado e destacado pela regularidade do espaçamento das árvores.

4. “Definição”

A rua Guilherme da Mota Correia compõe-se de dois módulos bem definidos pelas praças arborizadas que os margeiam. O espaço entre-praças, no entanto, funde-se à avenida Leste-Oeste. Do outro lado da rua, são as quadras acompanhando seu formato que definem seu espaço.

A rua como um todo é bem definida, primariamente pelas extremidades das praças, que marcam seu início e fim, e, numa escala um pouco maior, pela rotatória da avenida Rio Branco, a leste, e pela praça D. Pedro II, da rua Eça de Queiroz, a Oeste.

Se o formato sinuoso da rua a distingue das ruas retas de loteamentos próximos, sua pequena largura a destaca em relação às demais ruas curvas do Jardim Shangri-lá.

A configuração das praças em “crescente” só pode ser encontrada, em Londrina, neste bairro. A morfologia única do Jardim Shangri-lá é, portanto, seu principal fator de identidade e definição.

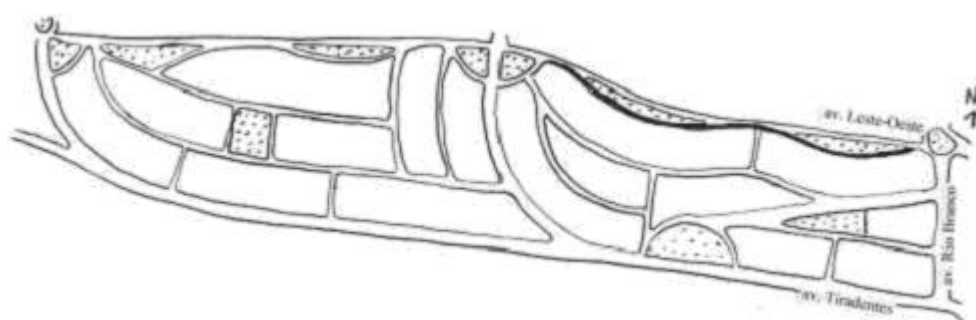


Figura II.32 – Jardim Shangri-lá: elementos de definição
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

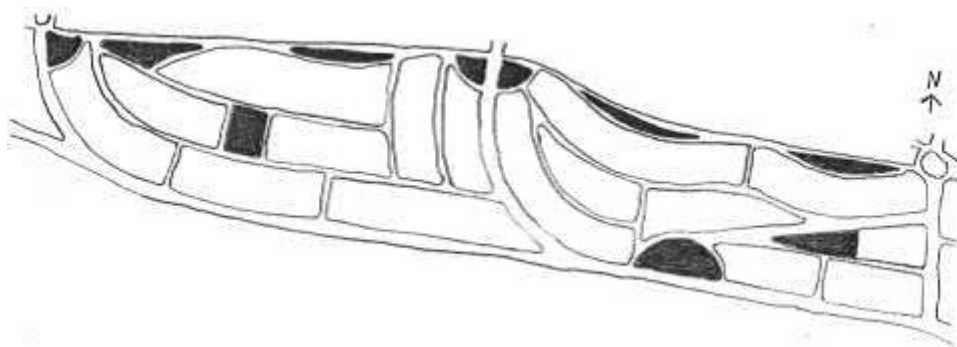


Figura II.33 – Jardim Shangri-lá: localização das praças
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

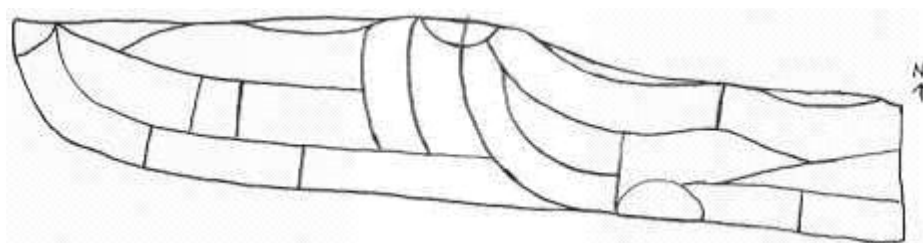


Figura II.34 – Jardim Shangri-lá: estruturação viária
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

5. Visuais

A combinação entre a tipologia das casas, o formato da rua, a arborização, as quadras extensas e as vielas conferem visuais importantes à atmosfera da rua Guilherme da Mota Correia.

O formato curvo da rua interrompe e amplia o campo visual, levando ao interesse pela descoberta do espaço, conforme se caminha pelo mesmo. A visão do horizonte, além da avenida Leste-Oeste, é constante de qualquer ponto da rua.

A configuração em “crescente” das praças confere certo dinamismo à paisagem da rua pela alternância de seu distanciamento em relação a Leste-Oeste. Ora aproximando-se, ora se distanciando de quem passa pela avenida, acaba por consistir num tipo de paisagem para ser vista em movimento. Numa cidade onde predominava o traçado em malha xadrez, esta paisagem dinâmica, resultante de uma rua sinuosa constituía, com certeza, um fator de atratividade à atenção de quem passava por ali de trem, no tempo dos trilhos da

RVPSC (YAMAKI^{II.2b}).

Tanto as praças quanto a rua são densamente arborizadas. As árvores regularmente dispostas nas calçadas acentuam o formato curvilíneo da rua. O encontro de suas copas forma túneis sombreados garantindo conforto e proteção quanto à incidência solar. Garantem certo isolamento da rua Guilherme da Mota Correia em relação ao tráfego intenso da avenida Leste-Oeste.

O conjunto de jardins bem cuidados destaca-se como primeira paisagem dos lotes. Possuem, de um modo geral, menos espécies de plantas e maior distribuição no espaço. Alguns contam com as chamadas plantas simbólicas, como espada-de-são jorge, próximas à entrada do lote e da casa.

Os jardins, bem como a parte frontal dos lotes de uma maneira geral, podem ser visualizados devido ao predomínio de gradis e muros baixos nos limites com a rua. Trechos dos fundos, revelando recortes do quintal ou de uma edícula, podem ser vistos graças aos intervalos entre as edificações.

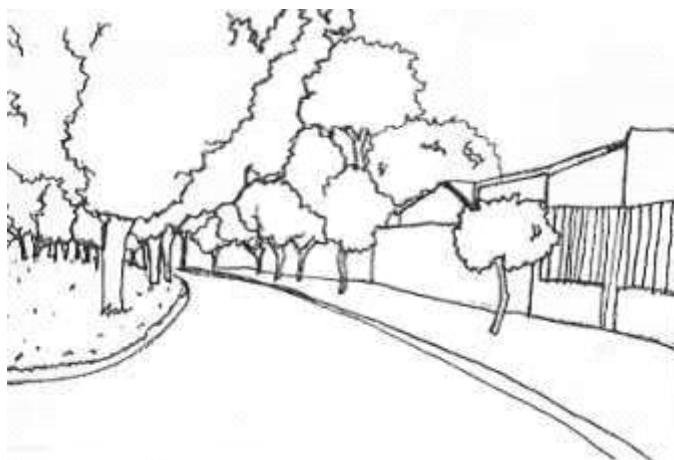


Figura II.35a – Jardim Shangri-lá: vista do lado oeste

Fonte: Lamounier (2006)

^{II.2b} Referência oral.

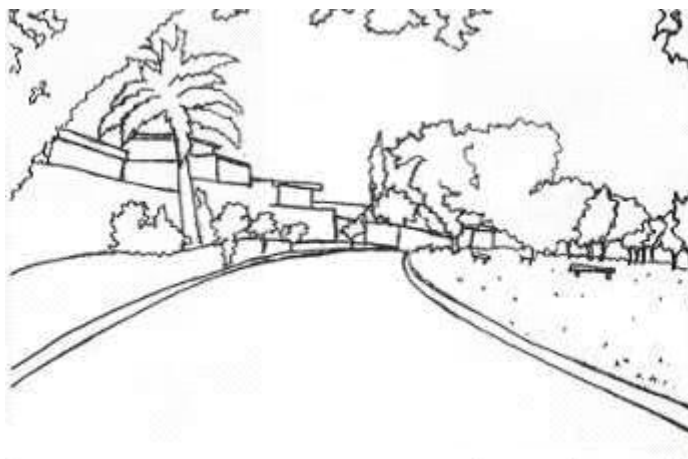


Figura II.35b – Jardim Shangri-lá: vista do lado leste

Fonte: Lamounier (2006)

6. Territórios

Foram identificados territórios do tipo Íntimo, Privado e Público, além de áreas consideradas “Espaços Desterritorializados”, na rua estudada.

O interior das casas e os lotes cujo interior não pode ser visto a partir da rua constituem os Territórios Íntimos. Em alguns lotes, a não visibilidade se dá pela diferença de nível entre o lote e a rua. A altura do muro frontal é, então, aumentada pela declividade do terreno.

O Território Privado consiste na área interna do lote, que pode ser visualizada graças aos limites tênues, simbólicos, na divisa com a rua. Apesar da frequência de lotes com duas edificações, não é comum a socialização dos Territórios Privados desta rua. As edificações nos fundos dos lotes geralmente são utilizadas pela mesma família da casa principal.

O Território Público é formado pela rua e pelas duas praças, cujos espaços são observados pelos moradores, mas não sofrem demarcações ou personalizações. Um tipo de demarcação, aliás, foi encontrado na rua Guilherme Correia. Trata-se de equipamentos de baliza, utilizados por uma auto-escola que usa o espaço da rua para as aulas práticas de direção. Tal fato, no entanto, serve mais como afirmação da tranquilidade e segurança da rua em relação ao tráfego que como um exemplo de intervenção territorial. Quanto às praças, um dos moradores da rua costuma praticar golfe na que fica mais próxima da avenida Rio Branco.

Trata-se, no entanto, de um caso excepcional, já que não parece ser freqüente a permanência de outras pessoas ali.

A percepção das vielas, pelos moradores, como espaços que ameaçam a segurança da rua, e a prática de se depositar lixo e entulho nestes locais são os fatores que as classificam como “Espaço Desterritorializado”. São utilizadas somente como rotas de passagem para pedestres, elementos de transposição às extensas quadras do Jardim Shangri-lá. Durante a noite, no entanto, são evitadas, consideradas inseguras pelas pessoas que transitam por ali. Alguns lotes possuem um dos acessos voltados para as vielas, provavelmente destinados à retirada do lixo das casas. Estavam sempre fechados durante os levantamentos. Os muros que se voltam para estes espaços também são bastante altos.

TIPOS DE TERRITÓRIO	JARDIM SHANGRI-LÁ R. GUILHERME CORREIA	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO					
		Privacidade Visual	Personalização	Manutenção	Controle		
ÍNTIMO	interior das casas; lotes não visíveis da rua	●	●	●	exclusivo ●	●	alto
					partilhado		médio
							baixo
PRIVADO	lotes visíveis da rua		●	●	exclusivo ●	●	alto
					partilhado		médio
							baixo
SEMI PRIVADO maior intensidade							
SEMI PRIVADO menor intensidade							
SEMI PÚBLICO							
PÚBLICO	rua e praças				exclusivo		alto
					partilhado		médio
					●	●	baixo
"ESPAÇO DESTERRITORIALIZADO"	vielas				exclusivo		alto
					partilhado		médio
							baixo

Figura II.36 – Jardim Shangri-lá: classificação de territórios

Fonte: Lamounier (2006)

7. Utilização

A rua Guilherme da Mota Correia é mais utilizada como estacionamento para automóveis e área de passagem de pessoas que espaço de permanência dos moradores.

Tal fato se deve ao grande número de edificações comerciais na rua que vêm, sistematicamente, transformando seu uso original.

Por outro lado, a disposição das praças e das vielas resulta numa interligação de espaços pedestre que facilita o acesso e caminhadas, não só pela rua estudada, mas por todo o Jardim Shangri-lá. Reflete a preocupação com a segurança e certo conforto quanto à locomoção de pedestres no bairro. As vielas e praças são espaços exclusivos, onde as pessoas não correm riscos de atropelamento, por exemplo. Permitem caminhar por todo o bairro sem a necessidade de se dividir o espaço com os automóveis, o que ocorre somente nos momentos de atravessar as ruas.

Esta característica estende-se também para os bairros próximos, de modo que as vielas e caminhos nas praças do Jardim Shangri-lá interligam-se aos caminhos nos canteiros da avenida Leste-Oeste que, por sua vez, direcionam-se aos espaços pedestre de bairros vizinhos como o Jardim Shangri-lá B e o Jardim do Sol.



Figura II.37 – Jardim Shangri-lá: integração entre praças e vielas
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

8. Senso de Comunidade

Categoria não analisada na rua Guilherme da Mota Correia.



Praças bem arborizadas separam o Shangri-lá da movimentada avenida Leste-Oeste

Fonte: Lamounier (2005)



As copas das árvores da praça e da calçada das quadras cobrem a rua estreita

Fonte: Lamounier (2006)



A disposição regular das árvores confere ritmo e reforça o formato curvo da rua

Fonte: Lamounier (2006)



Bancos na praça: distribuição aparentemente visa impedir a prática de futebol

Fonte: Lamounier (2006)



Morador da rua pratica golfe numa das praças em “crescente”

Fonte: Lamounier (2006)



Conjunto de jardins visíveis a partir da rua

Fonte: Lamounier (2005)

Figura II.38a – Fotos Jardim Shangri-lá



Casa com telhado “borboleta”, escadaria trabalhada de acesso e jardim frontal

Fonte: Lamounier (2005)



Casa com platibanda reta e alta escondendo o telhado (geralmente de 4 “águas”)

Fonte: Lamounier (2005)



Casa com metade da platibanda inclinada e metade reta (misto dos 2 exemplos anteriores)

Fonte: Lamounier (2005)



Apesar do muro alto, a declividade do terreno permite avistar, da rua, a casa e parte do jardim

Fonte: Lamounier (2005)

Figura II.38b – Fotos Jardim Shangri-lá



O equipamento da auto-escola afirma a tranquilidade da rua quanto ao tráfego. Atrás, o mato crescendo numa das vielas mostra a não preocupação com sua manutenção

Fonte: Yamaki (2006)



Outra via mal cuidada no bairro. Tal fato conduz a classificação das vielas como “Espaços Desterritorializados” no Shangri-lá

Fonte: Yamaki (2006)



A transformação do uso tem levado ao surgimento de grandes construções comerciais, fora da tipologia das edificações originais da rua

Fonte: Yamaki (2006)

Figura II.38c – Fotos Jardim Shangri-lá

II.2.1.4 Considerações sobre o jardim Shangri-lá

O Jardim Shangri-lá foi o primeiro loteamento de Londrina projetado sob as diretrizes da nova Lei 133/51. Sua concepção envolvia a provisão de infra-estrutura básica desde o início da construção, e preocupações paisagísticas, aspectos inéditos nos projetos de loteamentos realizados até então. A idéia de “bairro aristocrático”, intensamente divulgada pelas propagandas da imobiliária loteadora, permanece no imaginário dos moradores de Londrina.

Seu traçado orgânico, repleto de ruas curvas, remete ao conceito de bairros e cidades jardins e destacava-se em meio à rigidez da malha dos loteamentos anteriores da cidade.

As ruas são pensadas para o tráfego de automóveis e, para os pedestres, são disponibilizados espaços exclusivos, como praças e vielas. A quantidade destes espaços e seu inter-relacionamento, inclusive com espaços-pedestre já fora do Shangri-lá, garantem rapidez e segurança à mobilidade das pessoas.

A densa arborização do bairro garante proteção quanto à incidência solar, possibilitando passeios agradáveis por toda sua área. Seu espaçamento regular acentua o formato curvilíneo das ruas e consiste numa barreira de segurança para quem passa pelas calçadas. Junto às praças em “crescente” e à declividade do terreno, confere certo isolamento à rua Guilherme da Mota Correia em relação ao tráfego intenso da avenida Leste-Oeste. Transmite maior sensação de tranquilidade ao espaço da rua.

A pequena largura da rua estudada, quase a de uma viela ou calçada do bairro, e seu formato curvilíneo, configurado por dois módulos em “crescente”, determinam a alternância de amplitude visual, escondendo e revelando o espaço, conforme se caminha pela rua.

O traçado do bairro e o estilo arquitetônico de suas edificações, emolduradas por conjuntos de jardins bem cuidados, dão testemunho de um período específico de determinada época do desenvolvimento de Londrina, quando a arquitetura moderna e os conceitos urbanísticos associados à mesma pareciam representar a melhor forma de ordenação dos espaços. Configuram uma paisagem única ao Jardim Shangri-lá e são elementos importantes à definição de sua atmosfera de nova tradição.

CAPÍTULO 6

II.3 NOVA VELHA TRADIÇÃO

Esta parte do trabalho estuda o Conjunto Habitacional do Café, como rua de nova velha tradição. Esta expressão significa que a construção do bairro se deu a partir de aspectos considerados tradicionais, bem como através da nova forma de se projetar espaços, surgida principalmente com o Plano de Prestes Maia e, conseqüentemente, a Lei 133 de 1951.

A partir do final do século XIX a utilização crescente dos automóveis determinou a valorização de ruas largas na forma de se pensar as cidades. “O tradicional espaço do pedestre foi relegado ao segundo plano, frente ao domínio da circulação e do estacionamento para os automóveis” (VIEIRA, 2003, p. 1). O mesmo autor afirma que em meados do século XX, no entanto, houve um retorno à preocupação com a função social dos espaços públicos e, conseqüentemente, ao projeto de ruas que valorizassem a escala pedestre. Em Londrina, a compensação permitida pela Lei 133/51, por exemplo, possibilitou uma permuta de áreas, determinando maior número de praças enquanto se restringia a largura das ruas.

A organização do espaço em torno de uma praça central remete à prática antiga de definição do traçado de cidades ou bairros. No Conjunto do Café, a modificação foi quanto às dimensões desta praça. Sua importância é revelada mais pela localização central, já que, se analisada fora do contexto geral de configuração do bairro, pode ser considerada apenas o canteiro de uma rua de duas pistas.

A provisão de uma série de pequenas praças também trata-se de uma forma repensada de um conceito tradicional. A importância da praça como espaço livre predominante e, portanto, elemento de centralidade, é então substituída pela força do conjunto de praças como fator determinante à identidade do bairro. As micro-praças definem, portanto, pequenas centralidades, baseadas em comunidades em torno das mesmas, dentro do contexto geral do bairro. De espaço central único, definitivamente público, a praça, no Conjunto do Café, passa a ter um caráter de espaço público privatizado, mais intimista.

O bairro conta, então, com uma série de “praças quintais”, utilizadas por um número bem menor de pessoas que vivem em torno das mesmas. Cidades mais antigas que Londrina, como Ribeirão Preto e São Paulo também possuem praças que “[...] são extensões

de jardins caseiros bem triviais, onde o plantio pretende apenas decorar, mas nunca criar planos diferenciados e configurar ambientes” (SAKATA et al, apud HÜLLSMEYER, 2004, p. 40).

A comparação de Saldanha (apud HÜLLSMEYER, 2004, p. 28) entre a praça e o jardim privado, afirmando que o primeiro espaço é aberto e encerra a “história”, enquanto o segundo é fechado e encerra a “biografia”, e que na praça as árvores e monumentos são colocadas “em função do espaço”, enquanto no jardim é o espaço que “se põe em função das plantas”, não se aplica às praças de ruas de nova velha tradição. Nestas, público e privado, coletivo e pessoal, bem como funcionalidade e simbolismo se fundem, de modo a serem valorizados sempre os aspectos mais subjetivos.

As ruas estreitas, o fechamento do bairro para estranhos e as praças como elementos de estruturação do traçado consistem em formas tradicionais de se projetar comunidades que, no entanto, foram retrabalhadas no projeto do Conjunto Café, caracterizando -o como rua de nova velha tradição.

II.3.1 O conjunto do café

Os conjuntos habitacionais de Londrina parecem todos iguais, no traçado e em relação à distribuição de praças. O Conjunto do Café, na zona leste da cidade, apresenta-se, no entanto, como uma pequena exceção.

Surgido no início dos anos 1960, o loteamento possui características que denotam influências das diretrizes da Lei 133/51, ainda em vigor naquela época. “[...] Respeito ao sítio, localização das praças, dimensão das ruas e passeios, visuais, orientação sobre arborização, área mínima de lote [...] e recuos frontais” são alguns aspectos tratados pela avançada lei (KODA, 2004, p. 19).

Embora ortogonal, o traçado do Conjunto do Café é mais compartimentado, apresentando maior “porosidade” que outras áreas de Londrina. Possui quadras retangulares dispostas em torno de pequenas praças e ruas bastante estreitas. Uma rua larga e de pequena extensão marca o centro do loteamento.

A quantidade das praças e a especialização das ruas, levando à diminuição de suas dimensões, são exigências da 133/51 que, junto ao traçado único do bairro, conferem

forte identidade ao local. Destacam-no frente à monotonia da maioria dos conjuntos habitacionais de Londrina, todos construídos posteriormente ao Conjunto do Café.

II.3.1.1 Os dois conjuntos do café – A evolução do traçado do bairro

Um mapa de 1974, encontrado na PML e no escritório da COHAPAR de Londrina mostra que o projeto do Conjunto do Café teve duas versões de loteamento.

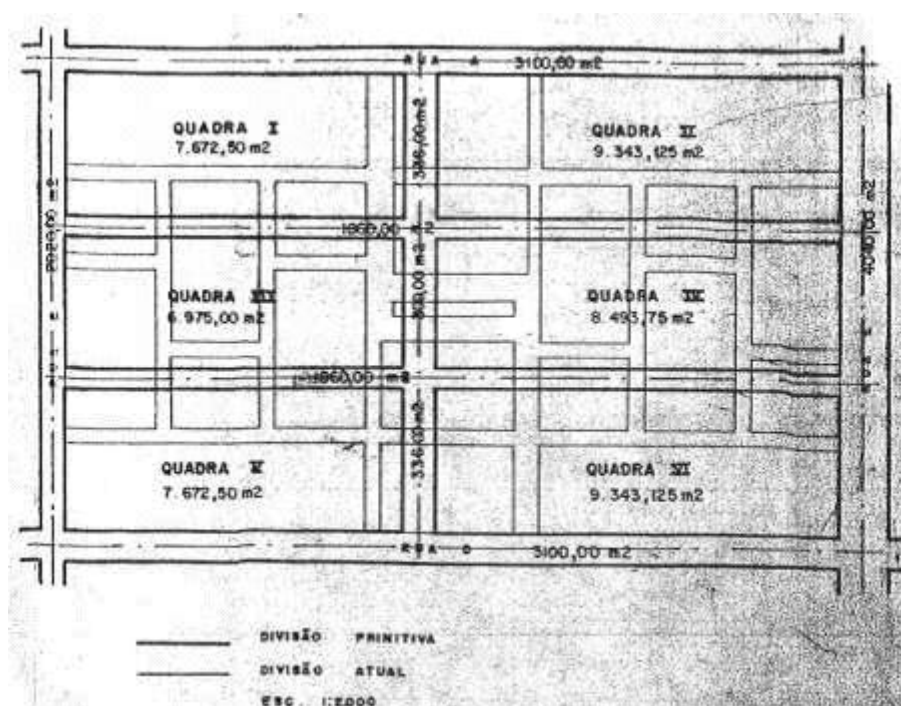


Figura II.39 – Conjunto do Café: parte do Mapa de 1974 – COHAPAR sobreposição dos dois parcelamentos

Fonte: PML

O projeto inicial possuía um traçado tradicional, definido por seis quadras retangulares. Possuíam comprimento de 57 metros e dividiam-se, em relação à largura, em dois tipos: 135 metros nas três quadras do lado oeste e 162 metros nas outras três quadras, do lado leste.

Uma rua central de 12 metros de largura e 187 metros de comprimento, no sentido norte-sul, dividia o loteamento, que também contava com outras duas ruas internas mais estreitas, no sentido leste-oeste, cada uma com 8 metros de largura.

O bairro era delimitado por uma rua bastante larga (18 metros) a leste, outra de aproximadamente 10 metros de largura ao sul, e duas ruas com cerca de 8 metros de largura a oeste e ao norte, respectivamente.

A “Planta da Cidade de Londrina de 1957-1958”, baseada em levantamento aerofotogramétrico (YAMAKI, 2003b, p. 43), mostra a implantação parcial desta primeira versão de loteamento do Conjunto do Café. As quadras menores já aparecem totalmente definidas. Das quadras maiores encontram-se traçadas somente as extremidades mais próximas da rua central do bairro.

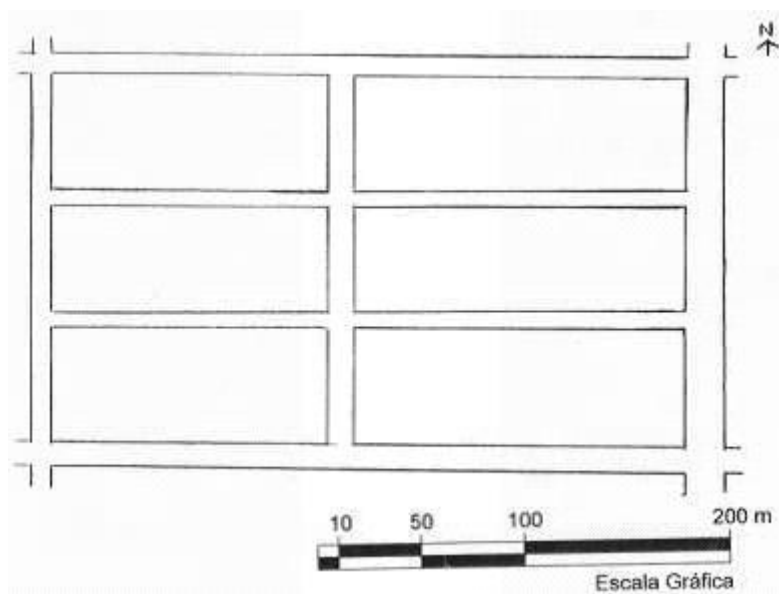


Figura II.40a – Conjunto do Café: projeto inicial
desenho do autor sobre Mapa de 1974 – PML

O projeto de substituição, responsável pela configuração atual do bairro, previa um traçado mais compartimentado, com um número bem maior de quadras, ruas e a inclusão de uma série de pequenas praças e canteiros no loteamento. Apesar de todas estas modificações, o rearranjo do loteamento não envolveu a ampliação da área inicial do terreno. Tal fato deve ter influenciado na definição da pequena escala dos lotes e dos espaços livres.

São 14 quadras com comprimento de 36 metros e largura variada: 54, 63 e 108 metros. Desenvolvem-se em torno de seis pequenas praças de 29x36 metros e uma praça central estreita de 6x50 metros, localizada numa rua larga de duas pistas (cada uma com 10 metros de largura, incluindo as calçadas). Esta rua central, agora, direciona-se de leste para oeste.

As demais ruas internas são bastante estreitas, com largura total de 6 metros. Restringem o tráfego de automóveis praticamente aos moradores do bairro. Ruas periféricas mais largas (com 10 e 20 metros) comportam o tráfego mais intenso de automóveis, bem como o transporte coletivo.

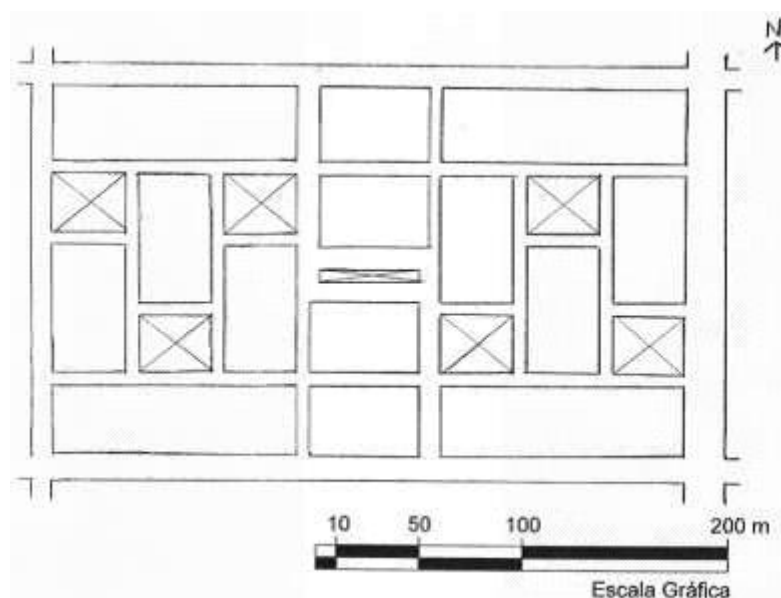


Figura II.40b – Conjunto do Café: versão executada (atual)
desenho do autor sobre Mapa de 1974 – PML

A ocupação prevista de 1140 habitantes, ou seja, 228 famílias de cinco pessoas, em média, denota a importância dos problemas com habitação, sofridos pela cidade já no final da década de 1950. A substituição do projeto do loteamento reflete um aumento da preocupação com a segurança dos moradores em relação ao tráfego de automóveis e circulação de pessoas desconhecidas, além da provisão de um espaço que estimulasse a participação dos moradores, propiciando a construção de um senso de comunidade local. Reflexo da Lei 133/51, a resposta a este tipo de preocupação se deu através da sedimentação do traçado e construção de espaços públicos e privados (praças, ruas e lotes) de pequena escala.

II.3.1.2 O primeiro conjunto habitacional de Londrina

Projetado pela COHAPAR – Cooperativa Habitacional do Paraná, o Conjunto do Café é o primeiro conjunto habitacional de Londrina. Há algumas dificuldades, no entanto, de se estabelecer com exatidão a data do projeto. Tanto na PML quanto na própria COHAPAR, o único documento encontrado sobre o loteamento foi o mencionado mapa de 1974.

Como o Conjunto do Café antecede a COHAB – Companhia de Habitação – em Londrina, neste órgão não foram encontrados registros ou informações sobre o loteamento.

No mapa geral de conjuntos habitacionais da COHAB, o Conjunto do Café está simplesmente desenhado, sem nomeação ou qualquer outra informação associada a sua área. Quando perguntados sobre o loteamento, os funcionários referiam-se ao Residencial do Café, pequeno condomínio de edifícios verticais a oeste do bairro pesquisado. Acreditavam que a área do Conjunto do Café pertencia ao Conjunto Vitória Régia, construído em 1971, e aparentemente considerado pela COHAB como o primeiro conjunto habitacional da cidade.

Em artigo publicado pela Folha de Londrina, Ubiratan (1999, p. 6) afirma que o processo de ocupação do bairro iniciou-se em fevereiro de 1961, durante a administração do prefeito Hosken de Novaes. O *site* da COHAPAR, no entanto, informa que o Conjunto do Café data de 30 de novembro de 1968^{II.3}.

Considerando-se as duas versões do parcelamento do bairro, pode-se concluir que a ocupação iniciou-se já na primeira divisão do loteamento, a de seis quadras. Foram ocupados, provavelmente, somente os lotes periféricos, nas áreas coincidentes com a divisão atual. A segunda versão, que dividiu o loteamento em 14 quadras, inserindo as praças e o canteiro central, deve ter substituído o projeto inicial em 1968.

A presença do Conjunto do Café, implantado parcialmente em sua versão inicial, na Planta de 1957-1958 (mostrada nas Figuras II.1 e II.3.1) denota, no entanto, que o bairro já existia no final dos anos 1950, já que esta planta foi elaborada a partir de levantamentos aerofotogramétricos da cidade.

Assim, embora possa se dizer que o Conjunto do Café consiste de fato no primeiro conjunto habitacional de Londrina, que sua ocupação pode ter se iniciado em 1961 e

^{II.3} Fonte: < http://200.189.113.88/cohapar/consultas/consulta_municipio2.php>.

que sua configuração atual data provavelmente de 1968, tratando-se de uma segunda forma de parcelamento do bairro, permanece desconhecida a data exata do projeto original do loteamento.

II.3.1.3 A construção da comunidade

Os moradores mais antigos comentam que as praças do conjunto, no início, eram somente terrenos sem pavimentação. Foram os próprios moradores que começaram a plantar árvores, gramados, plantas ornamentais e até mesmo algumas espécies frutíferas. A pavimentação e provisão de bancos e iluminação das praças e ruas só foram realizadas após muitas reclamações dos moradores perante a Prefeitura Municipal.

A falta de encanamento de água e esgoto, a escassez de ônibus, que passava somente de hora em hora, e a ausência de escolas e estabelecimentos comerciais na região são recordados como algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos primeiros habitantes do conjunto.

Os moradores ainda relatam que o médico Dalton Paranaguá, prefeito sucessor de Hosken de Novaes, chegou a tentar impedir que as casas do Conjunto do Café fossem habitadas, alegando não serem arejadas o suficiente e, portanto, inadequadas aos padrões considerados pela saúde pública (UBIRATAN, 1999, p. 6).

Uma vez permitida a ocupação, as dificuldades enfrentadas pelos moradores parecem ter sido determinantes à construção de um forte senso de comunidade e apego ao bairro. Bem cuidadas, as praças são mantidas pelos vizinhos e utilizadas como locais de permanência e lazer pelos moradores, além de espaços para as brincadeiras das crianças.

A Carta do Novo Urbanismo (EUA, anos 1980) – elaborada através do chamado movimento do Novo Urbanismo – destaca a importância de praças pequenas e acessíveis, além de ruas na escala do pedestre que incentivem o caminhar e o conhecimento mútuo entre vizinhos. Considera a vizinhança um dos “elementos essenciais ao desenvolvimento” das cidades, por contribuir para a formação de “áreas identificáveis que encorajam cidadãos a tornarem-se responsáveis” por sua “manutenção e evolução”.

II.3.1.4 A atmosfera do conjunto do café

O primeiro conjunto habitacional de Londrina mantém qualidades que permitem aos moradores considerá-lo um bom bairro para se viver, incentivando-os a zelar pela manutenção e a utilizar cotidianamente seu espaço. Por sua vez, o traçado exclusivo, com as ruas estreitas e a quantidade considerável de praças são fortes elementos de identidade urbana. A atmosfera do Conjunto do Café resulta da justaposição de práticas e valores tradicionais e da nova forma de se pensar a construção dos espaços surgida em Londrina principalmente a partir da Lei 133/51. É analisada a seguir de acordo com as categorias de 1. Implantação, 2. Fachadas, 3. Ritmo, 4. “Definição”, 5. Visuais, 6. Territórios, 7. Utilização e 8. Senso de Comunidade.

1. Implantação

O Conjunto do Café foi implantado num terreno relativamente plano, de pouca declividade.

Das 14 quadras do loteamento, 4 são maiores (108x36 metros) e possuem um canteiro de 12x36 metros na extremidade interna ao bairro, 6 são médias (63x36 metros) e 4 são pequenas (54x36 metros). Dividem-se, respectivamente, em 24, 14 e 12 lotes de 162 metros quadrados (9x18 metros), totalizando 228 lotes, todos ocupados atualmente.

O loteamento é estruturado em 2 módulos em “L”, com distribuição equilibrada de quadras, ruas e praças. Ambos interceptam-se através da praça central (de 6x50 metros), na rua com duas pistas. Cada módulo possui 2 quadras maiores, 3 quadras médias, 2 quadras menores, 3 praças distribuídas internamente e 7 ruas internas de 6 metros de largura, além de outra rua, próxima à praça central, dividida em 2 trechos de largura variada: 10 e 6 metros.

A diminuição da largura das ruas para 6 metros – apenas 3,5 metros de leito, 1,5 e 1 metro em cada calçada – trata-se de uma compensação permitida pela 133/51. Restringindo a área das ruas, pôde-se destinar mais espaço e, por conseguinte, construir maior número de praças.

A configuração do bairro faz com que a maioria dos lotes se volte diretamente para uma das praças. Tal característica, junto às dimensões mínimas dos lotes e à quase exclusividade de ruas estreitas, com grande número de cruzamentos em “T”, contribui

para o senso de comunidade local e estimula a utilização do espaço, por diminuir as distâncias entre as casas e, principalmente, restringir o tráfego de automóveis e circulação de pessoas estranhas. Este hermetismo aumenta a segurança viária e a possibilidade de vigilância pelos moradores.

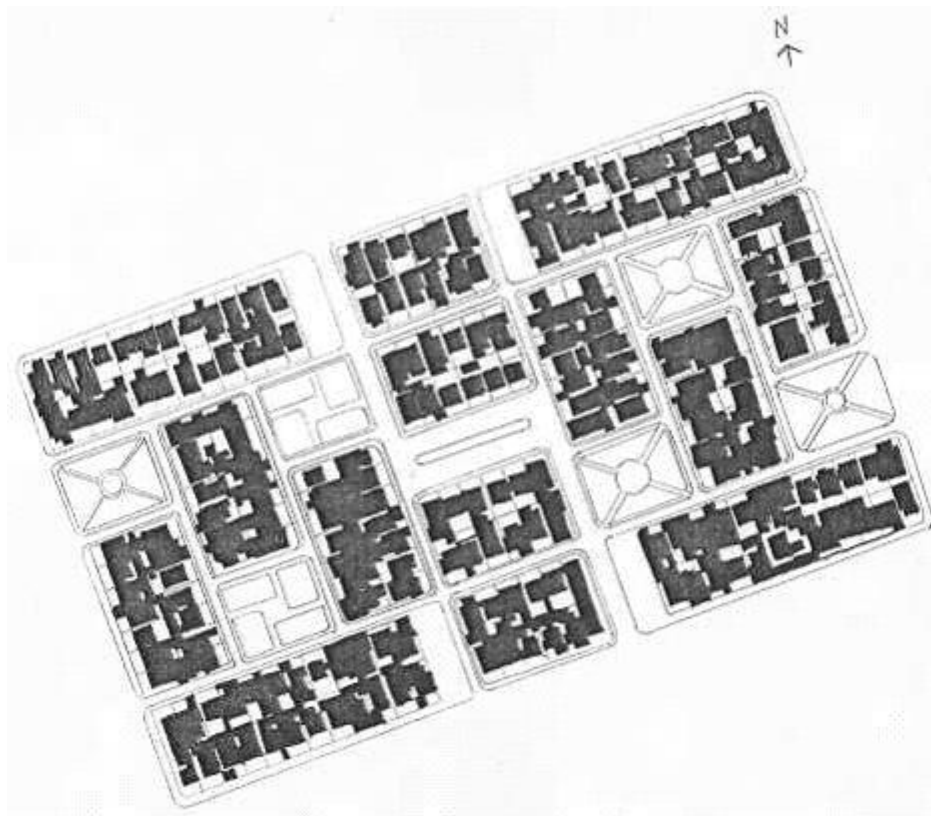


Figura II.41 – Figura-Fundo Conjunto do Café
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

2. Fachadas

O Conjunto do Café foi ocupado por residências térreas em alvenaria e com telhado de duas “águas”, conforme padrão da COHAPAR. Apesar de modificações efetuadas individualmente por cada proprietário, muitas das características originais ainda permanecem na paisagem de casario do bairro.

Devido à pequena largura dos lotes, quase não há intervalo entre as edificações. A paisagem resultante é basicamente composta por muros e telhados. A restrição espacial e a densa vegetação das praças dificultam a visualização das casas como conjunto.

Pode-se afirmar, portanto, que no Conjunto do Café o traçado é o principal

elemento de identidade. Ali a atmosfera do bairro não depende da tipologia das edificações, poderia ser a mesma frente a qualquer padrão de construções, desde que respeitada a pequena altura destas.

3. Ritmo

A diversificação do tamanho e disposição das quadras, a diferença de comprimento entre as ruas internas (duas interrompidas para cada uma que atravessa o bairro, em qualquer direção) e a distribuição das praças resultam num ritmo que acaba configurando o Conjunto do Café praticamente como um labirinto. O rebatimento dos 2 módulos proporciona a inversão deste ritmo, conferindo certa complexidade ao espaço, e aumentando a sensação de labirinto.

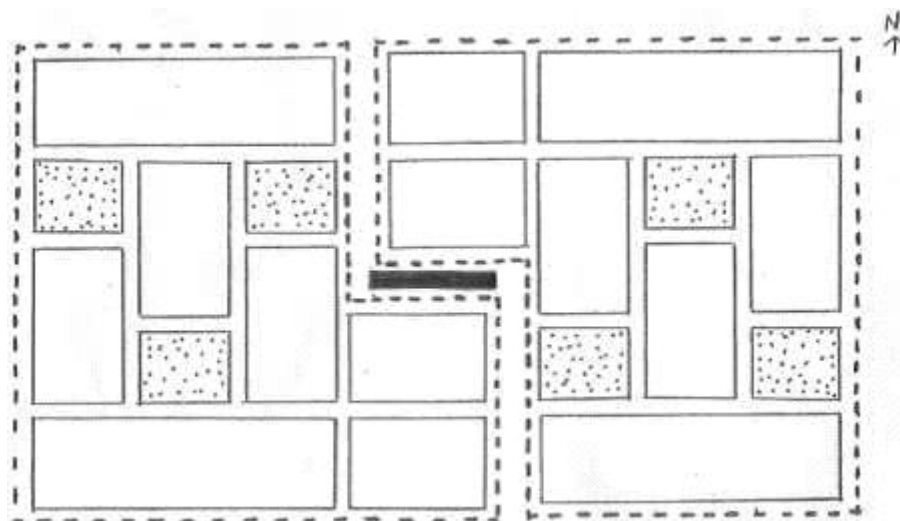


Figura II.42 – Conjunto do Café: organização espacial (praça central e módulo rebatido) desenho do autor sobre Mapa de 1974 – PML

4. “Definição”

A praça central e a rua de duas pistas onde se situa constituem um ponto de referência importante no bairro.

Frente aos lotes idênticos e construções parecidas, a diferenciação entre as quadras, a rua central mais larga e a localização das praças são fatores importantes que, uma vez já conhecido o espaço, facilitam a orientação.

Bem delimitado pelas ruas periféricas mais largas, o traçado exclusivo do

Conjunto do Café, com suas ruas internas estreitas e forma de distribuição dos espaços é o principal elemento de definição do local em relação ao seu entorno e à cidade de Londrina como um todo.

A avenida do Café e os três cemitérios de um de seus lados, o Residencial do Café – pequeno condomínio vertical, e o prédio da Receita Federal são referências importantes à localização do bairro.

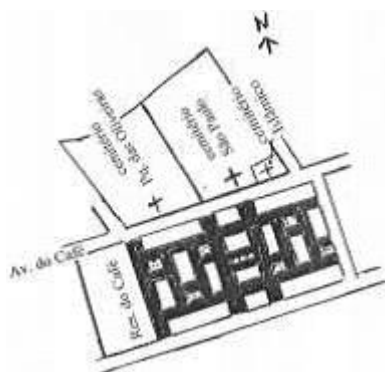


Figura II.43 – Conjunto do Café: elementos de definição

Fonte: Lamounier (2006)

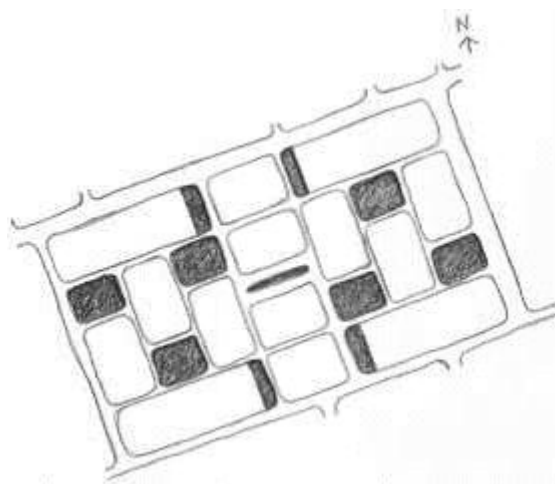


Figura II.44 – Conjunto do Café: localização das praças e canteiros
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

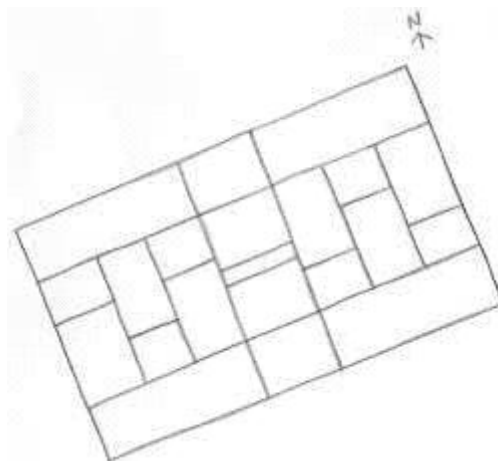


Figura II.45 – Conjunto do Café: estruturação viária
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

5. Visuais

A vasta arborização das praças do bairro pode ser vista a certa distância, destacando –se em meio à densidade de edificações idênticas. A Lei 133/51 considerava os visuais mais importantes que a própria continuidade do traçado. Uma de suas diretrizes recomendava que “os planos de arruamento deverão [...] preservar ou criar pontos de vista e perspectivas interessantes, mantendo os bosques e exemplares vegetais notáveis, mesmo à custa de pequenas irregularidades de traçado” (artigo 14º, g, p. 8).

As praças são elementos importantes na definição da paisagem de rua do Conjunto do Café. Sua disposição permite avistar pelo menos outra praça de uma de suas esquinas. Além de facilitar a orientação de quem não conhece o local, esta seqüência conforma uma rede visual que tem grande importância à definição do caráter do bairro.

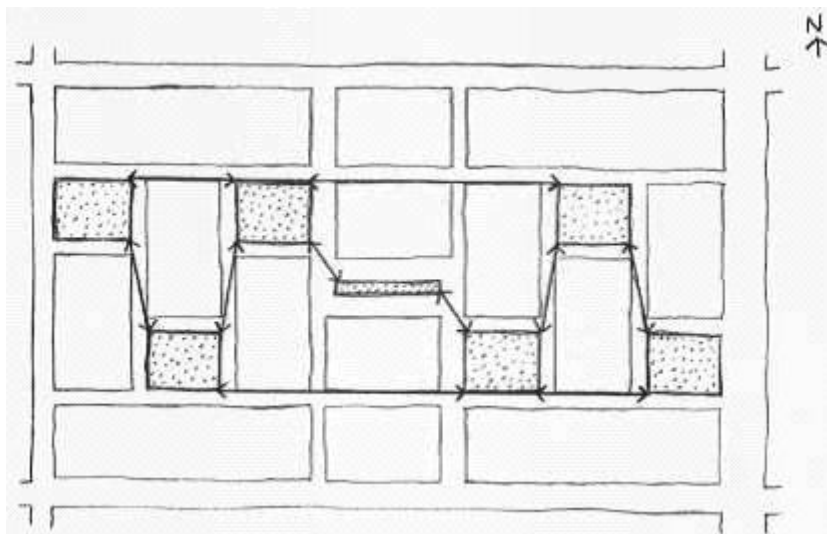


Figura II.46 – Conjunto do Café: rede visual de praças
desenho do autor sobre Mapa de 1974 – PML

A pequena escala e a ausência de barreiras visuais permite a apreensão total das praças numa única visada. De uma rua a outra, através da praça, a pequena distância permite identificar as feições das pessoas. As perspectivas refletem o hermetismo do bairro, já que o campo visual é interrompido pela série de edificações. Tais características conduzem a maior segurança e controle do espaço, resultando num uso intenso pelos moradores da comunidade praça.

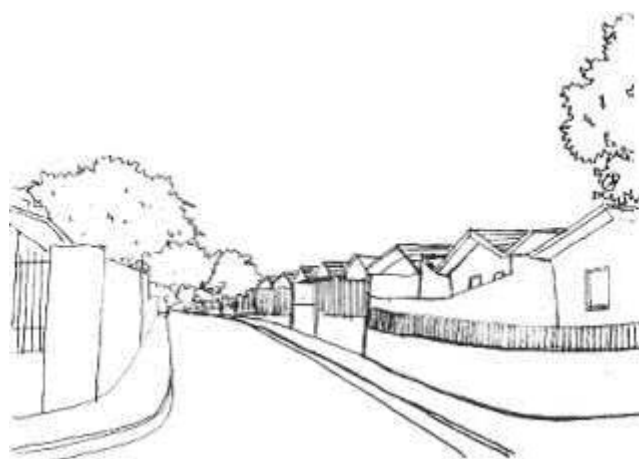


Figura II.47a – Conjunto do Café: vista externa

Fonte: Lamounier (2006)

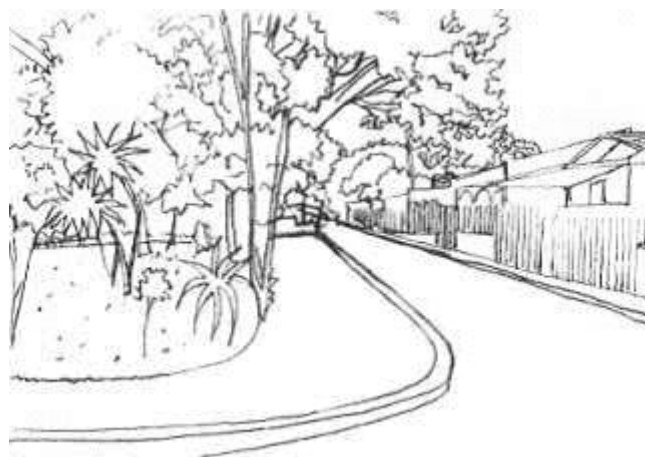


Figura II.47b – Conjunto do Café: vista interna

Fonte: Lamounier (2006)

6. Territórios

Pôde-se identificar claramente quatro tipos de território: Íntimo, Privado, Semi-Privado de menor intensidade e Público.

O interior das residências e alguns lotes que não podem ser vistos a partir da rua são Territórios Íntimos.

Lotes delimitados por gradis ou muros baixos, permitindo a visão de seu interior são Territórios Privados. A pequena dimensão dos lotes determina, em geral, a ocupação por somente uma edificação.

Espaços públicos que são mantidos e sofrem apropriações e personalizações por parte dos moradores, as praças são Territórios Semi-Privados de menor intensidade. As ruas que as delimitam, bastante estreitas, também são classificadas como este tipo de território. Pouco movimentadas, são praticamente extensões das praças, dos “quintais” do bairro, onde as crianças também podem brincar e os adultos podem permanecer enquanto conversam. A pequena escala determina grande integração entre os espaços livres do bairro. Assim, no Conjunto do Café, estar na praça é estar na rua e vice-versa.

As cadeiras improvisadas numa das praças são demarcadores de territorialidade também da rua, pois foram colocadas de modo que se possa permanecer na praça enquanto se observa a rua para a qual estão voltadas. O cuidado com os canteiros estende-se até as ruas em volta da praça, através do costume de se varrer a calçada na frente do lote.

O Espaço Público é formado pelas ruas periféricas do bairro. Mais largas e,

principalmente, com maior movimentação de pessoas e automóveis, estas ruas até podem ser observadas pelos moradores, mas estão sob controle bem menos rígido e não sofrem intervenções, nem são utilizadas como locais de permanência. Afastam-se mais da idéia de extensão da casa ou do quintal.

TIPOS DE TERRITÓRIO	CONJUNTO DO CAFÉ	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO				alto	médio	baixo
		Privacidade Visual	Personalização	Manutenção	Controle			
ÍNTIMO	interior das casas; lotes não visíveis da rua	●	●	●	exclusivo ●	●		
PRIVADO	lotes visíveis da rua		●	●	exclusivo ●	●		
SEMI PRIVADO maior intensidade								
SEMI PRIVADO menor intensidade	praças e ruas internas do bairro		●	●	exclusivo ●	●		
SEMI PÚBLICO								
PÚBLICO	as ruas periféricas do bairro				exclusivo ●		●	
"ESPAÇO DESTERRITORIZADO"								

Figura II.48 – Conjunto do Café: classificação de territórios

Fonte: Lamounier (2006)

7. Utilização

A configuração do Conjunto do Café determina um tráfego de automóveis praticamente exclusivo aos moradores locais. As ruas estreitas e a estruturação espacial hermética (o bairro é voltado para sua área interna) evitam a circulação de automóveis e mesmo de pessoas estranhas no conjunto. Conduzem à qualidade apontada por Appleyard (1981) que define ruas residenciais como pontos de destino e não locais de passagem.

A rua central larga, dividida em duas pistas, articula-se com duas ruas de larguras variadas. O trecho mais largo destas liga-se às ruas externas. Reflete a intenção com a distribuição gradual do fluxo de veículos das ruas periféricas (Avenida do Café, ao norte, e Avenida Dom João VI, ao sul) para as ruas internas do loteamento.

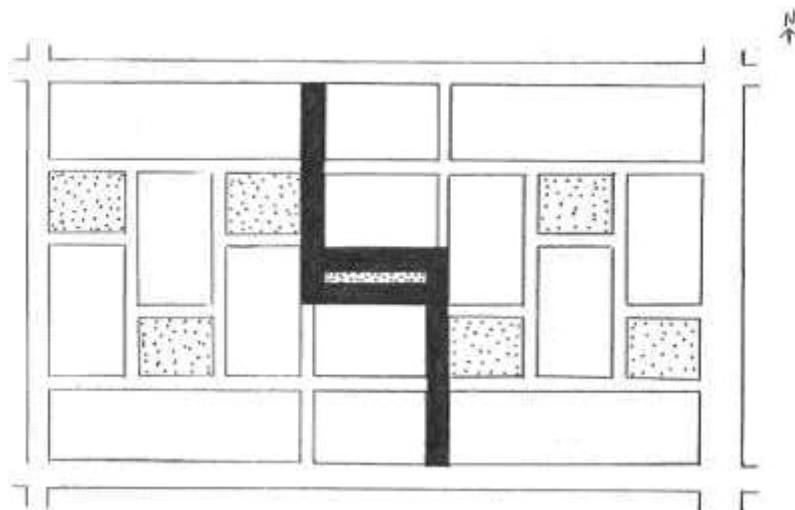


Figura II.49 – Utilização Conjunto do Café: ruas com largura variada denotam intenção de distribuição do tráfego de acesso ao bairro: desenho do autor sobre Mapa de 1974 – PML

8. Senso de Comunidade

A escassez de espaço e a orientação geral dos lotes, com a frente sempre voltada para uma das pequenas praças, acabaram por determinar sua apropriação e utilização como quintais pela comunidade.

Assim, pode-se notar cadeiras e bancos improvisados fixados nas praças, alguns moradores varrendo os canteiros e a área pavimentada, crianças brincando nas ruas próximas e até mesmo um fabricante de vassouras que usa, como local de trabalho, a esquina da praça que fica em frente à sua casa. A prática de levar o lixo para fora somente no horário de passagem do caminhão também reflete a preocupação com a limpeza e não degradação das ruas e praças. É possível devido às ruas estreitas – que determinam a baixa velocidade do caminhão de lixo, e a certa homogeneidade de nível social dos moradores – pois este costume depende da permanência de ao menos uma pessoa em cada residência, o que exige pessoas já aposentadas ou donas de casa que não trabalham fora.

Nos canteiros há árvores de copas densas, algumas frutíferas como mojaqueiras e pés de café, e espécies de plantas menores, simplesmente ornamentais, como

samambaias e tipos de flores diversos, ou simbólicas, como espadas-de-são jorge. O cuidado e a carga afetiva atribuída a estas plantas garantem a manutenção dos canteiros das praças. Algumas têm significado pelo fato dos moradores terem presenciado seu desenvolvimento, outras são consideradas importantes por terem sido plantadas por pessoas já ausentes.

De acordo com os moradores, há uma organização informal quanto à manutenção das plantas e dos canteiros, de modo que cada grupo de vizinhos cuida do canteiro mais próximo à sua casa. De fato, as pessoas que plantaram alguma árvore ou flores na praça afirmavam, em geral, que o fizeram no canteiro localizado na frente de seu lote. Os canteiros, então, substituem os jardins, não existentes devido à escassez de área livre dos lotes.

Por ser mais comum a permanência de pessoas que moram em volta das “praças quintais” e por serem estas as responsáveis pela manutenção, pode-se afirmar que cada praça determinou a formação de uma pequena comunidade em seu entorno, a “comunidade praça”. Há, portanto, dentro do contexto geral da comunidade do bairro, micro-comunidades, com vínculos mais fortes e práticas cotidianas comuns entre vizinhos.

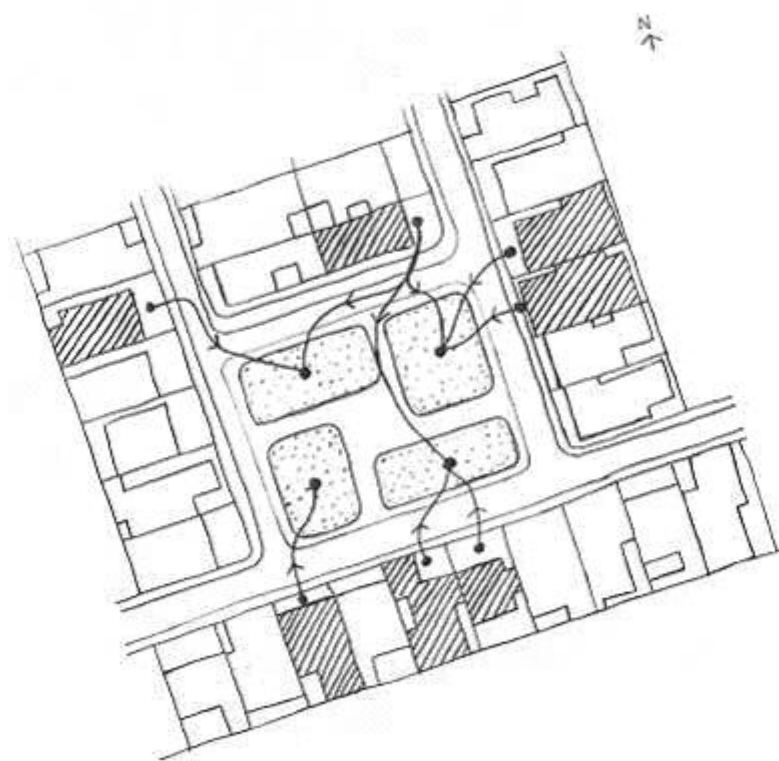


Figura II.50 – Conjunto do Café: praça como jardim comunitário os moradores zelam pela manutenção e plantam mudas nos canteiros próximos à sua residência
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML



Vista externa do Conjunto do Café (a vegetação das praças destaca-se em meio à densidade de construções iguais)

Fonte: Lamounier (2006)



Vista interna do bairro (os carros ficam nas calçadas por falta de espaço nas ruas)

Fonte: Lamounier (2006)



A pequena escala do bairro e a densa arborização das praças dificultam a visualização das casas

Fonte: Lamounier (2006)



As ruas estreitas permitem a passagem de apenas um automóvel por vez

Fonte: Lamounier (2006)



Praça periférica (próxima a uma rua mais larga)

Fonte: Lamounier (2006)



Praça interna (definida apenas por ruas estreitas)

Fonte: Lamounier (2006)

Figura II.51a – Fotos Conjunto do Café



As praças e as ruas estreitas são frequentemente utilizadas para as brincadeiras das crianças...

Fonte: Lamounier (2006)



...ou como local de trabalho de um dos moradores, fabricante de vassouras

Fonte: Lamounier (2006)



A pequena rampa adapta a calçada da praça para o estacionamento de carros e a rasura na placa mostra uma reclamação dos moradores

Fonte: Lamounier (2006)



Os moradores podam, capinam e varrem frequentemente os canteiros das praças

Fonte: Lamounier (2006)



Nos canteiros das praças são plantadas árvores de porte, flores, arbustos...

Fonte: Lamounier (2006)



...e até mesmo espécies comestíveis, como jaqueiras ou o pé de café da foto

Fonte: Lamounier (2006)

Figura II.51b – Fotos Conjunto do Café



Um dos bancos simples que compõem o mobiliário mínimo das praças

Fonte: Lamounier (2006)



Cadeiras adaptadas na praça mostram sua apropriação como uma extensão da casa: é vista como o jardim e o quintal dos moradores

Fonte: Lamounier (2006)



Alguns canteiros das quadras também são apropriados: neste pode-se ver plantas simbólicas como espada de são Jorge, além de bancos para permanência, ao fundo

Fonte: Lamounier (2006)



Além dos canteiros das praças e das quadras, plantas simbólicas ainda são colocadas em vasos na frente de lotes, na calçada

Fonte: Lamounier (2006)



Casa padrão COHAPAR

Fonte: Lamounier (2006)

Figura II.51c – Fotos Conjunto do Café

II.3.1.5 Considerações sobre o conjunto do café

O Conjunto do Café mantém qualidades não mais encontradas na maioria dos conjuntos habitacionais de Londrina.

O traçado exclusivo, com a distribuição das ruas internas estreitas e pequenas praças, é o principal elemento de identidade do bairro. Se num primeiro momento pode parecer confuso, elementos ordenadores como a praça central e a rua de duas pistas, bem como os módulos rebatidos de organização espacial e a visibilidade das praças, destacadas a partir de qualquer uma das ruas pela densa arborização, facilitam a orientação no bairro.

Ruas pensadas para o pedestre, a escassez de espaço do lote, o *design* simples e a pequena escala das praças parecem ter sido fundamentais à adoção dos seus espaços pela comunidade. A longa permanência dos moradores também favorece a organização da comunidade e a manutenção das praças e seus jardins comunitários.

As praças possuem grande importância quanto à composição da atmosfera de rua de nova velha tradição no Conjunto do Café. Assim, enquanto a praça tem seu significado modificado – de espaço central único para o de componente de uma série de “praças quintais”, utilizadas por número bem menor de pessoas, que vivem próximo dali, a rua também não é mais um simples espaço de circulação, recebe um caráter mais íntimo, tornando-se a extensão entre a casa e o “quintal”.

Algumas intervenções demarcam ao mesmo tempo a praça e a rua, denotando sua percepção como um território único. As pequenas praças acabaram por definir micro - comunidades, com relações mais constantes e vínculos mais estreitos, dentro do contexto maior da comunidade do bairro.

A conservação da atmosfera do Conjunto do Café é importante por trazer lições à construção de bairros e ruas baseados na participação comunitária, conduzindo a espaços mais seguros e agradáveis.

CAPÍTULO 7

II.4 TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM, RUPTURA E MANUTENÇÃO DE ATMOSFERAS

As ruas analisadas têm sofrido transformações que podem resultar na desestruturação de sua paisagem e anulação da atmosfera.

Em **ruas tradicionais** (Guaranis, Icós e “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas), este processo é refletido pela demolição da casa original de madeira em virtude de uma nova construção em alvenaria, não condizente com a escala, volume e composição das edificações tradicionais. Envolve, também, a substituição de moradores antigos do bairro por novos moradores. A não permanência enfraquece o senso de comunidade, responsável por uma série de qualidades da atmosfera tradicional, tais como segurança, manutenção, identificação com o espaço, relações de vizinhança e personalização.

Na **rua de nova tradição** (Jardim Shangri-lá) o processo de transformação da paisagem também se inicia com a venda ou aluguel das casas. A substituição das edificações, no entanto, não visa à mudança de material para melhor valorização do imóvel, pois as casas originais já são de alvenaria. É determinada, de uma forma geral, pela transformação do uso da rua. As residências são substituídas por construções comerciais que desrespeitam os padrões locais. A permanência de pessoas na rua é diminuída, enquanto aumenta sua utilização como estacionamento de automóveis.

Na **rua de nova velha tradição** (Conjunto do Café) as modificações da residência ocorrem conforme as possibilidades do proprietário. A escala das transformações não afeta a atmosfera do local.

II.4.1 Rua Guaranis: dissociação da vizinhança

Na Guaranis, o tempo de permanência na rua parece ser o principal determinante do grau de confiança entre vizinhos. As transformações da paisagem ocorridas na rua são prejudiciais à sua atmosfera não somente pela substituição das casas originais por construções que fogem ao padrão da rua, mas principalmente por estas virem acompanhadas

da mudança de moradores antigos. O aumento do número de pessoas com pouco tempo de moradia na rua, geralmente residentes de casas alugadas, que podem se mudar facilmente, acelera o processo de dissociação da vizinhança. Diminui a utilização da rua como local de interação entre moradores e, conseqüentemente, anula valores comuns, como o senso de responsabilidade pela manutenção do espaço.

A venda de uma das casas de madeira da rua, em 2003, desencadeou um processo significativo ao enfraquecimento da atmosfera tradicional. Integrava um par, em termos de composição, com uma das edificações vizinhas, construída na mesma época, no início dos anos 1950. Apresentavam em comum detalhes construtivos da arquitetura japonesa em madeira, como desenhos no forro e em suas juntas (estrela e losangos nos pontos de lâmpadas, por exemplo), além de paredes exclusivas para vedação, onde a transferência de cargas se dá através de pilares que delimitam as janelas.

Alguns moradores reclamaram da substituição desta casa por uma nova construção em alvenaria, fora da tipologia do bairro. Acentuando esta situação, o novo proprietário exigiu a verificação das dimensões do lote e a correção legal de uma pequena defasagem (aproximadamente 60 cm de largura frontal). Aos problemas surgidos com a discussão pela correção de um muro construído há mais de cinquenta anos, somaram-se os aterros do terreno realizados para a nova edificação. Foram executados de modo que o escoamento de águas se destinasse aos lotes vizinhos, gerando mais desconforto entre os moradores. Além disso, o comprador da casa não residia na rua e destinaria a nova construção ao aluguel, o que era visto como um fator incômodo pelos moradores tradicionais.

A partir de estudo inicial em 2003, o acompanhamento da rua Guaranis permitiu identificar as transformações ocorridas num período de três anos. A substituição mencionada ocorreu no trecho da rua onde havia maior concentração de casas de madeira e parece ter influenciado, com o tempo, a transformação de uma série de outras residências próximas. Teve, portanto, papel significativo na desestruturação da paisagem da rua Guaranis.

No final do primeiro ano, havia 33 lotes com casas de madeira visíveis a partir da rua. Em três anos, seis lotes sofreram transformações, restando, então, 27 com construções de madeira visíveis. Entre as seis transformações, quatro parecem ter sido influenciadas pela substituição da casa de madeira citada, pois ocorreram em lotes próximos da mesma.

Dois destes casos tratam-se da substituição completa de uma edificação de madeira por outra de alvenaria, que não respeita a tipologia das construções mais antigas. Em um caso o proprietário continua morando na residência e, no outro, a casa foi substituída

visando valor mais alto de aluguel.

Outros dois casos correspondem à mudança de material sem prejudicar o volume ou a tipologia geral das construções – foram mantidos a escala, os telhados, varandas, janelas frontais e acessos principais. Um consistiu da mudança para alvenaria de todas as paredes externas de uma casa e o outro da mudança para alvenaria somente da fachada principal.

As duas transformações restantes não apresentam relação com a primeira substituição de 2003. Uma trata-se de um lote com casa de madeira onde o morador resolveu aumentar a altura do muro. Como a edificação não pode mais ser vista a partir da rua, é como se não existisse. O alto e extenso muro acaba reforçando o conjunto de grandes construções em alvenaria. O outro caso, por fim, ocorreu devido ao incêndio, iniciado por problemas na fiação elétrica, de uma casa de madeira. Sua fachada principal, no entanto, permanece como testemunho da casa antiga, emoldurada por um pequeno jardim mantido pelos proprietários, que possuem uma fábrica de velas nos fundos do lote. No caso de uma nova construção, esta deveria situar-se atrás das ruínas da antiga residência. A preservação da fachada de madeira e do pequeno jardim seria uma estratégia de conservação de atmosferas, frente a transformações inevitáveis (como os incêndios comuns em casas de madeira), que poderia ser aplicada também em casos de modificações realizadas pelo proprietário.

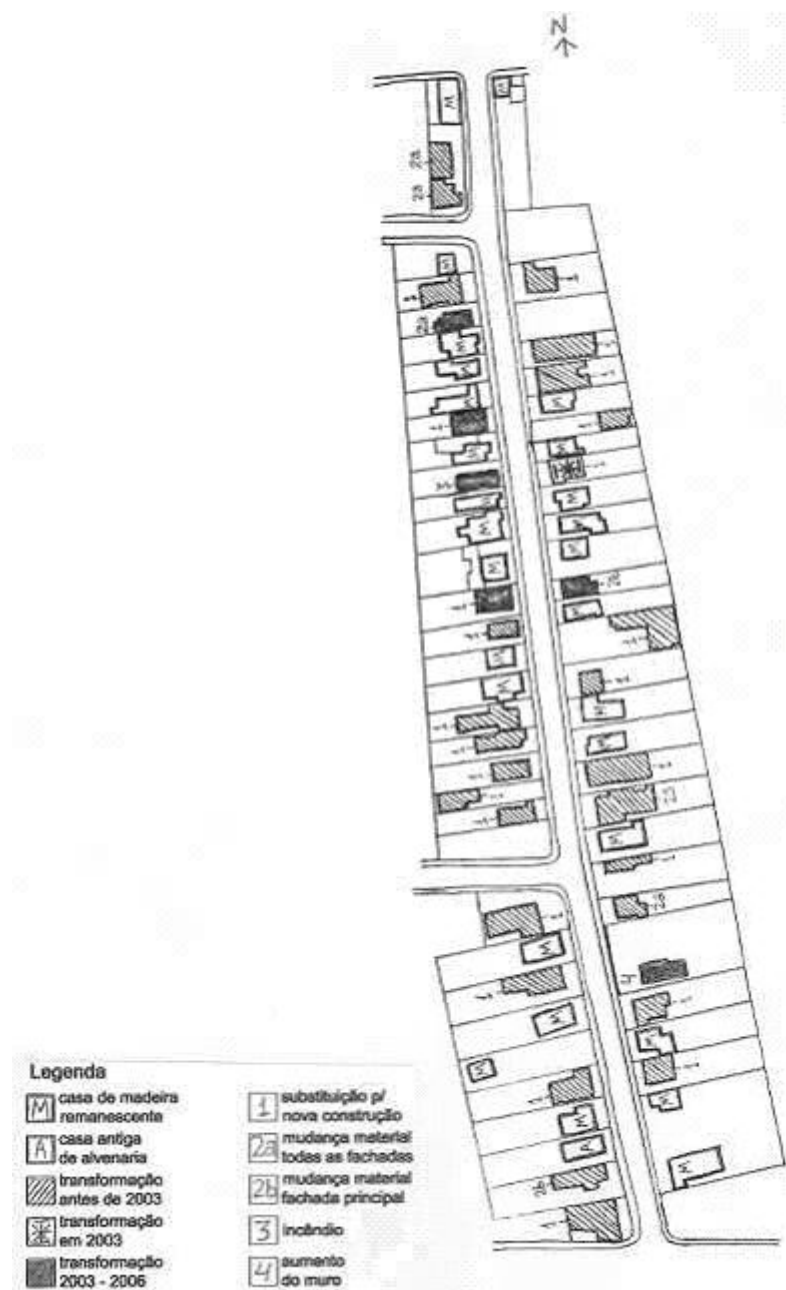


Figura II.52 – Rua Guaranis: mapa de transformações visíveis
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

II.4.2 Rua Icós: mudança de proprietários

As transformações na rua Icós ocorreram somente no lado mais baixo da rua. Tratam-se de barracões e grandes residências em alvenaria, fora do padrão das construções tradicionais do bairro, numa seqüência que se estende aproximadamente do meio da quadra até a rua Duque de Caxias. São, em geral, casas ocupadas por novos proprietários

(em relação aos moradores antigos, com mais de 40 anos na rua) que resolveram substituir a edificação original quando se mudaram para o local.

Nesta rua, a preservação das casas de madeira parece relacionar-se a dois fatores interligados: a forte declividade do terreno e a permanência de moradores antigos. De fato, no lado mais alto, onde os lotes são elevados, quase todas as casas são ocupadas por proprietários antigos.

A forte declividade do terreno dificulta transformações como a instalação de garagens ou de novas construções. Leva à desvalorização dos lotes deste lado da rua, dificultando sua venda e propiciando, portanto, a permanência dos mesmos moradores durante vários anos.

A permanência de uma família na mesma casa ao longo dos anos vai associando cada vez mais significados ao local. Através das gerações, simbolizações diversas vão sendo atribuídas à moradia. A casa que era importante por ser o primeiro lar, às vezes construída pelo próprio dono, pode ter importância para os filhos deste por representar o local de nascimento e única moradia, enquanto que para os netos trata-se de um testemunho físico da história da família, um ambiente imbuído de recordações dos parentes já ausentes.

Na Icós, caso fossem demolidas as casas antigas de madeira, as novas edificações seriam ressaltadas pela diferença de altura em relação à rua. A construção de garagens, por exemplo, levaria à definição de uma paisagem de rua composta praticamente apenas por garagens, já que estes espaços situariam-se obrigatoriamente na frente das casas, para possibilitar o acesso de automóveis no nível da rua.

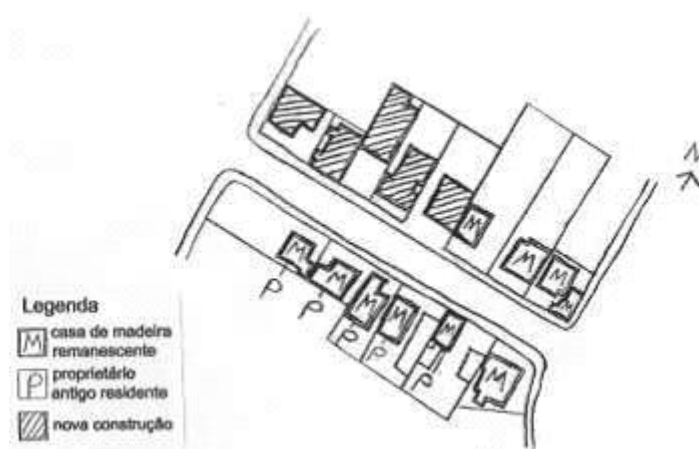


Figura II.53 – Rua Icós: mapa de transformações visíveis
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

II.4.3 “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: adaptações necessárias

Recentemente, pequenas intervenções revelaram que a atmosfera das ladeiras pode ser melhorada ou consideravelmente prejudicada através de modificações pontuais.

A ocupação das quatro edificações num dos lados da Espírito Santo levou a melhorias em sua na atmosfera. Intervenções individuais, como a pintura de três casas do conjunto e a colocação de vasos com plantas, simbolizando pequenos jardins na área livre do lote, denotam a preocupação dos moradores com o melhoramento do espaço. Por serem cuidados visíveis, conduzem à possibilidade de modificar positivamente os “ares” de um determinado local sem grandes custos, através da manutenção cotidiana.

Modificações como o fechamento de uma varanda improvisada na casa da parte mais alta deste lote, ou a troca de uma janela lateral de outra das casas, são adaptações necessárias que visam aumentar a segurança ou adequar melhor a edificação ao gosto do morador. As paredes treliçadas de madeira, por exemplo, transformaram a varanda improvisada em mais um cômodo (um “puxadinho” no volume da edificação) e interromperam a seqüência visível de rebatimento das fachadas das edificações. A utilização de grandes vasos para a colocação das plantas, em outra destas casas, remete mais à idéia de decoração que de tradição, já que em ruas tradicionais as plantas são colocadas em vasos menores, xaxins e latas de óleo. Tratam-se, no entanto, de um tipo de mudança reversível e que não interfere na atmosfera tradicional da ladeira. Indicam, por outro lado, a preocupação com sua manutenção.

Na “ladeira” Alagoas, a instalação do gabião, substituindo parte do muro antigo, embora possa ser vista como uma forma de garantir a segurança estrutural, evitando desabamentos, consiste, por outro lado, na desestruturação de uma paisagem moldada há muito tempo, acomodada no local e com a qual os usuários do espaço já estariam, provavelmente, acostumados. Frente aos trechos do antigo muro de onde pendem plantas e parte das copas de algumas árvores, o gabião revela-se um elemento de pouco interesse visual.

Os lotes pequenos e o terreno acidentado foram determinantes à preservação das casas de madeira nas duas ladeiras. Dificultam a ocorrência de reformas e a substituição por novas construções e, como não possibilitam o acesso a automóveis, impedem transformações de uso no local.

II.4.4 Jardim Shangri-lá: transformação do uso

Talvez pela proximidade com a movimentada avenida Leste-Oeste, a rua Guilherme da Mota Correia tem passado por uma transformação de uso. Na rua inicialmente residencial, a maioria das edificações destina-se, atualmente, ao uso comercial – predominantemente empresas de segurança. O espaço da rua acaba, então, sendo mais utilizado como estacionamento para automóveis. A transformação do uso é acompanhada por reformas e pelo surgimento de grandes construções que não respeitam a escala nem a tipologia das casas modernistas originais do Jardim Shangri-lá. Novos prédios sem muros frontais quebram o ritmo dos recuos homogêneos estabelecido pelos limites visualmente transponíveis dos lotes de construções mais antigas.

A declividade do terreno também parece ter determinado a preservação das casas, já que as poucas edificações modernas remanescentes concentram-se, de uma forma geral, nas extremidades da rua, onde os lotes são mais altos. Entre estas, as que mantêm o uso residencial permanecem sem alterações. As demais, transformadas em edificações comerciais, sofreram modificações como a textura da fachada (aplicação de *grafiato*, por exemplo) e substituição das janelas e portas frontais.

Nos trechos onde não há mais construções originais, no entanto, a arborização, a rua curva e as praças em “crescente” garantem a permanência da atmosfera de nova tradição. Constituem, então, os principais definidores da atmosfera do local.

A aprovação, em 2005, das Leis Municipais 9705 e 9873 abriu espaço para transformações que podem levar à perda de uma das principais características da estrutura do Jardim Shangri-lá: as vielas. Tendo como justificativa a insegurança quanto

à criminalidade, a Lei prevê a anexação aos lotes vizinhos de 14 das 17 vielas do bairro. Retrocede em relação à provisão de espaços pedestre, uma das principais concepções de projeto do Jardim Shangri-lá, determinada por diretrizes da Lei 133 de 1951. Diminuiria a segurança das pessoas em relação aos automóveis, qualidade importante e dificilmente observada em outras áreas da cidade, e desestimularia as caminhadas pelas ruas, já que as quadras se tornariam extensas demais para se transpor a pé.

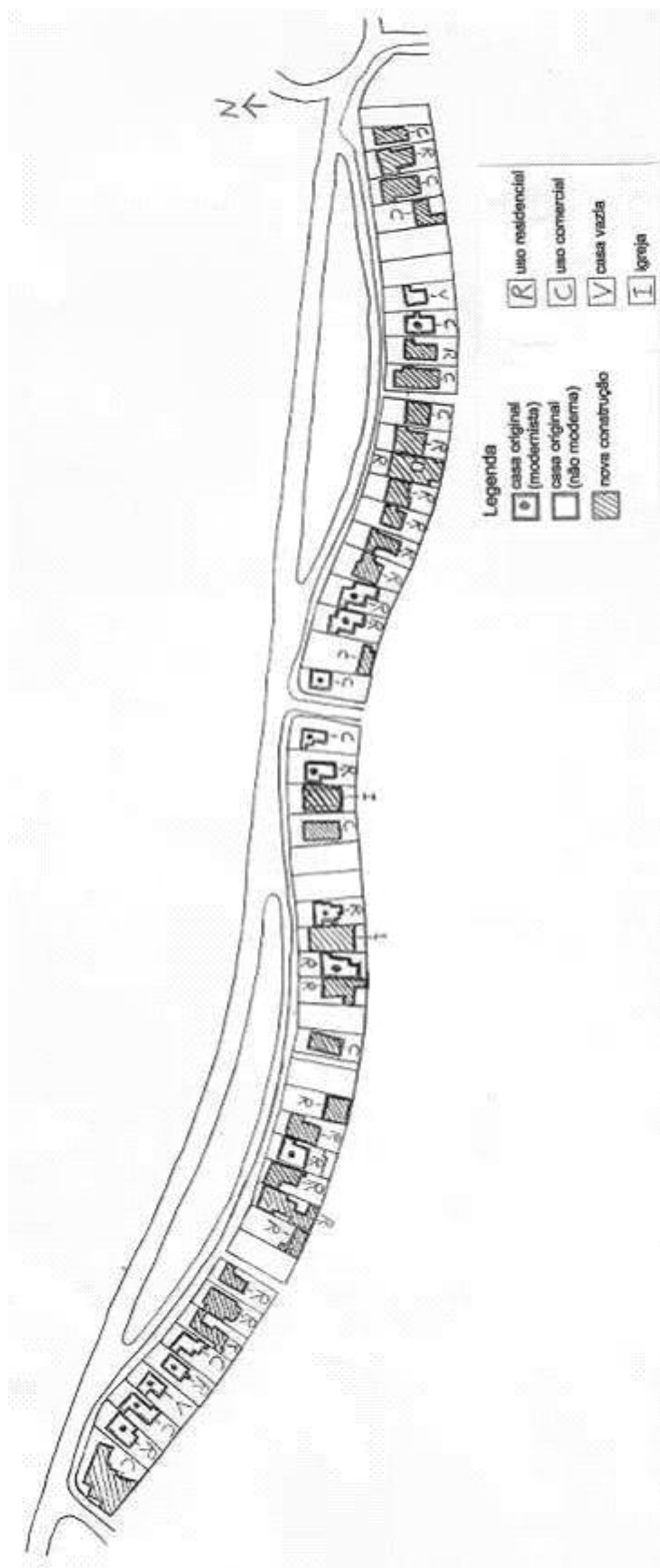


Figura II.54 – Jardim Shangri-lá: mapa de transformações visíveis
desenho do autor sobre Planta Cadastral de 1993 – PML

II.4.5 Conjunto do café: intervenções pulverizadas

No Conjunto do Café as dimensões reduzidas dos lotes restringem as possibilidades de modificação das casas. Assim, as intervenções acabam sendo pulverizadas devido à pequena escala dos lotes, não interferindo na atmosfera do bairro como um todo. Tal fato também determina a preservação de elementos simbólicos, como gradis e muros baixos, nos limites com a rua (muros altos restringiriam a circulação de ar e transmitiram a impressão de menos espaço no lote, “enclausurando” a casa). A vegetação das praças, por sua vez, esconde as poucas alterações mais significativas nas edificações.

O predomínio de moradores com aproximadamente o mesmo poder financeiro e a existência de certos conceitos comuns, como a idéia de que o telhado com o caimento de uma das “águas” para a frente da casa confere mais *status* à edificação, pode levar a uma tipologia de modificações.

A estrutura e a morfologia do bairro não sofreram transformações. A configuração hermética mantém a privacidade dos moradores. Preserva o senso de comunidade e garante certa exclusividade quanto ao uso das praças, incentivando sua apropriação e manutenção. Junto ao fato de ser uma área desvalorizada (conjunto habitacional de baixa renda, localizado próximo a três cemitérios), o traçado e a organização dos espaços livres pode ter assegurado a conservação da atmosfera no Conjunto do Café.

II.4.6 Conclusões Preliminares

Estágios de Transformação

A transformação da paisagem de uma rua é um processo que ocorre continuamente. Cortes transversais nas ruas estudadas (Figuras II.41, II.42, II.43a,b e II.44) possibilitam a leitura de três estágios definidos pela transformação das construções originais na frente do lote: trechos com as características preservadas dos dois lados da rua, trechos com as características preservadas apenas de um lado da rua e trechos onde estas características não foram preservadas.

A rua Guaranis apresenta os três estágios. A proximidade com o centro da cidade tem aumentado o interesse de imobiliárias na região. Assim, apesar da conservação de número significativo de casas de madeira, a rua possui trechos onde há preservação dos dois lados e de apenas um lado da rua, além de trechos onde as características originais não foram preservadas.

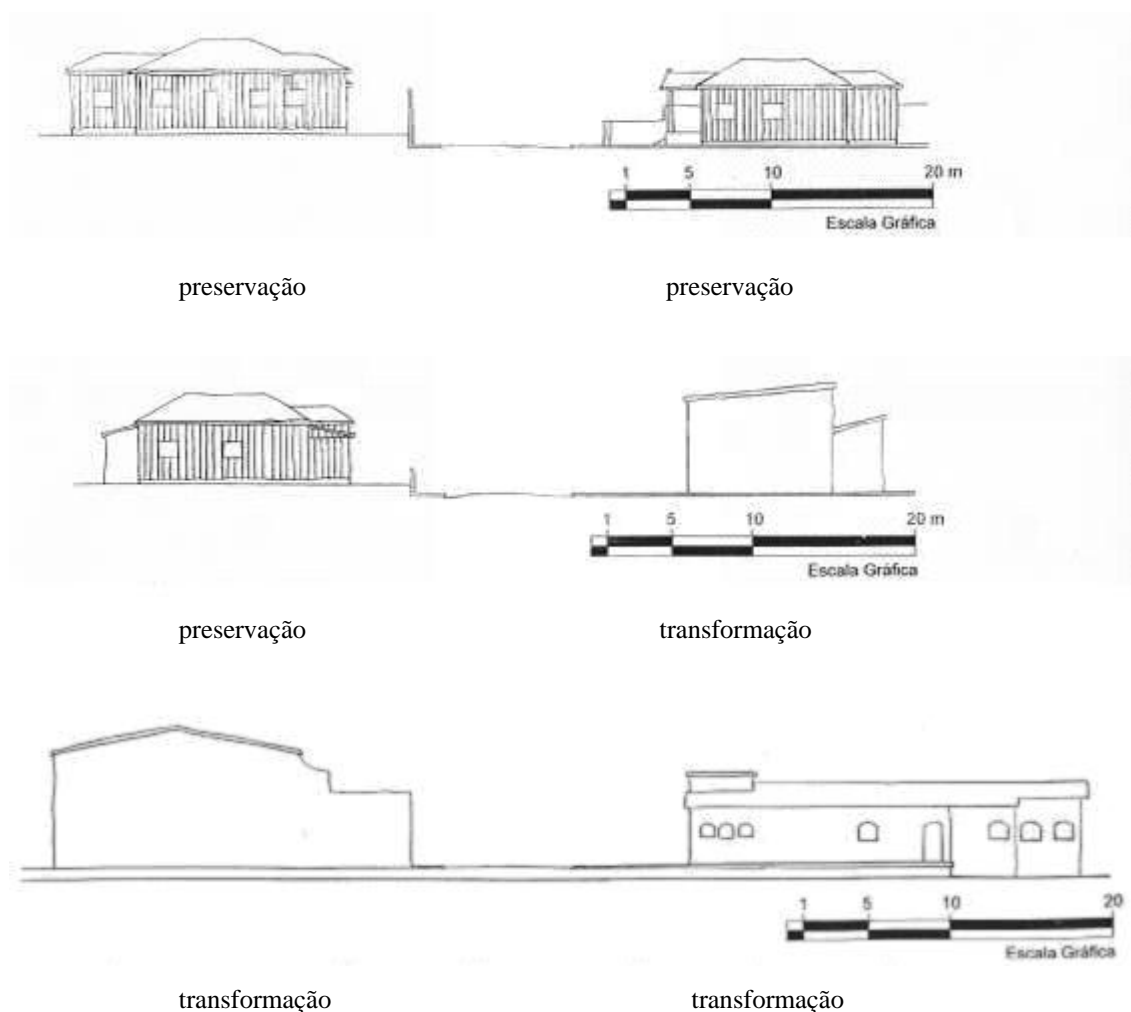


Figura II.55 – Rua Guaranis: estágios de transformação

Fonte: Lamounier (2006)

Na rua Icós nota-se apenas dois estágios. Correspondem, respectivamente, a trechos com preservação dos dois lados e de apenas um lado da rua.

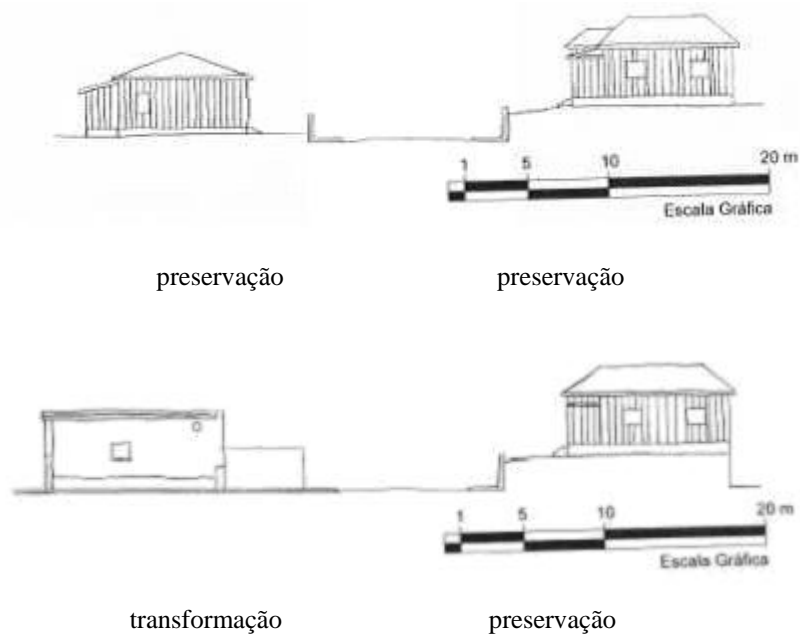


Figura II.56 – Rua Icós: estágios de transformação

Fonte: Lamounier (2006)

Nas ladeiras há trechos correspondentes aos três estágios (um somente na Espírito Santo, outro somente na Alagoas, e o último nos dois locais). São definidos pela preservação das edificações de madeira, e pela instalação de empresas cercadas por grandes muros. Na parte mais alta, a Espírito Santo apresenta casas de madeira preservadas dos dois lados. Já na Alagoas, as casas preservadas situam-se apenas de um lado – o outro é delimitado por um alto e extenso muro. Na parte baixa, as duas ladeiras são cercadas, de ambos os lados, por grandes muros de alvenaria.

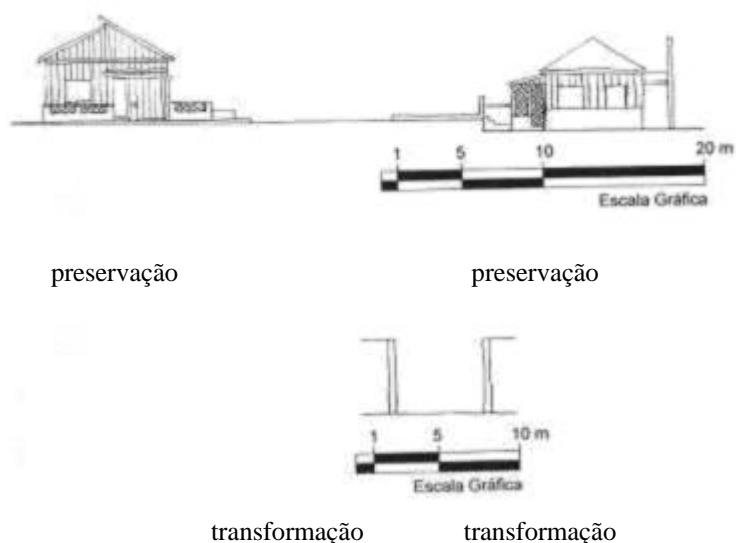


Figura II.57a – “Ladeira” Espírito Santo: estágios de transformação

Fonte: Lamounier (2006)

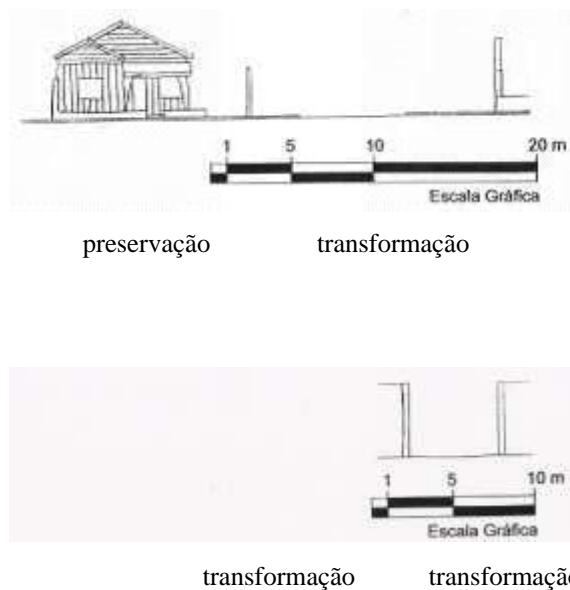


Figura II.57b – “Ladeira” Alagoas: estágios de transformação

Fonte: Lamounier (2006)

Na rua do Jardim Shangri-lá pode haver apenas dois estágios quanto à transformação das edificações. Por ser composta por edificações de um lado e praças do outro, há apenas trechos com a preservação das características originais e onde não houve preservação.

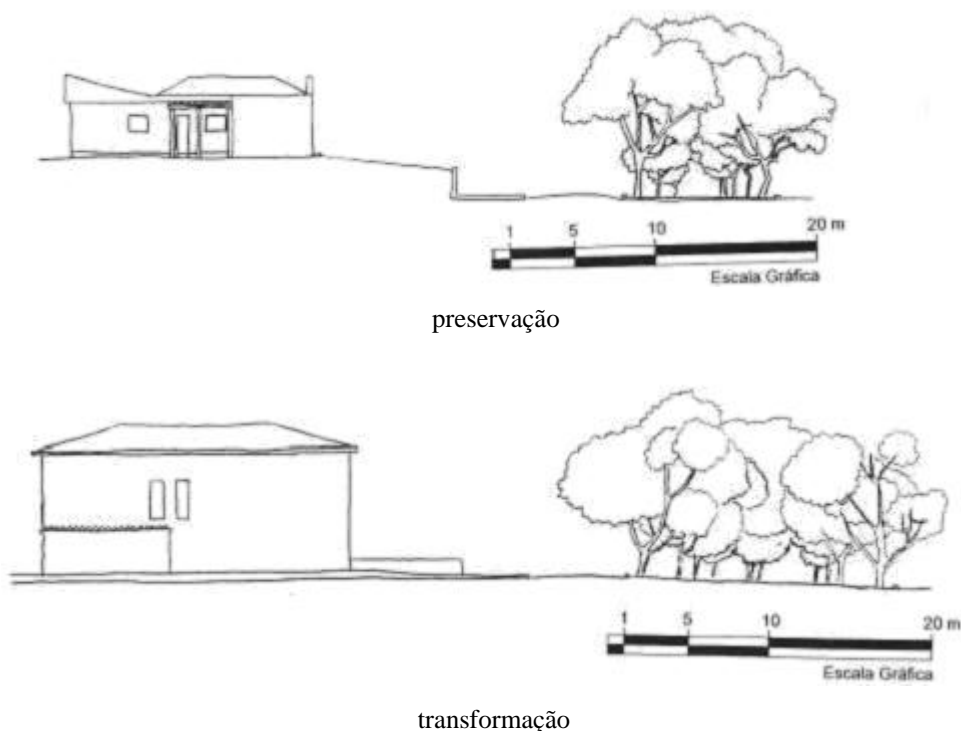


Figura II.58 – Jardim Shangri-lá: estágios de transformação

Fonte: Lamounier (2006)

Cortes referentes às transformações de edificações no Conjunto do Café não são mostrados, já que as alterações nas casas não interferem na atmosfera das ruas.

“Zonas de Identificação de Atmosfera”

Atmosfera é difícil de se construir, mas, uma vez estabelecida, possui certa resistência quanto à sua anulação. A análise das transformações nas ruas estudadas permite concluir que há um certo grau de modificações que cada local pode suportar sem perder sua atmosfera. Este grau pode variar de rua para rua.

A concentração maior de características originais em alguns trechos das ruas delimita as chamadas “zonas de identificação de atmosfera”. São áreas que melhor representam a atmosfera do local, por apresentarem menor ocorrência de transformações ou por terem sofrido apenas modificações leves, sem grandes interferências na paisagem ou perda significativa dos valores locais. Podem ser determinadas pela configuração físico-espacial do local.

Na Guaranis, a “zona de identificação” localiza-se no trecho central da rua, onde se pode notar maior preservação de características tradicionais.

Na rua Icós, a “zona de identificação” foi determinada pela declividade do terreno. Localiza-se na metade mais alta da rua e no lado onde os lotes são elevados em relação à calçada.

Nas “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas, a “zona de identificação” situa-se na parte mais alta. Os lotes pequenos e o terreno acidentado garantiram a preservação das primeiras edificações.

No Shangri-lá, o relevo também parece ter influenciado a localização da “zona de identificação”. Situa-se nas extremidades da rua, onde os lotes são mais altos que os do meio das quadras. Embora seja a rua que mais sofreu transformações entre os locais pesquisados, o formato e a organização dos espaços livres e a arborização mantêm a atmosfera nos trechos onde não houve preservação das características originais.

No Conjunto do Café, as “zonas de identificação” localizam-se nas ruas em volta das praças. O conjunto de pequenas praças bastante arborizadas consiste no fator principal quanto à definição da identidade do bairro. Destaca-se como atrativo frente às casas quase idênticas.

A importância das praças, ruas e arborização na composição das atmosferas do Jardim Shangri-lá e do Conjunto do Café mostram que determinadas morfologias e estruturas são mais resistentes a transformações. Podem assegurar a permanência da atmosfera de um local mesmo após a substituição das edificações originais.

Em todas as ruas estudadas, sejam tradicionais, de nova tradição ou nova velha tradição, pôde-se notar a importância da visibilidade entre os domínios público e privado à composição de atmosferas. Nas “zonas de identificação” o predomínio de muros baixos permite observar os jardins e o casario homogêneo, visualizar as pessoas à distância e facilita a percepção de conjunto quanto à configuração do espaço. Se a cidade torna-se tão insegura, a construção de muros altos causa cisão entre os espaços da rua e do lote, acabando com a continuidade visual. Além de uma paisagem monótona, tal fato pode resultar na diminuição da tolerância entre vizinhos, essencial ao senso de comunidade.

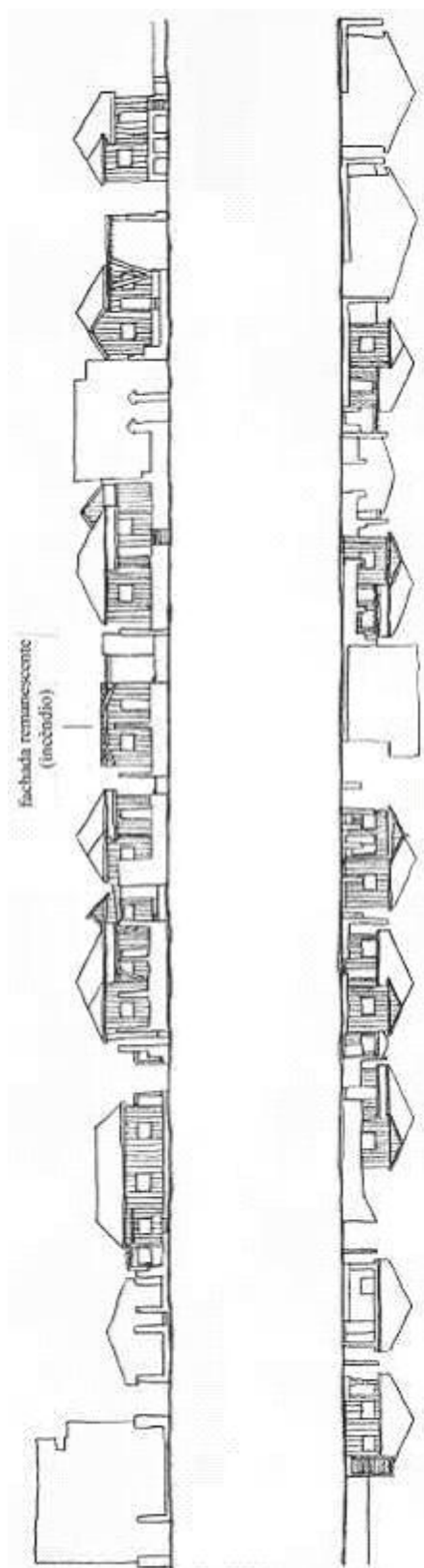


Figura II.59 – Rua Guarani: zona de identificação de atmosfera

Fonte: Lamounier (2006)

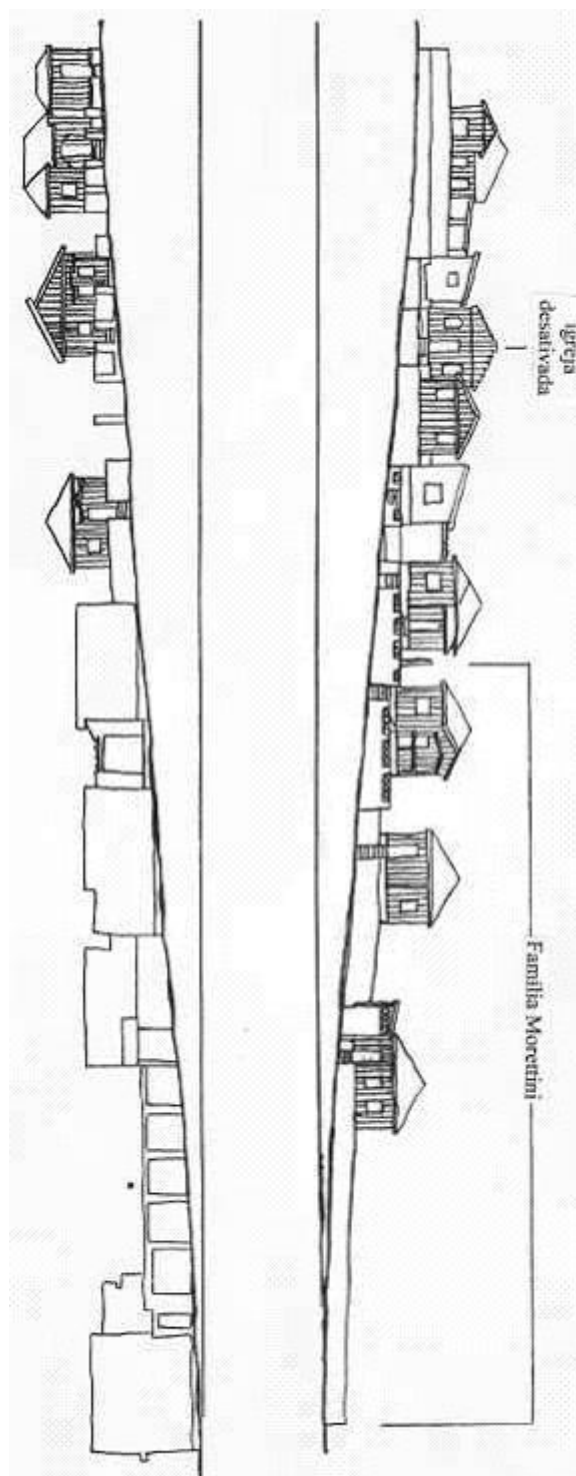


Figura II.60 – Rua Icós: zona de identificação de atmosfera

Fonte: Lamounier (2006)

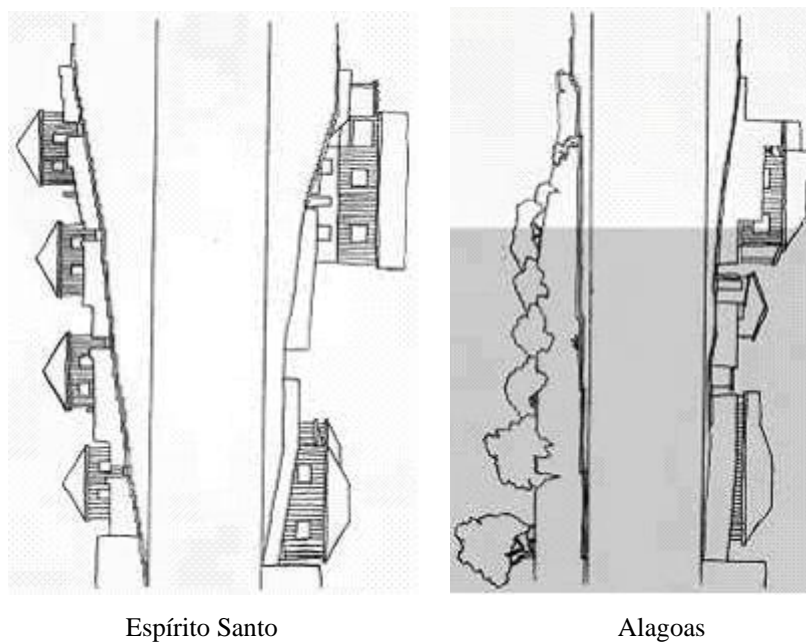


Figura II.61 – “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: zona de identificação de atmosfera

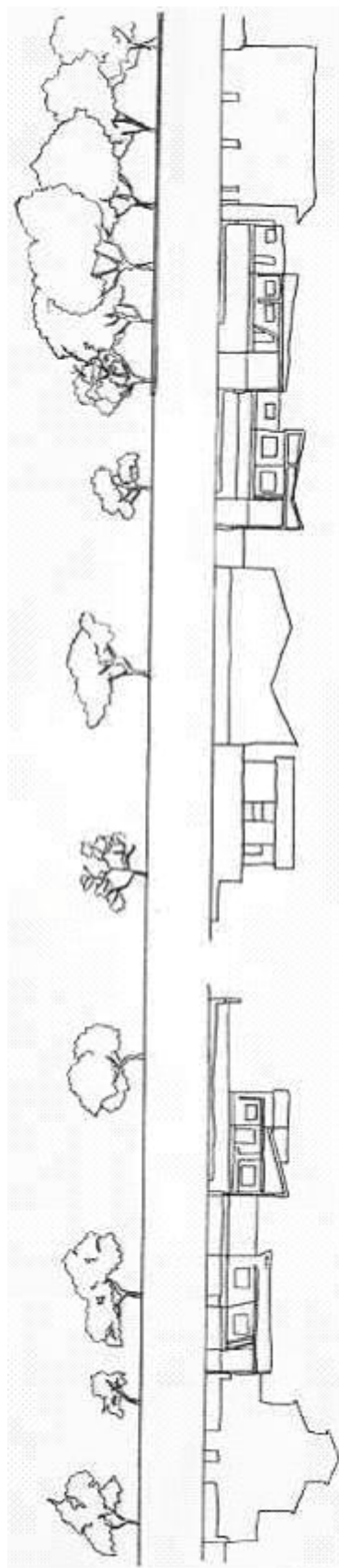


Figura II.62 – Jardim Shangri-lá: zona de identificação de atmosfera

Fonte: Lamounier (2006)

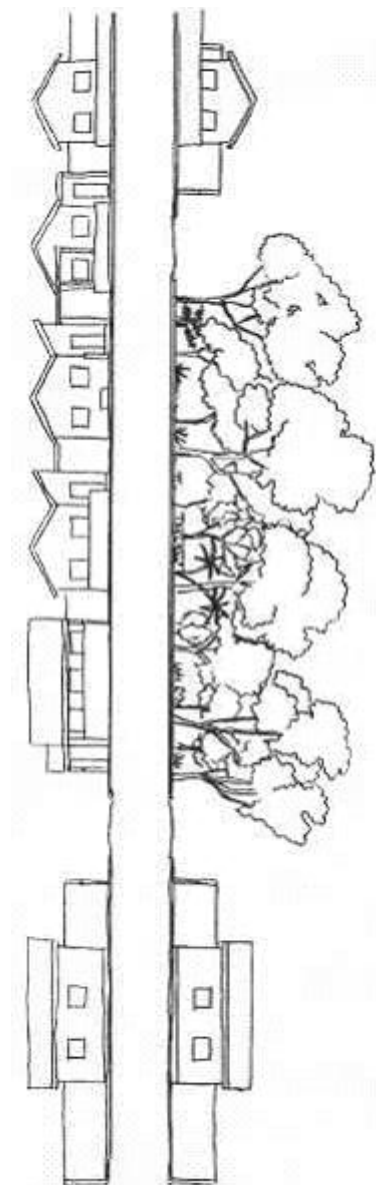


Figura II.63 – Conjunto do Café: zona de identificação de atmosfera

Fonte: Lamounier (2006)

REFERÊNCIAS

APPLEYARD, D. **Livable Streets and Protected Neighborhoods**. In: Livable Streets. Berkeley: University of California Press, 1981. parte 3, caps. 13-14, p. 243-293.

CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, IPHAN, 2000.

GUADANHIM JR., S. **Influência da Arquitetura Moderna nas Casas de Londrina: 1955-1965**. Tese de Doutorado, Pós-Graduação FAU-USP, orientador Prof. Dr. Paulo Bruna. São Paulo, 2002.

HÜLSMEYER, A. **Qualidades do Espaço Livre Urbano: valores ambientais, culturais e funcionais**. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, DeGeo/UEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 2004.

JACOBS, A. **Making Great Streets**. In: Great Streets. Massachusetts: MIT Press, 1999. parte 4, caps. 1-3, p. 269-315.

KANASHIRO, M. **Roofscape Como Identidade Urbana**. In: Anais da 7a SBPN. Londrina, 1999. p. 453-458.

KODA, L. **Paisagem de Conjuntos Habitacionais**. Trabalho de Graduação Interdisciplinar DAU/UEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 2003.

LEME, E. **Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição**. Londrina: EDUEL, 2005.

MAGALHÃES, R. **Ruas Londrinenses: um estudo comparativo de estruturação espacial**. Trabalho de Graduação Interdisciplinar DAU/UEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 1995.

MOUDON, A.; UNTERMANN, R. **Grids Revisited**. In: MOUDON, A. (org.). Public Streets for Public Use. New York: Anne Vernez Moudon, Van Nostrand Reinhold Company, 1987. parte 2, cap. 9, p. 132-148.

NETTO, J.; CARVALHO, M. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1996.

RAPOPORT, A. **The Perceptual Characteristics of Pedestrian Streets: the general and specific hypotheses.** In: History and Precedent in Environmental Design. New York: Plenum Press, 1990. parte: 3, cap. 7, p. 261-296.

SCHWARTZ, W. **Prestes Maia Organizou a Cidade.** In: Jornal de Londrina. Londrina, 20 de março de 1996. Caderno 1, p. 8.

TRIGUEIROS FILHO, M. **Dos Porões da Delegacia de Polícia.** Londrina: Canadá Produções Didáticas, 1979.

TUAN, Y. **Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

UBIRATAN, P. **O Primeiro Conjunto: primeiras casas populares têm 38 anos.** In: Folha de Londrina. Londrina, 10 de dezembro de 1999. p. 6.

VIEIRA, E. **Ruas Atrativas: do espaço projetado ao espaço vivido.** Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, DeGeo/UEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 2003.

Vitruvius Book I. UK: Cambridge University Press, 1999.

YAMAKI, H. **Labirinto da Memória: paisagens de Londrina.** Londrina: Midiograf, 2006.

YAMAKI, H. **Plano de Urbanismo – Prestes Maia 1951: “uma verdadeira metrópole”.** In: Folha de Londrina. Londrina, 19 de setembro de 2004. Folha Classificados, p. 6.

YAMAKI, H. **Iconografia Londrinense.** Londrina: Edições Humanidades, 2003b.

YAMAKI, H.; FERREIRA, Y.; LIMA, F.; MENDONÇA, F. **Plano Diretor de Londrina: documento para discussão.** Londrina, 1995.

SITES PESQUISADOS

CNU – CONGRESS FOR THE NEW URBANISM. **Charter of the New Urbanism**. [1980]. Disponível em: <<http://www.cnu.org/aboutcnu/index.cfm?formaction=charter>>. Acesso em: 04/05/2005.

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná. s/d. Disponível em: <http://200.189.113.88/cohapar/consultas/consulta_municipio2.php>. Acesso em: 16/04/2006.

Executivo Municipal de Londrina. **Lei No. 9873/2005**. Aprovação em 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.ceaam.net/lnd/lnd/leis/2005/L09873.htm>>. Acesso em: 08/03/2006.

Executivo Municipal de Londrina. **Lei No. 9705/2005**. Aprovação em 06 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.ceaam.net/lnd/lnd/leis/2005/L09705.htm>>. Acesso em: 08/03/2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. S/d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 15/02/2007.

**OUTRAS PUBLICAÇÕES:
DOCUMENTOS E PERIÓDICOS HISTÓRICOS DE LONDRINA**

Guia Geral de Londrina: edição especial de 1954. Londrina: Empresa Propagandista do Norte do Paraná, 1954. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

Imobiliária Ypiranga. **Jardim Shangri-lá – o aristocrático bairro residencial da cidade de Londrina.** Marília: Organização Fotográfica Mariliense, [1950]. Panfleto de Propaganda do Loteamento. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

Jornal Paraná Norte. **Edital – Loteamento de Imóveis.** In: Paraná Norte. Londrina: 03 de julho de 1938. p. 2-3. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

Manuscritos de Prestes Maia, 1952. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

PML – Departamento de Planejamento e Urbanismo. **Lei No. 133/51: dispõe sobre loteamento, arruamento, zoneamento e dá outras providências.** Aprovação em 07 de dezembro de 1951. Londrina: Tipografia Oliveira. Acervo: Humberto Yamaki.

**CONCLUSÃO:
HÁ FUTURO PARA ATMOSFERAS?**

CONCLUSÃO: HÁ FUTURO PARA ATMOSFERAS?

APREENDENDO ATMOSFERAS

Atmosfera pode ser entendida como a personalidade ou o caráter de determinadas ruas. Seus componentes e qualidades tornam estas ruas agradáveis, familiares. Transmitem a impressão de ruas paradas no tempo. É composta por aspectos visíveis (elementos físicos de composição e suas relações espaciais) e invisíveis (senso de comunidade e apego ao “lugar”). Na paisagem, muitas das coisas que se percebe são, na verdade, depreendidas e não realmente vistas. A compreensão de valores e práticas locais, após o contato com os moradores e observação de seu cotidiano, permite enxergar alguns aspectos invisíveis à primeira leitura (espécies de plantas, por exemplo, que se repetem em jardins de uma mesma rua – aspectos visíveis, podem indicar relações mais estreitas entre os vizinhos – aspectos invisíveis).

A apreensão de atmosferas exige certo envolvimento do observador. Inicialmente, depende de uma visão externa, como a de um “turista” eventual, capaz de enxergar mais detalhadamente os aspectos visíveis. Num segundo momento, deve se aproximar mais da forma de percepção de um morador do local, para a compreensão das práticas e valores que mantêm os significados associados ao espaço.

As ruas foram analisadas de acordo com dois métodos que se baseiam, respectivamente, nas qualidades urbanas e nos elementos de composição da atmosfera.

QUALIDADES URBANAS

Os sete autores estudados direcionam-se a linhas diferentes de pesquisa sobre qualidades de espaços urbanos. O arquiteto Allan Jacobs (estética) preocupa-se mais com os aspectos físicos e visuais de ruas de qualidade. Ian Bentley e sua equipe (“responsividade”), Donald Appleyard (“vivenciabilidade”), também arquitetos, e o grupo multidisciplinar PPS (usabilidade do espaço público), embora se dediquem predominantemente às características físicas e visuais dos espaços, dispensam atenção

considerável a aspectos como cultura, uso e sociabilidade. O arquiteto Christian Norberg-Schulz (identificabilidade) e o psicólogo ambiental Robert Gifford (“territorialidade”) pesquisam as influências da configuração espacial em funções psíquicas como orientação, identidade e senso de pertencimento ao local. Por fim, o arquiteto Amos Rapoport (“complexidade”) trata das influências dos elementos de composição e organização dos espaços e da carga cultural do observador no processo de percepção.

Apesar das diferentes formações e interesses de pesquisa, a análise dos estudos existentes revela que alguns conceitos são preocupações comuns entre estes autores. Nota-se que há um equilíbrio entre as preocupações com as características físico-espaciais e com os valores culturais e práticas sociais mantidas nos espaços urbanos. As qualidades mais consideradas foram:

1 (sete autores) – ordem e organização espacial, detalhes e grau de interação entre as pessoas e entre estas e o local;

2 (seis autores) – “definição”, características notáveis e personalização;

3 (cinco autores) – acessibilidade e permeabilidade, historicidade, segurança, manutenção, cultura e sociabilidade.

Uma forma possível de avaliação de atmosferas seria a identificação, numa determinada rua, das qualidades mais consideradas pelos autores estudados e sua classificação em três níveis, num gabarito, conforme o grau de intensidade (bom, regular ou ruim). O aumento estratégico da intensidade de qualidades que podem ser melhoradas, como grau de interação entre as pessoas e entre estas e o local, personalização, cultura, sociabilidade, segurança e manutenção, resultaria, talvez, em melhorias na atmosfera da rua.

AVALIAÇÃO DE ATMOSFERAS												
QUALIDADES MAIS CONSIDERADAS PELOS AUTORES												
Grau de Interação Entre as Pessoas	Grau de Interação Entre as Pessoas e o Local	Detalhes	Ordem e Organização Espacial	Personalização	"Definição"	Características Notáveis	Cultura	Sociabilidade	Segurança	Manutenção	Historicidade	Disponibilidade/Permissibilidade
BOM												
REGULAR												
RUIM												

Figura C.1 – Identificação de Qualidades: possibilidade de avaliação de atmosferas

Fonte: Lamounier (2006)

As possibilidades de análise não precisam se restringir somente às qualidades mais consideradas pelos autores estudados. Entre todas as qualidades definidas, considera-se de grande importância as que se relacionam a um forte senso de comunidade e identificação com o “lugar”. Conduzem, por exemplo, à qualidade de segurança, uma das maiores preocupações contemporâneas das cidades.

Junto a algumas das chamadas características físicas e visuais apropriadas, qualidades consideradas perceptivas e a preservação de elementos naturais, bem como o respeito ao relevo na implantação, são importantes definidores de uma identidade local.

Neste sentido, cultura, sociabilidade, relações de vizinhança, grau de interação, manutenção e personalização, complementaridade entre os componentes da paisagem, cercas ou muros com permeabilidade visual entre os domínios público e privado, segurança satisfatória em relação ao tráfego de automóveis e a disposição da arborização de modo a oferecer áreas sombreadas e ensolaradas, tornando o espaço agradável à permanência e caminhadas, além da presença de elementos que denotam a passagem do tempo no local ou fatos memoráveis ocorridos ali, características notáveis, contrastes em relação à área do entorno e detalhes que atraem a atenção das pessoas, a topografia do terreno e a preservação de determinadas características naturais são qualidades consideradas importantes à composição de atmosferas.

Além destas qualidades, o espaço em questão deve apresentar as qualidades de acessibilidade e permeabilidade. O fácil acesso e a quantidade razoável de trajetos possíveis estimularia sua utilização pelas pessoas. A possibilidade de caminhos diversos poderia evitar a monotonia resultante do costume com a paisagem.

ATMOSFERAS DE LONDRINA

As atmosferas identificadas nas ruas analisadas de Londrina podem ser divididas em três tipos: **tradicional, de nova tradição e de nova velha tradição.**

A **de rua tradicional** (Guaranis, Icós e “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas) pode ser encontrada em ruas nos antigos limites da cidade, cuja construção iniciou-se a partir do final dos anos 1930. Caracteriza-se pelo casario homogêneo de madeira, jardins bem cuidados, limites tênues entre os domínios público e privado e árvores de copas densas nas calçadas. É ainda comum a presença de pessoas conversando na rua, o que se deve a um forte

senso de comunidade. Algumas demarcações visíveis de territórios atestam a identificação com o “lugar”.

A **de rua de nova tradição** resulta da nova forma de se pensar os espaços da cidade, surgida em Londrina principalmente com a Lei 133/51. É representada pelo Jardim Shangri-lá, projetado no início dos anos 1950. Sua definição se dá principalmente pela morfologia e estrutura espacial do local, onde o formato e a disposição das ruas e praças, a arborização e a integração entre os espaços pedestre são elementos de destaque. As edificações de alvenaria em estilo modernista complementam esta atmosfera.

Por fim, a **de rua de nova velha tradição** é identificável no Conjunto do Café, primeiro conjunto habitacional de Londrina, iniciado entre as décadas de 1950 e 1960. A configuração do bairro em volta de praças reflete práticas tradicionais repensadas, resultando em novas formas e significados de organização espacial. Esta atmosfera também é definida pela morfologia e estruturação do bairro, além de envolver um forte senso de comunidade entre os moradores. O difícil acesso, as ruas estreitas e a série de pequenas praças bastante arborizadas têm papel fundamental nesta definição.

COMPONENTES VISÍVEIS

Diferentes atmosferas são resultantes das diversas articulações dos elementos que as compõem. Estudadas visualmente, revelam a existência de “camadas” na paisagem, definidas a partir da rua. Um corte transversal permite maior precisão na leitura destas “camadas”.

Em **ruas tradicionais**, estas “camadas” tendem a apresentar simetria entre os dois lados visíveis da rua, definindo uma paisagem homogênea, com algumas variações. Entre as ruas Guaranis, Icós e as “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas, a organização dos mesmos componentes em terrenos com diferentes declividades resultaram em paisagens com pequenas diferenças que correspondem, no entanto, ao mesmo tipo de atmosfera.

Na Guaranis, os cortes revelam a seqüência, em cada um dos lados da rua, de árvore na calçada, muro baixo, jardim no recuo frontal, casa de madeira, quintal e edícula, ou a formação de vila no lote.

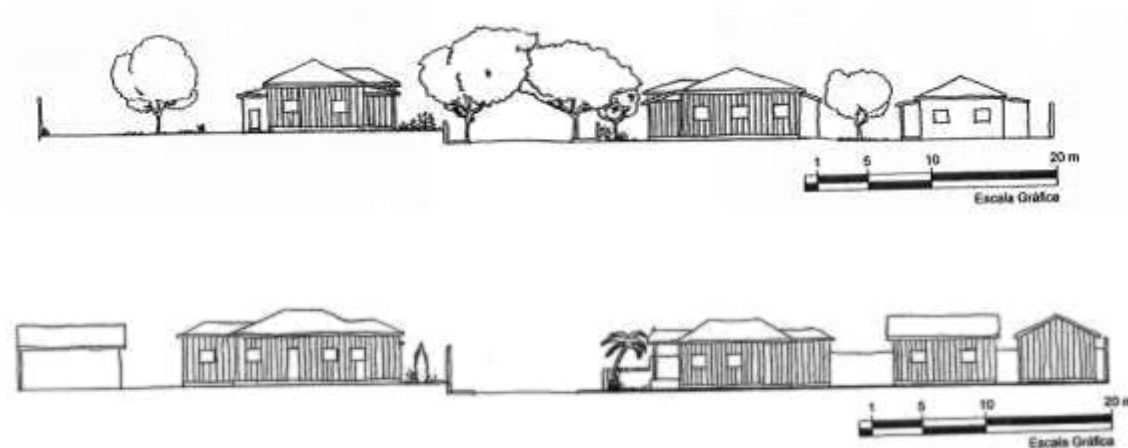


Figura C.2a – Rua Guaranis: “camadas” da paisagem tradicional

Fonte: Lamounier (2006)

A diferença encontrada no corte da rua Icós é a elevação de um dos lados da rua em relação à calçada. Apesar desta diferença de altura, os dois lados possuem, basicamente, os mesmos elementos de composição.

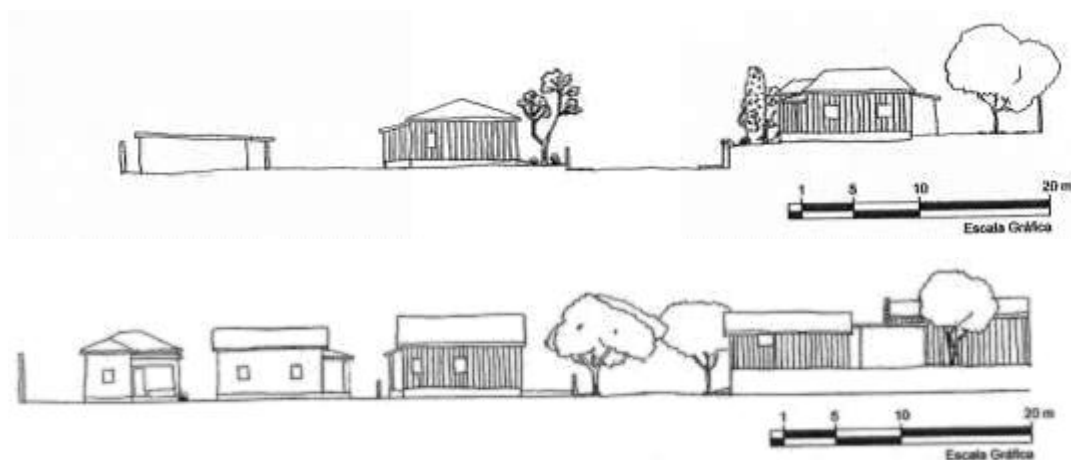


Figura C.2b – Rua Icós: “camadas” da paisagem tradicional

Fonte: Lamounier (2006)

Nas “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas, a orientação dos lotes impede que a ocupação por mais de uma edificação apareça no corte transversal.

De um lado, a seqüência de camadas da “ladeira” Espírito Santo, a partir da escadaria, é formada pelo canteiro “quintal”, corredor externo de acesso ao lote, muro baixo, recuo de 4 metros e casa de madeira de dois andares (com pavimento inferior em alvenaria)

voltada para a frente do lote. Do outro lado, aparece apenas o muro baixo seguido pelo recuo de 4 metros e uma pequena casa de madeira voltada para a lateral do lote. Um corte nos fundos do lote revela a mesma composição, com a exceção do pavimento adicional de alvenaria numa das edificações.

Na “ladeira” Alagoas também aparece, de um lado, a seqüência de canteiro “quintal”, corredor externo de acesso ao lote, muro baixo, recuo de 4 metros e casa de madeira de dois andares na frente do lote, ou, nos fundos, sem o pavimento inferior. Do outro lado, no entanto, o lote com edificações é substituído por um muro alto.

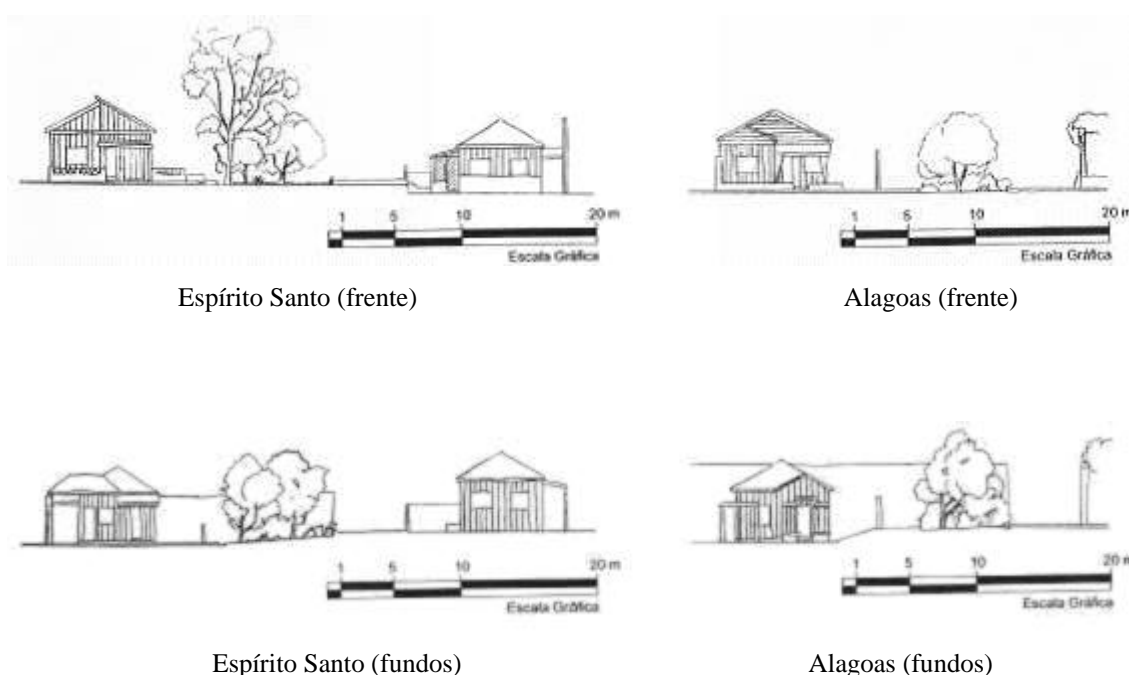


Figura C.2c – “Ladeiras” Espírito Santo e Alagoas: “camadas” da paisagem tradicional

Fonte: Lamounier (2006)

Na **rua de nova tradição** (Jardim Shangri-lá), o corte mostra, de um lado da rua, a praça delimitada por uma linha de árvores, seguida pela avenida Leste-Oeste e a visão do horizonte. Do outro, a seqüência de árvore na calçada, muro baixo com gradil espaçado, jardim no recuo frontal, casa em alvenaria, quintal e edícula. Nas extremidades, o lote deste lado da rua é elevado, devido à declividade do terreno.

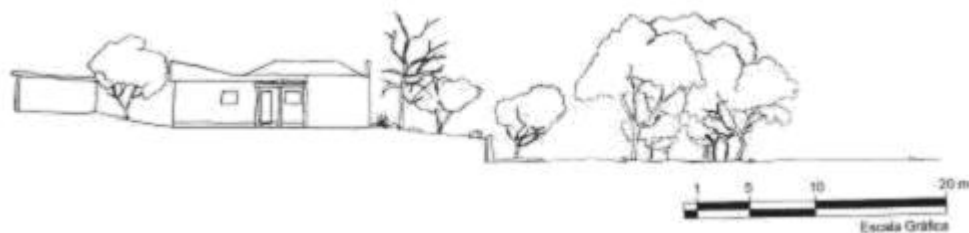


Figura C.3 – Jardim Shangri-lá: “camadas” da paisagem de nova tradição

Fonte: Lamounier (2006)

O corte em **ruas de nova velha tradição** (Conjunto do Café), representadas principalmente pelas ruas em torno das praças, mostra uma seqüência simétrica entre os dois lados, definida pela arborização da praça, uma rua estreita, muro baixo, recuo frontal e uma pequena edificação de alvenaria voltada para a praça. Um dos lados pode apresentar variação em relação à orientação da casa, cuja frente não se volta para a praça. A pequena escala da praça e a largura reduzida das ruas permitem avistar as feições das pessoas de uma rua a outra.

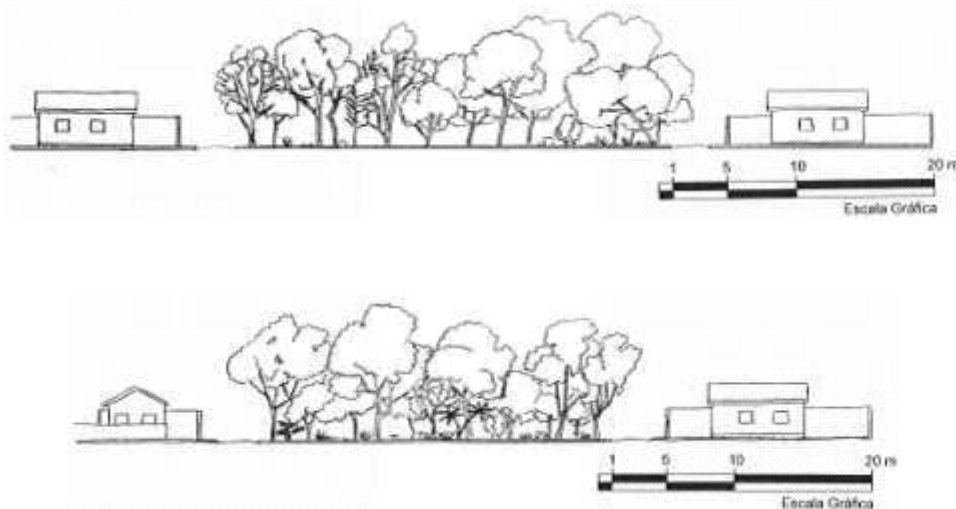


Figura C.4 – Conjunto do Café: “camadas” da paisagem de nova velha tradição

Fonte: Lamounier (2006)

PERMANÊNCIA DE ATMOSFERAS

Apesar da importância do caráter nas discussões sobre as cidades, a legislação urbanística desconsidera a existência de “atmosferas”. Tem contribuído, pelo contrário, para a padronização dos espaços urbanos, tornando-os todos iguais. Anula, muitas vezes, as características que denotam o amadurecimento do local, qualidade importante na definição de atmosferas.

Em **ruas tradicionais** a preservação das casas de madeira é dificultada pelo alto custo do material e escassez de mão-de-obra. Formas de apoio financeiro, como descontos ou isenções de IPTU, podem não ser suficientes nem para garantir a manutenção da pintura. Reformas que mantenham as características originais das edificações acabam, então, sendo preteridas em virtude de grandes transformações. Geralmente, estão ligadas à mudança de proprietários e dissociação dos laços de vizinhança. A idéia de casa de “material” como sinônimo de melhoria de vida também contribui para a substituição das casas de madeira por construções de alvenaria.

Na **rua de nova tradição**, onde as casas originais já foram construídas em alvenaria, as transformações vêm acompanhadas pela mudança dos moradores e transformação do uso residencial em comercial.

Na **rua de nova velha tradição**, por outro lado, as modificações ocorridas nas edificações não interferem na atmosfera como um todo.

A ocorrência considerável de transformações pode levar ao surgimento de outras atmosferas, que substituem as anteriores. Neste processo, ferramentas de controle e orientação da paisagem, como os Guias de *Design*, por exemplo, são importantes no sentido de assegurar a atratividade dos espaços. Em Londrina, o Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural (YAMAKI, 2003a) lista áreas a serem preservadas e outras cuja evolução da paisagem deve ser orientada.

Embora atmosfera seja difícil de se construir, uma vez moldada, é bastante resistente a transformações. Parece haver um limite, estabelecido pelo grau de transformações que cada rua pode suportar, sem que sua atmosfera seja anulada. Este grau pode variar de rua para rua.

As análises das ruas revelaram o equilíbrio instável da **atmosfera tradicional**, onde pequenas alterações podem garantir sua conservação ou direcionar para a anulação. Já nas **atmosferas de nova tradição e de nova velha tradição**, pôde-se perceber

que determinadas estruturas e morfologias conferem maior resistência às transformações.

De uma forma geral, a declividade pode ser considerada um determinante à conservação de atmosferas, na medida em que dificulta a transformação das edificações. O senso de comunidade também parece ser um eficiente mecanismo no processo de conservação. A permanência de uma atmosfera depende diretamente da quantidade e intensidade de significados associados ao espaço. Relaciona-se à auto-estima, ao orgulho dos moradores. Sua manutenção depende mais de cuidados cotidianos, através de intervenções individuais dos moradores, que dos grandes projetos de revitalização nos moldes atuais.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: ACSELRAD, H. (org.). *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 27-55.

ALTMAN, I. **Environment and Social Behavior**. Monterey: Ed. Brooks, 1975.

APPLEYARD, D. **Livable Streets and Protected Neighborhoods**. In: *Livable Streets*. Berkeley: University of California Press, 1981. parte 3, caps. 13-14, p. 243-293.

BARRETO, A. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ática, 1983.

BENTLEY, I. et al. **Responsive Environments: a manual for designers**. UK: Butterworth-Heinemann, 1985.

CANTER, D. **Creating Sense of Place**. In: *The Psychology of Place*. London: Architectural Press, 1977. cap. 8, p. 157-185.

CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COUNTY COUNCIL OF ESSEX. **A Design Guide for Residential Areas**. Essex: Anchor Press, 1973.

CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, IPHAN, 2000.

DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: PINI, 1990.

EICHNER, R.; TOBEY, H. **Beyond Zoning**. In: MOUDON, A. (org.). *Public Streets for Public Use*. New York: Anne Vernez Moudon, Van Nostrand Reinhold Company, 1987. parte 4, cap. 22, p. 276-283.

ENTRIKIN, N. **Place and Region**. In: *Progress in Human Geography*. Los Angeles: 1994.

FRANCIS, M. **The Making of Democratic Streets**. In: MOUDON, A. (org.). *Public Streets for Public Use*. New York: Anne Vernez Moudon, Van Nostrand Reinhold Company, 1987. parte 1, cap. 1, p. 23-39.

GIFFORD, R. **Territoriality**. In: *Environmental Psychology: principles and practices*. USA: Allyn & Bacon, 1997. cap. 6, p. 118-138.

GUADANHIM, S. **Influência da Arquitetura Moderna nas Casas de Londrina: 1955-1965**. Tese de Doutorado, Pós-Graduação FAU-USP, orientador Prof. Dr. Paulo Bruna. São Paulo, 2002.

HÜLSMEYER, A. **Qualidades do Espaço Livre Urbano: valores ambientais, culturais e funcionais**. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, DeGeo/UEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 2004.

JACOBS, A. **Making Great Streets**. In: *Great Streets*. Massachusetts: MIT Press, 1999. parte 4, caps. 1-3, p. 269-315.

KANASHIRO, M. **Roofscape Como Identidade Urbana**. In: *Anais da 7a SBPN*. Londrina, 1999. p. 453-458.

KANASHIRO, M.; YAMAKI, H. **Projetando Paisagens**. In: FUSCALDO, W.; MARANDOLA JR., E. (orgs.). *Quem Tem Medo do Interior? – urbano-rural: que espaço é esse?* Londrina: Editora da UEL, 2001. parte 4, p. 212-214.

KAPLAN, S. et al. **With People in Mind: design and management of everyday nature**. USA: Island Press, 1998.

KERSTEN, M. **Trajatórias da Construção do Patrimônio no Brasil**. In: *Os Ritmos do Tombamento e a Escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938 e 1950*. Tese de Doutorado em História, UFPR. Curitiba, 1998.

KODA, L. **Paisagem de Conjuntos Habitacionais**. Trabalho de Graduação Interdisciplinar DAU/UEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 2003.

LAMOUNIER, A. **Construção e Reconstrução de uma Rua Tradicional: a Guaranis em Londrina**. Trabalho de Graduação Interdisciplinar DAU/UEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 2003.

LAMOUNIER, A.; YAMAKI, H. **Rua Guaranis em Londrina: construção e reconstrução de uma rua.** In: Anais da 11a SBPN. Campo Grande: 2003. p. 289-292.

LANG, J. **Creating Architectural Theory.** New York: Ed. Van Nostrand Reinhold, 1987.

LEME, E. **Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição.** Londrina: EDUEL, 2005.

LE MOS, C. **Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1979.

MAGALHÃES, R. **Ruas Londrinenses: um estudo comparativo de estruturação espacial.** Trabalho de Graduação Interdisciplinar DAU/UUEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 1995.

MÁRQUEZ, G. **O Outono do Patriarca.** Rio de Janeiro: Record, 1975.

MARTONI, R. **Caminhos do Sul (Re)Descobertos: potenciais eixos turísticos.** Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, DeGeo/UUEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 2005.

MIMEO: **Rekishiteki Shuraku Gairo Keikan.** Japão: H. Kamino, Universidade de Osaka, s/d.

MOUDON, A.; UNTERMANN, R. **Grids Revisited.** In: MOUDON, A. (org.). *Public Streets for Public Use.* New York: Anne Vernez Moudon, Van Nostrand Reinhold Company, 1987. parte 2, cap. 9, p. 132-148.

NATIONAL TRUST JAPAN. **Rekishiteki Machinami Jiten.** Tokyo: Ed. Kashiwa Shobo, 1981.

NETTO, J.; CARVALHO, M. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 1996.

NORBERG-SCHULZ, C. **Genius Loci: towards a phenomenology of architecture.** London: Academy Editions, 1980.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NUNES, J. **História Religiosa e Política de São Francisco de Sales-MG: Triângulo Mineiro**. Divinópolis: Sidil, 1996.

PELLEGRINI, D. **Terra Vermelha**. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.

PINAUD, J. **Tempo de Família**. São Paulo: Global; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

PRINZ, D. **Urbanismo II: configuração urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

RAPOPORT, A. **The Perceptual Characteristics of Pedestrian Streets: the general and specific hypotheses**. In: History and Precedent in Environmental Design. New York: Plenum Press, 1990. parte: 3, cap. 7, p. 261-296.

SANTOS, C. (coord.). **Quando a Rua Vira Casa**. São Paulo: Projeto, 1985.

SCHWARTZ, W. **Prestes Maia Organizou a Cidade**. In: Jornal de Londrina. Londrina, 20 de março de 1996. Caderno 1, p. 8.

SHARP, T. **The Anatomy of the Village**. Manchester: Penguin Books, 1946.

SOUZA, M. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Space Design – SD 7802. Number 02. Japan: Kajima Institute Publishing Company, february, 1978.

TAUNAY, Visconde de. **Inocência**. São Paulo: Ática, 1991.

TAUNAY, Visconde de. **Céus e Terras do Brasil**. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1948.

Toshi Jutaku: urban housing 8301. Number 183. Japan: Kajima Institute Publishing Company, 1983.

TRIGUEIROS FILHO, M. **Dos Porões da Delegacia de Polícia**. Londrina: Canadá Produções Didáticas, 1979.

TUAN, Y. **Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

UBIRATAN, P. **O Primeiro Conjunto: primeiras casas populares têm 38 anos**. In: Folha de Londrina. Londrina, 10 de dezembro de 1999. p. 6.

VIEIRA, E. **Ruas Atrativas: do espaço projetado ao espaço vivido**. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, DeGeo/UEL, orientador Prof. Dr. Humberto Yamaki. Londrina, 2003.

Vitruvius Book I. UK: Cambridge University Press, 1999.

YAMAKI, H. **Labirinto da Memória: paisagens de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2006.

YAMAKI, H.; LAMOUNIER, A.; ITIKAWA, P.; SAKUMA, S. **Preservando o Caráter das Cidades – algumas experiências**. In: Anais do 13o Encontro Nacional da SBPN. Botucatu, 2005. p. 76-77.

YAMAKI, H. **Plano de Urbanismo – Prestes Maia 1951: “uma verdadeira metrópole”**. In: Folha de Londrina. Londrina, 19 de setembro de 2004. Folha Classificados, p. 6.

YAMAKI, H. (coord.). **Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina: documento para discussão**. Londrina: Lei Municipal de Incentivo à Cultura, PML, 2003a.

YAMAKI, H. **Iconografia Londrinense**. Londrina: Edições Humanidades, 2003b.

YAMAKI, H. et al. **Requalificação Urbana Vila Casoni**. In: Revista Semina: ciências sociais e humanas – UEL. Londrina: EDUEL, setembro de 2001. p. 75-82.

YAMAKI, H.; FERREIRA, Y.; LIMA, F.; MENDONÇA, F. **Plano Diretor de Londrina: documento para discussão**. Londrina, 1995.

SITES PESQUISADOS

BIRNBAUM, C. **Protecting Cultural Landscapes: planning, treatment and management of historic landscapes**. In: NPS – NATIONAL PARK SERVICE. Washington: 1994.

Disponível em <<http://www2.cr.nps.gov/tps/briefs/brief36.htm>>. Acesso em: 10/10/2004.

CNU – CONGRESS FOR THE NEW URBANISM. **Charter of the New Urbanism**. [1980].

Disponível em <<http://www.cnu.org/aboutcnu/index.cfm?formation=charter>>. Acesso em: 04/05/2005.

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná. s/d. Disponível em

<http://200.189.113.88/cohapar/consultas/consulta_municipio2.php>. Acesso em: 16/04/2006.

Enciclopédia Eletrônica. **PAGON – Progressive Architects Group Oslo Norway**. s/d.

Disponível em <<http://www.24pm-affiliation.com/encyclopedia/P/PAGON/>>. Acesso em: 12/01/2006.

Executivo Municipal de Londrina. **Lei No. 9873/2005**. Aprovação em 22 de dezembro de 2005. Disponível em <<http://www.ceaam.net/lnd/lnd/leis/2005/L09873.htm>>. Acesso em: 08/03/2006.

Executivo Municipal de Londrina. **Lei No. 9705/2005**. Aprovação em 06 de janeiro de 2005.

Disponível em <<http://www.ceaam.net/lnd/lnd/leis/2005/L09705.htm>>. Acesso em: 08/03/2006.

Glossários Eletrônicos, Língua Inglesa. s/d. Disponíveis em

<<http://www.scriptsales.com/DDFundTerms.html>>;

<<http://stereophile.com/reference/50/index1.html>>. Acesso em: 17/11/2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. S/d. Disponível em

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 15/02/2007.

KUROKAWA, K. **Philosophy of Symbiosis**. 2002. Disponível em

<<http://www.kisho.co.jp/Books/index.html>>. Acesso em: 11/06/2006.

MEAM Net – Modern European Architecture Museum Net. **Christian Norberg-Schulz**. s/d.

Disponível em <<http://www.meamnet.polimi.it/archive/037/037.html>>. Acesso em: 12/01/2006.

OXFORD BROOKES UNIVERSITY. **Ian Bentley**. s/d. Disponível em <<http://www.brookes.ac.uk/schools/planning/jcud/bentley.html>>. Acesso em: 25/11/2005.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **What Makes a Successful Place?** 2003a. Disponível em <http://www.pps.org/topics/gps/gr_place_feat>. Acesso em: 15/11/2005.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **The Benefits of Place**. 2003b. Disponível em <http://www.pps.org/pdf/The_Benefits_of_Place.pdf>. Acesso em: 15/11/2005.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **About PPS**. s/d. Disponível em <http://www.pps.org/info/aboutpps/about/?referrer=aboutpps_contents>. Acesso em: 25/11/2005.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **Allan Jacobs**. s/d. Disponível em <<http://www.pps.org/info/placemakingtools/placemakers/ajacobs>>. Acesso em: 25/11/2005.

PPS – PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **Donald Appleyard**. s/d. Disponível em <<http://www.pps.org/info/placemakingtools/placemakers/dappleyard>>. Acesso em: 25/11/2005.

PRINCETON UNIVERSITY. **Dicionário Eletrônico da Língua Inglesa**. s/d. Disponível em <<http://wordnet.princeton.edu/perl/webwn>>. Acesso em: 17/11/2005.

SFCPC – SAN FRANCISCO CITY PLANNING COMMISSION. **Residential Design Guidelines of San Francisco**. 2003. Disponível em <http://www.sfgov.org/site/uploadfiles/planning/projects_reports/resdesfinal.pdf>. Acesso em: 04/06/2005.

SFPD – SAN FRANCISCO PLANNING DEPARTMENT. **Rincon Hill Plan**. 2003. Disponível em <http://sfgov.org/site/planning_index.asp?id=25076#RHplan>. Acesso em: 15/11/2005.

Site de Pesquisas Google. s/d. Disponível em <<http://www.google.com>>. Acesso em: 17/11/2005.

UNIVERSITY OF VICTORIA-CANADA. **Robert Gifford**. s/d. Disponível em <<http://web.uvic.ca/psyc/gifford.html>>. Acesso em: 12/01/2006.

UNIVERSITY OF VICTORIA-CANADA. **Robert Gifford, Professor**. s/d. Disponível em <http://web.uvic.ca/psyc/gifford/about_me.html>. Acesso em: 12/01/2006.

UNIVERSITY OF WISCONSIN-MILWAUKEE. **Amos Rapoport**. 2005. Disponível em <<http://www.uwm.edu/SARUP/faculty/rapoport.htm>>. Acesso em: 25/11/2005.

**OUTRAS PUBLICAÇÕES:
DOCUMENTOS E PERIÓDICOS HISTÓRICOS DE LONDRINA**

Guia Geral de Londrina: edição especial de 1954. Londrina: Empresa Propagandista do Norte do Paraná, 1954. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

Imobiliária Ypiranga. **Jardim Shangri-lá – o aristocrático bairro residencial da cidade de Londrina.** Marília: Organização Fotográfica Mariliense, [1950]. Panfleto de Propaganda do Loteamento. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

Jornal Paraná Norte. **Edital – Loteamento de Imóveis.** In: Paraná Norte. Londrina: 03 de julho de 1938. p. 2-3. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

Jornal Paraná Norte. **Fechamento das Espeluncas.** In: Paraná Norte. Londrina: 12 de dezembro de 1937. p. 1. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

Jornal Paraná Norte. **Milagre numa Cidade Ponta de Trilhos.** In: Paraná Norte. Londrina: 04 de novembro de 1934. p. 1. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

Manuscritos de Prestes Maia, 1952. Acervo: Museu Histórico de Londrina.

PML – Departamento de Planejamento e Urbanismo. **Lei No. 133/51: dispõe sobre loteamento, arruamento, zoneamento e dá outras providências.** Aprovação em 07 de dezembro de 1951. Londrina: Tipografia Oliveira. Acervo: Humberto Yamaki.

ANEXO
MAPAS ANTIGOS DAS ÁREAS ESTUDADAS

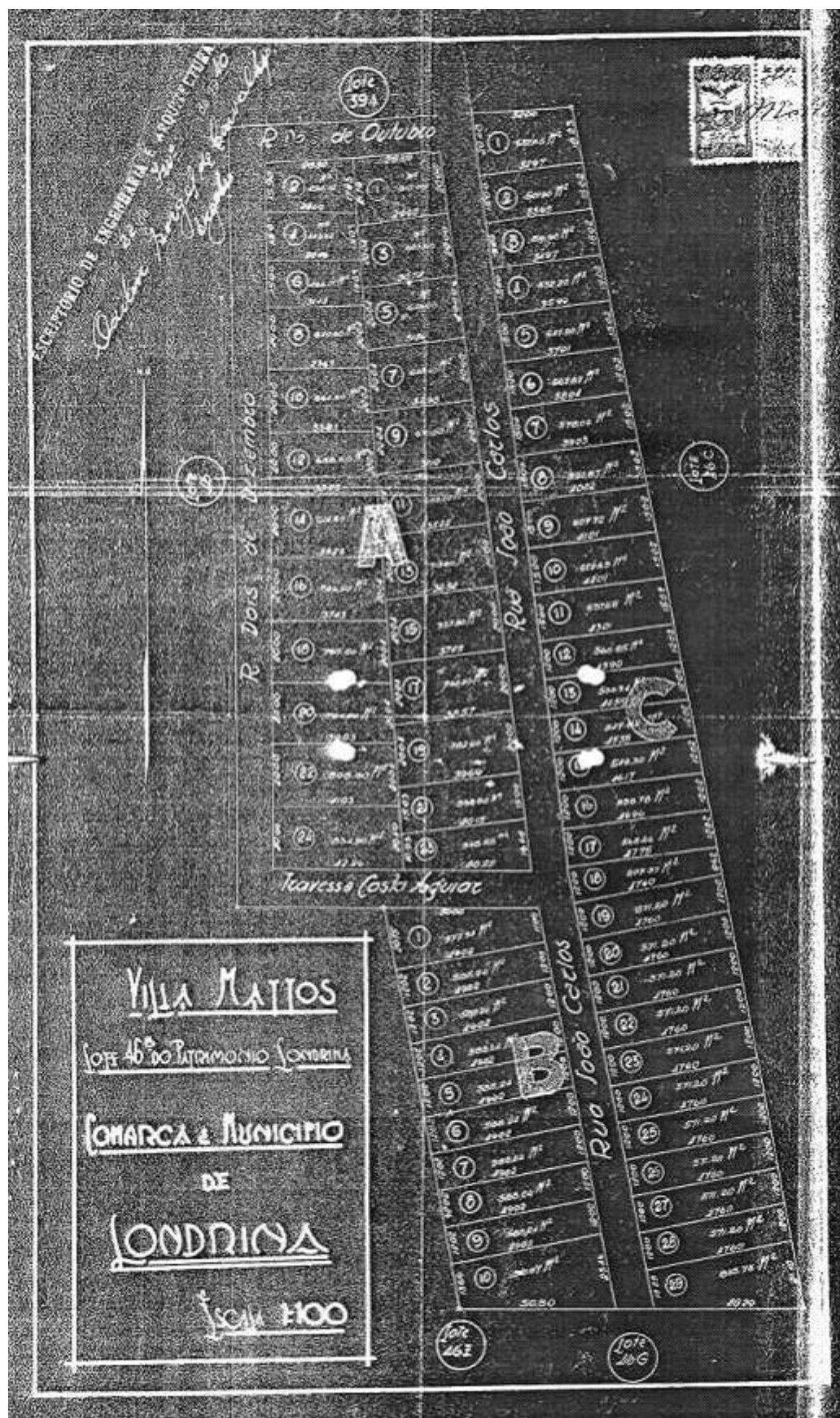


Figura A.1a – Mapa “Villa” Mattos 1940

Fonte: PML

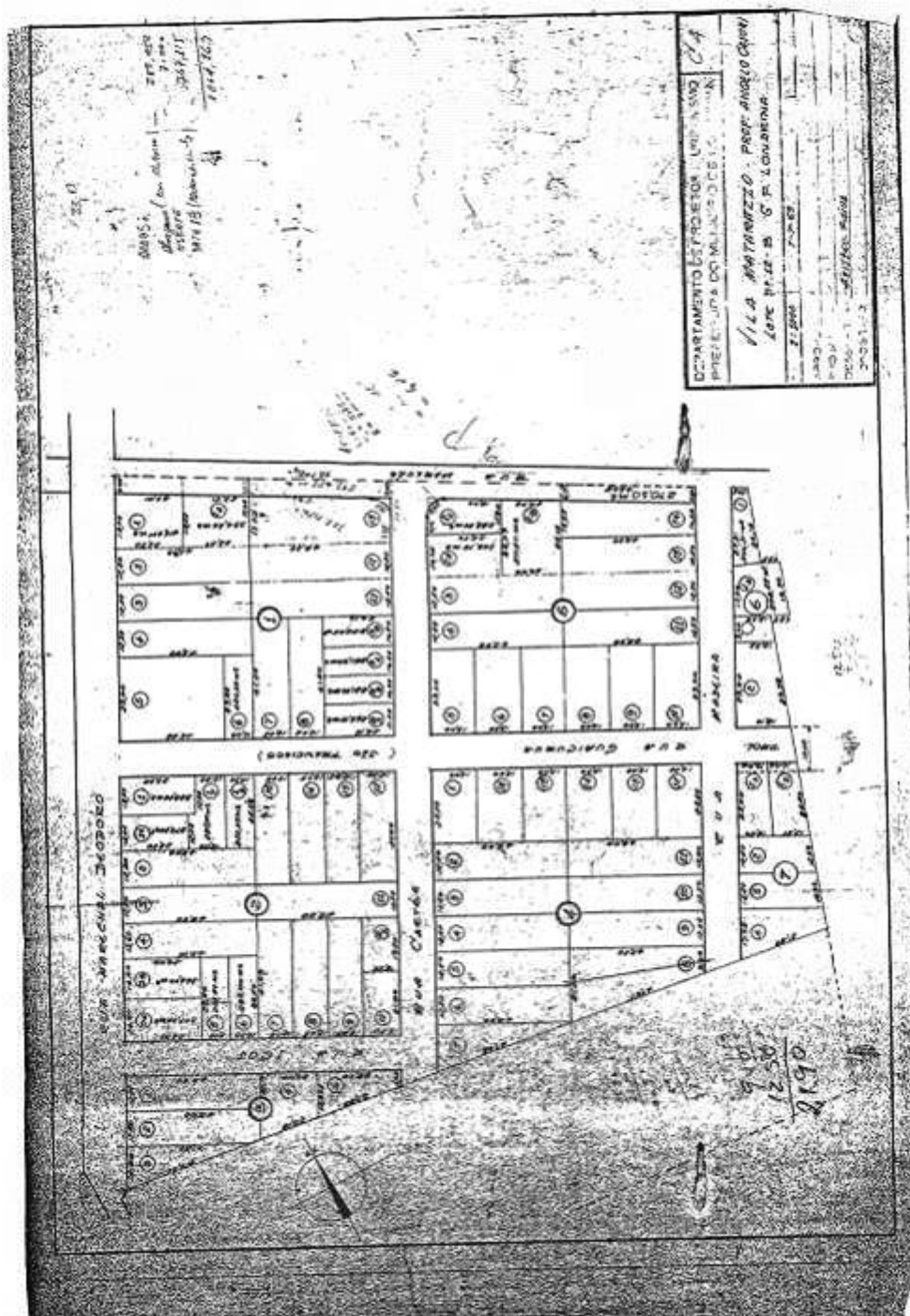


Figura A.2b – Mapa Vila Matarazzo 1969

Fonte: PML

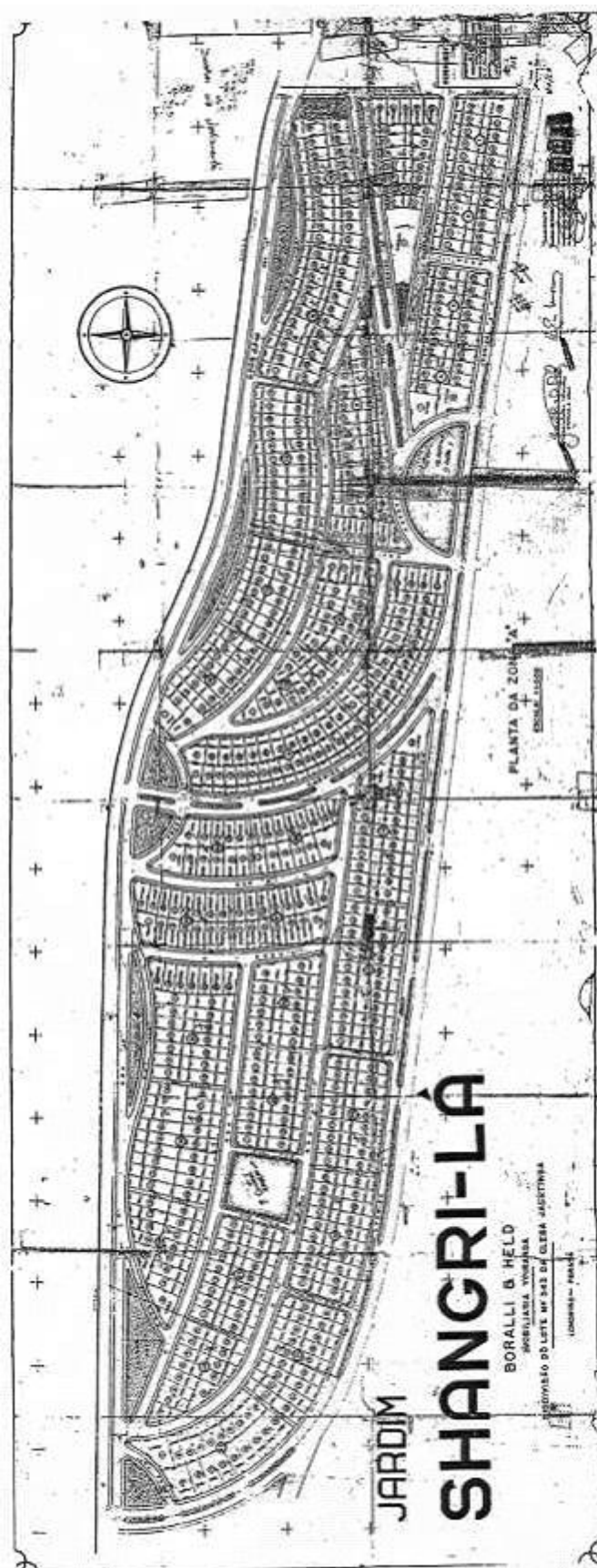


Figura A.3 – Mapa Jardim Shangri-lá 1951

Fonte: PML

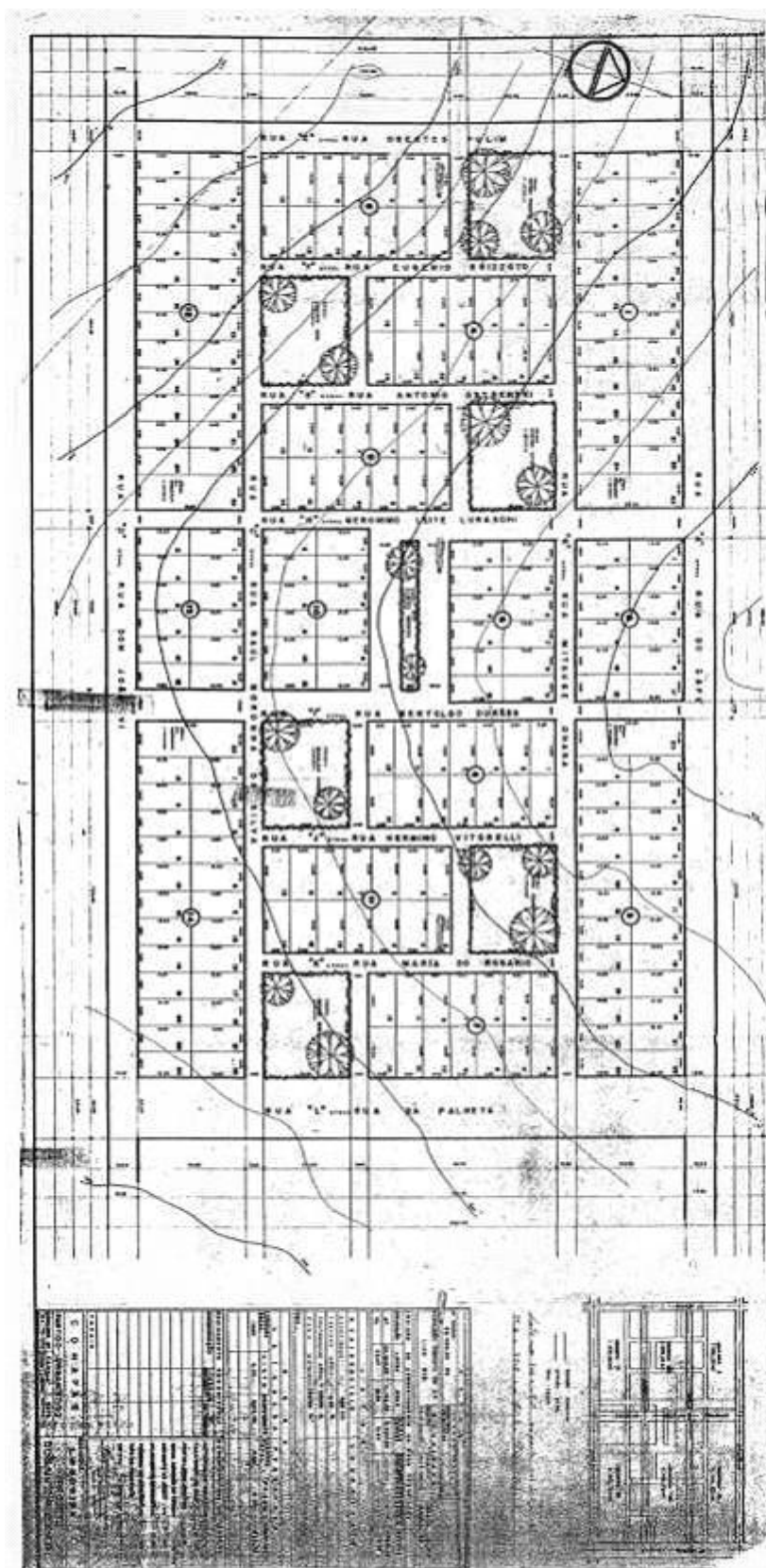


Figura A.4 – Mapa Conjunto do Café 1974 (COHAPAR)

Fonte: PML